

Mônica Sampaio Machado
André Roberto Martin (*org.*)

DICIONÁRIO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

volume 1

DICIONÁRIO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS



Mônica Sampaio Machado
André Roberto Martin (*org.*)

DICIONÁRIO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

volume 1

© 2014 Mônica Sampaio Machado, André Roberto Martin

*Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.*

Coordenação Editorial

Isadora Travassos

Produção Editorial

Cristina Parga

Eduardo Sússekind

Rodrigo Fontoura

Sofia Soter

Verônica Montezuma

Victoria Rabello

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D542

Dicionário dos geógrafos brasileiros, volume 1 / organização Mônica Sampaio Machado e
André Roberto Martin. – 1. ed. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

ISBN 978-85-421-0232-1

1. Geografia – Filosofia. 2. Geografia – História. 3. Geografia – Metodologia.
I. Machado, Mônica Sampaio. II. Martin, André Roberto.

14-09439

CDD: 910.01

CDU: 910.1

2014

Viveiros de Castro Editora Ltda.

Rua Visconde de Pirajá 580, sobreloja 320 – Ipanema

Rio de Janeiro | RJ | CEP 22410-902

Tel. (21) 2540-0076

editora@7letras.com.br | www.7letras.com.br

Sumário

Apresentação	7
<i>Mônica Sampaio Machado</i> <i>André Roberto Martin</i>	
Armando Corrêa da Silva.	
<i>Armando Corrêa da Silva e a “Geografia do futuro”,</i> por André Roberto Martin	13
Fany Dvidovich.	
<i>Fany Davidovich e a Geografia urbana: uma análise</i> <i>a partir da Revista Brasileira de Geografia,</i> por Ciro Marques Reis	29
Feliciano Sodré.	
<i>Feliciano de Abreu Sodré, geógrafo sem o saber,</i> por Cristina Pessanha Mary	51
Josué de Castro.	
<i>Josué de Castro e sua obra: uma interpretação,</i> por Gustavo Ferreira de Azevedo	67
Lysia Bernardes.	
<i>Os anos de aprendizagem com Lysia Bernardes,</i> por Cristina Lontra Nacif	85
Manuel Correia de Andrade.	
<i>Manuel Correia de Andrade: um geógrafo voltado</i> <i>para as causas sociais,</i> por Leonardo Freire Marino	101

Mauricio Abreu.

As metamorfoses de um geógrafo: da evolução urbana à Geografia histórica do Rio de Janeiro,

por Angela N. Damasceno Gomes

119

Milton Santos.

A força do lugar na obra de Milton Santos,

por Mônica Sampaio Machado

133

Moacir Silva.

Moacir Silva e a Geografia dos transportes no Brasil,

por Adriana de Melo Simas e Monica Sampaio Machado

167

Pedro Geiger.

Originalidade e atualidade da Geografia de Pedro Geiger,

por Mônica Sampaio Machado, Henrique Pinto e Camila Gomes Alves 187

Therezinha de Castro.

Therezinha de Castro e a projeção geopolítica do Brasil no Atlântico Sul,

por Eli Alves Penha

205

Apresentação

O *Dicionário dos Geógrafos Brasileiros, volume 1*, apresenta resultados de estudos desenvolvidos por pesquisadores do *GeoBrasil*, Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política. Certificado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e sediado no Instituto de Geografia, o *GeoBrasil* é um grupo interdisciplinar e interinstitucional de estudo e debate sobre a Geografia brasileira e sobre o Brasil, a partir da perspectiva histórica e política. Assim, tanto a ciência geográfica produzida no País quanto sua geografia material, seu espaço geográfico, constituem linhas de investigação.

Este livro expõe alguns produtos das atividades da linha de pesquisa voltada à Geografia histórica, a qual prioriza investigações do campo da ciência geográfica brasileira e da história territorial do País. Nesta publicação está sendo oferecido ao público um material rico e organizado sobre expoentes da Geografia brasileira, contendo informações biográficas valiosas sobre os mesmos, bem como comentários abalizados sobre suas produções intelectuais e demais contribuições ao desenvolvimento da ciência geográfica por parte desses autores.

Apresentados em ordem alfabética, os geógrafos selecionados para compor este primeiro volume legaram grandes contribuições à ciência geográfica brasileira e ao estudo do espaço geográfico do País. São eles: Armando Corrêa da Silva, Fanny Davidovich, Feliciano Sodré, Josué de Castro, Lysia Bernardes, Manuel Correia de Andrade, Mauricio Abreu, Milton Santos, Moacir Silva, Pedro Geiger e Therezinha de Castro.¹

O geógrafo paulista **Armando Corrêa da Silva** destacou-se precisamente por suas contribuições no campo da reflexão teórica em torno do histórico problema do “objeto” de nossa ciência, debate que vivia uma espécie de impasse entre os anos de 1950 e 1970, e que o autor ajudaria a “destravar” com uma abordagem bastante sofisticada e original, baseada no

1 A revisão dos artigos foi realizada por Cláudia Castanheira.

conceito de “subtotalidade”. Foi um pensador original e muito criativo, que procurou alinhar o nível do debate teórico-metodológico da Geografia com o da Sociologia, à época vanguarda nesse terreno.

Fanny Davidovich, carioca e ibegeana, mais tarde passou a contribuir como pesquisadora no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A autora desenvolveu importantes estudos sobre o urbano brasileiro, de imenso valor para o planejamento e o desenvolvimento regionais. Sua contribuição à Geografia urbana do Brasil transcende, aliás, o campo da Geografia.

Feliciano Sodré, nascido no interior fluminense, foi político e engenheiro militar de formação, exercendo grande influência na organização territorial fluminense nas primeiras décadas do século XX. Ainda muito pouco conhecida, sua atuação é aqui destacada principalmente pelos projetos de intervenção estatal no espaço fluminense e por sua grande capacidade de articulação política.

Josué de Castro, pernambucano, foi médico, jornalista, político e professor de Geografia. Destacou-se na luta pela modernização da ciência geográfica nas décadas de 1940 e 1950, quando esteve vinculado à Universidade do Brasil (atual UFRJ), sendo também um dos grandes intelectuais brasileiros a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Legou à Geografia brasileira uma abordagem de caráter social, principalmente através de suas obras *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*. Juntamente com Milton Santos, formou o dueto dos geógrafos brasileiros mais conhecidos no exterior.

A geógrafa carioca **Lysia Bernardes** teve importante atuação no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacando-se pela dedicação ao estudo urbano-regional e pelo planejamento territorial, principalmente do Sudeste brasileiro. Suas contribuições articulam História e Geografia de maneira inovadora; em particular, merecem destaque seus estudos sobre o estado e a cidade do Rio de Janeiro.

Manuel Correia de Andrade, pernambucano, foi um grande estudioso do Brasil e do Nordeste brasileiro, dedicando-se principalmente ao estudo da geografia, história e política nordestinas. Foi um dos grandes pensadores da questão agrária e um intelectual comprometido com as causas sociais e a soberania de nosso país, além de um ferrenho combatente das desigualdades regionais do Brasil.

O carioca **Maurício Abreu** foi aluno de Lysia Bernardes e Maria Therezinha Segadas Soares. Não só foi influenciado pelos estudos histó-

rico-geográficos dessas autoras como também implantou e desenvolveu a pesquisa em Geografia histórica brasileira no Rio de Janeiro, na UFRJ. Suas obras são importantes referências tanto para a Geografia e a História quanto para a Arquitetura e o Urbanismo do Rio de Janeiro.

O baiano **Milton Santos** foi advogado, jornalista e, sobretudo, geógrafo, tendo uma importância única para a Geografia brasileira do século XX. Além da síntese teórica que o autor construiu sobre o espaço geográfico, referência não apenas para a ciência geográfica mas também para as ciências sociais e aplicadas, a qualidade e o alcance das obras do autor fortaleceram o campo científico geográfico frente às outras áreas de conhecimento, bem como perante a sociedade em geral. Seus estudos sobre globalização e espaço geográfico constituem importantes aportes interpretativos na atualidade.

Nascido no Rio de Janeiro, **Moacir Silva** foi engenheiro de formação e esteve muito envolvido com os estudos geográficos dos transportes. Durante as décadas de 1940 e 1950, realizou uma série de levantamentos e diagnósticos do espaço brasileiro, com o intuito de apresentar soluções para a integração territorial nacional. Embora pouco conhecido entre os geógrafos, o autor atuou em órgãos públicos de planejamento e no IBGE, desenvolvendo trabalhos ricos e importantes não apenas do ponto de vista histórico da Geografia e do Brasil, mas sobretudo do ponto de vista da metodologia específica da Geografia dos transportes.

O carioca **Pedro Geiger** já ultrapassou a marca de 75 anos de dedicação à ciência geográfica, dos quais 42 anos foram dedicados ao IBGE, onde elaborou importantes estudos geográficos sobre o País, referências interpretativas fundamentais tanto para o ensino quanto para a pesquisa em Geografia, ainda na atualidade. As repercussões de muitos de seus trabalhos foram intensas e de grande expressão nacional e internacional, extrapolando inclusive o campo científico da Geografia. Entretanto, a riqueza do pensamento do autor não é resultado exclusivo do exercício profissional no IBGE; foi possibilitada também pela sua ampla e movimentada formação cultural e pela sua capacidade de se envolver com arte, filosofia e ciência.

A carioca **Therezinha de Castro** é considerada um dos três maiores expoentes do pensamento geopolítico brasileiro, ao lado de Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos, destacando-se, especialmente, no que se refere ao desenvolvimento de uma geopolítica mais preocupada com os aspectos marítimos. Seus estudos motivaram o governo brasileiro a efetivar e legitimar a presença do país na Antártica.

A rica contribuição desses onze intelectuais foi objeto de análise por parte de pesquisadores com formação em Geografia, seja em nível de graduação ou de pós-graduação. Alguns estabeleceram com os autores investigados relações diretas de trabalho, o que torna os artigos profundos e muito envolventes. Outros, por necessidade de realizar estudos e pesquisas sobre o espaço geográfico brasileiro, mergulharam em suas produções e estabeleceram um panorama do pensamento desses geógrafos, fornecendo uma rica avaliação de seus trabalhos e de suas trajetórias de vida.

De toda forma, nesta publicação os pesquisadores procuraram orientar seus artigos a partir de três eixos de exposição: oferecer ao leitor informações biográficas de ordem geral, que possam ajudar a desvendar ao menos alguns aspectos da personalidade dos geógrafos pesquisados, aspectos estes que, de alguma forma, parecem ter influenciado a sua produção intelectual; destacar a produção intelectual desses autores e demais aspectos de suas atuações dentro e fora da academia; procurar apreender o significado geral dessas contribuições, no esforço coletivo de construção de uma Geografia brasileira autônoma e com personalidade própria.

Esses três eixos estão vinculados à metodologia estabelecida no plano de investigação que orienta a montagem do Dicionário dos Geógrafos Brasileiros. Esta metodologia tem sua raiz no resgate do território de vida dos autores e numa apreciação sintética e axiológica de suas obras. A associação entre as trajetórias histórico-espaciais de suas vidas com o sentido mais coletivo de suas obras e demais contribuições é o que identifica a abordagem metodológica aqui adotada. A ideia dessa proposta metodológica é desenvolver biografias de intelectuais que refletiram sobre a Geografia brasileira e o Brasil a partir de um *modo geográfico* de pensar, o que estamos denominando de *geobiografias*.

De fato, as pesquisas realizadas até aqui têm indicado que projetos intelectuais e políticos, assim como propostas de estudo e formas de interpretação, estão fortemente interligados com as origens e trajetórias espaciais dos autores. Os mapeamentos dessas trajetórias têm sido reveladores. *O Dicionário dos Geógrafos Brasileiros, volume 1*, é uma mostra do que tem sido realizado nessa linha de investigação e uma primeira contribuição à montagem de uma história e memória da Geografia brasileira a partir de seus próprios personagens. Trata-se da consolidação de uma Geografia tupiniquim, mais reveladora da própria realidade intelectual brasileira e menos orientada pela história e geografia de matriz eurocêntrica.

Gostaríamos de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela concessão da bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE), 2010, à professora Mônica Sampaio Machado, o que possibilitou a elaboração e a publicação deste livro.

A todos, uma proveitosa leitura.
Mônica Machado e André Martin



Armando Corrêa da Silva e a “Geografia do futuro”

*André Roberto Martin*¹

*E o futuro o que é? Tem que ser uma relação
população-espaço sem exclusões ou limitações*

(ARMANDO CORRÊA DA SILVA, mimeo, s/d)

Todos os que tiveram o privilégio de conhecer pessoalmente o geógrafo, professor universitário e pianista – não necessariamente nesta ordem – Armando Corrêa da Silva decerto compreenderão, sem esforço, o sentido geral que pretendi emprestar a este verbete, ao escolher o título acima. Os que, de outro modo, só o conhecem em função de indicações, comentários ou leituras de seus textos e, sobretudo, sabem da existência de sua obra literária, também perceberão facilmente que procurei inspiração na própria verve do autor analisado, a fim de construir formal e estilisticamente meu comentário. Não posso dizer se fui feliz na empreitada, mas é bem provável que o próprio professor Armando não viesse a concordar com a expressão que utilizei para qualificar seu trabalho, ele que era tão avesso a rotulações, de modo que é preciso desde já advertir o leitor que a mesma é de minha inteira responsabilidade. É claro, no entanto, que os anos de convivência, o fato de haver sido seu orientando tanto no Mestrado quanto no Doutorado, me autorizam, ao menos em parte, a ousar tal designação, mesmo porque são inúmeros os indícios que provam estar o pensamento de Armando Corrêa da Silva sempre um passo adiante de seu tempo, o que, se por um lado, nos dá uma breve medida de sua contribuição para a construção de uma teoria avançada em Geografia, por outro tornou problemática a sua interlocução com a grande maioria de seus colegas de profissão e demais contemporâneos de geração. Ele mesmo confessaria, em seu Memorial para o concurso de Professor Titular do DG-USP, que se sentia, aos 57 anos, maduro como intelectual, mas vivendo certo desconforto por não se identificar mais com os de sua idade (a geração dos anos 50) e relacionar-se melhor com os

¹ Doutor em Geografia humana pela Universidade de São Paulo. Professor associado e livre docente em Geografia política do Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo. (andremartin@usp.br)

mais jovens, dos anos 60 ou 70, assim como também se considerava um homem desenraizado, uma vez que chegara a mudar de casa 17 vezes, não constituindo, assim, laços de vizinhança mais consolidados.²

Cito este fato porque creio que o mesmo teve influência decisiva na formação de suas vocações, tanto no que diz respeito às profissões que viria a escolher – pianista e professor universitário – quanto pelas preferências temáticas e metodológicas ao definir o objeto de suas pesquisas, influenciando também suas inclinações ideológicas e políticas. Tudo isto somado nos ajudará a desvendar, ainda que parcialmente, a sua personalidade pública, sobretudo naquilo que nos interessa mais diretamente, qual seja a avaliação da sua contribuição para o desenvolvimento da Geografia brasileira. É algo sobre o qual já posso adiantar um juízo preliminar, pois entendo que a obra de Armando Corrêa da Silva ainda está por ser mais divulgada e, sobretudo, melhor entendida e assimilada. Só depois disso creio que poderemos vir a pleitear um reconhecimento mais justo de sua contribuição.

Além disso, é preciso reconhecer que muitos de seus demais orientandos, assim como outros jovens pesquisadores interessados no tema da memória do pensamento geográfico, encontram-se mais bem posicionados do que eu mesmo para o cumprimento da presente tarefa. Prova disso, por exemplo, é o texto de Eliseu Spósito publicado na Revista *GeoAtos*,³ o qual, juntamente com o Memorial anteriormente citado, constituirão importantes fontes de referências das páginas a seguir. As obras de Ruy Moreira, de outra parte, falam por si, e é claro que a consulta a elas também é imprescindível. Elvino Martins Rodrigues, por sua vez, lidera um grupo de trabalho na USP que atualmente organiza o volumoso material manuscrito deixado por Armando Corrêa, visando a uma futura publicação.⁴ E finalmente, mas não por último, cito meus amigos Antônio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa, que possuem uma contribuição decisiva na construção da “Geografia crítica” e que também poderiam, é claro, realizar este verbete

2 Armando C. da Silva, Memorial apresentado a concurso para preenchimento de cargo de Professor Titular em RDIDP do Depto. de Geografia da FFLCH-USP – São Paulo, Mimeo, 1989.

3 Consultar Eliseu Spósito, por Armando Corrêa da Silva. Em busca do futuro do pretérito. *GeoAtos – Revista Geográfica em Atos*, Departamento de Geografia, Presidente Prudente n. 1, v. 2, p 110-19, jun./dez. 2011.

4 Elvino Martins Rodrigues coordena, em corresponsabilidade com Floripes Pine Garcia, o projeto intitulado “Fundo Armando Corrêa da Silva”, que pretende conservar, recuperar e publicar os textos inéditos de nosso autor. Devo um agradecimento especial à Floripes Garcia, secretária do LABUR (Laboratório de Geografia Urbana do DG-FFLCH-USP), por gentilmente me ceder os originais do professor Armando Corrêa para a confecção desse artigo.

com mais proficiência. Isto só para citar alguns nomes. Coube-me, todavia, na condição de incentivador do projeto da professora Mônica Machado, propor e assumir este compromisso, sabedor dos perigos que as relações afetivas trazem a qualquer analista e comentador. Trata-se, portanto, de aceitar um duplo desafio: o de prestar uma homenagem condigna ao homem e o de procurar manter alguma distância crítica a respeito do geógrafo e intelectual.

Quanto à divisão dos assuntos aqui proposta, ela se deve, em parte, ao enfrentamento de um problema que acompanhou o nosso autor por toda sua vida acadêmica, qual seja o desconforto proporcionado pela tensão entre a relativa fixidez do dado empírico, corológico e cronológico, em contraponto à liberdade do pensamento teórico, guiado pela razão dialética, a imaginação e a livre dança das categorias.

Armando Corrêa da Silva produziu uma obra relativamente extensa, bastante variada e, sobretudo, complexa. Navegou por várias das disciplinas da Geografia, tais como Geografia econômica, política, regional, urbana, da população, e preocupou-se sempre com a profissionalização do geógrafo, sua formação, e a institucionalização da carreira. Trouxe para o âmbito do Departamento de Geografia da USP disciplinas e temas até então inusitados tais como a problemática da “pós-modernidade”, a da “transvanguarda”, as Geografias social e cultural, o “bloco histórico” gramsciano para a análise das “questões regionais” e, sobretudo, a ontologia de Lukács e a fenomenologia de Heidegger. Foi sua formação filosófica como autodidata, talvez, o traço mais marcante e original de sua produção como teórico da Geografia. Afora seu esforço em atualizar os geógrafos brasileiros, procurando sempre colocá-los em contato com as últimas tendências e temas da teoria social contemporânea, Armando também acreditava que o conhecimento deveria sempre possuir um sentido de utilidade social. Não sei, honestamente, se aqui o mestre logrou o mesmo êxito que no campo da teoria e metodologia, onde afinal concentrou suas atenções. Que julgue o próprio leitor, a partir dos elementos fornecidos a seguir e, é claro, sobretudo da leitura direta das obras do nosso autor e demais especialistas.

O INTELLECTUAL PRECEDE O GEÓGRAFO

Nascido no interior de São Paulo, mais precisamente na cidade de Taquaritinga, no dia 26 de novembro de 1931, Armando Corrêa da Silva não chegaria a conhecer sua cidade natal, já que por força da profissão de seu pai,

um engenheiro civil, a família se via obrigada a mudar de local de moradia constantemente, como já assinalamos. Sua formação elementar deu-se na cidade de São Sebastião, que na passagem da década de 1930 para a de 1940 recebia obras de modernização de seu porto. Seu pai fora designado para fiscalizá-las. Quando alcançou o ginásio, teve de transferir-se para um Colégio Interno, em São Paulo, já que em São Sebastião não existiam escolas desse nível. Suas notas em Geografia foram, no geral, boas, segundo anota em seu Memorial já citado. Fez o curso científico entre 1948 e 1950, acompanhando a expectativa discreta de seu pai de seguir-lhe a carreira, mas repentinamente mudou de opinião e tentou vestibular para o curso de Direito por dois anos seguidos, sem sucesso. Nesse ínterim tomava aulas de piano, que lhe foram muito úteis a seguir, quando, em crise, decidiu mudar-se para Goiânia, onde passou a tocar profissionalmente na noite local, introduzindo-se, assim, no restrito círculo da intelectualidade do Planalto Central da época. Ele agradecerá explicitamente a Gabriel Loureiro Ferreira “o despertar de uma outra vocação”,⁵ ao assinalar que, por influência deste, decidiu mudar-se para São Paulo, a fim de retomar os estudos e prestar vestibular para o curso de Ciências Sociais. Revela a seguir haver ficado em dúvida entre os cursos da Escola de Sociologia e Política (atual FESPSP) e o das Ciências Sociais da USP, terminando por optar por este último, por lhe parecer mais desafiador. Decisão importante, uma vez que preferiu enfrentar o “weberianismo” da escola uspiana, que lhe trazia algo desconhecido, a reiterar a “sociologia marxista” já assimilada em seus traços gerais por conta própria, e que era mais característica da escola rival. Ou, dito de um modo um pouco mais preciso, foi antes devido à sua inclinação para a teoria que o então vestibulando optou pelo curso da USP, e não pelo da FESP, uma vez que a Sociologia desenvolvida na primeira estava mais ligada à metodologia, e a da última destacava-se, antes de tudo, pelos levantamentos empíricos e diagnósticos acerca da situação da classe trabalhadora no Brasil.⁶ Não obstante esta escolha decisiva, em favor da teoria pura e contra a ciência aplicada, cujos efeitos se farão notar no longo prazo, é interessante observar que

5 Armando C. da Silva, Memorial apresentado a concurso para preenchimento de cargo de Professor Titular em RDIDP do Departamento de Geografia da FFLCH-USP – São Paulo, Mimeo, 1989, p. 15.

6 Para uma visão mais completa do assunto, consulte-se: Del Vecchio, A. A Escola de Sociologia e Política de São Paulo: política, pesquisa e método nas ciências humanas. Tese apresentada ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras Unesp/Araraquara para obtenção de Título de Livre-Docente, Araraquara, 2013.

seu primeiro trabalho acadêmico inscreveu-se, na verdade, inteiramente na tradição da escola que rejeitou, como mostraremos mais adiante.

Note-se que a essa altura Armando Corrêa já militava politicamente, tinha quase 30 anos e decidira abandonar a profissão de músico por considerar que os instrumentos acústicos estavam com seus dias contados, em face do assalto dos elétricos, numa outra demonstração de sua grande capacidade de antevisão. Um ano antes da revolução de 1964, Armando tornou-se o presidente do CEUPES, Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais, numa conjunção de fatos, que, como o leitor poderá prever, não lhe seria, a seguir, nada favorável. A militância política e a influência de intelectuais como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, seus professores, o inclinavam fortemente em direção à teoria. Porém, terminada a Licenciatura em 1965, ele viverá anos conturbados ao ver naufragar sua intenção de seguir imediatamente numa pós-graduação.

É apenas em 1967, quando trabalhava como “copydesk” no jornal Folha de São Paulo, que o contato com a Geografia universitária, de fato, se estabelecerá. Ele conhece ali o professor Dirceu Lino de Mattos, que buscava auxiliares para uma pesquisa em Geoeconomia a ser desenvolvida junto à Faculdade de Economia e Administração da USP – FEA – onde lecionava. Armando será aceito na equipe, apesar de confessar ao professor “não entender nada de Geografia”.

A seguir, já na qualidade de aluno de pós-graduação, cursará várias disciplinas de Geografia física, a fim de preparar-se para lecionar Geografia das indústrias na FEA, seguindo as instruções do professor Dirceu. Em 1970 debuta finalmente como professor universitário, ministrando aquela disciplina acima mencionada, sob um acentuado enfoque historicista. Os alunos aprovaram o curso. Seu destino, assim, está traçado. Ele já havia publicado nessa época alguns textos sobre política e cultura, quer na qualidade de líder estudantil, quer como intelectual “free-lancer”, em Goiânia, mas seu trabalho mais importante ao longo de todo esse período foi um estudo sobre o proletariado paulistano, que conseguiu fazer publicar na prestigiada Revista *Civilização Brasileira*,⁷ um feito considerável, naquelas circunstâncias, e que marcará a sua afirmação como intelectual. Ali está, por inteiro, o sociólogo marxista, longe de prever que um dia se tornaria um importante geógrafo. Não se pode dizer que a transição tenha sido um caminho tranquilo.

7 Armando C. da Silva, *Estrutura e mobilidade social do proletariado urbano em São Paulo. Revista Civilização Brasileira*, n. 13, Rio de Janeiro, GB, 1967.

A primeira impressão que a “ciência dos lugares” provocou no jovem sociólogo não foi positiva. A segunda, pode-se dizer, também não. Ele não encontrou unidade no objeto da Geografia, nem profundidade teórica, afora um profundo menosprezo pelo tempo e pela História. De certo modo, foi a tentativa de preencher certas lacunas teóricas e superar certos impasses metodológicos da ciência, que agora abraçara como ofício, o que o animou a seguir adiante. Armando gostava de desafios, porém, com humildade, reconheceu que a formação em Ciências Sociais lhe criava obstáculos para compreender o objeto e o método da Geografia, e assim, nos anos seguintes, passou a estudar com afinco e profundidade o assunto. A sua aproximação com Aziz Ab’Saber e Pasquale Petrone parece ter sido decisiva para que não desistisse da Geografia. Com o primeiro aprendeu o significado do trabalho de campo para a pesquisa geográfica, ao acompanhá-lo numa excursão até a região de sua infância, o litoral de São Sebastião, e do segundo recebeu o estímulo fundamental para que fizesse um doutorado direto, já que possuía boa bagagem teórica e experiência didática. É o caminho que de fato seguirá. Porém, antes de examinarmos com um pouco mais de detalhe seu Doutorado, assim como as duas outras teses que produziu, seria interessante reproduzir alguns comentários críticos do próprio Armando acerca do relativo “atraso” teórico que identificou na Geografia, em comparação com a Sociologia, a começar pela simples constatação de que a grande maioria das pesquisas em Geografia era constituída de monografias lógico-indutivas que não chegavam a arranhar o nível da explicação, que, para ele, sempre eram o resultado de um esforço de dedução.

Assim, por exemplo, no que se refere aos contatos com a Filosofia, Armando Corrêa anotarà que apenas alguns clássicos da Geografia havia feito referência aos filósofos, e, de um modo geral, era bem precário o preparo da grande maioria dos geógrafos nessa matéria. Daí a dificuldade de a Geografia superar a sua crise, uma vez que a “deficiência de preparo filosófico” não permitia a solução do intrincado problema do seu objeto. Ele se proporá, então, a buscar uma resposta à sua indagação, identificando, a seguir, o fulcro da questão no que denominou de “impasse aristotélico-kan-tiano”⁸ da Geografia, ou seja, o fato de o desenvolvimento dessa ciência haver

8 Esta sua importante “descoberta” é desenvolvida no livro Silva, A.C. da (1978), O espaço fora do lugar, Ed. Hucitec, São Paulo.

se dado ao longo dos séculos XIX e XX, à margem do pensamento dialético tanto hegeliano quanto marxista, o que, em outras palavras, significava dizer que o embate determinismo/possibilismo não tinha solução no interior do positivismo, uma vez que Sociedade e Natureza compareciam ali como entidades não apenas ontologicamente distintas, mas inclusive hostis. Se a raiz aristotélica primária da Geografia afirmava, por um lado, o primado dos “entes”, dando fundamento às monografias empiristas, por outro a concepção de Kant, ao distinguir aparência e realidade e propor o “espaço” como categoria do entendimento, servia de lastro às correntes racionalistas, o que, em última instância, não resolvia o problema filosófico e científico de se o “espaço” era, afinal de contas, um elemento interior ou exterior ao Homem.⁹

Armando não se intimidará diante do problema e mobilizará todo o arsenal metodológico disponível no “mercado das ideias” para tentar uma resposta à sua pergunta, que poderia ser entendida, no sentido aristotélico, como metafísica. Assim, resumindo, se a ontologia lukácsiana que absorvera de José Chazin lhe permitira, de um lado, diagnosticar a essência da crise da Geografia, colocando-o em pé de igualdade no debate teórico dessa ciência com nada menos que Yves Lacoste, David Harvey, Milton Santos e Massimo Quaini, por outro lado, o próximo desafio – a análise do “sujeito” – lhe imporá uma interlocução incontornável com a fenomenologia, o existencialismo e a pós-modernidade. Poucos intelectuais com uma longa filiação marxista estariam dispostos a abraçar tarefa de tal magnitude, e com tanto despojamento. Armando Corrêa foi um deles.

ARMANDO E SUAS “DEFESAS DE TESE”

Sem dúvida, foi a grande capacidade de síntese, ao lado das sólidas posições teóricas e ideológicas, o que garantiu o sucesso inicial do sociólogo em seu novo “ofício”. A experiência adquirida durante sete anos como professor da FEA lhe permitiu estabelecer contato com o universo temático da Geografia e a difícil questão de seu objeto e unidade. Mas será só a partir da defesa de seu Doutorado que, podemos dizê-lo, Armando assumirá plena e conscientemente a sua nova condição de geógrafo.

Mais uma vez, a pergunta original, a contrapelo da tendência dominante, destacará a reflexão armandiana das demais. Ele ou definirá uma

⁹ Armando C. da Silva, Memorial apresentado a concurso para preenchimento de cargo de Professor Titular em RDIDP do Depto. de Geografia da FFLCH-USP – S. Paulo, Mimeo, 1989.

síntese entre as monografias regionais tradicionais e uma reflexão teórica mais refinada ao testar a hipótese de que as “relações de dependência” transcendiam as condições de soberania, igualando assim as “regiões periféricas” supra e subnacionais. Não lhe interessava mais tanto assim reconhecer e identificar a condição de dependência, mas antes compreender qual a gênese de uma “região periférica”, qual a sua “condição interna e necessária”.¹⁰ Em mais uma “alfinetada” dirigida à sua nova “comunidade científica”, Armando ressaltará que a principal dificuldade para responder ao problema central de sua tese se devia à “falta de apoio em trabalhos geográficos. Foi preciso fazer, primeiramente, a crítica da limitação da tipologia geográfica existente sobre região”,¹¹ ele escreverá na introdução do trabalho. Ou, o que daria no mesmo, ele irá propor, de maneira bem original, uma nova tipologia lógico-histórica que, sem perder o rigor da logicidade, fosse capaz de incluir a dimensão temporal em suas análises. Dentre os geógrafos, David Binstajn foi o único autor que se aproximou daquilo que Armando buscava e, numa adaptação do modelo deste para a realidade encontrada no Litoral Norte do Estado de São Paulo, ele concluiu sua Tese propondo a primeira tipologia ontogenética para o fenômeno das “regiões periféricas” de que se tem notícia. E o que isto significa? Nada menos que uma revolução metodológica no trato da espinhosa discussão das “disparidades regionais”, permitindo verificar como as partes e o todo se entrelaçam dialeticamente, isto é, como a “formação territorial” conduz e é conduzida pelas “funções regionais”, que, por sua vez, se alternam ao longo do tempo e influenciam as discontinuidades observáveis em escala nacional. O “subcentro” e a “semi-periferia” de hoje, em conclusão, já teriam sido regiões isoladas ontem, ou em alguma época, e estas poderão chegar à condição daquelas amanhã ou depois. Confirmar-se-ia, assim, a hipótese de que existiria um “colonialismo interno” no país, o qual reproduz, em linhas gerais, as características básicas da dominação e exploração observada em função da desigualdade externa. Uma explicação sem dúvida bem amarrada, mas sublinho que a questão acerca da moeda e das forças armadas, isto é, da soberania, não foi tratada, e tampouco lhe foi cobrada pela banca.

Foi uma tese, no geral, bem aceita pelos seus mestres uspianos, e que consolidou seu nome no rol da comunidade dos geógrafos brasileiros. Não

10 Armando C. da Silva, *O Litoral Norte do Estado de São Paulo: formação de uma região periférica*. Instituto de Geografia, USP, 1975, p. 5.

11 Idem.

obstante, quando pretendeu tornar-se Livre-Docente, Armando deparou-se com uma situação completamente distinta, que resultou numa polémica e inusitada “reprovação”. Até hoje este é um dos episódios mais emblemáticos da luta ideológica e teórica que marcou a Geografia brasileira daquele período, entre “quantitativos” e “marxistas”.

Embora tivesse esperança de ser aprovado, Armando correu um risco calculado, e procurou tornar a sessão de defesa de sua Tese de Livre Docência um evento nitidamente de caráter político. A começar pelo título, bastante original e provocativo “Cinco paralelos e um meridiano – contribuição ao discurso geográfico teórico”, nosso autor procurou nesse estudo demarcar, de maneira bastante clara e sem sofismas, os campos ideológicos e científicos em pugna pela melhor “explicação geográfica” e pela melhor “compreensão da realidade”. Sua proposta se baseava no conceito de “sub-totalidade”, uma tentativa de síntese, grosso modo, entre as abordagens empírico-indutivas e lógico-dedutivas, mas que não deixava de procurar demonstrar, até com alguma ênfase, a superioridade da visão totalizante da ontologia lukácsiana em relação à fragmentação neopositivista do objeto e ao reducionismo do enfoque empirista. Dado que a banca era formada principalmente por geógrafos comprometidos com o empirismo positivista, é compreensível que a Tese armandiana não fosse, em princípio, bem recebida. Mas seria ingênuo atribuir exclusivamente a este aspecto a razão de sua “reprovação”.

Mais tarde, o próprio Armando reconheceria que não foi bem na prova prática, saiu-se melhor na defesa do Memorial, e foi muito bem na prova escrita. Ou seja, foi realmente em razão da sessão de defesa da Tese que o veredicto foi tomado. E me lembro, por tê-la assistido, que Armando enfureceu vários membros da banca ao retrucar a crítica de que não “havia uma Tese” propriamente dita em seu trabalho, pois faltava unidade temática entre os capítulos. Ele ironizou dizendo que havia tantas teses quantas ordens de leitura desses capítulos, pois, se bem que independentes e válidos em sua singularidade, cada um deles se articulava com os demais numa determinada ordem lógica, a qual poderia ser definida livremente pelo leitor. Assim, o fato de não possuir uma forma tradicional, com começo, meio e fim, não significava a ausência de uma Tese, mas apenas que a mesma não estava tão evidente.

A fina ironia não sensibilizou a banca, muito pelo contrário. E o subterfúgio do não reconhecimento de uma tese de Geografia propriamente

dita, uma vez que ali estavam incluídos temas característicos de outras disciplinas, selou a justificativa para que não lhe conferissem o título pleiteado. Apenas Pasquale Petrone, entre os cinco membros da banca o aprovou. Os demais, por diferentes razões, o reprovaram: Dirceu Lino de Mattos, Antonio Olivio Ceron, Jurgen Langenbuch e Orlando Valverde. O primeiro, seu antigo orientador, manteve-se sempre filiado ao “determinismo”, os dois seguintes eram expoentes, à época, da corrente “teorética” e, finalmente, Petrone e Valverde alinhavam-se ao que se poderia chamar de “possibilismo”, isto é, uma escola de estudos regionais de inspiração francesa que começava a incluir, na Europa, o vocabulário e as temáticas marxistas. Listo a seguir o índice do trabalho, a fim de que o próprio leitor tire suas conclusões acerca da “refrega”. A tese começava com uma introdução que fazia o papel de “paralelo”, ao tentar alinhar os capítulos a seguir, isto é, os “meridianos”, atribuindo um significado unificador ao conjunto. Depois seguiam-se os ensaios: Brasil Geográfico; Espaço e Socialismo; Variações, Unicidade, Dependência, Equivalência; O Espaço Social na Geografia Francesa; e Colonialismo e Complementaridade.¹²

Apesar de derrotado em termos acadêmicos e administrativos, Armando sentiu-se vitorioso nos planos político e epistemológico: ele havia indicado a possibilidade da construção de um discurso teórico orgânico em Geografia, e não fora “vencido” em termos de argumentação, muito pelo contrário. O fato de as arguições da banca terem se concentrado apenas no primeiro capítulo da tese lhe pareceu uma prova de que seu trabalho de fato incomodara o “establishment” empirista da Geografia brasileira. Daí sua decisão de seguir nesse veio, uma chave encontrada, afinal, para a solução do histórico problema do objeto da Geografia. Além disso, inquestionavelmente, sua reprovação provocara uma onda de solidariedade entre os estudantes, tanto de graduação como de pós-graduação, e entre os professores mais jovens, o que terminaria por colocá-lo, num primeiro momento, como ponto de referência incontornável do debate teórico em Geografia e, logo em seguida, como liderança nacional e local da Associação dos Geógrafos Brasileiros.¹³

Assim, muito antes do que pudessem prever seus detratores, Armando preparou outra Tese de Livre Docência, respeitando agora aqueles aspectos

12 Armando C. da Silva, Memorial apresentado a concurso para preenchimento de cargo de Professor Titular em RDIDP do Depto. de Geografia da FFLCH-USP – S. Paulo, Mimeo, 1989.

13 Armando exerceu o cargo de presidente nacional da AGB na gestão 1990-92 e posteriormente dirigiu a Seção Local São Paulo.

formais que haviam servido de justificativa para a sua primeira reprovação. Não sei se posso me atribuir alguma influência nisso, mas o fato é que, nesse período, passagem das décadas de 1970 para a de 80, Armando orientava meu mestrado sobre o bairro do Brás e, em paralelo desenvolvia sua pesquisa sobre o bairro da Consolação, duas áreas subcentrais da metrópole paulista que se encontravam em processo de profunda transfiguração. Foi um período em que se intensificaram os colóquios, formais e informais, com o professor Armando, nos quais discutíamos principalmente o que havia de comum e o que era singular a cada bairro naquele momento do processo urbano paulistano, e que tendências se poderiam tentar antever, para cada bairro e para a Metrópole em seu conjunto. Ele possuía uma visão bastante clara da hierarquia de complexidade das pesquisas acadêmicas, que iriam, ou deveriam ir, segundo sua opinião, das mais simples – as “Monografias” –, geralmente estudos descritivos característicos de uma fase de formação, portanto próprios aos “Mestrados”, até se chegar às mais complexas – os “Ensaio” –, sempre mais conceituais, abstratos e teóricos, característicos de um pensamento amadurecido e que deveriam, assim, balizar as Teses de “Livre Docência” e os concursos para “Professor Titular”. Em razão disso, teria certa dificuldade em justificar o aparente “reco” de seu novo trabalho perante o anterior, já que na nova Tese, apresentada apenas três anos após o “fracasso” daquela reproitada em 1979, o elemento empírico ocupava papel de destaque. Ele se defenderá alegando que o “estudo de caso” serviu, no fundo, como alavanca para suas ambições teóricas.

O título da Tese – “A metrópole ampliada. O bairro metropolitano. O caso de São Paulo: o bairro da Consolação-SP” – não deve nos levar a pensar que se trata de um estudo descritivo tradicional. Pelo contrário, o principal objetivo de seu esforço foi testar duas hipóteses eminentemente teóricas, a primeira relacionada à importância dos serviços para o processo de metropolização, e a segunda sobre como a estrutura da metrópole ampliada representaria a manifestação acabada, no espaço, da hegemonia do capitalismo monopolista de Estado sobre a sociedade.¹⁴ Não obstante, para lastrear suas hipóteses, Armando realizou um exaustivo trabalho de campo que recolheu, lote a lote, quadra a quadra, as características básicas de cada edificação e os preços do lote e da área construída, os quais foram tratados como

14 Consultar Armando C. da Silva, *A metrópole ampliada e o bairro metropolitano: o caso de São Paulo: o bairro da Consolação*. Tese de Doutorado, Depto. de Geografia FFLCH-USP, São Paulo, Introdução, 1982.

elementos de evidência das hipóteses e resultaram em belos mosaicos que combinaram rigorosa cartografia temática e apurado senso estético.

Dessa vez seu trabalho não corria o risco de reprovação. De um lado ele cobrira todas as mediações do espectro multidisciplinar da Geografia, ao revelar conhecimentos partiam da Geologia, Pedologia e Topografia de cada lote analisado para alcançar os níveis mais elevados e abstratos da reflexão metodológica e filosófica contemporâneas. De outro lado, a banca agora estava mais afinada com os vários temas tratados, e não reconhecia no modo peculiar como Armando os desenvolvia nenhum risco maior ao rigor científico, como ficara subentendido na vez anterior. Aziz Ab'Saber, Gabriel Cohn, Paul Singer, Milton Santos e André Villalobos lhe atribuíram ao final de três longos dias de certame a nota 9, o que abriu formalmente a possibilidade para que nosso autor se tornasse em seguida Professor Titular, encerrando assim sua vida docente no topo da carreira, como havia sido seu desejo desde o início.

DE VOLTA PARA O FUTURO

Obviamente todo o conhecimento, sendo coletivo, histórico e transitório, apresenta certos limites que não podem ser ultrapassados. O que coloca, em termos armandianos, a questão sobre se, no futuro, ainda haverá um conhecimento parcelar da realidade que continuará sendo chamado de Geografia. Ou, em outras palavras: será que a Geografia tem futuro?

A mesma questão colocada hoje e em meados dos anos 1970 possui decerto, significados distintos. No entanto, é incrível como, passadas quatro décadas, a indagação original de Armando Corrêa permanece atual, no sentido de que novamente a comunidade de geógrafos se encontra sem um rumo definido pela frente, sem um projeto coletivo unificador dos interesses, vontades e vocações dos geógrafos. Naquela época a apropriação crítica do estruturalismo althusseriano permitiu a Armando Corrêa da Silva estabelecer um diálogo fecundo com Milton Santos no sentido de se buscar uma metodologia geográfica imune à pressão “paralisante das estruturas”, como bem apontou Breno Pedrosa.¹⁵ E para tanto o recurso à ontologia e à fenomenologia se mostraram essenciais, a fim de se compreender melhor os mecanismos da “produção do espaço” e como esse espaço “produzido” é

¹⁵ Consultar Breno Viotto Pedrosa, A Geografia crítica brasileira e o debate sobre a ontologia do espaço: uma aproximação. *Geografares*, n. 11, p. 139-168, jun., 2012.

“percebido” e “valorizado”. Assim, de lá para cá observamos que o “sujeito”, a “cultura” e a “luta de classes” passaram a habitar com naturalidade os textos dos geógrafos e não são mais considerados desvios “sociologizantes” ou “psicologizantes” comprometedores do “caráter distintivo da Geografia”, como postulava o modelo lablachiano. Sem dúvida, a carência teórica da “ciência dos lugares” foi afastada e, agora, o risco que se corre é, ao contrário, o do completo abandono do caráter “aplicado” dessa disciplina que sempre pressupôs o diagnóstico de espaços singulares, através de levantamentos empíricos. As respostas alcançadas por Armando Corrêa podem não ter sido definitivas quanto à superação da tendência à fragmentação do discurso e da pesquisa geográficas, um problema, aliás, não exclusivo da nossa “ciência”. Contudo, ao constatar que historicamente a Geografia vinha se apresentando como uma “ideologia do cotidiano” e que, afinal de contas, a compreensão de fenômenos e processos concretos é mais importante que qualquer “classificação das ciências”, ele não deixou de contribuir significativamente para o arejamento do discurso de nossa comunidade científica, bem como de sua politização.

É verdade, por outro lado, que a metodologia que buscou formatar e aplicar, por ele denominada inicialmente de “fenomenologia-ontológica-estrutural”,¹⁶ ainda soa um tanto estranha e paradoxal. Da mesma maneira, não parecem ter sido tão fecundos os desdobramentos do conceito de “subtotalidade”, como ele previa. Salvo engano de minha parte, apenas Ruy Moreira e Elvino Martins têm procurado prosseguir na trilha aberta pelo mestre, ao explorar a noção de “geograficidade” como que para dar concretude àquela formulação.¹⁷ Autores mais jovens como Humberto Guimarães, Breno Viotto Pedrosa, Luís Lopes Diniz Filho e outros, por sua vez, têm dado contribuições interessantes, mas como reavaliações de seu legado, inserindo-o no contexto mais amplo do debate que viveu e ajudou a florescer. O resgate desse passado recente da Geografia brasileira já se inscreve, assim, de forma indelével, como parte significativa da história do pensamento geográfico em termos universais. Essa maior robustez teórica, contudo, não implicou a construção de um espaço geográfico mais “racional”. Pelo contrário, hoje a crise da Geografia não é mais uma crise de

16 A esse respeito consultar Ruy Moreira, *Marxismo e Geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias*. *GEOgraphia*, Niterói, PPGEO/UFF ano VI, n. 1, 2004.

17 Consultar Armando C. da Silva, *A aparência, o ser e a forma*. *GEOgraphia*, ano II, n. 3, 2000.

“discurso”, mas da produção absolutamente caótica do espaço a partir do abandono de qualquer planejamento territorial que implique restrições ao mercado imobiliário e a outras formas capitalistas de uso do espaço. Assim, a “ontologia analítica” armandiana deve prosseguir ainda por algum tempo, segundo minha avaliação, como o “estado da arte” das teorizações a respeito do método mais apropriado para as necessidades da Geografia, ao fundir “a aparência, o ser e a forma”.¹⁸ Não obstante, a inclusão do tempo parece haver perdido, em seus últimos trabalhos, o protagonismo dos primeiros anos de sua reflexão, quando considerava o espaço geográfico como uma “progressiva realização humana”¹⁹ da qual apenas as Geociências poderiam fazer abstração. Isto recoloca a questão da unidade da Geografia que ele reconheceu como impossível em termos de objeto, mas não de método.

Procurei nestas poucas páginas dar um apanhado geral sobre o que significou a passagem de Armando Corrêa da Silva pela Geografia brasileira. A oportunidade de rever sua produção, que conheço quase integralmente, e cotejá-la com alguns de seus comentadores me levou à conclusão de que o esclarecimento integral do sentido desta “passagem” exigirá ainda muitos estudos, tamanha a densidade e a complexidade de sua reflexão, em qualquer uma das disciplinas geográficas em que atuou. Além disso, a generosidade que sempre teve para com seus orientandos, bem como a liderança política que exerceu na AGB, fazem dele uma referência incontornável para qualquer geógrafo brasileiro digno desse nome. Pode-se dizer, por outro lado, que o “casamento” de Armando com a Geografia não foi uma “paixão à primeira vista”, mas sim uma espécie de “união por interesse” à moda antiga dos matrimônios nas sociedades tradicionais. Nem por isso ele deixou de exercer, com absoluta entrega e uma enorme fidelidade, o ofício de geógrafo. Jamais se apresentou pública ou privadamente como sociólogo, embora técnica e oficialmente ele também o fosse. Armando tinha uma forma de trabalhar e raciocinar absolutamente ímpar. Notívago desde os tempos de pianista em Goiânia, lia compulsivamente e escrevia todas as madrugadas, produzindo textos com grande regularidade sem a menor preocupação se estava sendo “produtivo”. Procurei aqui me concentrar na apresentação de suas Teses e não em seus livros e artigos, pelo fato de os primeiros serem

18 Consultar Armando C. da Silva, A aparência, o ser e a forma. *Terra Livre*, n. 9, 1991; *GEOgraphia*, ano II, n. 3, 2000.

19 Consultar Armando C. da Silva, A Geografia e a totalidade estrutural em crise de fundamentos, s/d, mimeo. A Geografia e a totalidade estrutural em crise de fundamentos, mimeo, p. 42.

estudos mais aprofundados e volumosos, além de menos conhecidos. De mais a mais, há a limitação do espaço.

Lembro-me que, por ocasião do lançamento de seu livro de poesias, em 1993, comentei com amigos que me parecia absolutamente lógico o título da obra, já que, afinal de contas, o “futuro” era o lugar de onde ele tinha vindo. Hoje penso que a frase contém algo de mais misterioso do que apenas uma brincadeira. Sua disposição para enfrentar problemas teóricos de difícil solução era simplesmente invejável, assim como seu compromisso com a liberdade de pensamento e a construção de uma sociedade brasileira mais tolerante, mais justa e menos desigual. Para mim ainda estão plenamente vigentes suas advertências para que os geógrafos brasileiros não permaneçam isolados em seu campo disciplinar, “mirando orgulhosamente o próprio umbigo”. Mais que apenas orientador ou líder intelectual e político, Armando Corrêa da Silva foi um amigo de seus orientandos, ensinando-lhes muitas outras coisas além daquelas regimentais. Assim, por exemplo, ao perceber minha timidez, alertou-me de que essa característica de personalidade poderia ser confundida por algumas pessoas ou com insegurança ou com arrogância. Sábias palavras. Em outro momento, quando surgiu a *Glasnost* e a *Perestroika*, indo a contrapelo das interpretações dominantes na esquerda, que se mostravam otimistas com o processo, prognosticou que aquela “guinada à direita” afastaria a humanidade do socialismo e poderia resultar na desagregação da União Soviética. Poucos lhe deram ouvidos.

Armando enfrentou uma esquizofrenia congênita com enorme dignidade. Combateu com fina ironia, coragem e elegância o preconceito de que foi vítima. Ele sabia que, ao menos em parte, esse preconceito havia pesado na reprovação de sua primeira Tese de Livre Docência, assim como na recusa de financiamento do único projeto que pretendeu realizar no exterior, a fim de testar sua teoria sobre o que denominava de “cosmopolitismo democrático metropolitano”. No entanto preferiu o silêncio. É verdade que muitas vezes Armando teve dificuldade em ser compreendido ou estabelecer uma interlocução, pois seu discurso podia tornar-se hermético demais e resvalar no incompreensível. Mas não me lembro de que tenha sido ríspido com alguém, exceto quando, numa aula de Geografia para o curso de Ciências Sociais, chamou de “stalinista” um dirigente estudantil que invadira sua sala intempestivamente. Ele se preparava para fazer um balanço acerca dos resultados de sua linha de pesquisa “O futuro do homem e do espaço na década de 90”, quando repentinamente veio a falecer, no dia 26 de agosto de 2000.

Soubemos imediatamente de que essa era a data correta de seu falecimento porque Armando, metódico, não havia virado a folhinha para o dia 27.

Pode-se é óbvio, não concordar com tudo o que Armando Corrêa da Silva fez ou escreveu. Mas não se pode negar sua inteligência e o fato de que, acima de tudo, ele era um boa praça e um *gentlemen*.

Saudades do Armando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MOREIRA, R. Marxismo e Geografia (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias). *Revista GEOgraphia*, Niterói, Ano VI, n. 11, p. 21-37, 2004.
- SILVA, Armando Corrêa da. Estrutura e mobilidade social do proletariado urbano em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 13, mai. 1967.
- _____. *O Litoral Norte do Estado de São Paulo: formação de uma região periférica*. São Paulo: Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 1975.
- _____. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *A Metrópole ampliada e o bairro metropolitano. O caso de São Paulo: o bairro da Consolação*. Tese (Livre docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- _____. Memorial apresentado a concurso para preenchimento de cargo de Professor Titular em RDIDP do Departamento de Geografia da FFLCH-USP – São Paulo, Mimeo, 1989.
- _____. A aparência, o ser e a forma (geografia e método). *Revista GEOgraphia*, Niterói, Ano II, n. 3, p. 7-25, 2000.
- _____. *A Geografia e a totalidade estrutural em crise de fundamentos*. Mimeo, s/d.
- PEDROSA, Breno Viotto. A Geografia crítica brasileira e o debate sobre a ontologia do espaço: uma aproximação. *Revista Geografares*, n. 11, p. 139-168, jun. 2012.
- SPÓSITO, Eliseu. Por Armando Corrêa da Silva. Em busca do futuro do pretérito. *GeoAtos – Revista Geográfica em Atos*, Departamento de Geografia, Presidente Prudente n. 1, v. 2, p. 110-19, jun./dez. 2011.
- DEL VECHIO, A. *A Escola de Sociologia e Política de São Paulo: política, pesquisa e método nas ciências humanas*. Tese (Livre Docência) – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia; Faculdade de Ciências e Letras Unesp/Araquara, 2013.

Fany Davidovich e a Geografia urbana: uma análise a partir da Revista Brasileira de Geografia

*Ciro Marques Reis*¹

Em 1956, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, recebia o XVIII Congresso da União Geográfica Internacional. No mês de agosto daquele ano, entre os dias 8 e 19, o Brasil sediava o primeiro congresso internacional de Geografia realizado no Hemisfério Sul. Considerado um marco na história da Geografia brasileira, o evento recebeu milhares de inscrições, oriundas de mais de 50 países.² Uma delas foi feita pela professora Léa Goldenstein, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, para uma amiga do Rio de Janeiro, sem que esta soubesse. A inscrição “surpresa” fora feita para a geógrafa Fany Rachel Davidovich, e se revelaria, mais tarde, como um ponto nodal na vida da geógrafa carioca³ e como o estopim de uma contribuição notável no campo intelectual da Geografia urbana, em especial no estudo das metrópoles brasileiras.

Fany Rachel Davidovich havia se formado em Geografia e História em 1942, pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, pertencendo, assim, às primeiras gerações de geógrafos formados por mestres como os franceses André Gilbert e Francis Ruellan e os brasileiros Victor Ribeiro Leuzinger, Josué de Castro e Carlos Delgado de Carvalho. Entre os colegas da FNF⁴ incluíam-se, além da própria Léa Goldenstein, Pedro

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política (GeoBrasil). (ciro.reis@gmail.com)

2 Uma boa descrição do advento do XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956) está no artigo de Hélio de Araújo Evangelista publicado na *Revista geo-paisagem* (online), 2004.

3 Entrevista concedida à professora Mônica Sampaio Machado, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 2012.

4 Sobre alunos contemporâneos de curso de Geografia e História de Fany na Faculdade Nacional de Filosofia, ver: “Notas autobiográficas e reflexões”, Pedro Geiger (GEOSUL, n. 17 – Ano IX

Pinchas Geiger, Maria Therezinha Segadas Soares, Lysia Bernardes, Regina Pinheiro Guimarães Spindola e Newton de Almeida Rodrigues. No entanto, o casamento e a opção prioritária pela família a afastaram da Geografia por mais de uma década. A autora deixou de lado as marcantes excursões e reuniões científicas com o professor Francis Ruellan, que desempenhou importante papel na formação de Fany, e de outros geógrafos formados pela FNFi no período, para dedicar-se ao casamento e ao filho único, o conceituado físico brasileiro Luiz Davidovich, que nasceu em junho de 1946.

Ao participar do XVIII Congresso da União Geográfica Internacional e reencontrar os amigos Lysia Bernardes, Pedro Geiger e Therezinha Segadas, que permaneceram na Geografia de forma ininterrupta e que agora ocupavam posições avançadas no meio acadêmico e em instituições federais, Fany passou por um processo de séria reflexão, que culminaria, em poucos anos, em sua reaproximação com a Geografia.

Foi em 1960. Movida pelo forte desejo de retornar ao labor geográfico, e contando com o apoio de seu outrora colega de turma, o geógrafo do IBGE Pedro Geiger, Fany ingressou no IBGE. O Conselho Nacional de Geografia era então presidido por Jurandir Pires Ferreira; Esperidião Faissol ocupava o cargo de Secretário Geral do CNG, e Antônio Teixeira Guerra a chefia do Departamento de Geografia. Foi Guerra quem recebeu Fany e prontamente lhe abriu as portas. O excelente histórico como aluna lhe rendeu um imediato convite para ingressar como geógrafa, proposta que refutou imediatamente, por considerar injusto assumir tal posição após um tempo considerável afastada das práticas relacionadas à Geografia e às pesquisas. Fany optou por (re)começar como estagiária, copiando dados e construindo tabelas à mão na Praia Vermelha, ao lado de colegas como Salomão Turnowski e Edmon Nimer.

Logo em seguida, Fany passa ao quadro permanente do IBGE, ocupando a “Classe de Geógrafos”, favorecida por Lei Federal⁵ que oficializou a entrada de estagiários no serviço público. O Conselho Nacional de

– 1994). Geiger remonta o ambiente do curso de Geografia e História da FNFi no início dos anos 40 e faz breves considerações sobre alguns colegas de turma. Therezinha Segadas e Lysia Bernardes são citadas como colegas por Fany em entrevista concedida à Professora Mônica Sampaio Machado em 15 de fevereiro de 2012, material inédito.

5 Lei n. 3.780, de 12 de Julho de 1960. Em seu Art. 19, a lei abrangeu a situação dos funcionários, dos extranumerários amparados pelos artigos 18 e 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou pela Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, e pelo art. 264 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, ou pessoal a eles equiparado, os quais, com as ressalvas previstas na presente lei, passaram, para todos os efeitos, à categoria de funcionários.

Geografia, nos anos iniciais da década de 60, possuía em seu quadro de geógrafos, além de Fany, nomes como o de Edmon Nimer, Elisa Maria José Mendes de Almeida, Leny Bruck de Mota Maia, Maria Elizabeth de Paiva Corrêa de Sá, Maria Lúcia Meirelles de Almeida, Maria Luiza Braga Behresdorf, Nysio Prado Meinicke e Sônia Alves de Souza.⁶

Segundo Fany, outro acontecimento foi de extrema importância para seu desenvolvimento, aprimoramento e definição temática na pesquisa geográfica – a revolução implementada por Michel Rochefort no IBGE.

Qual foi o evento então que me favoreceu? Foi a chegada do Michael Rochefort. Michael Rochefort introduziu uma revolução no Rio de Janeiro, no Departamento de Geografia do IBGE. Ele foi acolhido muito bem, era casado com uma brasileira, Regina, nossa colega, Regina Pinheiro Guimarães. Falava português, facilitava muito. Ele entendia a Geografia das indústrias, a Geografia urbana, a Geografia agrária, e a Geografia da população. Foi nessa que eu entrei, através da renovação da Geografia lá dentro. (Entrevista concedida à Monica Sampaio Machado em 15 de fevereiro de 2012).

A Geografia das indústrias foi a temática de entrada de Fany no que tange à sua produção intelectual. Como membro integrante do Grupo de Geografia das Indústrias,⁷ Fany foi responsável pela redação final do artigo “Estudos para a Geografia das indústrias do Brasil Sudeste”, publicado na Revista Brasileira de Geografia em 1963 (abril/junho, n.2). Publicação oriunda de um trabalho de pesquisa de dois anos, que foi inicialmente orientado por Rochefort, sob coordenação de Pedro Geiger. A metodologia foi provida por Rochefort, através de cursos sobre metodologia da Geografia das indústrias. Em 1961, Fany já dividira com Pedro Geiger a autoria do artigo “Aspectos do Fato Urbano no Brasil”, publicado na Revista Brasileira de Geografia (abr./jun. 1961). Na verdade, Fany participara como adaptadora da obra de Geiger sobre as redes urbanas brasileiras, que se traduziria mais tarde no livro “Evolução da Rede Urbana Brasileira”, publicado em 1963 com o apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério

6 Foi possível remontar de forma aproximada o Quadro de Pessoal CNG do IBGE por meio da análise do Decreto nº 53.948, de 5 de junho de 1964. Além dos já citados na “Classe dos Geógrafos”, pertenciam ao Quadro do CNG, como “Auxiliar de Geografia”: Antônio Luiz Dias de Almeida, Irineu José Lopes, Maria Custódia Ferreira e Marília Vilma de Oliveira Veiga.

7 Professores do Grupo de Geografia das Indústrias do IBGE (1961-1963): Fany Davidovich, Ignez de Moraes Costa, José Carneiro Felipe Filho, José Cezar de Magalhães, Maria Elisabeth Corrêa de Sá, Maria Lúcia Meireles de Almeida, Maria Luíza Gomes Vicente, Ney Julião Barroso e Salomón Turnowski. Vide: GEIGER, PP. Estudos para a Geografia da indústria no Brasil Sudeste. Revista Brasileira de Geografia, v. 25, n. 2, 1963. p. 3. (nota).

da Educação (INEP). Somente com o artigo “Tipos de Cidades Brasileiras”, publicado na Revista Geográfica (t.33. n.60) do Instituto Panamericano de Geografia e História, no primeiro semestre de 1964, Fany produziria seu primeiro trabalho solo e de boa repercussão à época. Em linhas gerais, o trabalho buscava compreender o “comportamento” de cidades brasileiras diante do processo industrializante, seja pelo impacto sofrido, seja pela convergência com a industrialização. Amparada conceitualmente em Pierre George, no fato urbano contemporâneo atrelado à industrialização, seu trabalho ressaltava o necessário cuidado na classificação das cidades brasileiras, especialmente em suas diferenciações oriundas de seus processos históricos de formação.⁸ Sob esse aspecto, Fany fazia uma distinção entre cidades com feições mercantis e cidades com feições industriais e já imprimia a ideia de redes urbanas.

A classificação das cidades brasileiras em seu conjunto enfrenta uma série de dificuldades, fundamentalmente resultantes de se tentar reunir, dentro de um mesmo esquema, organismos que representam aspectos profundamente diferenciados da estrutura econômica e social. [...] Na tarefa de encarar as cidades brasileiras como um todo, impõe-se a necessidade de abordá-las num sentido dinâmico, em que transpareçam, ao mesmo tempo, maneira pela qual refletem os quadros econômico-regionais a que pertencem e sua relação com o conjunto urbano do país. (DAVIDOVICH, 1964, p. 5-6)

Neste trabalho já se configurava o estilo utilizado por Fany, que segundo a própria, caracterizaria toda a sua obra: uma orientação para o ensaio acadêmico. Não o ensaio sem o comprometimento científico, mas com boa participação de sua intuição enriquecida por um arguto senso de observação. Não adepta da Geografia quantitativa, embora ciente de sua importância instrumental, Fany se caracterizou pelo enfoque interpretativo com viés político em seus trabalhos, o que, segundo Roberto Schmidt de Almeida, aproximara suas contribuições intelectuais à órgãos públicos

8 Para Fany, existem etapas da convergência do fenômeno industrial no território brasileiro. A primeira etapa corresponderia ao primeiro reflexo da Revolução Industrial, com cidades que se moldavam pela implantação de infraestruturas necessárias para o escoamento da produção. Cidades do tipo economia de exportação. Estas se apresentavam, então, difusas no território brasileiro. A etapa seguinte da convergência como fenômeno industrial já estaria correlacionada com a atividade industrial nativa, com a evolução da industrialização nacional que passaria a centralizar as ações e gerar impactos por si só. Diferentemente das cidades do tipo economia de exportação, que se apresentavam difusas no território nacional, essas novas cidades industriais, principalmente após a II Guerra Mundial, apresentavam-se concentradas na região Sudeste do Brasil.

vinculados ao planejamento urbano. Almeida elenca Fany e Faissol como dois expoentes nos trabalhos do IBGE sobre o processo urbano:

A área de análises sobre o processo de urbanização foi a arena de dois profissionais que produziram dois tipos de trabalhos bem distintos, mas que geraram uma boa complementaridade aos olhos dos outros técnicos da área de planejamento federal. O primeiro foi Speridião Faissol e sua equipe, que geraram uma grande série de análises sobre a estrutura urbana brasileira, apoiados em técnicas quantitativas as mais diversas, e o segundo foi Fany Rachel Davidovich, que contribuiu enormemente com seus trabalhos e relatórios, que tendiam a explicar em termos mais políticos do que técnicos os processos de urbanização, abrindo com isso canais de comunicação mais efetivos entre as áreas de planejamento urbano situadas em agências como o SERFHAU ou o Ministério de Urbanismo e o IBGE. (SCHMIDT, 2000, p. 271)

De fato, as questões urbanas ocupariam um lugar central na produção intelectual de Fany. A afinidade com a temática do urbano, segundo a própria geógrafa,⁹ representaria uma espécie de atavismo, uma ligação psicológica transgeracional com as cidades. Fany nasceu no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1922,¹⁰ filha de pai romeno e de mãe ucraniana, que chegaram ao Brasil, respectivamente, em 1914 e 1918, oriundos de famílias judias que não tinham direito a propriedade rural, que viviam em pequenos núcleos urbanos, em cidades menores, e que nutriam o desejo de trabalhar e estudar em cidades maiores. Daí a ligação sentimental e o interesse em interpretar a cidade grande, a metrópole, um objetivo outrora projetado por seus ancestrais da ucrânia meridional, na antiga Rússia Imperial.

Fany esteve vinculada ao IBGE até 1992, quando encerrou seu ciclo com a instituição. Vale ainda mencionar a passagem da geógrafa como pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR, UFRJ, no período entre outubro de 1998 e abril de 2004. Fany participou dos projetos de pesquisa “Impactos Metropolitanos

9 Entrevista concedida à Profa. Mônica Sampaio Machado em 15 de Fevereiro de 2012. Material inédito.

10 Fany nasceu no Rio de Janeiro, no dia 9 de outubro de 1922. Seu pai, Issak Koiffmann, e sua mãe, Adélia Vainer Koiffmann, inicialmente moraram na Rua São Francisco Xavier, em frente à Igreja de São Francisco Xavier. Isaak Koiffmann foi comerciante de móveis, proprietário da Casa Rio na década de 20. Duas décadas depois chegaria a diretor-gerente do Banco Israelita Brasileiro. A família estabeleceu-se na Rua Paissandu, no bairro do Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro. Vide: Almanak Laemmert (1929, p. 701); Entrevista Bertha Becker (Geosul, v. 22, n. 44, 2007, p. 175-176); Vide: Diário Oficial da União (nov/1945, p. 17.326; jun/1946, p. 8.809; jun/1959, p. 13.077).

da Reestruturação: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Buenos Aires e Santiago” e “Metrópole, Desigualdades Sócio-espaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”. Neste período, foi colaboradora do grupo de pesquisa Observatório das Metrópoles pelo IPPUR, onde deu continuidade à sua produção relacionada com o estudo das metrópoles e das formas de aglomeração urbana.

FANY DAVIDOVICH E SUA PRODUÇÃO INTELECTUAL (1962-1992)

Os trabalhos iniciais de Fany estão atrelados à sua atuação no grupo de estudos de Geografia da indústria do Conselho Nacional de Geografia, no início da década de 60, como bem caracterizado em sua segunda obra *Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962*, publicado em 1966 na Revista Brasileira de Geografia. Trata-se de um vigoroso artigo de 78 páginas, repleto de informações históricas, dados socioeconômicos, tabelas, gráficos e mapas, que perpassam as condições de industrialização em Jundiaí, observando a visceral influência de São Paulo, em virtude de sua proximidade com esta cidade, desde o período colonial até o impulso industrializante na região, nos 50 e 60. São descritos períodos de industrialização e localização de indústrias, ressaltando o papel dinamizador da estrada de ferro na implantação de atividades fabris nas antigas cidades cafeeiras do século XIX, o surgimento de estabelecimentos têxteis nas duas primeiras décadas do século XX, a emergência de indústrias alimentares que buscavam responder à crescente demanda dos centros urbanos mais importantes nos anos 30 e 40, até a implantação das indústrias de mecânica pesada e metalurgia nos anos 50 e 60. Fany dissecou todos os aspectos da organização do espaço urbano de Jundiaí em 1962, tomando como referencial sua função industrial.

É na Revista Brasileira de Geografia (RBG), editada pelo IBGE, que Fany publica expressiva parte de sua produção bibliográfica. Em 1971, a RBG, em seu volume 33, número 2, traz o artigo Formas de projeção espacial das cidades na área de influência de Fortaleza. Tratava-se de estudos sobre a estrutura do espaço geográfico do país tendo a atividade urbana como ponto de partida, estabelecendo zonas que se conectavam e estavam sob influência de um centro. Mais especificamente, observava as características gerais do comportamento do espaço da zona de influência de Fortaleza, uma região que compreendia os estados do Maranhão, Piauí e Rio

Grande do Norte, concentrando-se principalmente no Estado do Ceará e destacando Fortaleza como centro de maior importância na distribuição de bens e serviços na região.

Fany volta a publicar quatro anos depois (RBG, v. 37, n. 1, 1975), produzindo em coautoria com Olga Maria Buarque de Lima o artigo “Contribuição ao Estudo de Aglomerações Urbanas no Brasil”. Em resposta ao contexto de expansão acelerada das aglomerações urbanas, o texto é articulado de forma a suprir órgãos de planejamento urbano com um meticuloso sistema de classificação e identificação de aglomerações urbanas, visando a atuação no que tange aos seus problemas sociais e econômicos. Tendo como base o Censo Demográfico de 1970, e utilizando critérios como: forma de concentração, número de habitantes, caráter urbano da população, densidade demográfica, estrutura econômica, deslocamento de população economicamente ativa, tamanho da cidade central, crescimento demográfico central e da sua periferia, peso da industrialização e número de trabalhadores nos setores secundário e terciário da economia, as autoras categorizam as aglomerações urbanas brasileiras¹¹. A crítica desses dados resultou em duas principais prescrições que apontavam, em meados da década de 70, para a necessidade de uma atuação do planejamento urbano que observasse a variedade de dimensões e processos de urbanização dessas aglomerações, o que acarretaria atuações direcionadas e distintas na tentativa de ordenar e planejar a expansão urbana, de modo a evitar o planejamento urbano que não levasse em consideração a interdependência das aglomerações urbanas, em particular na escala regional.

“Análise das Aglomerações Urbanas no Brasil” (RBG, v. 38, n. 4, 1976), outro trabalho em coautoria com Olga Maria Buarque de Lima, assim como o artigo anterior, está contextualizado em período no qual o planejamento urbano, expresso através de seus planos diretores, ocupava lugar de destaque na agenda política brasileira. O artigo é fruto de uma solicitação do

11 Foram classificadas como áreas metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro (metrópoles nacionais), Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador (metrópoles regionais), Curitiba, Fortaleza, Belém, Goiânia e Brasília (metrópoles incipientes). Classificadas como aglomerações submetropolitanas: Santos e Campinas. Abaixo do nível metropolitano foram classificadas as aglomerações com uma cidade central: Vitória, João Pessoa, São Luis, Natal, Teresina, Florianópolis, Sorocacaba, Jundiá e Aracajú; aglomerações por processo de conurbação: Barra Mansa/Volta Redonda, Americana/Santa Bárbara do Oeste, São José dos Campos/Jacareí/ Caçapava, Taubaté/Tremembé/Caçapava, Ipatinga/Timóteo/Coronel Fabriciano; aglomerações de cidade geminadas: Petrolina/Juazeiro. Finalmente, foram classificadas como aglomerações sem espaço urbanizado contínuo: Itabuna/Ilhéus, Pelotas/Rio Grande e Juazeiro/Crato.

Conselho Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas (CNPNU), órgão responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano no período,¹² feita ao IBGE para o fornecimento de dados geográficos que permitissem a identificação de outras áreas metropolitanas, além das já oficializadas.¹³ Ao recuperar brevemente o sistema de classificação e identificação de aglomerações urbanas apresentado no artigo precedente, com a finalidade de apresentar uma hierarquia de áreas urbanas, Fany e Olga adicionam novos indicadores, econômicos e sociais, como rendimento mensal da população economicamente ativa, indicação de infraestrutura de serviço coletivo e nível de instrução. Tais dados expressaram, ao final, fortes diferenças inter-regionais, com forte concentração espacial de renda no Sudeste. Temas que foram lançados para o futuro se mostram ainda vigorosos e pertinentes nos dias atuais, em especial o papel que será desempenhado pela terciarização da economia no Brasil.

Vale ressaltar que esse artigo, ao apresentar breves observações sobre sociologia urbana, na relação específica entre planejamento urbano e suas expressões sócio-espaciais,¹⁴ inaugura, mesmo que de forma embrionária, um estilo de estruturação textual marcado pela preocupação teórico-conceitual que doravante caracteriza os textos de Fany, que passam a apresentar um rico arcabouço teórico e conceitual,¹⁵ buscando afirmar como prisma analítico a perspectiva geográfica para a compreensão do processo urbano brasileiro. Tal objetivo se expressa nos títulos de seus artigos imediatamente subsequentes, como em “Considerações sobre perspectivas geográficas do meio ambiente urbano” (RBG, v. 38, n. 4, 1976), “Reflexões sobre necessidades teóricas para estudos geográficos de problemas de urbanização brasileira” (RBG, v. 39, n. 3, 1977) e “Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro” (RBG, v. 40, n. 1, 1978).

12 O CNPU foi criado pelo Decreto n. 74.156 de 6 de Junho de 1974; tinha por finalidade acompanhar a implantação do sistema de regiões metropolitanas e de propor as diretrizes, estratégia e instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como de acompanhar e avaliar a sua execução.

13 Lei Complementar n.14 de 8 de Junho de 1973 (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, Fortaleza). Lei Complementar n.20 de 1º de Julho de 1974 (Rio de Janeiro).

14 Fany e Olga recorrem a Manuel Castells, em “Problemas de Investigação em Sociologia Urbana”, 1975.

15 As obras posteriores de Fany passam a discutir as contribuições teóricas de David Harvey, Manuel Castells, Henri Lefebvre e Milton Santos, entre outros, para a formulação conceitual dos fenômenos urbanos, em uma abordagem que gradualmente se apresentará mais crítica no quadro evolutivo de sua produção bibliográfica.

“Considerações sobre perspectivas geográficas do meio ambiente urbano” (RBG, v. 38, n. 4, 1976) dá continuidade aos estudos dos problemas urbanos acarretados pela concentração de população e de atividades nas cidades. Está inserido na gama de textos que tratam de questões relacionadas ao planejamento urbano, mas o faz com uma novidade temática, a questão ambiental. Abordando a cidade como meio ambiente, o meio ambiente urbano, Fany¹⁶ perpassa o “estado da arte” da questão ambiental¹⁷, a discussão conceitual do que é o Meio Ambiente Urbano, por meio de analogias com outras ciências, em especial a Biologia¹⁸, e finalmente dedica espaço à defesa da necessidade de se inserir questões de ordem ambiental nas pesquisas geográficas. A Geografia urbana, especialmente, poderia contribuir mediante a análise de problemas, como o da saturação urbana, que afetam a qualidade de vida, sejam de ordem física, social ou econômica. Em linhas gerais, de forma conclusiva, descreve-se a necessidade de uma ligação íntima entre as estratégias gerais da política urbana e as estratégias gerais de qualidade de vida¹⁹ ou ambiental.

Em 1977, foi publicado na RBG (v. 39, n. 3) o artigo “Reflexões sobre necessidades teóricas para estudos geográficos de problemas de urbanização brasileira”, fruto de uma comunicação apresentada em reunião do Comitê Urbano Regional da Comissão de Geografia do IPGH, ocorrida em dezembro de 1976, no Rio de Janeiro. Dando continuidade ao seu estilo, neste pequeno artigo Fany procura interligar teorias sobre a organização das cidades, dos sistemas urbanos, com o direcionamento das políticas públicas ligadas ao processo urbano e seu planejamento. Destacando as

16 O artigo foi escrito a quatro mãos. São coautores: Fany, Marília Velloso Galvão, Olga Maria Buarque de Lima e Pedro Pinchas Geiger, todos geógrafos do IBGE.

17 Fany aponta três aspectos principais na análise dos estudos sobre o meio ambiente na década de 70: a) o seu desenvolvimento recente; b) o surgimento de polêmicas que envolvem o tema; e c) a necessidade de abordagens distintas do tema para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. É importante salientar que o texto centra a atenção nos vários interesses de ordem política, econômica e ideológica que influenciam as temáticas ambientais, em particular na oposição de interesses, fruto de realidades e etapas distintas do processo de urbanização, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

18 A urbanização é encarada como a tradução mais fiel do processo de adaptação da sociedade humana ao meio.

19 Qualidade de vida no seu sentido amplo, não apenas no sentido material, econômico, ou no equilíbrio do homem com o seu meio físico, mas principalmente baseado na equidade social. Faz-se importante ressaltar as bases teóricas utilizadas pelos autores, com destaque para David Harvey (Social Justice in the City, 1973) e Kenneth & Hare (Man and Environment, Conceptual Frameworks, 1973).

contribuições teóricas de Larry S. Bourne, Brian Berry, David Harvey e Manuel Castells, para a compreensão do processo urbano, Fany interliga as reflexões das ciências sociais de meados dos anos 70 com os problemas emergentes do processo de urbanização brasileira à época, refletindo sobre a necessidade de alternativas diferentes de estruturação espacial do sistema urbano brasileiro diante da complexidade das emergentes novas formas de organização social.

Fany publica em 1978, na RBG (v. 40, n. 1), o artigo “Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro”, apresentando o sistema urbano brasileiro através de uma perspectiva geográfica. Baseada nas teorias em que o espaço é visto como a expressão do processo social, e sem deixar de levar em conta a perspectiva histórica, Fany se dedica a minuciosa discussão e definição de escalas de urbanização. Destaca, como principais escalas de urbanização,²⁰ a *Escala da Metropolização*, a *Escala de Tangenciamento à Metropolização*, a *Escala das Funções Regionais* e a *Escala da Fronteira de Recursos*, retratos de um sistema urbano em acelerada transformação, estimulado por ritmos de crescimento diferenciados, evidenciando aumento da desigualdade social e da distribuição territorial dos centros.

Em *Funções Urbanas no Nordeste* (RBG, v. 40, n. 2), trabalho publicado no mesmo ano de 1978, desenvolvido pelo IBGE para subsidiar o planejamento regional do Nordeste, fruto de convênio com o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Fany examina os aspectos do sistema de cidades daquela região, estabelecendo uma classificação de seus centros urbanos a partir, principalmente, de uma classificação funcional das cidades. Percebe-se nesse artigo a habitual preocupação com o aspecto crítico e metodológico. A classificação das cidades não poderia

20 ESCALA DE METROPOLIZAÇÃO: áreas mais diretamente afetadas pela economia urbano-industrial. Estruturas metropolitanas e suas áreas de influência mais imediatas. Os critérios utilizados foram baseados em Barat & Geiger, 1973. Os raios de influência variam de acordo com o tamanho da população de cada metrópole. São Paulo seria de 200 km e o Rio de Janeiro de 170 km, por exemplo. ESCALA DE TANGENCIAMENTO À METROPOLIZAÇÃO: refere-se aos centros urbanos em condições intermediárias, próximos geograficamente da periferia das metrópoles (alguns exemplos: Ribeirão Preto (SP), Ponta Grossa (PR)). Centros com o máximo de 300.000 habitantes. ESCALA DAS FUNÇÕES REGIONAIS: aglomerações urbanas em torno de capitais estaduais e centros regionais. Geograficamente espaçadas entre si, quando centros de tamanhos equivalentes. Máximo de 200.000 habitantes e média de 100.000 habitantes. Tipos muito variados de cidades como Araçatuba (SP), Uberlândia (MG), Santarém (PA) e Petrolina (PE). ESCALA DA FRONTEIRA DE RECURSOS: centros menores, importantes no apoio à interiorização do país para obtenção de matéria-prima por demanda dos grandes centros urbanizados e suas indústrias e do mercado externo. São localizados geograficamente a grandes distâncias dos grandes centros metropolitanos (alguns exemplos: Imperatriz (MA) e Cascavel (PR), dentre outras).

estar desprovida de uma análise crítica e sem conexão com os processos e as dinâmicas do mundo real. Apoiando-se metodologicamente em Robert H. T. Smith, que desenvolvera trabalho sobre a classificação de cidades australianas em meados dos anos 60, Fany defende que o processo de classificação funcional das cidades deve ser conduzido até chegar ao “caráter” das cidades, suas diferentes histórias de crescimento, porém dentro de um conjunto onde outros centros próximos pertençam ao mesmo processo urbano. Novamente Fany aproxima teoria e planejamento urbano, apoiando-se em autores como Chinitz, Harvey e Abler. A intenção é responder a uma questão central: qual é o papel que essas cidades desempenham como expressão espacial das estruturas sociais? Neste mesmo sentido, levanta a discussão sobre o papel de certos grupos sociais, que ocupam posições privilegiadas na estrutura de poder, logo, nas esferas decisórias, destacando os agentes financeiros, políticos, econômicos e educacionais. Quanto ao objetivo técnico do artigo, conclui que as políticas de planejamento público de centros de crescimento na região não dinamizaram econômica e socialmente as áreas de influência desses centros urbanos, e podem concorrer para o aumento da desigualdade social e do desequilíbrio espacial da distribuição das atividades econômicas.

Em 1980, o artigo “Uma análise geográfica da urbanização brasileira: serviços de infra-estrutura nos principais centros urbanos do país” (RBG, v. 42, n. 3) apresenta a mesma estrutura dos artigos precedentes mais recentes da autora, principalmente no que diz respeito às iniciais considerações teóricas. A aglomeração, a urbanização, passam a ser os elementos-chave em si para explicar o processo de acumulação capitalista e suas expressões espaciais. Lojkin, Castells e Harvey fornecem o arcabouço teórico utilizado por Fany, que adota a expansão dos meios de consumo coletivos como elemento importante do processo de urbanização. Ao analisar a distribuição espacial dos meios de consumo coletivo no território nacional (especialmente iluminação elétrica, água, e esgoto), Fany o faz não apenas como mera descrição, mas como ponte interpretativa para revelar a forte concentração de capital em algumas regiões, o que acaba por gerar expressiva segregação espacial no que se refere ao fornecimento de serviços de infraestrutura no país.

A Divisão de Estudos Urbanos do Departamento de Geografia do IBGE, no início dos anos 80, desenvolvia estudos sobre aglomerações urbanas com a finalidade de montar um quadro analítico sócio-espacial sobre o processo de urbanização brasileira. Um dos indicadores utilizados era a migração, os

movimentos populacionais e suas relações multifacetadas com a estrutura produtiva e consequente papel na organização do espaço e na reorganização das atividades econômicas. Com o artigo “A migração como indicador para o estudo de aglomerações urbanas no Brasil” (RBG, v. 43, n. 1, 1981), Fany procura classificar, ou, no melhor espírito para a compreensão das cidades, “caracterizar” as principais concentrações urbanas a partir da observação da população migrante. Não se trata de uma análise das dinâmicas populacionais pura e simplesmente, mas a sua compreensão no âmbito dos processos de expansão e acumulação capitalista, sendo a migração “uma consequência da organização econômica vigente”. Fany apoia-se teoricamente em Paul Singer para correlacionar migração com as distorções que o processo de desenvolvimento capitalista produz no processo de produção da força de trabalho, em particular nos casos dos países de desenvolvimento desigual, e nas relações de trabalho. Segundo Fany, os migrantes exercem o papel de agentes modeladores do sistema urbano. Por isso, torna-se relevante sua utilização como indicador para analisar as concentrações urbanas e todas as alterações que estas provocam no sistema de relações. Ressaltando que o fato de considerar a migração um fenômeno estrutural não exige o analista de compreender as especificidades de seus condicionantes e suas variações no território nacional, e atentando para a variedade de políticas públicas atreladas à migração, Fany conclui que encontrar o “caráter” dos fluxos migratórios, através da análise do comportamento de grupos e não de indivíduos, no que tange às suas motivações de deslocamento, forneceria informações mais qualificadas para a compreensão dos migrantes como elementos de uma estrutura e, especialmente, como agentes sociais.

Ainda no campo da análise das aglomerações urbanas brasileiras, Fany, em coautoria com Maria Francisca T. Cavalcanti Cardoso, produz “Resultados preliminares de um estudo geográfico sobre aglomerações urbanas no Brasil: análise do nível de instrução” (RBG, v. 44, n. 1, 1982). Elencou-se um novo indicador: o nível de instrução. Por meio da interpretação de dados relacionados com o nível de instrução de determinadas faixas etárias da população, suas relações com os rendimentos mensais da população economicamente ativa e a forma como estão distribuídos pelos tipos de aglomerações urbanas brasileiras,²¹ Fany e Maria Francisca apresentam a configuração

21 Em “Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil” de 1975, e “Análise das aglomerações urbanas no Brasil” de 1976, ambos publicados na Revista Brasileira de Geografia, são definidos tipos de aglomeração urbana. Neste artigo especificamente, Fany utiliza três desses

espacial das condições do nível de instrução no Brasil. O artigo expressa um importante retrato do comportamento espacial do nível de instrução no Brasil na década de 70, evidenciando desigualdades tanto nas esferas sociais relacionadas ao nível de renda da população quanto regionais. A escolha de tal indicador foi justificada pelo importante papel que o nível instrucional da população possui nas áreas urbano-industriais, em seu sistema produtivo, particularmente sobre a população adulta. O ensino é compreendido como “meio de consumo coletivo”, fator de produção fomentado pelo processo de acumulação capitalista expresso na urbanização.

Em “Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro” (RBG, v. 48, n. 3, 1986), Fany analisa um Rio de Janeiro que, em meados dos anos 80, encontrava-se em um processo de esvaziamento econômico, de perda de prestígio político e de deterioração das condições de vida de sua população. Estruturalmente, Fany constrói um texto que passa o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro, que aborda a questão da esvaziamento político e econômico do Estado e que traz, em sua parte final, prescrições de recuperação para o Estado. É clara a influência das ideias de Levevre como pano de fundo teórico sobre o qual se apoia o texto, em particular na formulação do que é o urbano e a urbanização.

A um certo nível de generalização, está se assumindo que o urbano é expressão da mobilização, concentração e gestão da produção de excedentes sociais, cuja dinâmica varia historicamente de acordo com o tipo de sociedade e com o tipo e forma de cidade que lhe serve de suporte. Trata-se portanto de um fenômeno em movimento, que envolve diferentes significados das funções econômicas, políticas, religiosas e tecnológicas, e que se sustenta em contínuas contradições. Ao longo de um eixo espaço-temporal, teriam se sucedido a cidade política, a cidade comercial, a cidade da indústria, [...] antecedendo o advento do que seria a sociedade urbana propriamente dita. [...] Com relação à urbanização, a idéia é de que está inserida no movimento do urbano como um processo específico, que por sua vez também gerou transformações no urbano. (DAVIDOVICH, 1986, p. 334-335).

É neste sentido que o Estado do Rio de Janeiro é investigado, e em particular a sua Cidade, pela forte centralidade e concentração de atividades. Debruçando-se sobre transformações históricas sofridas pela cidade do Rio

tipos de aglomeração como escalas de análise: a) áreas metropolitanas; b) aglomerações abaixo do nível metropolitano; e c) municípios com cidades de 50.000 e mais habitantes não incluídos em aglomerações.

de Janeiro, Fany interpreta seu processo de urbanização remontando ao longo período em que foi capital do País, passando pela período comercial e pelo surto de industrialização, até chegar ao pleno desenvolvimento metropolitano do Rio de Janeiro e à ampliação do terciário. Sobre o esvaziamento político e econômico do Rio de Janeiro, Fany elenca alguns pontos nodais do processo: a perda da função de capital do País, a fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro,²² a ascensão de São Paulo como principal polo industrial nacional, com a conseqüente migração de investimentos para a região paulista, e a perda do comando viário nacional, que passa a ter em São Paulo o protagonismo outrora pertencente ao Rio de Janeiro. Ao esvaziamento econômico do Rio de Janeiro corresponde o seu processo de esvaziamento político. Finalmente, sobre os meios de recuperação econômica possíveis, as atividades terciárias surgem como principal ponto de partida: exportação, turismo, intermediação financeira, pesquisa, ensino superior e comunicações seriam as áreas a serem exploradas no processo de recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro. E, sobretudo, o fortalecimento das relações entre a metrópole e o território estadual, sem perder a macrovisão da região Sudeste e as relações econômicas estabelecidas entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Este recorte espacial regional é tratado em “Elementos da urbanização no Sudeste do Brasil” (RBG, v. 49, n. 2, 1987). Fany reproduz a mesma abordagem teórica sobre o urbano e o processo de urbanização utilizada em seu artigo anterior, agora projetado sobre a região Sudeste. O Sudeste é retratado como o principal palco para as estratégias do capital no território nacional. Novamente Lefebvre surge com a contribuição teórica principal (*La Révolution Urbaine*), sobre a qual Fany caminha com o objetivo de identificar a expressão da urbanização no Sudeste brasileiro. De forma muito semelhante à análise relativa ao processo de urbanização no Rio de Janeiro, através de uma enxuta retrospectiva histórica, elenca três suportes principais sobre os quais o processo urbano no Sudeste brasileiro se desenvolveu: a localização do poder federal na cidade do Rio de Janeiro até 1960; o desenvolvimento industrial de São Paulo a partir da iniciativa privada; e o

22 Importante ressaltar que, em meados dos anos 80, com a abertura democrática, em plena crise econômica que se estabelecia nacionalmente, naquela que ficou conhecida como década perdida, a discussão sobre restaurar o antigo Estado da Guanabara, separando-o novamente do Estado do Rio de Janeiro, estava em pauta. Algumas análises viam na fusão, ocorrida em 1975 pelo regime militar, a origem dos problemas econômicos e políticos enfrentados pelo Rio de Janeiro. Sobre o tema ver MOTTA (2001).

papel de capital de Estado de Belo Horizonte, proporcionado pela modernização jurídico-institucional do sistema federativo. Sob o aspecto temporal, dois momentos são elencados, o impulso econômico de caráter nacionalista dos anos 30 e o período pós-Segunda Guerra Mundial, ambos com o potencial reestruturante do espaço, traduzidos em novas formas urbanas e na complexificação do território, com ampliação da divisão social e territorial do trabalho. Fany não deixa de fazer críticas às desigualdades regionais nas esferas sociais e econômicas oriundas do processo de acumulação capitalista nas regiões metropolitanas do Sudeste. Ela as interliga à crise internacional, com questionamentos sobre como será o comportamento do formato urbano moldado pelo capitalismo industrial e financeiro, diante das transformações cada vez mais acentuadas pela mobilidade do capital financeiro transnacional. Finaliza sentenciando que caberá à sociedade urbana, aqui na mais direta concepção *lefebvreaana*, encontrar formas de solucionar as profundas disparidades sociais e espaciais características do desenvolvimento desigual.

Em “Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980” (RBG, v. 49, n. 4, 1987) e “Tendências da urbanização no Brasil, uma análise espacial” (RBG, v. 51, n. 1, 1989), Fany dedica especial atenção à discussão conceitual de urbanização. Embora seus artigos precedentes mais recentes tenham seguido esta mesma estrutura, os dois acima apresentam uma nova dimensão, ou pelo menos a assumem com mais clareza: o processo urbano no contexto da globalização. Fany recupera considerações sobre o modelo espacial do desenvolvimento urbano-industrial, mas ela o faz no sentido de mostrá-lo (embora ainda definidor por seu peso histórico no processo de urbanização brasileiro) em vias de superação, diante de uma nova ordem social e espacial que se apresenta. Fany assume o conceito de urbanização *lefebvreaano* (urbanização como processo social multidimensional), em detrimento da análise demográfica, como o mais adequado para compreender os processos de reestruturação e estruturação espaciais no Brasil em tempos de globalização (espaços em crise). É neste sentido que, aos marcos históricos expressos como momentos reestruturadores do processo urbano brasileiro, mencionados em seus artigos anteriores (crise dos anos 1930 e pós-Segunda Guerra Mundial), Fany adiciona um mais recente, “que diz respeito a mudanças econômicas, sociais e políticas que se processaram principalmente a partir dos anos 70” (DAVIDOVICH, 1989, p. 77). As principais tendências da urbanização no Brasil elencadas convergem para novas

localizações urbanas como, principalmente, a polarização das metrópoles, a “satelitização” urbana, relacionada fortemente com a desconcentração industrial, e finalmente a politização do espaço urbano. Em linhas gerais, Fany ressalta que, embora o modelo econômico desenvolvimentista induzido pelo Estado brasileiro tenha forte relação com a composição do quadro urbano brasileiro, tendo na indústria a sua base produtiva, este mesmo quadro urbano só poderá ser compreendido plenamente relacionado com o capital globalizado, com as novas realidades de fluxos financeiros e de informação e com as novas estruturas de produção, trabalho e de mercado.

Em 1991 Fany publica dois artigos na RBG, em dois números consecutivos do volume 53 da Revista, “Brasil Metropolitano e Brasil Urbano Não-Metropolitano – Algumas Questões”, e “Gestão do Território, um Tema em Questão”. Neste último (RBG, v. 53, n. 3, 1991) Fany faz uma abordagem francamente política do tema da gestão do território. Analisando as relações de poder entre diferentes agentes metropolitanos sob a perspectiva espacial, discute a ligação entre as práticas de poder e a gestão territorial. Para tal, analisa as práticas de determinados atores do quadro metropolitano, como as indústrias, os governos municipais, e classe média urbana, no que tange as suas estratégias de preservação. Tais considerações são feitas à luz do novo ordenamento jurídico, econômico e social em construção no Brasil com o advento da Constituição de 1988. Fany, como de hábito, perpassa a questão conceitual da gestão, direcionando seu entendimento para o tema da governabilidade e todas as suas implicações, no sentido de ordenação e orientação da sociedade. Baseia-se, teoricamente, dentre outros autores, nas considerações elaboradas por sua irmã e também geógrafa Bertha Becker.²³ Fany retoma sua precisa compreensão do tema metropolitano, enquadrando-o historicamente em período voltado para planejamento urbano sob orientação de um Estado autoritário, com a implementação das regiões metropolitanas, que claramente, por meio do modelo tecnocrata e da racionalidade administrativa, arrefeceram os canais de discussão política sobre a gestão do território. Diante da mudança de paradigma institucional do país, com o florescimento de vários canais de expressão política, e diante de um novo contexto social, Fany lança questões sobre as novas possibilidades de gestão do território nacional.

23 BECKER, B. K. G. Elementos para Construção de um Conceito sobre Gestão do Território. Seminário LAGET, st. 1987. In: LAGET TEXTOS 1. Rio de Janeiro, CCMN/UFRJ, p. 1-4, 1987.

Coloca-se, portanto, em causa o papel que essas entidades serão capazes de desempenhar numa reestruturação do território e na reorganização de seu aparato jurídico-administrativo. Em outras palavras, cabe considerar até que ponto a região metropolitana e outras aglomerações urbanas, de estrutura afim, terão possibilidade de criar situações inéditas no quadro político-administrativo do País. (DAVIDOVICH, 1991, p. 29)

Não obstante a preocupação com as questões teórico-conceituais sempre presentes em seus artigos, Fany expressava em seus textos observações de caráter crítico relacionadas com as disparidades sociais e econômicas resultantes da urbanização, da concentração espacial, da aglomeração urbana, da metropolização em si. Em seu brevíssimo artigo “Brasil Metropolitano e Brasil Urbano Não-Metropolitano – Algumas Questões” (RBG, v. 53, n. 2, 1991), seu viés crítico surge com cores fortes. Os problemas das metrópoles e das não-metrópoles permeiam todo o texto, com primordial atenção ao Brasil metropolitano. Fany sustenta que, após um período caracterizado pelo planejamento estatal centralizado brasileiro, com certo sucesso no que tange ao crescimento econômico, mas que não tratou dos contrastes sociais, a opção por um modelo econômico pautado na competitividade, em momento de abertura econômica, implicaria uma maior concentração de recursos nas metrópoles com melhores infraestruturas, acentuando as já relevantes diferenças entre os lugares urbanos. Fany retrata assim os problemas das metrópoles brasileiras no início dos anos 1990:

No segmento metropolitano do País acumulam-se problemas, alguns dos quais estruturais, que o crescimento econômico não resolveu: são bolsões de miséria, são o desemprego e subemprego, são os contingentes de desalentados e de desabrigados, que representam uma variante do Sistema Urbano Diário, constituído pelo movimento pendular da força de trabalho. Com efeito, trata-se de uma população ocupada em atividades de baixa remuneração e produtividade, que, incapaz de sustentar o custo do transporte, dada a grande distância entre moradia e local de trabalho, permanece na cidade central durante os dias úteis, só retornando ao lar no fim de semana. Essa mão-de-obra é bem uma expressão de relações perversas que se estabelecem entre centro e periferia metropolitanos, trazendo à evidência os contrastes entre a modernidade dos fluxos de comunicação e o anacronismo dos fluxos de trabalho. (DAVIDOVICH, 1991, p. 129)

Questões como violência urbana, favelização, movimento dos sem-terra, crime organizado e loteamentos clandestinos são analisadas tendo como pano de fundo uma discussão maior, que abrange o processo de fragmentação do

tecido metropolitano e a questão da recuperação da terra urbana como valor de uso, como resultado e resposta ao vazio deixado pela ação do Estado. Tais temas são trabalhados em “Linhas de Pesquisa para a Geografia Urbana no Brasil, uma Contribuição” (RBG, v. 54, n. 4, 1992), retomando a temática das tendências da urbanização no Brasil em tempos de globalização e suas expressões espaciais, em especial aquelas que implicam novas descontinuidades no território nacional. Foi o último trabalho de Fany publicado na Revista Brasileira de Geografia, ano de sua aposentadoria no IBGE.²⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao visitarmos a contribuição teórica de Fany, em particular aquela produzida como pesquisadora do IBGE, o campo temático sobre o qual foi desenvolvido seu trabalho se apresenta claro e nítido. Fany Rachel Davidovich é uma geógrafa urbana por excelência. O estilo de construção de seus textos pode ser caracterizado pela confluência de três qualidades que se materializam em seus ensaios: seu poder intuitivo, sua experiência acumulada e o seu senso de observação. Tal composição se converte, ao final em um quadro bibliográfico que prima mais pelo poder interpretativo do que apenas descritivo. Esse caráter interpretativo e crítico foi se aprimorando *pari passu* ao processo de desenvolvimento urbano brasileiro, o que, por si só, já revela a maior contribuição de Fany para a Geografia brasileira: a construção de um conjunto de obras que pode ser acessado de forma retrospectiva, caracterizado por um imenso grau de continuidade e interconexão de ideias, constituído por análises feitas em “tempo real” de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no Brasil a partir dos anos 60, sob o ponto de vista espacial.

Há uma outra contribuição, de ordem mais teórica e conceitual. Pierre George, David Harvey e Manuel Castells, entre outros, foram influências teóricas que acompanharam os trabalhos de Fany, mas Henry Lefebvre ocupa lugar de destaque neste quesito. Obras como *O direito à cidade* (1969) e *A revolução urbana* (1970) forneceram um robusto repertório teórico e conceitual para os trabalhos de Fany, fomentando seu já claro viés crítico, na compreensão do espaço produzido socialmente e da ação do sistema econômico capitalista sobre o espaço urbano propriamente dito. Neste aspecto,

²⁴ “A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998”. Tese de Doutorado de Roberto Schmidt de Almeida. 2000. p. 389.

após um brevíssimo início com artigos de caráter classificatório e tipológico, os ensaios de Fany tornaram-se gradualmente mais complexos do ponto de vista teórico-conceitual, e nunca desconectados da realidade, das formas socioespaciais resultantes do processo de expansão urbana brasileiro. Por esse prisma, vale relacionar, a despeito das interpenetrações sociológicas e econômicas tão presentes na bibliografia da geógrafa, o visível grau de energia empregado por Fany na construção de uma perspectiva geográfica do urbano, na preocupação em ressaltar a importância da teoria para os estudos geográficos sobre urbanização brasileira, contribuindo de forma importante para o amadurecimento teórico e conceitual da Geografia urbana no Brasil.

E, finalmente, não seria exagero afirmar que a contribuição intelectual de Fany não está restrita à Geografia urbana e nem mesmo à Geografia como campo de conhecimento. Seus trabalhos ultrapassaram as fronteiras da disciplina geográfica, da mesma forma que o urbano ultrapassou os muros das cidades. Seus trabalhos são interpenetrados por contribuições de outras áreas, sem que a percepção geográfica seja esmaecida, e atendem aos interesses daqueles que estudam o Brasil, sejam economistas, sociólogos, arquitetos, historiadores, cientistas políticos, ecólogos ou administradores públicos. Perpassaram o protagonismo das indústrias na reestruturação e ordenamento do espaço, mergulharam profundamente nas questões do planejamento urbano e discutiram a problemática urbana e a gestão do território, na tentativa não somente de interpretar o comportamento dos mais variados processos de formação das aglomerações urbanas brasileiras, mas, principalmente, de apontar caminhos possíveis para a construção de uma sociedade urbana com menos contrastes sociais e econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAK LAEMMERT – ANNUÁRIO COMMERCIAL, INDUSTRIAL, AGRÍCOLA, PROFISSIONAL E ADMINISTRATIVO DA CAPITAL FEDERAL E DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro (DF): *Officinas typográficas Almanak Laemmert*; 1929.

ALMEIDA, R. S. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul*: 3º Encontro. Campinas: AFHIC, 2004. p. 410-415.

- BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T. S. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.
- BRASIL. Lei nº. 3.780, de 12 de Julho de 1960. Dispõe sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jul. 1960. Seção 1. p. 10.101.
- _____. Decreto nº. 53.948, de 5 de Junho de 1964. Que retifica na parte relativa à classe de Auxiliar de Geógrafo, que incluiu, em parte especial, no Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o pessoal abrangido pelas Leis números 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jun. 1964. Seção 1, p. 4.825.
- _____. Banco Israelita Brasileiro S.A. Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de março de 1944. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 10 abr. 1944. Seção 1. p. 6.363.
- _____. Banco Israelita Brasileiro S.A. Balancete em 31 de outubro de 1945. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 10 nov. 1945. Seção 1. p. 17.326.
- _____. Banco Israelita Brasileiro S.A. Assembleia Geral Extraordinária – Primeira Convocação. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 5 jun. 1959. Seção 1. p. 13.077.
- _____. Lei Complementar nº 14, de 8 de Junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jun. 1973. p. 5.585.
- _____. Decreto nº. 74.156, de 6 de Junho de 1974. Cria a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 jun. 1974. Seção 1, p. 6.774.
- _____. Lei Complementar nº 20, de 1º de Julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 jul. 1974. p. 7.253.
- CADERNOS METRÓPOLE/Grupo de Pesquisa PRONEX, n. 1 (1999). São Paulo: EDUC, 1999 Semestral.
- DAVIDOVICH, F. R. Tipos de cidades brasileiras. *Revista Geográfica*. Instituto Panamericano de Geografia e História, t. 33, n. 60, 1964.
- _____. Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 35-80, out./dez. 1966.
- _____. Formas de projeção espacial das cidades na área de influência de Fortaleza. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 39-101, 1971.
- _____. Reflexões sobre necessidades teóricas para estudos geográficos de problemas da urbanização brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 87-91, jul./set. 1977.

- _____. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 51-82, jan./mar. 1978.
- _____. Funções urbanas no Nordeste. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 142-191, abr./jun. 1978.
- _____. Uma análise geográfica da urbanização brasileira: serviços de infra-estrutura nos principais centros do país. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 435-476, jul./set. 1980.
- _____. A migração como indicador para o estudo de aglomerações urbanas. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 65-85, jan./mar. 1981.
- _____. Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 333-371, jul./set. 1986.
- _____. Elementos da urbanização no Sudeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 139-157, 1987.
- _____. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 7-24, 1987.
- _____. Tendências da urbanização no Brasil, uma análise espacial. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 73-88, jan./mar., 1989.
- _____. Brasil metropolitano e Brasil urbano não-metropolitano – algumas questões. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 127-133, abr./jun., 1991.
- _____. Linhas de pesquisa para Geografia urbana no Brasil, uma contribuição. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 7-27, out./dez., 1992.
- _____. Programa Favela Bairro no Município do Rio de Janeiro e política urbana: hipóteses para pesquisa. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 22, p. 43-52, mar. 1997.
- _____. Entrevista concedida a Mônica Sampaio Machado. Rio de Janeiro, 15 fev. 2012.
- DAVIDOVICH, F. R.; GALVÃO, M. V. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 50-84, jan./mar. 1975.
- DAVIDOVICH, F. R.; GALVÃO, M. V.; DE LIMA, O. M. B.; GEIGER, P. P. Considerações sobre perspectivas geográficas do meio ambiente urbano. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 3-21, out./dez. 1976.
- DAVIDOVICH, F. R.; DE LIMA, O. M. B. Análise de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 106-130, out./dez. 1976.
- DAVIDOVICH, F. R.; CARDOSO, M. F. T. C. Resultados preliminares de um estudo geográfico sobre aglomerações urbanas no Brasil: análise do nível de instrução. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 89-135, 1982.

- ELIAS, D.; PEREIRA JÚNIOR, E. A.; OLIVEIRA, J. Entrevista com o Professor Doutor Michel Rochefort. Formação (online), Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 5-12, 2008.
- EVANGELISTA, H. de A. O XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956). *Revista geo-paisagem* (online), Niterói, Ano 3, n. 5, p. -, jan./jun. 2004.
- FURTADO, S. M. de A. Entrevista com a professora Bertha Koiffmann Becker. *GEO-SUL*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 205-218, 2007.
- GEIGER, P. P.; DAVIDOVICH, F. R. Aspectos do fato urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 2-102, abr./jun., 1961.
- _____. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- _____. Notas autobiográficas e reflexos (dedicado a Regina Rochefort). *GEOSUL*, Florianópolis, Ano IX, n. 17, p. 124-150, jan./fev. 1994.
- GRUPO DA GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS. Estudo para a Geografia das indústrias do Brasil sudeste. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 2-119, abr./jun., 1963.
- MOTTA, M. S. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: FREIRE, A.; SARMENTO, C. E.; MOTTA, M. S. (Orgs.). *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 19-56.

Sites

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <http://www.ibge.gov.br/home/>.
- IPPUR UFRJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional: <http://www.ippur.ufrj.br/>.
- GeoBrasil – Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política da UERJ: <http://www.grupogeobrasil.com.br/>.

Feliciano de Abreu Sodré, geógrafo sem o saber

*Cristina Pessanha Mary*¹

Diante do desafio da presente proposta, de escrever sobre geógrafos brasileiros, o caminho mais seguro teria sido nos voltarmos para o naipe de primeira linha, dos profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e das universidades brasileiras. Ou mesmo para integrantes das Sociedades de Geografia ou institutos do Conselho Nacional de Geografia. Não fizemos essa opção. Trilhamos outro percurso.

Nossa escolha recaiu sobre um político: Feliciano de Abreu Sodré Júnior. Engenheiro de profissão, Presidente do Estado do Rio de Janeiro entre 1924-27, período em que edificou o porto e a área portuária de Niterói, antiga capital fluminense.

Como critério de seleção do nome de Feliciano Sodré, uma determinada concepção de Geografia e do “ser geógrafo”. Para nós, aquele cuja atuação está vinculada diretamente a organização, controle de um território ou afirmação de uma territorialidade. Critério pertinente para o entendimento do Brasil até 1930,² período em que havia Geografia no Brasil, mas não havia geógrafos,³ ao menos como os concebemos atualmente, com profissão regulamentada.

1 Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. (cristinapessanhmary@id.uff.br)

2 Desde então, as universidades foram criadas. Cada vez mais se instituíram métodos, normas e atribuições do ofício. No topo da hierarquia dos padrões estabelecidos, figurava o parâmetro científico. A partir dele definiu-se o que era e o que não era considerado como Geografia, quem era e quem não era geógrafo. Surgia com maior nitidez a fronteira entre o profissional e o amador. Desqualificavam-se assim antigas tradições, modos diferentes de se fazer Geografia, que até então predominaram.

3 Mesmo depois de 1930, por ocasião da criação dos Conselhos de Estatística e Geografia, “transformados em 1937 no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a composição majoritária das Assembleias e Conselhos Diretores era de profissionais oriundos dos cursos de Engenharia Civil e Militar”. O primeiro geógrafo integrante do Conselho Nacional de Geografia, Orlando Valverde, foi contratado apenas em 1938. (ALMEIDA, Roberto Schmidt. 2000), p. 58.

Para o entendimento da Geografia em tempos de campos disciplinares ainda em gestação, foi necessário focalizar a atuação dos letrados em instituições de cunho cultural. Nos últimos anos do Império, sobretudo os intelectuais associados a instituições de Geografia, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e congêneres, estiveram atavicamente ligados ao processo maior de construção da nacionalidade. Do alto das Sociedades de Geografia inventariaram recursos, mediram, localizaram, riscaram as fronteiras nacionais. Com seus tratados e escritos teceram no imaginário da nação o “corpo da pátria”.⁴

Com a mudança de regime político, durante os primórdios da República, a disputa entre as oligarquias regionais ganhou evidência. E ainda assim, entre administradores, homens de letras, abrigados em agremiações com viés cultural e partidário, persistiu a busca pelo controle e afirmação do poder local frente à federação. Não mais apenas medir, reconhecer, delimitar a nação, mas intervir, criar e afirmar identidades regionais.

FELICIANO PIRES DE ABREU, TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Em sua trajetória profissional, o engenheiro militar Feliciano Pires de Abreu Sodré Júnior, nascido em 1881, em São Sebastião do Alto, no Estado do Rio de Janeiro, destacou-se como administrador público. Sua carreira esteve sempre entrelaçada com a política. Uma não se fez sem a outra. Essa articulação foi comum no período, quase um itinerário obrigatório⁵. No entanto, o percurso realizado por Sodré foi pontuado por grandes embates decorrentes da falta de coesão política entre os grupos da política fluminense.

Homem de muita ação, logo após sua formação como segundo tenente pela Escola Militar do Rio de Janeiro, em 1907, participou tanto da Construção do forte Marechal Hermes, em Macaé, como da edificação do Forte de Copacabana na cidade do Rio.⁶

4 Para um painel das tradições da Geografia no Oitocentos no Brasil, ver MARY, Cristina Pessanha. *Geografias Pátrias: Portugal e Brasil – 1875-1889*. Niterói: Eduff, 2010 e CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: o espelho das tradições progressistas (1910-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, novembro de 2008.

5 Embora Edmundo Campos Coelho tenha focalizado o Império, acredito que a passagem muito frequente dos bacharéis engenheiros pela política se estendeu à Primeira República. Para o assunto ver COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. São Paulo: Record, 1999.

6 SOARES, Emanuel de Macedo. *As prefeituras e os prefeitos de Niterói*. Niterói: Editora e Distribuidora Êxito, 1922.

Na política ocupou os cargos de deputado, senador, prefeito e governador. Logo no ano de 1908 integrou a chapa oficial de candidatos à Assembleia do Estado do Rio. Em 1910, após renunciar ao mandato, assumiu a prefeitura de Niterói. Nessa qualidade, a verve do “engenheiro” ganhou expressão em obras. Sodré teria dado prosseguimento àquelas iniciadas por seu antecessor, abrindo duas avenidas (Av. Icaraí e Alameda São Boaventura). Ainda edificou a sede da prefeitura e iniciou a construção do prédio da Câmara Nova (sede da Secretaria de Educação atualmente). O aterro da Enseada de São Lourenço e a urbanização do antigo Campo Sujo (hoje Praça da República) também constam do seu currículo.

Esse período à frente da prefeitura da capital fluminense figurou como uma espécie de ensaio para a grande intervenção no espaço niteroiense, concretizada entre 1924 e 1927, durante seu governo no Estado do Rio. O complexo portuário constituiu o ápice de suas realizações.

Como presidente do Estado, Feliciano Sodré vinculou-se ao movimento da chamada Renascença Fluminense. Tal agremiação, criada em 1927, integrada por um grupo de intelectuais oriundo da Academia Fluminense de Letras, visou ao ressurgimento material e moral do Estado do Rio de Janeiro.

Seus associados compartilharam a crença no papel dos intelectuais fluminenses como guias dos rumos do Estado do Rio. De acordo com eles, a Renascença conduziria os novos tempos que estariam por vir, sempre a partir da revalorização da tradição histórica local.⁷

O movimento foi estruturado principalmente com base em conferências realizadas nos espaços educacionais e na construção de uma estatutária de vultos fluminenses enaltecendo próceres, sobretudo aqueles reconhecidos nacionalmente. Cabe destacar o monumento “Triunfo da República”, instalado em uma praça da cidade e reunindo bustos de republicanos fluminenses.⁸

No dia 21 de dezembro de 1927, uma comitiva vinda do Rio, chefiada pelo Presidente da República Washington Luiz,⁹ desembarcou no primeiro

7 Sobre o movimento renascentista fluminense e sua articulação com a história regional, ver o trabalho de FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos passados no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 30 e 50*. Rio de Janeiro, 2009, 272 f. Tese de Doutorado. Programa em História. Universidade Pontifícia Católica-RJ.

8 Dentre outros elementos compunham o monumento estátuas dos líderes republicanos, fluminenses de origem, Benjamin Constant, Quintino Bocayuva e Silva Jardim. Idem.

9 A ascensão de Washington Luís também representou o continuísmo do felicianismo no Rio de Janeiro.

cais edificado no complexo portuário efetuando sua inauguração, logo seguindo para a Praça da República com idêntica finalidade.¹⁰

Não por acaso a cerimônia foi casada. Dessa forma pavimentou-se a articulação entre a visão dos renascentistas fluminenses e a ação do administrador. Ambos pensaram o Estado *como agente no processo de afirmação e defesa dos valores identitários locais*.¹¹ Assim, enquanto o passado fluminense foi recontado como história nacional, via resgate e enaltecimento do papel dos intelectuais da região representados nos bustos em bronze, o futuro foi creditado à conta da Geografia. Nas mãos do governador, o porto tornou-se promessa de autonomia.¹²

PORTO E POLÍTICA NA CAPITAL FLUMINENSE

Niterói é, como vos fez notar há um ano, um município totalmente desprovido de possibilidades em matéria de riqueza agrícola. As bases econômicas da sua vida têm de ser outras e Niterói só as poderá encontrar constituindo-se de um lado em cidade industrial, em entreposto comercial de uma parte do interior do Estado, e de outro lado em residência.¹³

Embora a capital fluminense tenha se destacado, durante o final do século XIX e começo do XX, como um dos núcleos industriais do Estado do Rio,¹⁴ o município sofria de certa falta de identidade econômica crônica. Havia políticos que anteviam Niterói como futura Manchester brasileira; outros como polo de função exclusivamente residencial e comercial, como se depreende do depoimento acima.

Capital de um Estado que vinha perdendo o *status* político e as características principais do seu perfil, a cidade encarnava a própria indefinição. A proximidade do Distrito Federal abriu tanto possibilidades de

10 O Globo. Rio de Janeiro: 21 nov. 1927. Matutino, p. 1. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=192019271121C&edicao=Matutina>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

11 FERNANDES, R. A. Op. cit., 2009.

12 MARY, Cristina Pessanha. *Porto de Niterói: uma promessa de autonomia*. 1988. 187 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1988.

13 CARNEIRO, Otávio. *Pronunciamento*. Anais da Câmara Municipal de Niterói, 1918.

14 FERREIRA, Marieta Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: 1994.

investimentos articulados (caso de industriais que aqui investiam), quanto de concorrência de empreendimentos cariocas.

No início do século XIX, a área correspondente ao atual município de Niterói não era mais do que uma zona rural do Rio de Janeiro. Até então não havia um porto capaz de reunir toda a produção escoada, mas várias enseadas servindo como tal. Em 1836, um ano após a promulgação do ato adicional que criou a Província do Rio de Janeiro, a Praia Grande foi rebatizada com o nome de Niterói, tornando-se capital da Província. Em meados do Oitocentos, o café passou a fazer parte do rol dos produtos do município.¹⁵ Além de produzir, Niterói foi ponto de passagem de mercadorias de outras áreas.¹⁶

Em termos de crescimento físico, a grande expansão ocorreu na década de 1920 em direção norte, com o aterro da Enseada de São Lourenço, pois, a partir daí, desobstruíram-se as comunicações entre Niterói e São Gonçalo que, anteriormente, eram realizadas apenas pela rua São Lourenço. A parte norte da cidade (da Ponta da Armação até Neves, na fronteira com São Gonçalo) se consolidou no século XX como zona industrial. O destaque ficava por conta dos estaleiros localizados, na sua maioria, na Ponta da Areia ou nas ilhas. A ampliação na malha urbana ocorrida no período republicano foi acompanhado do crescimento da população. De acordo com o recenseamento de 1892, realizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, a população geral do município atingiu 38.689 habitantes, a maior parte situada nos bairros da Ponta da Areia, da Armação, de São Domingos e parte do atual bairro de Icarai.¹⁷

Como se pode observar, Niterói, no primeiro período republicano, se desenvolveu consideravelmente. Este desenvolvimento, no entanto, não

15 FORTE, José Mattoso Maia. *Notas Para a História de Niterói*. Niterói: Prefeitura, 1930.

16 De 1882 a 1912, a cidade não havia se expandido muito, pois a virada do século XIX para o XX representou para a cidade, praticamente, uma interrupção no seu desenvolvimento, com a Revolta da Armada, quando Niterói viu suas ruas centrais serem bombardeadas. De 1894 a 1902, cedeu seu lugar de capital do Estado à Petrópolis. Recuperada a sua condição de centro administrativo e criada a prefeitura de Niterói, o ritmo de seu crescimento foi sendo retomado. A instituição da Prefeitura de Niterói permitiu ao governo estadual orientar algumas obras de porte na capital do Estado, visto que o prefeito, diferentemente do chefe do executivo municipal anterior, o Presidente da Câmara, estava livre de qualquer comprometimento com eleitores.

17 "Considerado em seu conjunto, mostrou o censo que era o município de maior população urbana do estado, com 36.056 habitantes, nos 5 distritos urbanos, tendo 6.477 prédios e a densidade de 5,5 habitantes por prédio". FORTE, José Mattoso Maia. *O Município de Niterói*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1941. p 26.

significou a garantia de um futuro auspicioso: sempre esteve presente nos seus cidadãos o anseio de tornar a capital de direito em capital de fato. Uma grande questão para a cidade foi definir o seu papel diante do Distrito Federal, que em tudo lhe sobrepujava.

FELICIANO SODRÉ E O PROJETO DE FORTALECIMENTO DA CAPITALIDADE DE NITERÓI

a Primeira República no Brasil esteve indissolúvelmente relacionada às oligarquias regionais. Num primeiro momento, os militares ocuparam o vazio do poder deixado pelo desmoronamento das instituições imperiais; contudo, foram as chefias estaduais que fizeram a política no país. Já no período do presidente da República Campos Sales (1898-1902) o sistema oligárquico foi institucionalizado.

As principais decisões do país eram tomadas excluindo-se, inevitavelmente, a participação popular. A vida política naquele período se estruturou fundamentalmente nos Partidos Republicanos Estaduais (aparelhos de oligarquias regionais). Desses, os mais importantes foram, respectivamente, os de São Paulo e Minas Gerais, estados que, seja pela coesão política interna, seja pela firmeza econômica, eram a própria federação, ou o carro-chefe de um federalismo desigual.

As dissidências ocorriam dentro dos limites do sistema oligárquico e se constituíam ora pelas oposições no interior dos estados, ora pelos estados de segunda grandeza, como Bahia e Rio de Janeiro.

A coesão das oligarquias políticas paulista e mineira foi, até o fim dos anos vinte, impressionante.¹⁸ Este fato, entretanto, não se repetiu dentro do Estado do Rio: no período republicano, a economia freava o desenvolvimento fluminense, e as divergências dentro da classe dirigente impossibilitaram partidos mais bem estruturados.¹⁹ Alianças e partidos se faziam de forma efêmera, em torno de alguns nomes, se desfazendo com idêntica velocidade. Como afirmou o vereador Olavo Guerra em seu depoimento, “são partidos que vivem em torno de nome individual: backeristas, nilistas, sodresistas... São partidos que têm a vida efêmera das rosas de Malherbe...”²⁰

18 LOVE, Joseph. “Autonomia e interdependência.” São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937. FAUSTO, Boris (org). *História da Civilização Brasileira*, Tomo III, v. 1. São Paulo: Difel, 1985.

19 FERREIRA, 1994.

20 Olavo Guerra. Sessão de 17 de novembro de 1915. Anais da Câmara Municipal de Niterói, 1915.

Destacamos a atuação de duas forças políticas antagônicas no Estado: o grupo de Nilo Peçanha,²¹ que praticamente controlou a vida política fluminense nos vinte primeiros anos do Século XX, e o grupo de Feliciano Sodré, que preencheu o vazio deixado pela desestruturação das forças aliadas de Nilo.

Na esfera da política fluminense, o desempenho de Nilo Peçanha foi de grande destaque. Duas vezes governou o Estado (1904-06 e 1915-17) e por quase vinte anos manteve o controle político do Estado do Rio de Janeiro. Este controle deu-se através de intensa militância.

Ainda que não contestasse o sistema oligárquico, pois a ele pertencia, Nilo alcançou projeção nacional ao tentar, em alguns momentos, fugir às imposições do pacto político efetuado entre as unidades mais fortes da federação, liderando os estados de segunda grandeza, como Bahia e Pernambuco, num projeto de maior independência frente ao poder central (tutelado por São Paulo e Minas Gerais). Vice-presidente da República do período Afonso Pena, ocupou a chefia do executivo nacional quando da morte deste, em 1909.

Em 1922, Nilo Peçanha enfrentou Arthur Bernardes na campanha à presidência do país. Vencedor, Bernardes assumiu a condução de um país em ebulição. As rebeliões tenentistas de 1922 e a Coluna Prestes serviram de pretexto para, nos seus quatro anos de mandato, governar com o Estado de Sítio, podendo assim reprimir duramente seus oponentes políticos. A ascensão de Bernardes significou para a oligarquia nilista o início do seu esfacelamento.

Nas eleições de 1922 ao Governo do Estado, o candidato de Nilo, Raul Fernandes, foi considerado eleito juntamente com seu opositor Feliciano Sodré. Arthur Bernardes manteve uma atitude de pretensa equidistância, que serviu, antes de tudo, para encobrir as lutas armadas dentro do Estado.

Com a vitória de Arthur Bernardes sobre Nilo, o grupo de Sodré, plenamente identificado com o mesmo, viu-se fortalecido e amparado por medidas que iam desde a intervenção federal ao apoio legal às obras do

²¹ Em seu primeiro mandato como presidente do Estado do Rio de Janeiro, comandando uma reforma constitucional que lhe garantiu amplos poderes: criação de prefeituras, nomeação de prefeitos e de juizes municipais. Foi essa hipertrofia do executivo estadual que lhe permitiu permanecer na liderança da política estadual por duas décadas. A notoriedade política, aliada ao fortalecimento do poder executivo estadual, manteve os nilistas firmemente enraizados na política estadual. (PANTOJA, Silvia. 1989)

Porto de Niterói. Bernardes, por assim dizer, colocou Sodré no “trono vago” da política estadual.²²

O alinhamento ao governo federal consolidou-se, ainda, com a integração do Estado do Rio à política econômica dominante no país, voltada para a defesa permanente do café, cuja produção se encontrava em fase de expansão desde o início da década de 1920.²³

Tal política foi regionalizada a partir de 1924, quando cada Estado passou a ter seu próprio instituto. Coube a Feliciano Sodré criar e construir o órgão de defesa fluminense, o Instituto Fluminense de Fomento Agrícola. Os objetivos desse instituto estiveram articulados ao plano maior de criação do porto alfandegado. Com a extensão do ramal da Leopoldina até o bairro portuário de Niterói, em tese, o fluxo de mercadorias do *hinterland* desviaria para a capital fluminense, criando uma nova centralidade para o município.

Ainda em 1924, em razão da morte de Nilo Peçanha, os nilistas sofreram mais um golpe e, dois anos mais tarde, parte deles aderiu à nova situação estadual. Entretanto os não adesistas permaneceram movendo implacável oposição a Sodré.

Como se observa, as reformas urbanas empreendidas na capital do Estado do Rio durante o governo de Feliciano Sodré fizeram parte de um projeto político, econômico e cultural ambicioso.

No âmbito das medidas preparatórias, foram necessários empréstimos externos, contratos com firmas particulares, adequação da legislação. Governos Federal, Estadual e Municipal teceram, em conjunto, um anteparo legal para o empreendimento.²⁴ As edificações previstas no plano foram inúmeras e tiveram o porto de Niterói como ponto central. Para que o mesmo fosse construído, toda a Enseada de São Lourenço foi aterrada. Nesse espaço recém-criado, foram traçadas ruas em formato circular em torno do cais e da Estação da Leopoldina.

22 Feliciano Sodré assumiu o poder estadual para o quadriênio 1923 e 1927. VASCONCELLOS, Clodomiro. *História do Estado do Rio de Janeiro. Resumo Didático*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1928.

23 KORNIS, Mônica. A Nova situação fluminense. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenadora); KORNIS, Mônica Almeida et al. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1989.

24 A comunhão do Rio de Janeiro com o Governo Federal é bem evidente no Decreto 4902-24, já que esse transferia ao Estado do Rio o domínio útil sobre os terrenos da Marinha bem como os acrescidos em qualquer grau pelos trabalhos de saneamento. A prefeitura, por sua vez, deliberou sobre as obras nas áreas reformadas; essas passariam a gozar de um desconto de 50% no pagamento de impostos prediais. Medidas como essas facilitaram as desapropriações.

A realização desse verdadeiro pacote de obras na cidade de Niterói implicou, por sua vez, em empréstimos externos, desmonte de morros, desapropriações, destruição de favelas, mobilizando um sem-fim de empresas, firmas e operários. Além do edifício sede da Leopoldina, foram erguidos também o do Fomento Agrícola, o Quartel da Polícia e a Praça Renascença.²⁵

A ascensão de Feliciano, fortemente calcada no apoio federal, injetou no seu grupo uma certa dose de fragilidade em termos de respaldo político dentro do Estado do Rio, ao contrário da antiga situação que sempre esteve firmemente alicerçada na política local. Assim, a atuação de Sodré foi marcada pelo esforço de buscar o enraizamento no interior da política estadual. Tal necessidade de se firmar onde suas bases de apoio se encontravam dispersas levou o governador a articular algum tipo de projeto capaz de angariar dividendos políticos.

No seu ambicioso plano, como carro-chefe, uma campanha de legitimação de suas ideias.

O PORTO, UM FUTURO PARA O ESTADO DO RIO

A ideia de um porto fluminense sempre esteve vinculada à esperança de autonomia do Estado do Rio. Inicialmente surgiu de forma difusa, não se precisou o melhor lugar de construção nem houve atrelamento a nenhum grupo político específico.

Em 1922, durante sua campanha ao Governo do Estado do Rio, em um banquete que lhe foi oferecido como candidato das forças reunidas de oposição fluminense ao candidato de Nilo, Sodré, em seu discurso plataforma, já apontava para as vantagens de um porto alfandegado como meio de soerguer o Estado:

(...) ao Estado falta tudo. Não há higiene pública. Não há crédito quando o lavrador vive saqueado pelo (sic) intermediarismo. (...) As cidades aquietam-se na imobilidade de um lento mas mortificante (sic) deprecimento, vendo

25 Novas áreas também surgiram em decorrência dos desmontes e terraplanagens no centro da cidade. Essas áreas foram três (concluídas), a saber; área decorrente do arrasamento do Morro Dr. Celestino (45.000 m²) – sobre a qual se construiu a Biblioteca do Estado; área do Morro do Bispo (8.000 m²) e área da Vila Jardim, na Alameda São Boaventura. A última destinou-se à construção da Vila Ipiranga, que, segundo o noticiário, propiciaria a emancipação dos funcionários públicos, já que esses teriam um prazo de 10 anos para a compra das casas, sem juros. O Estado, 9/5/1927.

imigrar sua população mais valorosa, como força econômica e expressão social. (...) O Estado do Rio reclama sua independência aduaneira com o posto alfandegado de Niterói. Isso feito, e recolhida, como força propulsora do trabalho, a enorme potência hidráulica que enriquece a vertente marítima da Serra do Mar, Angra dos Reis, Mangaratiba, Cabo Frio, Macaé e São João da Barra transforma-se-hão (sic) em grandes núcleos manufatureiros e estu- pendos entrepostos de comércio marítimo.²⁶

Com o passar do tempo, e o fortalecimento do grupo ligado a Feliciano Sodré, o anseio de criação do porto e do bairro portuário formou projeto. Dada a condição de sua posição de satélite do governo Bernardes, constantemente sob fogo cerrado dos nilistas remanescentes, Sodré e seu grupo logo assumiram a defesa política do intento. Houve intensa mobilização dos sodresistas nesse sentido.

Praticamente, todos os quadros do Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), partido de Sodré, mobilizaram-se na propaganda e defesa das obras; o Secretário de Agricultura e Obras Públicas expôs detalhadamente nos seus relatórios o andamento do projeto; outros membros escreveram artigos em jornais, e até mesmo a Comissão Construtora do Porto editou um pequeno livro descrevendo seu trabalho.²⁷

A propaganda sodresista tinha alvo certo: procurava cooptar a opinião pública e ao mesmo tempo responder às críticas oriundas dos nilistas refratários à iniciativa de Sodré. Esses a combateram sem trégua e, não raro, após criticarem o porto em artigos de jornais²⁸, terminavam exaltando a figura de Nilo Peçanha.

Os argumentos utilizados na defesa do porto formavam um mosaico de ideias. Como fio condutor de todos os enunciados favoráveis, a promessa de autonomia, o anseio de reversão do quadro de decadência do Estado.

26 SODRÉ, Feliciano. *Discurso Plataforma*. Rio de Janeiro: tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia, 1922.

27 PORTO de Nictheroy. Publicação por Engenheiros de Comissão Construtora do Porto de Nictheroy. Niterói, 1927.

28 A consulta aos periódicos foi realizada preponderantemente no ano de 1927, envolvendo jornais como: "Jornal de Comércio", "O País", "O Estado", "O Jornal", "O Fluminense" e "O Jornal do País". As notícias em geral enfatizavam a ação do Executivo Estadual. Muitas vezes informações dadas nos periódicos eram meras reproduções de publicações oficiais. Dos jornais que criticaram o porto, o mais assíduo nas críticas foi "O Jornal", de Assis Chateaubriand, que, pensamos, era ligado ao grupo Nilo Peçanha. Encontramos críticas, também, no jornal "Correio do Brasil". Periódicos como o Jornal do Comércio publicavam artigos na seção intitulada "Publicações a Pedido", que ora defendiam, ora condenavam o porto. Os demais jornais, em geral, reproduziam notícias desses já mencionados.

A autonomia adviria sobretudo da dinamização da economia. O porto traria novo impulso à circulação de mercadorias, tendo em vista sua vinculação ao Instituto de Fomento Agrícola (IFEA). Além de facilitar o escoamento da produção, regularia a circulação econômica comercial e agrícola do Estado. Ao menos nos planos, constava uma refinaria de açúcar, sal e torrefação de café junto ao porto de Niterói. Até os terrenos ganhos ao mar em consequência do aterro da Enseada de São Lourenço foram anunciados como fonte de rendas extras ao Estado. Outra fonte, crucial, seria a criação da alfândega. Com ela, haveria a possibilidade de descongestionar o porto da capital federal, pois este serviria, assim que ligado aos trilhos da Leopoldina Railway, ao interior de Minas Gerais e Espírito Santo. A Estrada de Ferro de Maricá também seria dinamizada.

Os argumentos na Câmara Federal que sustentaram os debates não se diferenciaram muito dos veiculados nos jornais, porém ficou evidente o interesse de que a alfândega representasse, em termos da possibilidade da criação de novos empregos, um não desprezível dividendo político para os autores da façanha.

A ideia da capacidade de uma cidade, particularmente uma capital, trazer o progresso e o dinamismo à economia, constituir-se como cérebro de um Estado, foi outro sustentáculo do discurso de defesa do porto. Esperava-se que as obras portuárias transformassem Niterói, “de capital de direito em capital de fato, acudindo os apelos de sua economia, de sua lavoura, de sua indústria, do seu comércio”.²⁹

O apelo higienista figurou também como bandeira dos sodresistas. Considerando a Enseada de São Lourenço um manguezal, “ferida cancerosa da cidade”, prometeu-se higienizar a cidade aterrando aquele pântano. Apregoou-se, ainda, tirar as favelas ali existentes, substituindo-as por vilas operárias.³⁰

Outro instrumento da bateria de argumentações em prol da legitimação da construção do porto foi a evocação da natureza. Para o correligionário de Sodré, a própria geografia da Enseada de São Lourenço solicitava um porto; o governo não fez mais do que facilitar a obra de Deus:

(...) A constituição de um abrigo seguro contra os ventos e os temporais é perfeitamente preenchida na enseada de S. Lourenço que se acha abrigada dos

29 O País, 20/3/1927.

30 O Estado, 12/3/1927.

ventos reinantes e dominantes, ‘viração’ e ‘terral’, pelas ilhas do Caju e Conceição em primeiro plano e as ilhas do Vianna, Mocanguê Grande e Pequeno, em segunda linha de proteção.

O mesmo poderemos dizer sobre a condição de que a enseada preencha o duplo fim de constituir amplo ancoradouro capaz de servir às condições atuais e futuras do porto criado e de ter bastante profundidade permitindo grande calado, sem dragagem prévia, nem conservação futura. Esta última exigência não estava de modo absoluto preenchida “in natura”, porém, para a necessidade dos embelezamentos projetados foi uma desvantagem que só trouxe vantagens à obra, pelo custo do m² de aterro, em excelentes condições econômicas. Um acesso fácil ao ancoradouro – outra condição primordial de um porto – estava bem verificada em S. Lourenço, pois havia três canais de acesso à enseada em boas condições para entrada e saída de navios.

Ainda nova condição é exigida: o oferecimento de espaço suficientemente para o aparelhamento do porto (linhas férreas, guindastes, etc.), bem como a existência de espaço para os armazéns de mercadorias, requisitos amplamente verificados. Exigem, ainda, os autores ser a obra de realização econômica e cômoda – e devemos não esquecer que Niterói foi o porto mais barato da República!

Finalmente, ‘um hinterland’ ligado ao porto é exigido pelos técnicos.

Existia já um, embora pequeno, em São Gonçalo e Niterói e Niterói com ligações ferroviárias com destinos diversos.

O pequeno ‘hinterland’ correspondia ao pequeno calado existente; a Natureza havia criado, portanto, um pequeno porto, com todos os requisitos portuários e este mesmo já estava em exploração, através de pequenas pontes de madeiras – verdadeiros piers – lançadas ao longo da enseada.

Foi – repetindo, agora, a pergunta – um erro a criação do porto?

Da nossa parte, respondemos com a frase célebre de um dos maiores engenheiros modernos: Mohr:³¹ – A natureza responde a todas as questões que lhe são endereçadas, ou sim ou não, ou pelo silêncio e, nesse último caso, quem a interrogou, colocou mal a questão.

Aqui, bem claramente, ela – a grande mestra – nos aconselhava a criar ‘um pequeno porto’. E o governo nada mais fez do que aparelhá-lo convenientemente.³²

EPÍLOGO

O Porto de Niterói, como o tempo se encarregou de mostrar, não cumpriu a promessa de autonomia para o Estado do Rio. Indiferente ao golpe de 30, que baniu Feliciano Sodré e aos seus partidários da política, permanece incólume até os dias de hoje.

31 Referindo-se, provavelmente, a Christian Otto Mohr, engenheiro de origem alemã.

32 REIS, F. Santos. Defesa das obras do porto sob o ponto de vista portuário. PORTO de Nictheroy. Publicação por Engenheiros de Comissão Constructora do Porto de Nictheroy. Niterói, 1927.

Distante do caso do Porto do Rio de Janeiro, onde as reformas contribuíram para superar os entraves que estruturas arcaicas impunham ao desenvolvimento do Distrito Federal, o de Niterói pode figurar como exemplo de espaço testemunho da “onda modernizadora”, materializada no Brasil durante a Primeira República. Memória do processo de renovação que assolou as cidades latino-americanas, removendo as imagens e os vestígios do passado colonial. Nada mais.

Quando da sua construção, do ponto de vista estritamente político, o porto alcançou seus objetivos, fortalecendo o sodresismo. Ultimado, a utilização irregular do cais, mesmo pontuada de momentos mais expressivos, não fez jus ao currículo econômico apregoado na plataforma política de Feliciano.

Atualmente, sob o prisma urbanístico, o bairro portuário compõe uma paisagem típica de centros degradados, parcialmente coberta por outra camada em rápido processo de renovação. Embora o projeto original do desenho do bairro tenha sido preservado, com suas ruas semicirculares, novos usos coexistem com antigas funções. Em 1975, a construção da Ponte Rio-Niterói e de seus acessos apressou a descaracterização de grande parte do lugar.

A Ponte, expressão material da fusão do Estado do Rio com a antiga Guanabara, pode ser considerada como a pá de cal do projeto de Sodré. Nesse processo, Niterói deixou até mesmo seu papel de Capital do Estado para atrelar-se definitivamente à cidade do Rio.

Sobre os terrenos ganhos ao mar na antiga Enseada de São Lourenço, distinguem-se ainda os principais pontos do conjunto arquitetônico criado por Sodré. Parecendo tão deslocado no tempo quanto os ideais que lhe deram vida.

Vê-se ainda o Edifício do Fomento, sede atual do Tribunal de Contas do Estado, o Quartel da Polícia, que permanece enquanto tal, e a antiga Estação da Leopoldina preservada. Diante dela, quase escondida, encontra-se a antiga Praça Renascença, agora com outro nome. Não se sabe por onde anda o busto, esculpido em bronze, do político que ergueu todo o complexo e que por muito tempo esteve ali, como a velar sua obra. Qual seria o lugar dele nos dias de hoje?

Os prefeitos da cidade do Rio se dizem herdeiros de Pereira Passos. O soerguimento do Estado contorna a questão da autonomia do seu *hinterland*.

Embora sem compêndios de Geografia, como seu colega de bancada partidária Everardo Beckheuser,³³ Sodré pode ser colocado entre os cânones da historiografia da História e da Geografia regional.

Como um Ratzel às avessas, ao inverter a equação do pensador alemão, fez do território da antiga capital fluminense meio e fim de sua própria política. Intuiu como poucos a dimensão espacial da política.³⁴ Foi geógrafo sem o saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENCHIMOL, Jayme Larry. "A modernização do Rio de Janeiro". In: *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no Período 1938-1998*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro. 2000.
- CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: o espelho das tradições progressistas (1910-1945)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.
- CARNEIRO, Otávio. *Pronunciamento*. Anais da Câmara Municipal de Niterói, 1918.
- CARONE, Edgard. *A República Velha II – evolução política (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1983.
- CASTRO, Iná Elias. *Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CHIAVARI, Maria Pace. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos – uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1985.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. São Paulo: Record, 1999.
- FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira*, tomo III, 1º vol. São Paulo: Difel, 1985.
- FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos passados no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 30 e 50*. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Pontifícia Católica. Rio de Janeiro. 2009.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; KORNIS, Mônica Almeida et al (coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

33 Beckheuser é reconhecido pela historiografia da Geografia como um geógrafo dedicado à geopolítica. Falta ainda cobrir sua participação na política partidária. Juntamente com Sodré, Beckheuser integrou a comissão executiva do PRCF em 1919. FERREIRA. Op. cit., 1994.

34 CASTRO, Iná. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

- FERREIRA, Marieta Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- FORTE, José Mattoso Maia. *Notas Para a História de Niterói*. Niterói: Imprensa Oficial, 1935.
- _____. *O Município de Niterói. Corografia, história e estatística*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1941.
- GUERRA, Olavo. Sessão de 17 de novembro de 1915. *Anais da Câmara Municipal de Niterói*, 1915.
- KORNIS, Mônica Almeida. “A Nova situação fluminense”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; KORNIS, Mônica Almeida et al (Coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1989.
- LOVE, Joseph. “Autonomia e interdependência. São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937”. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História da Civilização Brasileira*, Tomo III, 1 v. São Paulo: Difel, 1985.
- MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- MARY, Cristina Pessanha. *Geografias Pátrias: Portugal e Brasil – 1875-1889*. Niterói: Eduff, 2010.
- _____. *Porto de Niterói: uma promessa de autonomia*. 1988. 187 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1988.
- MARTINS, Ismênia de Lima; KNAUSS, Paulo (orgs.). *Cidade Múltipla: temas da cidade de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 1997.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História do Brasil*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: 21 nov. 1927. Matutino, p. 1. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.
- PANTOJA, Sílvia. “O projeto político de Nilo Peçanha”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.); KORNIS, Mônica Almeida et al. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1989.
- PORTO DE NICTHEROY. *Publicação por Engenheiros de Comissão Constructora do Porto de Nictheroy*. Niterói, 1927.
- REIS, F. Santos. “Defesa das obras do porto sob o ponto de vista portuário”. In: PORTO DE NICTHEROY. *Publicação por Engenheiros de Comissão Constructora do Porto de Nictheroy*. Niterói, 1927.
- SOARES, Emmanuel de Bragança de Macedo. *História política do Estado do Rio de Janeiro (1889-1975)*. Niterói: Imprensa Oficial, 1987.
- _____. *As prefeituras e os prefeitos de Niterói*. Niterói: Editora e Distribuidora Êxito, 1922.

SODRÉ, Feliciano. *Discurso plataforma*. Rio de Janeiro: tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia, 1922.

WEHRS, Carlos. *Niterói cidade sorriso – a história de um lugar*. Rio de Janeiro: Vida doméstica, 1984.

Josué de Castro e sua obra: uma interpretação

Gustavo Ferreira de Azevedo¹

Os lugares onde vivemos e por onde passamos, a construção pessoal e conjuntura histórica apresentam uma relação dialética que exprime, condiciona e dirige nossa interpretação, compreensão e atuação no mundo. Assim, para entendermos o pensamento de um autor, consideramos importante o estabelecimento e a correlação dessas três categorias de análise, o *território da vida*, a *estrutura individual* e a *estrutura coletiva*. O *território da vida* focaliza a trajetória espacial, lugares percorridos, países, regiões e cidades vividas. A *estrutura individual* agrupa informações sobre data de nascimento, filiação, posição social da família, religião, filiação política, formação acadêmica, atuação profissional, principais temas de estudos, vínculos institucionais, políticos e espaciais. A *estrutura coletiva* responde pela conjuntura histórica do mundo e do país e pelas condições políticas e econômicas.²

Neste trabalho, procurou-se analisar a obra de Josué de Castro a partir dessas três entradas de análise, dando particular atenção ao território e à trajetória espacial do autor.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ESPACIAL DE JOSUÉ DE CASTRO

Josué Apolônio de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, numa família de classe média. Filho único de Manoel Apolônio de Castro e Josepha

1 Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política (GeoBrasil) e professor de Geografia da rede pública de ensino. (gustavo.fdeazevedo@gmail.com)

2 A construção das categorias de análise recorreu aos estudos de Lukács (1962) e Lucien Goldman (1976), respectivamente nas obras, *Teoria do Romance* e *Sociologia do Romance*. Três categorias foram utilizadas, *estrutura individual*, *estrutura coletiva* e *trajetória geográfica da vida*. A última categoria, *Trajetoária Geográfica da Vida*, é uma proposta desenvolvida na monografia de conclusão de curso de Graduação em Geografia de Gustavo de Azevedo, 2012.

Carneiro. Manoel Apolônio de Castro nasceu em Cabaceiras, alto sertão paraibano, exerceu a profissão de criador de gado leiteiro, mas se viu obrigado a migrar para Recife devido às recorrências das secas no final do século XIX.³ Josepha Carneiro, filha de senhor de engenho da zona da mata pernambucana, era professora em Recife, onde conheceu Manoel Apolônio.

Na infância, Josué de Castro estudou em colégios tradicionais como o Ginásio Pernambuco e o Colégio Chateaubriand, o primeiro colégio secundário oficial mais antigo do país, por onde passaram escritores e políticos famosos como Epitácio Pessoa, Agamenon Magalhães, Luís Freire, Manoel Borba e Olívio Montenegro, entre outros.

Após concluir os cursos primário e secundário em Recife, Josué de Castro inicia os estudos universitários em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia (Salvador), e em 1929, com 21 anos, conclui a graduação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Durante o período em que estudou na Faculdade da Bahia, morou na mesma pensão de Arthur Ramos⁴ (médico psiquiatra e antropólogo) e Theotonio Brandão⁵ (antropólogo).⁶ Mais tarde tornaram-se amigos.

Formando-se em medicina no Rio de Janeiro, no ano de 1929, Josué volta para o Recife para iniciar suas atividades profissionais como médico. Em 1932, torna-se livre-docente na Faculdade de Medicina da Bahia, após

3 As secas ocorreram de 1877 a 1879, matando cerca de 300 mil pessoas. As secas repetiram-se em 1888/1889 e 1898/1900. Sendo assim, a economia do Nordeste termina o século em crise, com a produção paralisada e os trabalhadores sendo obrigados a migrarem em busca de alternativas. Alguns foram em direção à Amazônia, para trabalhar com a borracha, ou para o Centro-Sul, com o café, e outros para a Zona da Mata. Consultado no livro *Josué de Castro: Por um mundo sem fome*, projeto *Almanaque Histórico*.

4 Arthur Ramos de Araújo Pereira nasceu em Pilar (AL), em 1903, e morreu em 1949. Formado em medicina pela Universidade da Bahia, realizou importantes estudos e pesquisas em psiquiatria, antropologia e criminologia. Encontrou-se novamente com Josué de Castro quando os dois assumiam a função de professores catedráticos da Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consultado no livro *Josué de Castro: Por um mundo sem fome*, projeto *Almanaque Histórico*.

5 Theotonio Vilela Brandão nasceu em Viçosa, Alagoas, em 1907, e faleceu em 1981. Foi conferencista, autor de vários livros e ensaios e professor de antropologia da Universidade Federal de Alagoas. Empresta seu nome ao Museu da Universidade Federal de Alagoas. Consultado no livro *Josué de Castro: Por um mundo sem fome*, projeto *Almanaque Histórico*.

6 O primeiro ensaio escrito por Josué procurou relacionar literatura e psicanálise, sob a influência de Arthur Ramos e Theotonio Brandão. Posteriormente, em 1938, publica o livro *Fisiologia dos tabus*, ensaio que correlaciona fisiologia, antropologia e psicologia para a pesquisa das restrições alimentares tradicionais da cultura brasileira.

apresentar a tese intitulada *O problema fisiológico na alimentação*.⁷ Ainda como estudante, em 1929, viaja para o México com uma delegação de universitários e logo depois segue para os Estados Unidos da América para estagiar, durante quatro meses, na Universidade de Columbia e no Medical Center de Nova Iorque.

Novamente em Recife, agora como médico e professor, conhece Glauce Rego Pinto (Miss Pernambuco em 1930 e sua ex-aluna), que se tornará sua esposa em 1934 e com quem teve três filhos: Josué Fernando de Castro (economista), Anna Maria de Castro (socióloga) e Sônia Durval de Castro (geógrafa).

O período com mais atividade na vida de Josué de Castro, evidentemente, é quando ele termina a faculdade de medicina e inicia as atividades de médico, cientista, professor e político. Josué, ao longo de sua vida profissional, ocupa diversos cargos importantes, com relevância nacional e internacional. Isto lhe dará a experiência necessária para produzir suas obras.

Na primeira década, após ter se formado, Josué concentrou sua vida profissional na medicina e na docência. Em 1930, quando volta para Recife, abre seu consultório médico e começa a trabalhar com a questão da nutrição. Em 1932 trabalha numa fábrica, onde desenvolve um estudo pioneiro a respeito das condições de vida da classe trabalhadora na cidade de Recife. Ainda em 1932, exerce a profissão de Livre-Docente em Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife.

No período de 1933 a 1935, Josué de Castro torna-se professor catedrático em Geografia humana na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife. Em 1935 transfere-se para o Rio de Janeiro. Josué abre na nova cidade de residência um consultório médico e volta a trabalhar com a questão da alimentação. Já em 1938 trabalha na Universidade do Distrito Federal, no curso de Antropologia, lecionando a disciplina de Antropologia Física.⁸ Neste mesmo ano, teve seu primeiro contato com a Europa, atuou como pesquisador no Instituto Bioquímico de Roma e mais tarde ministrou cursos nas universidades de Roma e Nápoles.

7 Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/cont_bio3.htm>. Acesso em: 10/11/2013.

8 Segundo ANDRADE (1997), "Josué adquiriu um prestígio nacional que o levaria a transferir-se para o Rio de Janeiro, então capital e centro cultural do país, onde assumiu – na então Universidade do Distrito Federal – uma Cadeira organizada pelo educador Anísio Teixeira, quando a Prefeitura do Distrito Federal era exercida pelo político pernambucano Pedro Ernesto."

Assim, Josué de Castro sai do Nordeste, no final da década de 1930, e continua atuando como médico e professor, desta vez no Sudeste, exatamente no Rio de Janeiro. Conforme relatado por sua filha, a socióloga Anna Maria de Castro, para Josué de Castro

O exercício do magistério iniciou-se como atividade complementar ao trabalho de médico. Entretanto, ao longo do tempo, não só Josué foi tomando gosto pelas aulas como também percebeu a importância das mesmas (...) Gostava, também, do contato com os jovens. (...). Fundou, na década de 1930, com vários companheiros, uma Faculdade de Filosofia em Recife. Neste período foi professor da Faculdade de Medicina (Fisiologia) e da de Filosofia (Geografia humana).⁹

Residindo no Rio de Janeiro, em 1936 prestou concurso para o cargo de professor titular em Geografia humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (MACHADO, 2009). Seu primeiro trabalho como professor de Geografia foi a tese para o referido concurso, intitulada “Fatores da Localização da Cidade do Recife”, publicado no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional, em 1948.

Entre 1939 e 1945, Josué de Castro atuou intensivamente como articulador de atividades voltadas para a questão da alimentação, como cursos sobre Alimentação e Nutrição no Departamento Nacional de Saúde Pública e na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Foi eleito, em 1942, presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição. Durante esse período também criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e foi chefe do Departamento Técnico de Alimentação da Coordenação da Mobilização Econômica e membro da Comissão Organizadora da Comissão do Bem-Estar Social.

O prestígio do grande cientista brasileiro, especializado na questão da fome, já estava consolidado no final dos anos 40, devido à divulgação do livro *Geopolítica da Fome*. Publicada pela primeira vez em 1951, esta obra foi traduzida em 19 idiomas e lhe conferiu importantes prêmios, como o *Roosevelt* e o *Internacional da Paz*.

Em 1954, resolveu integrar-se à política e candidatou-se a uma cadeira de deputado federal pelo estado de Pernambuco, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi eleito com expressiva votação. Nesta época, o PTB tinha uma participação significativa nos acontecimentos políticos do país, tendo em vista ter sido fundado em 1945, inspirado por Getúlio Vargas.

9 Anna Maria de Castro, Apud FERNANDES & PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 34.

Acompanhou e apoiou o programa desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitscheck (1955-60) e participou da Frente Parlamentar Nacionalista, que defendia uma política de defesa dos interesses nacionais contra a desnacionalização da economia e as influências extorsivas do capital estrangeiro. Esta postura progressista na vida política do país foi um dos motivos que o levou a ser perseguido após o golpe de 1964 (ANDRADE, 1997).

Assim, com todo o prestígio que ao longo dos anos foi conquistando devido aos trabalhos sobre o tema tabu – a fome –, em 1962 Josué de Castro foi designado pelo governo brasileiro embaixador junto à Conferência Internacional de Desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, e, em seguida, na reunião da FAO, em Roma. Desta forma, ingressou no cenário internacional, e em outubro do mesmo ano renunciou ao mandato de deputado federal. Andrade (1997) coloca em seu trabalho que “seu prestígio [de Josué de Castro] em Pernambuco era muito grande, tendo sido cogitado pelas forças consideradas de esquerda, em 1962, para candidato ao governo do estado. A candidatura não chegou a se concretizar e o governador eleito foi Miguel Arraes de Alencar”.

Embaixador da ONU em Genebra de 1963 a 1964, demitiu-se em virtude do golpe militar de 31 de março de 1964, que lhe cassou os direitos políticos. Exilado, Josué continuou mobilizando pessoas e instituições para o assunto da fome, dessa vez criando a Associação Internacional de Luta contra a Fome e a Associação Internacional das Condições de Vida e Saúde. Foi membro participante de inúmeras associações científicas na Europa, Estados Unidos e União Soviética. Já no final de sua vida criou o Centro Internacional de Desenvolvimento, participando ativamente do movimento intelectual europeu em defesa dos povos do Terceiro Mundo (FERNANDES; GONÇALVES, 2007).

Exilado em Paris, teve seus méritos reconhecidos pelo governo francês, que o concedeu o cargo de professor associado do Centro Universitário de Vincennes, então recém-criado, lecionando também com grande mérito na Universidade de Paris. Chefiou o Centro Internacional de Desenvolvimento, órgão que assessorava os países subdesenvolvidos, atuando sobretudo na África, onde desenvolvia trabalhos. Presidiu o Comitê para a Constituição dos Povos e foi vice-presidente da Associação Parlamentar Mundial. Estas são as últimas atividades a que Josué se dedicou para o tema que, durante muitos anos de sua vida, segundo ele, era fundamental para a paz no mundo. Josué de Castro faleceu no exílio em 1973, com 65 anos.

QUADRO-SÍNTESE DA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ESPACIAL DE JOSUÉ DE CASTRO	
5/9/1908	Nasce Josué Apolônio de Castro
1915-1922	Estuda em Colégios Tradicionais como o Ginásio Pernambuco e o Colégio Chateaubriand
1923	Inicia o Curso de Medicina
1925	Muda-se da Bahia para o Rio de Janeiro. Em setembro lança a Doutrina de Freud e a Literatura Moderna em busca de reconhecimento e prestígio
1927	Publica alguns ensaios científicos, crônica e também críticas cinematográficas
1929	Cola grau em Medicina no Rio de Janeiro, mas é na Bahia que finaliza o curso. Viagem ao México e estágio nos Estados Unidos da América
1930	Retorna para Recife e exerce a profissão de Médico especializado em doenças da nutrição
1932	Após dois anos de experiência como Médico em uma fábrica de Recife, produz o inquérito: “As condições de vida das classes operárias do Recife”, estudo pioneiro do país
1933	Funda com vários companheiros a Faculdade de Filosofia em Recife. Neste período foi professor de Medicina (Fisiologia) e Filosofia (Geografia Humana)
1934	Casa-se com Glauce Pinto de Castro, com quem teve três filhos: Josué Fernando de Castro (economista), Anna Maria de Castro (socióloga) e Sônia de Castro Durval (geógrafa)
1935	Transfere-se para o Rio de Janeiro, onde se vinculou à equipe de educadores e cientistas em prol do ensino universitário
1936	Abre no Rio de Janeiro consultório médico, que manteve até 1955, como clínico e especialista em doenças da nutrição
1937	Publica Documentário do Nordeste. Elabora com Cecília Meireles uma cartilha infantil sobre educação alimentar, “A Festa das Letras”
1938	Passa a dar aula de Antropologia física na Universidade do Brasil, atual UFRJ
1939	Estagia na Europa, no Instituto Bioquímico de Roma, e promove cursos na Universidade de Roma, Nápoles e Gênova
1939-1945	Promove cursos sobre alimentação e nutrição no Departamento Nacional de Saúde Pública e na Faculdade de Medicina na Universidade do Brasil

QUADRO-SÍNTESE DA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ESPACIAL DE JOSUÉ DE CASTRO	
1942	É eleito presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps). Torna-se chefe do Departamento Técnico de Alimentação e membro da coordenação da Mobilização Econômica
1943	Viaja para os EUA para estudar questões relacionadas à fome
1944	Criação do Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA), no Rio de Janeiro, por iniciativa do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), do qual Josué era Diretor
1945	Viaja ao México para o lançamento de La Alimentación em los Tropicos, uma revisão do trabalho de Alimentazione e Acclimatazione Umana nei Tropici
1947	Conquista, por concurso, a Cátedra de Geografia Humana na Universidade do Brasil, com a tese: "A cidade do Recife, ensaio de Geografia urbana". Membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)
1950	É condecorado professor Honoris Causa da Universidade de Santo Domingos, na República Dominicana, e da Universidade de San Marcos, na capital peruana
1951	É nomeado vice-presidente da Comissão Nacional de Política Agrária, criada por Vargas
1952	Torna-se presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo que ocupa até o final de 1956
1954	Recebe o Prêmio Internacional da Paz, do Conselho Mundial da Paz, a Grande Medalha da Cidade de Paris, Grau Oficial da Legião de Honra de Paris. É indicado ao Prêmio Nobel de Medicina, Prêmio da Associação Brasileira de Escritores e Prêmio da Academia Brasileira de Letras
1955	Assume o mandato de deputado federal até 1959. Torna-se vice-líder do PTB e presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados
1960	Preside a Campanha de Defesa Contra a Fome promovida pelas Nações Unidas, advogando pelo primeiro Direito do Homem: o de não passar fome
1962	É designado, pelo presidente João Goulart, embaixador-chefe da Delegação do Brasil junto à ONU, em Genebra
31/3/1964	Demite-se do cargo de deputado federal em virtude do Golpe Militar

QUADRO-SÍNTESE DA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ESPACIAL DE JOSUÉ DE CASTRO	
9/4/1964	Início do Regime Militar, que constitui o Ato Institucional número 1, impondo a cassação de mandato dos direitos políticos de Miguel Arraes, Seixas Dória, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Leonel Brizola e Josué de Castro
A partir de 1964	Vive em Paris, onde trabalhou em diversas universidades da França. Também trabalhou na Universidade da Espanha, Bélgica, EUA, Chile, Argentina, Peru e Venezuela
23/9/1973	Josué de Castro falece, aos 65 anos, em Paris, no exílio, ao qual foi condenado pelo regime militar brasileiro

A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE JOSUÉ DE CASTRO EM LIVROS

As obras de Josué de Castro foram de grande expressão e impacto não apenas no Brasil, mas no mundo todo, sobretudo *Geografia da Fome*, de 1946, e *Geopolítica da Fome*, de 1951. Entretanto, sua primeira produção é bem anterior. Conforme pode ser observado no quadro a seguir, organizado por título, ano da primeira edição, cidade, país e editora da publicação, Josué de Castro publicou 31 obras, ao longo de 39 anos. Estas obras foram editadas em 7 países e 10 cidades diferentes, a primeira em 1932 e a última dois anos antes de ele falecer, em 1971.

PRODUÇÃO INTELECTUAL DE JOSUÉ DE CASTRO EM LIVROS (1932-1971)					
TÍTULO	ANO	CIDADE	PAÍS	EDITORA/RESPONSÁVEL	FASE
O Problema fisiológico da alimentação no Brasil	1932	Recife	Brasil	Editora Imprensa Industrial	1
Metabolismo basal e clima	1932	Recife	Brasil	Revista Médica de Pernambuco	1
O Problema da Alimentação no Brasil	1933	São Paulo	Brasil	Companhia Editora Nacional	1
Documentário do Nordeste	1934	Rio de Janeiro	Brasil	Livraria José Olympio	1
A Questão do Salário Mínimo	1935	Rio de Janeiro	Brasil	Minist. Do Trabalho, Indústria e Comércio	1

PRODUÇÃO INTELECTUAL DE JOSUÉ DE CASTRO EM LIVROS (1932-1971)					
TÍTULO	ANO	CIDADE	PAÍS	EDITORA/RESPONSÁVEL	FASE
O Ciclo do Caranguejo	1935	Rio de Janeiro	Brasil	-	1
Condições de Vida das Classes Operárias do Recife	1935	Recife	Brasil	Departamento de Saúde Pública	1
Alimentação e Raça	1935	Rio de Janeiro	Brasil	Civilização Brasileira	1
Therapeutica Dietética do Diabete	1936	Porto Alegre	Brasil	Livraria do Globo	1
A Festa das Letras (coautoria de Cecília Meireles)	1937	Rio de Janeiro	Brasil	Livraria do Globo	1
A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana	1937	Rio de Janeiro	Brasil	Livraria do Globo	1
Fisiologia dos Tabus	1938	Rio de Janeiro	Brasil	Melhoramentos	1
Geografia Humana: estudo da paisagem cultural do mundo	1939	Rio de Janeiro	Brasil	Livraria do Globo	1
Alimentazione e Acclimatazione Umananel Tropici	1939	Milão	Itália	-	1
Geografia da Fome	1946	Rio de Janeiro	Brasil	O Cruzeiro	2
La Alimentación em los Tropicos	1946	Ciudad de México	México	Fondo de Cultura Económica	2
Fatores de Localização da Cidade do Recife	1948	Rio de Janeiro	Brasil	Imprensa Nacional	2

PRODUÇÃO INTELECTUAL DE JOSUÉ DE CASTRO EM LIVROS (1932-1971)					
TÍTULO	ANO	CIDADE	PAÍS	EDITORA/RESPONSÁVEL	FASE
Geopolítica da Fome	1951	Rio de Janeiro	Brasil	Casa do Estudante do Brasil	2
Três Personagens: Einstein, Fleming, Roosevelt	1955	Rio de Janeiro	Brasil	Casa do Estudante do Brasil	2
A Cidade do Recife - Ensaio de Geografia Urbana	1954	Rio de Janeiro	Brasil	Casa do Estudante do Brasil	2
Ensaio de Geografia Humana	1957	São Paulo	Brasil	Editora Brasiliense	2
Ensaio de Biologia Social	1957	São Paulo	Brasil	Editora Brasiliense	2
O Livro Negro da Fome	1960	São Paulo	Brasil	Editora Brasiliense	3
Sete Palmos de Terra e um Caixão	1965	São Paulo	Brasil	Editora Brasiliense	3
Ensayos sobre el Sub-Desarrollo	1965	Buenos Aires	Argentina	SigloVeinte	3
Adondevala América Latina?	1966	Lima	Peru	Latino Americana	3
Homens e Caranguejos	1967	São Paulo	Brasil	Editora Brasiliense	3
A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo	1968	Lisboa	Portugal	Itaú	3
EI Hambre - Problema Universal	1968	Buenos Aires	Argentina	La Pléyade	3
Latin American Radicalism	1969	New York	EUA	Vintagem Books	3
A Estratégia do Desenvolvimento	1971	Lisboa	Portugal	Cadernos Seara Nova	3

Tabela elaborada pelo autor

Durante a década de 1930, Josué de Castro dedicou-se ao estudo da alimentação no Brasil, principalmente da população mais pobre dos trabalhadores. Para compreender a alimentação no Brasil, Josué trabalhou com a ciência fisiológica e a geográfica, o que resultou nas obras: *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, 1932; *Metabolismo basal e clima*, 1932; *O problema da alimentação no Brasil*, 1933; *Alimentação e Raça*, 1935; *Therapeutica Dietética do Diabete*, 1936; *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*, 1937; *Fisiologia dos Tabus*, 1938; *Geografia Humana: estudo da paisagem cultural do mundo*, 1939; *Alimentazione e Acclimatazione Umananel Tropicci*, 1939. A pesquisa sobre os trabalhadores pobres, referência na época para outros estudos deste tipo, resultou nos trabalhos: *A Questão do Salário Mínimo*, 1935; *Condições de Vida das Classes Operárias do Recife*, 1935. Ainda nesse período, Josué publica duas obras literárias: *Documentário do Nordeste*, 1934, e *A Festa das Letras*, 1937 (coautoria de Cecília Meireles).

Josué fica um intervalo de sete anos sem publicar livros, apenas escrevendo artigos. Em 1946 publica sua mais importante obra, acúmulo dos estudos realizados em trabalhos anteriores, *Geografia da Fome*. No período de 1946 a 1965, livros de Josué de Castro discutiram a fome no Brasil e no mundo, a Geografia humana/urbana e o Movimento Social. A fome, assunto tabu para a época, torna-se o principal assunto para Josué de Castro, originando as obras: *Geografia da Fome*, 1946; *La Alimentación em los Trópicos*, 1946; e *Geopolítica da Fome*, 1951. As obras de Geografia humana/urbana são: *Fatores de Localização da Cidade do Recife*, 1948; *A Cidade do Recife – Ensaio de Geografia Urbana*, 1954; e *Ensaio de Geografia Humana*, 1957. Interessado nos “fenômenos e fatos sociais”¹⁰ e nos movimentos sociais da época, publicou *Ensaio de Biologia Social*, 1957, tema que marca a passagem para a terceira fase, as três fases do autor serão explicadas a seguir. Josué publica, ainda, o livro *Três Personagens: Einstein, Fleming, Roosevelt*, em 1955.

Ao longo da década de 1960 até 1971, a produção intelectual de Josué indica novas temáticas. As duas obras, *O livro Negro da Fome*, 1960, e *Sete Pálmos de Terra e um Caixão*, 1965, marcam o início deste período e possivelmente vieram também contribuir para o exílio de Josué de Castro, com o golpe militar no Brasil, em 1964.

10 Explicação de Josué de Castro a respeito do livro *Ensaio sobre Biologia Social*. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/artigos/biologia.htm>>. Acesso em: 7/4/2014.

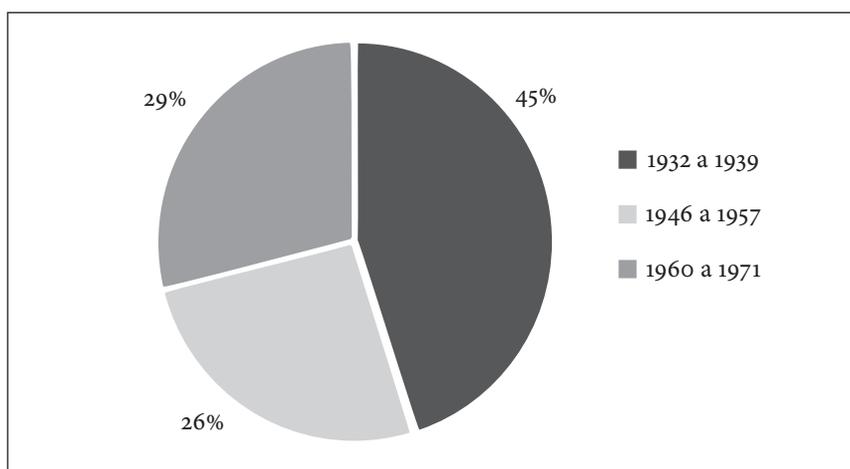
No exílio, Josué escreve sobre a América Latina, analisando o subdesenvolvimento econômico e a realização do capitalismo no continente. Josué demonstra incômodo com a política dos países sul-americanos, com ditaduras militares e o capitalismo. Assim, a literatura e o radicalismo surgem como proposta em suas obras: “*Eu, que recebi um prêmio internacional da paz, penso que, infelizmente, não há outra solução que a violência para a América Latina*”.¹¹ Estes temas aparecerão nas obras: *Ensayos sobre el Sub-Desarrollo*, 1965; *Adondevala América Latina?*, 1966; *Homens e Caranguejos*, 1967; *A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo*, 1968; *El Hambre – Problema Universal*, 1968; *Latin American Radicalism*, 1969; *A Estratégia do Desenvolvimento*, 1971.

Assim, podemos classificar a produção intelectual de Josué de Castro em livros em três grandes fases. A primeira compreende o período de 1932 a 1939, a segunda o de 1946 a 1957 e a terceira o de 1960 a 1971. Cada fase apresenta eixos diferenciados com relação à temática de seus estudos, sua atuação profissional e política e a escala espacial de suas interpretações. Conforme será visto, as temáticas abordadas nos livros estão relacionadas à trajetória espacial do autor, à vida particular e à conjuntura política e econômica do país e do mundo.

A primeira fase, de 1932 a 1939, é caracterizada pelo *Josué médico, fisiologista, literato e regionalista*, com 14 obras. As temáticas das obras estão relacionadas com a sua recente formação na área de medicina, ofício que exerceu após a conclusão dos estudos, e com o lugar de onde viera, o Nordeste. A segunda fase, de 1946 a 1957, apresenta um *Josué geógrafo, político e cosmopolita, denunciando a fome no Brasil e no mundo*, com 8 obras. Nesta fase Josué já lecionava Geografia, tinha cargos políticos relacionados com a questão da fome e residia no Rio de Janeiro. A terceira fase, de 1960 a 1971, reflete o *Josué exilado, pensando e discutindo o Brasil e a América Latina, lutando contra o subdesenvolvimento e o autoritarismo da ditadura*, totalizando 9 obras. Os assuntos mostram o intelectual exilado, com representatividade internacional, que não pensava só o Brasil, mas a América Latina.

¹¹ Eduardo Galeano. *Veias Abertas da América Latina*, 2002, p. 15.

PUBLICAÇÕES DE JOSUÉ DE CASTRO POR FASES



CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OBRAS DE JOSUÉ DE CASTRO A PARTIR DOS LUGARES DE PUBLICAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Ao analisarmos as obras de Josué de Castro, começamos a perceber que os lugares de publicação das primeiras edições variavam de acordo com sua trajetória espacial. Naquele período, diferentemente da atual globalização, as informações não circulavam de maneira tão veloz e as publicações ainda estavam muito vinculadas aos percursos dos seus autores. Assim, consideramos que a associação entre a obra e seu lugar de produção poderia nos fornecer elementos interpretativos novos acerca do pensamento do autor. Vale ainda salientar que não estamos entendendo esses lugares como determinantes, apenas como mais uma variável, que pode auxiliar na interpretação do pensamento do autor.

Assim, a partir do quadro A Produção Intelectual de Josué de Castro em Livros (1932-1971) e das fases de produção estabelecidas com base na classificação das obras do autor, foram organizados dois gráficos que ilustram a associação mencionada.

GRÁFICO 1: LOCAIS DE PUBLICAÇÃO DAS OBRAS
DE JOSUÉ DE CASTRO POR FASES E PAÍSES

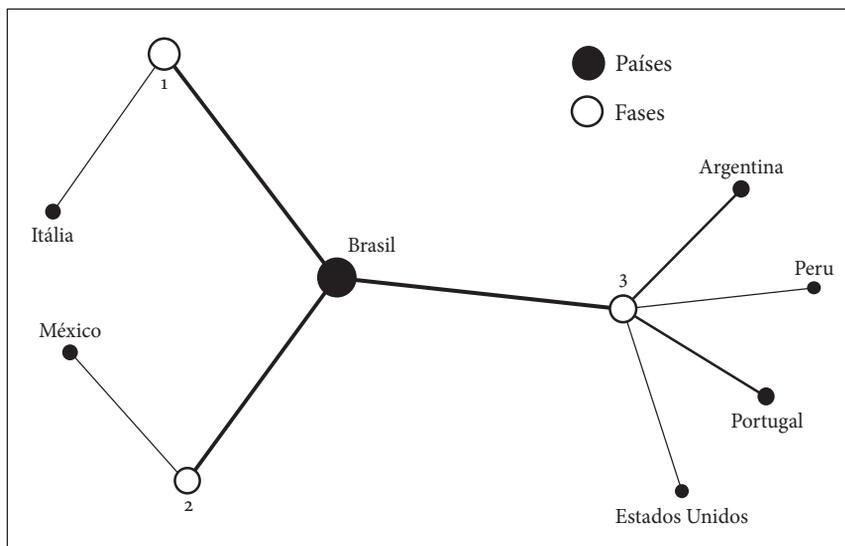


Gráfico elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa.
O tamanho dos círculos está relacionado com a proporção de quantidades de obras nos países.

O Gráfico 1 apresenta as obras de Josué de Castro a partir dos países em que publicou, relacionando com as fases classificadas neste trabalho. Na fase 1, encontramos a obra de Josué muito marcada no Brasil e com uma publicação na Itália, devido ao seu ofício de pesquisador no Instituto Bioquímico de Roma, sendo que mais tarde ele veio a ministrar cursos nas universidades de Roma e Nápoles. A fase 2 compreende uma publicação no México e as outras sete publicações no Brasil. Na fase 3, obras publicadas internacionalmente são constantes. Neste período, de 1960 a 1971, Josué encontra-se exilado do país, devido ao Regime Militar instaurado em 1964. Nesta última fase, trabalhou em diversas universidades, em países como França, Espanha, Bélgica, EUA, Chile, Argentina, Peru e Venezuela. Lembrando-se, ainda, que Josué desde 1952 já apresentava uma articulação internacional, em consequência do cargo que lhe fora indicado, o de presidente do Conselho Executivo da FAO, o qual ocupou até o final de 1956.

A seguir, no Gráfico 2, podemos visualizar a espacialização da obra a partir das cidades em que foram publicadas. Neste gráfico fica mais evidente o caminho percorrido por Josué em sua vida intelectual.

GRÁFICO 2: PRODUÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO POR FASES E CIDADES

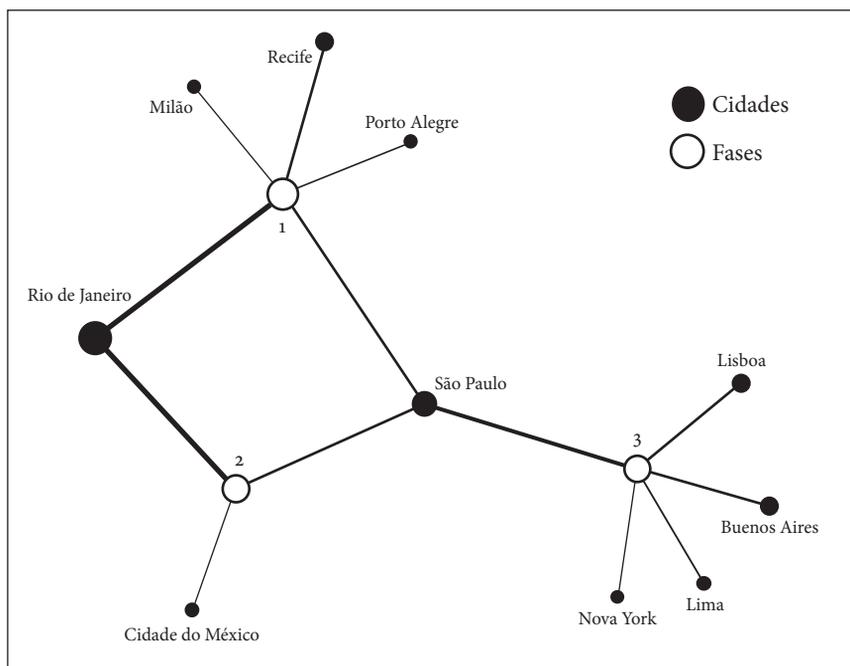


Gráfico elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa.
O tamanho dos círculos está relacionado com a proporção de quantidades de obras nas cidades.

Na primeira fase, há uma participação importante de publicações no Nordeste (3), caminhando para o Sudeste (8). Na segunda fase, como apontam o tamanho do círculo e a espessura da linha, é no Rio de Janeiro que se concentra o maior número de publicações, seguido de São Paulo e Cidade do México. Na terceira fase, as publicações se concentram em São Paulo (3) e se direcionam para outros países. Assim, visualizamos que na fase 3 a cidade do Rio de Janeiro não está presente, já a cidade de São Paulo encontra-se presente nas três fases do autor.

Observando essa trajetória das publicações de Josué de Castro, vemos que a internacionalização de sua obra está mais vinculada com a cidade de São Paulo. A terceira fase, de 1960 a 1971, compreende um período em que a cidade do Rio de Janeiro já havia deixado de ser capital e São Paulo se destacava como a cidade da industrialização no Brasil, mantendo relações internacionais.

Ao analisarmos a obra de Josué de Castro observando as regiões do mundo e os países, podemos verificar que fora publicada na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos. Como mencionado anteriormente, as temáticas caminharam junto com a trajetória de vida. Além do Brasil, Josué publicou a primeira edição de seus livros em seis países – Itália, México, Argentina, Peru, Portugal e EUA. No total, 8 livros foram publicados no exterior. No Brasil, duas cidades sediaram mais de uma fase de Josué de Castro, São Paulo e Rio de Janeiro.

Na Europa, publicou *Alimentazione e Acclimatazione Umananel Tropici*, em 1939, *A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo*, em 1968, e *A Estratégia do Desenvolvimento*, em 1971. Os dois últimos livros estão inseridos na terceira fase do autor, que entendemos como a fase em que está pensando as questões da América Latina relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo no mundo. Essas questões perpassam o subdesenvolvimento econômico, as ditaduras instaladas na América Latina e a Fome.

Nos Estados Unidos, Josué de Castro publica apenas um livro, *Latin American Radicalism*, em 1969. Entretanto, foi de grande impacto e expressão na época, principalmente na América Latina, em função dos conflitos e pressões promovidos pelas ditaduras e golpe militares.

A América Latina, o lugar mais importante para a obra de Josué de Castro, esteve presente em todas as fases do autor e foi objeto de análise por diversas vezes. Nela nasceu, foi político, professor, diretor e presidente de diversas instituições – e nela também foi exilado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou dar uma pequena contribuição à memória e história da Geografia brasileira, trazendo para o debate a atuação e a obra de Josué de Castro, cientista, professor e político. Grande intelectual da Geografia brasileira, com atuação em diversos campos de conhecimento, como Medicina, Fisiologia, Antropologia, Literatura e esferas políticas, Josué de Castro deixa um legado intelectual e político extraordinário. Vários estudos têm sido realizados tanto sobre sua atuação quanto sobre seu pensamento. Aqui, como entrada interpretativa, procurou-se destacar a trajetória espacial do autor, associando-a à sua vida e à conjuntura histórica da época.

No caminho escolhido, pode-se perceber que essa associação entre os locais de publicação, a vida de Josué e a conjuntura política apontou

interessantes chaves de leitura. Na realidade, estão aqui expostos resultados de pesquisa em que foram associadas a trajetória espacial do autor e sua produção intelectual em livros. A partir dessa associação, podem-se perceber três grandes fases em sua vida e obra.

Na *Primeira Fase*, iniciada na década de 1930, Josué retrata o Brasil, principalmente o Nordeste, os problemas da seca, da fome, da terra, da migração, do racismo. O Brasil como país de dimensões continentais começa a surgir na sua *Segunda Fase*, retratando os mesmos problemas estruturais do Nordeste, fome, concentração fundiária e desigualdade socioespacial. Na *Terceira Fase*, no exílio, Josué de Castro pensará o Brasil como mais um país do mundo subdesenvolvido, de uma América Latina explorada e com os problemas históricos que precisavam ser solucionados, a fome, a concentração fundiária, a desigualdade e o subdesenvolvimento.

Assim, da abordagem regional ao mundo, Josué de Castro surpreendeu e impactou o debate intelectual e político do século XX, principalmente por denunciar muitas contradições e desafios da sociedade capitalista naquele momento. Nesse sentido, sua trajetória espacial ajudou a explicar seu pensamento e suas obras, que, pelo vigor de suas análises, continuam causando admirações e discussões na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos avançados* [online], v. 11, n. 29, p. 169-194, 1997.
- AZEVEDO, Gustavo F. *Josué de Castro e sua contribuição intelectual para a Geografia*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. Nas trilhas da Historiografia Geográfica Brasileira: Josué de Castro e a Geografia de denúncia nos meados do século XX. In: *I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*. São Paulo: UNESP, p. 38-42, 1999.
- CASTRO, Anna Maria de. (org.). *Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Josué de. *O livro negro da fome*. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 173, 1960.
- _____. *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.
- _____. *Documentários do Nordeste*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

- CENTRO DE ESTUDO E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Josué de Castro: por um mundo sem fome*. São Paulo: Mercado Cultural.
- CENTRO JOSUÉ DE CASTRO. Disponível em: <<http://www.josuedecastro.org.br>>. Acesso em: 15 set. 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Carlos Walter Porto (org.) *Josué de Castro: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FREDERICO, Celso. A sociologia da literatura de Lucien Goldmann. *Estudos Avançados* 19, p. 429-446, 2005.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 42ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. São Paulo: Paz e Terra. 1976.
- JOSUÉ DE CASTRO. *Josué de Castro*. Disponível em: <<http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html>>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- LUKÁCS, Georg. *Teoria do romance*. Lisboa: Biblioteca de Ciências Humanas, 1962.
- MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri/FAPERJ, 2009.
- MACHADO, Mônica Sampaio; ALVES, Camila Gomes; AZEVEDO, Gustavo Ferreira. Josué de Castro e o Brasil: primeiras considerações. In: *Anais do II Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico*. Uberlândia: UFU. 2010.
- MEIRELES, Cecília; CASTRO, Josué de. *A festa das letras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- PROJETO MEMÓRIA. *Josué de Castro*. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

Os anos de aprendizagem com Lysia Bernardes

Cristina Lontra Nacif¹

No Conselho Nacional de Geografia tive a sorte de trabalhar com dois geógrafos que tiveram uma importância crucial na minha formação. Com eles aprendi a fazer trabalho de campo, fazer mapas temáticos, conheci uma bibliografia mais especializada a que tive acesso e, o que foi importante, recebi deles a atenção toda especial. São os geógrafos Nilo Bernardes e Lysia Bernardes.²

Carioca “da gema”, a geógrafa Lysia Cavalcanti Bernardes morreu em 1991 a caminho de Cabo Frio, no mesmo acidente que atingiu seu companheiro Nilo Bernardes.³ Na despedida do casal um grande número de amigos e ex-alunos lamentou profundamente o ocorrido e recordou os anos de convivência e aprendizagem com a dinâmica geógrafa.

Nascida em 1924, com apenas 20 anos Lysia já estava formada Bacharel em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Até seu último trabalho, foram quase cinco décadas de produção constante, que abrangeu um amplíssimo leque de interesses e reflexões. Suas atividades entrelaçavam a pesquisa, o ensino da Geografia e a marcante presença na coordenação de trabalhos em instituições voltadas para o planejamento urbano e regional.

Profissional com sólida estrutura intelectual e moral, a trajetória de Lysia envolveu, entre outras atividades, sua passagem como geógrafa do Conselho Nacional de Geografia (IBGE), entre 1944 e 1968, e a atuação como professora nos cursos de graduação e pós-graduação de Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no período de 1959 a 1977.

1 Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora adjunta da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. (c1nacif@globocom)

2 GEOSUL, n. 9 12/13, Ano VI, 29 sem. 1991 e 19 sem. 1992. Entrevista com Roberto Lobato Correa.

3 O geógrafo Nilo Bernardes (1922-1991) durante mais de 30 anos trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenvolvendo pesquisas sobre a Geografia agrária, influenciado pela Geografia regional francesa e aportes teóricos de Leo Waibel.

Tão importante quanto sua atuação como professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi, sem dúvida, a atividade de “professora sem cátedra” exercida no dia a dia com seus coordenados nas instituições por onde passou. Preocupada em captar o essencial da realidade, Lysia não descolava os saberes da Geografia física e humana. Especialista na adoção de técnicas expeditas de observação, sabia como ninguém “iluminar o real” nos trabalhos de campo e encontrar evidências, vestígios ou indícios dos processos sociais nos lugares pesquisados.

Nos conturbados anos de ditadura militar no Brasil, incompreendida por alguns colegas de profissão, Lysia esteve à frente de “empreitadas” que ajudaram a construir a história do planejamento urbano e regional no Rio de Janeiro. Assessorou a montagem do Governo da Fusão Rio de Janeiro-Guanabara:⁴ encarregada do grupo de Política de Desenvolvimento Urbano. Em 1975 assumiu a Superintendência de Planejamento da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro (SECPLAN), e em 1985, depois de passar pela Fundação para o Desenvolvimento (FIDERJ), foi convidada para assumir a Superintendência da Secretaria Especial da Região Sudeste (SERSE), órgão vinculado ao Ministério do Interior (MINTER).⁵

Participante ativa da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB),⁶ foi eleita Presidente em 1965, tendo sido responsável também pela organização do II Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) no mesmo ano.⁷

4 O estado da Guanabara existiu entre 1960 e 1975. A fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro ocorreu no dia 15 de março de 1975.

5 Ao que parece, a indicação de Lysia para a SERSE deve ter sido influenciada por Ronaldo Costa Couto. Ronaldo, durante os anos de 1974 e 1975, ocupou o cargo de superintendente geral do desenvolvimento da Companhia Vale do Rio Doce, no Rio de Janeiro; depois, foi o coordenador-geral da equipe de planejamento da fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e secretário de Planejamento do estado do Rio de Janeiro no governo Faria Lima (1975-79). Após ocupar a cadeira de Secretário de Planejamento do estado de Minas Gerais e de presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, durante o governo Tancredo Neves, Ronaldo Costa Couto chegou a Ministro do Interior (1985-87), cargo que acumulou com o de governador de Brasília no início de 1985. A partir de abril de 1987, Ronaldo goza do privilégio de ser o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, durante o triênio 1987-89, cargo que exerceu juntamente com o de ministro do Trabalho nos meses finais de 1988 e início de 1989.

6 Fundada em 17 de setembro de 1934, por iniciativa do professor francês Pierre Deffontaines, juntamente com os professores Rubens Borba de Moraes, Caio Prado Júnior, Luís Flores de Moraes Rego (MACHADO, 2009).

7 Fonte: Mariangela de Azevedo. A importância de Lysia Bernardes para a Geografia brasileira. Monografia apresentada na PUC-RJ por ocasião da conclusão da graduação em Geografia, 2000.

Não menos importante foi sua participação cidadã em vários movimentos sociais, em especial junto à Associação de Moradores de Laranjeiras, da qual foi membro fundador. Nesse bairro, escolhido para morar, Lysia e Nilo dividiam com os filhos um acolhedor apartamento na Rua Prof. Luiz Cantanhede 214, apartamento 201.

A contribuição de Lysia para o pensamento geográfico ainda está por ser produzida. O presente texto é tão somente um conjunto de fragmentos de sua intensa vida pública.

PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

A trajetória profissional de Lysia coincide com o período histórico do país em que se destacam as evidências das principais determinações da nossa urbanização, da integração do mercado nacional e do desenvolvimento regional decorrentes da industrialização, da adoção de políticas macroeconômicas. Esses foram tempos de expressivas correntes migratórias e de formação do fenômeno metropolitano, levando muitas cidades pequenas ao esvaziamento. Assim, não é por acaso que se impôs no país a adoção de um padrão “planejado” em oposição ao “espontâneo”. No cotidiano das instituições públicas, o profundo envolvimento com os trabalhos era garantido pelo conjunto de técnicos que se dividiam entre acreditar no caráter de “neutralidade” ou na possibilidade “revolucionária” do planejamento.⁸

No período de sua formação universitária (1940 e 1944) a Geografia brasileira estava dividida em dois grandes segmentos: aquele que produzia conhecimento para uso na estrutura de ensino, acompanhado da formação e do aperfeiçoamento do corpo docente, e o que se voltava para a estruturação do sistema de planejamento territorial, do qual o IBGE passou a ser a principal sustentação.

Segundo Roberto Schmidt de Almeida (2000)⁹ apesar desta aparente dicotomia, os dois segmentos sempre estiveram em conexão, em virtude de suas origens comuns, o que ajuda a explicar o entrelaçamento de temas e práticas adotados por Lysia.

8 Maiores detalhes ver Chico de Oliveira: A noiva da revolução. Elegia para uma re(li)gião. Boitempo, São Paulo, 2008.

9 ALMEIDA, Roberto Schmidt. O Pensamento Geográfico do IBGE no Contexto do Planejamento Estatal Brasileiro. MARTINS, L. A. C., P. Silva C. C., FERREIRA, J. M. H. Filosofia e História da Ciência no Cone Sul: 3º Encontro. Campinas AFHIC, 2004.

Entre meados dos anos 30 até o início dos 40, a criação quase simultânea dos cursos formais de Geografia, tanto em São Paulo (posteriormente liderado por Pierre Mombeig), quanto no Rio de Janeiro, até a estruturação do sistema de planejamento territorial do governo federal no IBGE, foram processos gestados por uma estrutura organizada pelo governo Vargas. (ALMEIDA, 2004, p. 411).

Lysia sofreu influência dos professores Pierre Defontaines,¹⁰ Pierre Mombeig¹¹ Leo Waibel¹² e Carlos Delgado de Carvalho,¹³ entre outros, presenças constantes nas suas referências e indicações bibliográficas.¹⁴ Começou sua carreira como geógrafa do IBGE (1944/1968), onde ocupou diversos cargos de direção e ajudou a consolidar o conhecimento sobre métodos de pesquisa. Foi também professora nos cursos de graduação e pós-graduação de Geografia na UFRJ (1959/1977) e concomitantemente técnica de planejamento no Ministério do Planejamento/IPEA (1968/74). Nesse período, assistimos à transferência da capital para Brasília e fomos vítimas da edição de diversos atos institucionais: o AI-2, que adiou as eleições presidenciais e dissolveu os partidos; o AI-3, que tornou indiretas as eleições de governadores e prefeitos das cidades mais importantes, e o AI-5, que suspendeu os direitos políticos e as garantias dos direitos civis.¹⁵

Lysia contribuiu também com a estruturação da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (FUNDREM), na segunda

10 Pierre Deffontaines (1894-1978) foi o primeiro geógrafo francês, membro da missão universitária francesa, que veio para o Brasil colaborar com o ensino universitário. MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro: formação e desenvolvimento* na UDF, UB e UFRJ, 1935-1999. – Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

11 Novos estudos de Geografia humana brasileira, São Paulo, 1957. Difusão Européia do Livro. Brasil, São Paulo: Difusão Européia, 1969. Do Livro. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo, São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

12 Geógrafo alemão que trabalhou no Brasil no período de 1946 a 1950 e influenciou a Geografia da paisagem.

13 Carlos Delgado de Carvalho integrou o grupo de professores do Curso de História da Universidade do Distrito Federal (1936-1937). Foi professor catedrático de História Moderna e Contemporânea (1943-1955) (MACHADO, 2009).

14 Dentre as referências adotadas por Lysia no cotidiano, estão obras de Alberto Lamego: “O Homem e o Brejo”, “O Homem e a Restinga”, “O Homem e a Guanabara” e “O Homem e a Serra”.

15 Na época, especialmente no centro da cidade do Rio de Janeiro, ocorreram diversas manifestações estudantis de rua, como aquela na qual foi assassinado o estudante secundarista Edson Luiz, em 28 de março de 1968, e a que ocorreu a seguir, no dia 20 de junho, data que ficou conhecida como a Sexta-Feira Sangrenta, deixando como saldo vários mortos e centenas de feridos, em virtude da repressão policial. Destacam-se, ainda, a Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho do mesmo ano, esta sem nenhuma repressão, e os sequestros dos embaixadores norte-americano, alemão e suíço, entre os anos de 1969 e 1970.

metade dos anos 1970. Lá, junto com o arquiteto Maurício Nogueira Batista,¹⁶ produziu importantes estudos para a compreensão do fenômeno metropolitano e a necessidade de formulação de políticas públicas voltadas para tal escala de ação.

Em 1975 foi convidada para ocupar a Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Regional e, em seguida, a Superintendência de Planejamento da Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro (SECPLAM), no governo do Almirante Faria Lima,¹⁷ até o ano de 1979. Nessa época a problemática das desigualdades sociais e a da relação pobreza e teorias de desenvolvimento ocupavam espaços acadêmicos e institucionais.¹⁸

Como coordenadora de Geografia e Estatística da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), entre os anos de 1980 e 1983, a geógrafa esteve na condução dos estudos que embasaram a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Dentre eles, o I Plano de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (I PLANRIO). O primeiro plano de governo do novo Estado do Rio de Janeiro apresentava rica descrição da realidade das diferentes regiões do território estadual e revelava nas suas propostas uma forte preocupação com a redução de desigualdades regionais.

Na Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (FIDERJ), Lysia coordenou, entre 1979 e 1982, a elaboração de uma coleção de 18 volumes, intitulados Estudos para o Planejamento Municipal, que tinham como objetivo expor a realidade dos municípios através do levantamento de seus recursos naturais e estrutura urbana e socioeconômica, apresentando um conjunto de indicadores relacionados às atividades econômicas e à infraestrutura locais, fonte de consulta obrigatória nos estudos voltados para a organização territorial e administrativa dos municípios fluminenses.

16 Maurício Nogueira Batista substituiu o arquiteto Jaime Lerner na condução dos trabalhos da FUNDREM.

17 Faria Lima foi indicado pelo então presidente Ernesto Geisel para a função e foi empossado no dia 15 de março de 1975. No mês seguinte, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em sua gestão foram priorizados a construção de unidades hospitalares, terminais rodoviários e casas populares. Após a saída do governo, em março de 1979, Faria Lima presidiu a União de Indústrias Petroquímicas (Unipar), até 1992.

18 Em 1978 um grupo de técnicos que integravam a SECPLAM, encorajados por Lysia, se deslocaram até Recife para participar do Seminário Nacional sobre pobreza Urbana, promovido pelo Curso de Mestrado de desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Um dos principais eventos do Seminário foi a palestra do Professor Milton Santos, que de volta ao Brasil influenciava estudantes e profissionais da área.

Ainda em 1982 concebeu e coordenou a elaboração do Atlas do Estado do Rio. Com primorosa produção gráfica, com dimensões aproximadas de sessenta por quarenta e cinco centímetros, o Atlas envolve um interessante conjunto de portfólios, contendo, dentre outras informações, mapas elucidativos dos processos de desmembramentos e os novos municípios criados no Estado do Rio de Janeiro até a década de 1980.

A presença de Lysia Bernardes na Secretaria da Região Sudeste do Ministério do Interior (SERSE), entre 1985 e 1989, foi igualmente importante. A SERSE foi extinta em 1989 pelo Governo José Sarney, e seu desmonte acompanhou, por um lado, o processo de fragilização das instituições públicas voltadas para o planejamento regional, e, por outro, o abandono das escalas intermediárias de apreensão dos fenômenos espaciais, facilitando a polarização dos discursos e das ações entre o local e o global. Tal processo deixou, no plano nacional, o debate envolvendo um saber específico, a problemática regional, em “compasso de espera”.

Nessa época, sempre preocupada com a organização territorial e gestão das águas no Vale do Rio Paraíba do Sul, participou ativamente do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEEIVAP),¹⁹ e do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP).²⁰ Merece destaque o trabalho realizado com a coordenação e supervisão de Lysia em 1978, voltado para o zoneamento industrial da região do Médio Paraíba.

É importante registrar que a extinção da SERSE dispersou o importante acervo da Secretaria. Sobre a pouco conhecida Secretaria farei algumas considerações.

O RURAL É NOSSO! A SERSE E O PLANEJAMENTO REGIONAL

Na perspectiva institucional, só em 1959, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento Regional (SUDENE), é que se pode falar em planejamento regional no Brasil. Até meados de 1964, as entidades regionais existentes não possuíam qualquer vinculação ministerial. Eram órgãos subordinados à Presidência da República. Em 1967, depois da criação do Ministério do Interior (MINTER), surgiram várias entidades regionais:

19 O Comitê foi criado pelo Decreto Federal nº 1842, de 22 de março de 1996, e é constituído por representações dos poderes públicos, dos usuários e de organizações sociais com importante atuação para a conservação, preservação e recuperação da qualidade das águas da Bacia.

20 Fundado em 10 de outubro de 1970.

Superintendência da Região Sul (SUDESUL); da Região Centro-Oeste (SUDECO); da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); e do Vale do São Francisco (SUVALE). Todas, à exceção da SUFRAMA, substituíram órgãos já existentes, ampliando suas atribuições para atingir uma área territorial mais abrangente, como foi o caso da SUDESUL e da SUDECO.

Para concretizar as ações desse conjunto de órgãos regionais, a década de 1970 foi pródiga na criação de programas regionais, mais conhecidos como “programas especiais”. Inicialmente vinculados à SEPLAN e posteriormente ao MINTER, os programas especiais foram geridos pelas superintendências regionais. Assim, pode-se dizer que, a partir de 1967, o Ministério do Interior passou a ser formalmente responsável pela condução dos assuntos de desenvolvimento regional. Mas, de fato, o MINTER tinha outras atribuições concorrentes com o desenvolvimento regional. Sua atuação estendia-se também às ações de desenvolvimento urbano, radicação de populações, ocupação do território, migrações internas, territórios federais, saneamento básico, proteção contra as secas e inundações, irrigação, assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas, assistência ao índio, assistência aos municípios, habitação, defesa e preservação do meio ambiente e integração do universitário ao processo de desenvolvimento. Era, portanto, sem dúvida, um rol de atribuições excessivamente abrangente. Nesse contexto, desenvolvimento regional era apenas uma delas, mas era patente a indefinição do objeto de trabalho central da SERSE.

A SERSE foi criada pelo Decreto nº 3.839, de agosto de 1979, em substituição à antiga Representação do Ministério do Interior no Rio de Janeiro (REMI). A finalidade principal de sua criação foi dar à região Sudeste um órgão capaz de coordenar as ações do Ministério do Interior nessa região, de uma forma descentralizada. Para o desempenho das suas funções, nem sempre muito bem delimitadas, a SERSE possuía uma Subsecretaria de Planejamento, composta de quatro coordenadorias: de Programas Especiais, de Desenvolvimento Urbano, de Planejamento Regional e de Informática. Para a execução de atividades especiais ligadas ao atendimento de calamidades públicas ocorridas na área, a SERSE conta com uma Coordenadoria Regional de Defesa Civil. Finalmente, compondo ainda a estrutura da Secretaria havia uma Divisão de Segurança e Informações e o Núcleo da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Atuando dentro de um contexto abrangente, cabia à SERSE encaminhar, coordenar e supervisionar as atividades do Ministério do Interior no Sudeste. Dentre as coordenadorias,

na Coordenadoria de Programas Especiais (CORPE) era responsável por coordenar o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense (PRODENOR). A Coordenadoria de Planejamento Regional (COPLAR) tinha sob sua responsabilidade dois programas de desenvolvimento regional: o Programa de Desenvolvimento Microrregional do Norte do Espírito Santo (PRODESP-Norte) e o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha (PRODEVALE).

Cabia à COPLAR planejar, gerenciar e acompanhar o Programa de Migrações Internas do MINTER na região Sudeste. Para tanto contava com seis secretarias estaduais envolvidas nas áreas de planejamento social e duas fundações com ações também no âmbito dos estados.

Já à Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (CODESU) cabia acompanhar a execução das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano para a região Sudeste, fornecendo subsídios para a elaboração, em nível estadual e municipal, de programas e projetos relacionados com o assunto. Eram de responsabilidade da CODESU os seguintes programas: Programa de Apoio às Capitais e cidades de Porte Médio (PACCPM); Programa Estadual de Centros Intermediários (PECI); Projeto Especial Cidades de Porte Médio (PECPM); Programa de Assistência aos Municípios (PAM); Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PDC); Programa de Investimentos Urbanos (PIU); Programa de Assistência Técnica Municipal (ATM); Programa de Assistência Técnica e Financeira Municipal (ATFM); Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAZ).

Trabalhando com orçamentos extremamente exíguos e com muitas dificuldades de delimitação dos espaços de atuação da SERSE, em uma das reuniões envolvendo disputas com representantes do Ministério da Agricultura que bradavam “o agrícola é nosso”, sempre combativa e dominando a discussão conceitual, Lysia, em uma fração de segundos, retrucou: *mas o rural é nosso!* Todos os técnicos presentes à reunião aplaudiram e até hoje lembram a geógrafa na defesa dos interesses públicos!

LEGADO BIBLIOGRÁFICO DE LYSIA BERNARDES

Na colina em que fora implantada, a cidade estava circundada pela planície embrejada que se continha entre o maciço costeiro e o mar. Impunha-se assim, de início, a luta contra esses três elementos – o brejo, o mar e a

montanha – luta que seria uma constante na conquista do espaço urbano. (BERNARDES, 1985, p. 23)

O caráter poético dos seus textos tem que ser destacado, conforme podemos confirmar no trecho acima, extraído do texto “Função defensiva do Rio de Janeiro”, escrito em 1960 no Boletim Carioca de Geografia²¹ e transcrito no livro “Cidade e Região”, de 1985. Mesclando conhecimentos da Geografia física e da Geografia humana, Lysia Bernardes registrou interpretações fundamentais sobre a realidade de vários lugares do país, mas seu foco principal foi, sem dúvida, a cidade do Rio de Janeiro.

Interessante notar que entre 1949 e 1953 observa-se na sua produção um número expressivo de trabalhos voltados para os estudos do clima.

A partir de 1955, o levantamento bibliográfico realizado por Mariangela de Azevedo (2000) aponta a preocupação com a problemática das regiões e com os processos de regionalização. As cidades também foram foco de suas análises: Diamantina (MG), Colatina (ES), Nova Friburgo (RJ), São Paulo (SP), Campos (RJ), Belém (PA) e Curitiba (PR), entre outras. Capaz de se dedicar ao estudo de várias temáticas, em 1957 se preocupou com a atividade pesqueira.

Em 1972, assessorando a Fundação para o desenvolvimento da Região Metropolitana (FUNFREM), escreve com Maurício Nogueira um documento importante: Institucionalização de Regiões Metropolitanas. Nogueira era um arquiteto que esteve à frente dos estudos para o reconhecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Mas, sem dúvida, foi a cidade do Rio de Janeiro a temática que mais recebeu reflexões de Lysia ao longo de sua trajetória.

Dentre o conjunto de contribuições não publicadas está uma xerox de um pequeno texto datilografado, intitulado: “Bacia Hidrográfica e Região ou Unidade Espacial de Planejamento”. Na cópia amarelada, uma anotação a lápis; 1979. Sobre a rica discussão da adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, Lysia pondera:

A característica fundamental que confere unidade à bacia hidrográfica é o uso da água: seu escoamento, suas possibilidades de aproveitamento, sua poluição. O que impõe planejar e racionalizar no âmbito de uma bacia hidrográfica é o uso e as condições que interferem diretamente nesse uso. Assim, há que se considerar que em qualquer área coexistem muitas questões sociais,

21 BERNARDES, Lysia M. C. *Rio de Janeiro Cidade e Região*, Rio de Janeiro, 1987.

econômicas, culturais e de formas de organização espacial que não podem ser resolvidas apenas através do controle das águas, mas ela (a água) não pode ser desprezada no planejamento. (BERNARDES, 1979, cópia MIMEO)

Diversas classificações podem ser estabelecidas a partir do legado bibliográfico de Lysia Cavalcanti Bernardes. A seguir apresento uma delas, sem ousar alguma classificação rígida, pois alguns textos enquadram-se em mais de um grupo e alguns deles foram separados apenas pelo título, pois não foi possível acessá-los nas bibliotecas públicas ou acervos particulares. Textos voltados para o estudo do clima, da pesca, das cidades, da região e regionalização nos estados do Paraná e do Rio de Janeiro merecem destaque. Mas, sem dúvida, foi a cidade do Rio de Janeiro a merecedora dos mais esclarecedores textos. O conjunto de textos reunidos no grupo outros atesta, por sua vez, a capacidade da geógrafa de analisar, refletir e construir hipóteses para temáticas diversas.

Clima

- BERNARDES, Lysia. Aplicação de classificações climáticas ao Brasil. *Boletim Carioca de Geografia*, Ano VI, n. 3 e 4, p. 24-33, 1953. Publicado também no *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 17 (149), p. 108-113, mar./abr. 1950.
- _____. Tipos de clima do Estado do Espírito Santo. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 1, p. 619 out./dez. 1951.
- _____. Notas sobre o clima da Bacia de São Francisco. *Revista Brasileira de Geografia*, 13 (3), p. 473-479, jul./set. 1951.
- _____. Regime pluviométrico do Estado do Rio de Janeiro. *Boletim Geográfico – IBGE*, Rio de Janeiro, 8 (96), p. 1456-1457, mar. 1951.
- _____. Os tipos de clima do Brasil. *Boletim Geográfico – IBGE*, Rio de Janeiro, 9 (105), p. 988-997, dez. 1951.
- _____. O clima do Estado da Bahia. *Boletim Geográfico – IBGE*, Rio de Janeiro, (10), p. 591-594, set./out. 1951.
- _____. Tipos de clima do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 14, p. 57, jan./mar. 1952.
- _____. Tipos de clima do Brasil. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Rio de Janeiro, 1:135-140, 1953.
- _____. Tropical e sub-tropical, uma questão de terminologia. *Boletim Carioca de Geografia*, Ano VI, n. 1 e 2, p. 71-74, 1953.
- _____. Clima do Brasil. *Boletim Geográfico – IBGE*, Rio de Janeiro, 9 (103), p. 727-732, out. 1951. Continua no fascículo 125, mar./abr. 1955.
- _____. Alguns problemas da aplicação do sistema de Köppen ao Brasil. *Boletim Carioca de Geografia*, Ano IX, n. 1 e 2, p. 29-34, 1956.

Pesca

BERNARDES, Lysia. Notas sobre desenvolvimento da pesca no litoral do Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*, Ano II, (1) jan./mar. 1949.

_____. Pescadores da Ponta do Caju – aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Ano XX, n. 2, p. 181-201, abr./jun. 1958.

BERNARDES, Lysia; BERNARDES, Nilo. A pesca no litoral do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XII, n. 1, jan./mar. 1950.

Cidades e municípios

BERNARDES, Lysia. Notas sobre a cidade de Diamantina e seus habitantes. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2/3, p. 26-46, 1950/51. Publicado também em *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 4, TI. 1, p. 58-75, 1949/50.

_____. Relatório preliminar da cidade de Colatina, 1957. Mimeo.

_____. Nova Friburgo – uma cidade serrana fluminense. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 9-44, 1950/51.

_____. A cidade de São Paulo – Estudos de Geografia urbana. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de São Paulo. In: Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), Comissão de Geografia, *Revista Geográfica*, n. 50/52, TOMO XXIV, Brasil, Rio de Janeiro, jun. 1959.

_____. *Relatório preliminar da cidade de Penedo*. Monografia Urbana – Assembleia Geral da AGB, 1962.

_____. A cidade de Campos e o Norte Fluminense – problemas e perspectivas. In: BERNARDES, Júlia Adão (coord.). *Rio de Janeiro: painel de um espaço em crise*. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROED). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1986, p. 58-67.

_____. Considerações sobre a posição geográfica de Belém. In: *Anais do 3º Congresso Brasileiro de Geógrafos* (comunicações), Belém, Associação dos Geógrafos Brasileiros, p. 68-72, 1974.

_____. *Termos de referência e plano de ação imediata do Município de Ponte Nova, Minas Gerais – Ministério do Interior/Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU)*, versão preliminar, Rio de Janeiro, 1971, p. 3-157.

_____. *Montes Claros e o Norte de Minas*. Documento preliminar, XXIII Assembleia Geral, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Rio de Janeiro, jul. de 1968, p. 1-43.

_____. Problemas da utilização da terra nos arredores de Curitiba. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XVII, n. 2, p. 269-276, abr./jun. 1956.

_____. Proposta e estratégia de desenvolvimento local para Campo Grande – MT. Mimeo, 199(7).

Rio de Janeiro

- BERNARDES, Lysia. Ensaio de delimitação da região urbana do Rio de Janeiro. *Revista Geográfica do Instituto Panamericano de Geografia e História*, Rio de Janeiro, 29 (55), p. 5-12, 1951.
- _____. Importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro. *Anais da Associação dos Geógrafos (AGB)*, São Paulo, TOMO I, vol. 11, n. 1, p. 175-196, 1957/58. Publicado também em: *Aspecto da Geografia Carioca*, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1972. Ou também: *Cidade e Região*, Bernardes e Soares. Biblioteca, Rio de Janeiro, p. 21-36, 1987.
- _____. Importância de desenvolvimento do Rio de Janeiro. *Anais da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGE)*. São Paulo, TOMO I, vol. 11, n. 1, p. 175-196, 1957/58. Publicado também em: *Aspectos da Geografia Carioca*, 1962 – Conselho Nacional de Geografia, p. 3. Ou também em: *Cidade e Região*, Bernardes e Soares, Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, p. 21-36, 1987.
- _____. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. *Boletim Carioca de Geografia*, 12 (1-2), p. 17-39. Transcrito em Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Regional do Rio de Janeiro. *Aspectos da Geografia Carioca*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, p. 45-64, 1959.
- _____. Função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original. *Boletim Carioca de Geografia*, v. 13, n. 1 e 2, p. 77-92, 1960. Publicado também em: *Cidade e Região – Rio de Janeiro*.
- _____. Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro – “*Separata da Revista brasileira de Geografia*” – IBGE, Rio de Janeiro, 3, Ano XXIII, p. 43-73, jul./ago. 1961. Publicado também na *Revista Brasileira de Geografia*, p. 495-525, 1961, e no livro *Cidade e Região – Rio de Janeiro*. Bernardes e Soares, Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, p. 81-104, 1987.
- _____. Setores de organização urbana na região do Rio de Janeiro. In: *Notas para estudo da organização urbana do Rio de Janeiro*. IPGH, Rio de Janeiro, 139, p. 17-28, 1962.
- _____. As grandes vias de comunicação do setor ocidental da Baixada da Guanabara nos séculos de colonização. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 57-63, 1961. Publicado também no livro *Cidade e Região – Rio de Janeiro*. Bernardes e Soares, Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, p. 37-41, 1987.
- _____. Considerações sobre a Região do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 33, n. 4, p. 99-107, out./dez. 1971. Publicado também em: *Cidade e Região – Rio de Janeiro*.
- _____. *O Rio de Janeiro e sua Região*. IBGE, Rio de Janeiro, p. 164.
- _____. A área metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 18 (109), p. 50-60, nov./dez. 1971.
- _____. A Faixa Suburbana. In: *Curso de Geografia da Guanabara*, IDGE, Rio de Janeiro, p. 90-105 (AGB), 1968. Publicado também em *Cidade e Região*, Bernardes e Soares, Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, 1987, p. 147-159.

- _____. Deslocamentos diários da população – a circulação. In: *Curso de Geografia da Guanabara*, Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Regional do Rio de Janeiro, IDGE, Rio de Janeiro, 1968, p. 155-170.
- _____. A faixa suburbana da metrópole carioca. In: *Anais do Segundo Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Rio de Janeiro, DELTA, 1965, p. 65-68. (Resumo de teses e comunicações). Publicado também na *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro (67), p. 69-86, dez. 1967.
- BERNARDES, Lysia; GEIGER, Pedro Pinchas (Coord.). *Mapa econômico da Guanabara*. 2 vols. Departamento de Expansão econômica – Secretaria de economia. Estado da Guanabara, ASTEL, 1969.
- BERNARDES, Lysia; DUARTE, Haidine S. B. Estrutura espacial e dinâmica interna da área metropolitana do Rio de Janeiro. *Cadernos da PUC-RJ*, 21, p. 96-117, jan. 1974 (série História e Geografia, 1).
- BERNARDES Lysia; SOARES. W. *Rio de Janeiro: biblioteca carioca*. Rio de Janeiro, 1987, p. 15-20.

Região e Regionalização

- BERNARDES, Lysia. Divisão regional do Brasil. *Boletim Geográfico* – IBGE, Rio de Janeiro, 13 (126), p. 325-327, mai./jun. 1955.
- _____. *Sugestões para divisão regional do Estado da Bahia*. 1964.
- _____. Regiões Geo-econômicas. In: Diagnóstico socioeconômico do Ceará, Fortaleza, *Imprensa Universitária do Ceará*, p. 38-67, 1964.
- _____. (org.). *Um caso de desigualdade regional do desenvolvimento: O Estado do Espírito Santo (UGI)*, parte 1, Vitória, abr. 1971.
- _____. *Regionalização para planejamento no Rio de Janeiro* – Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, SUPPLAN/DESUR, Rio de Janeiro, 1975, p. 1-16.
- BERNARDES, Lysia; BATISTA, Maurício Nogueira. *Planejamento e institucionalização de regiões metropolitanas: experiência em curso e sugestões*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA).
- _____. *Institucionalização de Regiões Metropolitanas: resumo retrospectivo da atuação do IPEA e da evolução do problema*. Ministério do planejamento e Coordenação Geral/ Instituto e Planejamento Econômico e Social (IPEA)/Setor de transportes do IPLAN. Estudos e pesquisas – Desenvolvimento Urbano – Documento de trabalho n. 3, Rio de Janeiro, p. 1-13, 12 abr. 1972.

Estado do Paraná

- BERNARDES, Lysia. Distribuição da população no Estado do Paraná em 1940. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XII, n. 4, p. 565-586, out./dez. 1950.

- _____. Crescimento da população do Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 13, p. 265 abr./jun. 1951.
- _____. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 15, p. 335, jul./set. 1953.

Estado do Rio

- BERNARDES, Lysia. Atlas do Estado do Rio de Janeiro. Governo do Estado do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Planejamento e Coordenação, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Rio de Janeiro, 1982 (coordenação e supervisão).
- _____. I Plano de Desenvolvimento. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, Rio de Janeiro, 787 p., 1975 (participação de equipe e elaboração).
- _____. *Zoneamento Industrial – SEPLAN/FUNDREM/FEEMA*. MIMEO, 199(7).
- BERNARDES, Lysia et. alli. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Coordenadoria de Geografia e Estatística. “Urbanização do interior fluminense”: análise dos aglomerados de Pequeno porte – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro FAPERJ – Rio de Janeiro, 1983 (trabalho de coordenação e supervisão geral).

Outros

- BERNARDES, Lysia. Observações geográficas na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 11 (3), p. 355-408 / 12 (2), p. 171-250, 1949.
- _____. Cultura e produção de arroz no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XVI, n. 4, p. 403-438, out./dez. 1954.
- _____. *Guia de Excursão n. 5*. Realizado por ocasião do XV Congresso Internacional de Geografia – Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro. UGI (Comissão Nacional do Brasil), Edição de Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1957, p. 5-242.
- _____. Elementos para o estudo geográfico das cidades (exemplos brasileiros). *Boletim Geográfico do IBGE*, Rio de Janeiro, v. 18 (154), p. 41-48, jan./fev. 1960.
- _____. Quadro sumário da nomenclatura das zonas urbanas. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. In: Simpósio “O habitat urbano no Brasil: Problema do estudo das Metrôpoles”, São Paulo, v. 12, p. 217-218, 1960.
- _____. Conceito e colonização. In: Colonização e valorização regional. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Simpósio para XVI Assembleia Geral da AGB, São Paulo, v. 14, p. 211-226, 1960-1962.
- _____. A vida urbana na encosta. *Enciclopédia dos Municípios brasileiros*, vol. VII, 1960.
- _____. *A vida urbana no Nordeste*. ETENE, 1964.
- _____. Geografia e poder nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 28, n. 3, p. 267-281, jul./set. 1966.

- _____. Interligação dos núcleos populacionais. *Boletim geográfico do IBGE*, Rio de Janeiro, 28 (210), p. 3-45, mai./jun. 1969.
- _____. Comentários sobre o Processo de Metropolização no Brasil. *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro, n. 71, dez. 1969.
- _____. *Subsídios para a formulação e a implantação de uma política de desenvolvimento urbano*. Secretaria Geral do Ministério do Planejamento, Rio de Janeiro, p. 1-13, Documento do IPEA, nov. 1971.
- _____. Diversificação de atividades e modernização na zona serrana central do Espírito Santo. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, vol. XVIII, São Paulo, p. 270-271, 1973.
- _____. Investimento rodoviário e padrões do uso do solo. *Revista de Administração Municipal Pública*, Rio de Janeiro 7 (1), p. 49-70, 1973.
- _____. Política de proteção ambiental. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro (146), p. 53-61, jan./mar. 1978.
- _____. Política urbana – uma análise da experiência brasileira. *Análise e Conjunturas*, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, v. 1, p. 83-119, jan./abr. 1986.
- _____. Zoneamento – a dimensão do urbano e a ordenação do território. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, 36 (193), p. 226-231, 1989.
- _____. *Subsídios para a redefinição dos conceitos de urbano e rural*. MIMEO, 19(7).
- _____. *Interligação dos núcleos populacionais do Vale do Jaguaribe*. MIMEO, 199(7).
- BERNARDES, Lysia; MAGNANINI Ruth Lopes da Cruz. Excursão a Cabo Frio (Guia) – Pelos membros da Assembleia Geral do IBGE, Serviços Gráficos do IBGE, *Conselho Nacional de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 7-32, ago. 1956.
- BERNARDES, Lysia; BATISTA, Maurício Nogueira. *O Ministério de Planejamento e o desenvolvimento urbano*. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Instituto de Planejamento econômico e social (IPEA)/Setor de transporte do IPLAN. Estudos e pesquisas – desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro, documento de trabalho n. 4, p. 1-13, 12 abr. 1972.

FINALMENTE, NÃO POSSO DEIXAR DE DIZER QUE...

A convivência com Lysia Bernardes foi fundamental na minha formação. Trabalhei sob sua coordenação na SECPLAN, nos anos de 1977 e 1978. Sob sua influência participei do Curso de Metodologia em Planejamento Urbano e Regional (CEMUAM), oferecido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), em 1979. Voltei a ser coordenada por ela na SERSE, nos anos de 1980, até a lamentável extinção da Secretaria.

Voltamos a nos encontrar em Campos (RJ), em 1985, na elaboração do diagnóstico para o Programa Cidades de Porte Médio.

Minha dissertação para o curso de mestrado, concluído em 1993, intitulou-se “Rede Urbana no Sudeste: uma análise através dos fluxos de ligações telefônicas” e contou a minha expectativa de compreensão do significado da região e a problemática regional. É desnecessário dizer que o interesse por ambos foi marcado pela influência de Lysia.

Hoje sou professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense e me dedico à disciplina de Planejamento Urbano Regional, cujas aulas são fortemente marcadas pelos anos de aprendizagem com Lysia Bernardes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Roberto Schmidt. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, L. A. C., P.; SILVA C. C.; FERREIRA, J. M. H. *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004.
- AZEVEDO, Mariangela de. *A importância de Lysia Bernardes para a Geografia brasileira*. 2000. Monografia (Graduação em Geografia) – PUC-RJ, Rio de Janeiro. 2000.
- BERNARDES, Lysia; SOARES, M. T. S. *Rio de Janeiro, cidade e região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987.
- CORREA, Roberto L. Entrevista com Roberto Lobato Correa. *GEOSUL*, n. 9 12/13, ano VI, 29 sem. 1991 e 19 sem. 1992.
- MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri/FAPERJ, 2009.
- OLIVEIRA, Chico. *A noiva da revolução. Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Manuel Correia de Andrade: um geógrafo voltado para as causas sociais

*Leonardo Freire Marino*¹

*O senhor escreveu um livro sobre isso... Meu
caro, eu tenho mais de cem livros publicados!
Eu acho que escrevi sobre tudo no mundo!*

MANUEL CORREIA DE ANDRADE, 2000

Escrever um artigo sobre um intelectual é correr o risco de cometer injustiças e imprecisões, mas também pode ser uma das maiores homenagens prestadas a um intelectual. No caso de Manuel Correia de Oliveira Andrade, os riscos de cometer uma injustiça são muito grandes, o que decorre, sobretudo, da imensa contribuição desse pensador para a interpretação do Brasil atual. No entanto, a necessidade de prestar uma homenagem a um intelectual comprometido com as causas sociais supera os riscos.

Esta não é uma biografia de Manuel Correia de Andrade, como também não é uma análise de toda a sua produção. É simplesmente a tentativa de traçar linhas que demonstrem a sua importância para a Geografia e o Brasil, ou seja, uma singela homenagem a um dos pensadores brasileiros mais comprometidos com as causas sociais e com a construção de um Brasil melhor.

Neste sentido, o presente artigo se estrutura em três partes. A primeira, com foco em sua trajetória de vida, terá por objetivo ressaltar alguns pontos que terão influência na formação do homem e que contribuirão para a construção do seu pensamento. A segunda parte, focada em sua atuação intelectual, pretenderá esclarecer as suas maiores influências e preocupações acadêmicas e políticas. A terceira e última parte terá por finalidade analisar as contribuições desse pensador e o seu legado para a Geografia. Nesta etapa, como forma de objetivar nossa discussão, utilizaremos a sua obra mais reconhecida, *A Terra e o Homem do Nordeste*, publicada em 1963, como elemento norteador.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professor substituto do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política (GeoBrasil). (leofmarino@gmail.com)

Quando me formei, geografia e história eram o mesmo curso. Então, eu não sei se me consideraria geógrafo ou historiador. Também porque acho que a geografia, ao analisar o espaço, vê os marcos que existem naquele espaço. Mas esses marcos não foram feitos hoje, são o resultado de uma evolução histórica. Por isso é que eu me preocupo muito com a história.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE, 2000

Nascido em 03 de Agosto de 1922, filho da oligarquia açucareira pernambucana, Manuel Correia de Andrade traçou, ao longo de sua vida, um caminho diferente do que muitos poderiam supor.² Filho de uma família nordestina abastada, desde a sua infância apresentava uma preocupação com os problemas e as desigualdades sociais,³ característica pessoal que o marcaria por toda a vida.

Manuel faz seus primeiros anos de estudo em Vicência, localidade de seu nascimento, mas aos dez anos muda-se com sua família para Recife, onde conclui sua formação escolar básica e inicia sua formação acadêmica. Jovem estudante, Manuel Correia dedica-se concomitantemente a duas formações, concluindo, respectivamente, o Curso de Direito e o Curso de Licenciatura em Geografia e História, em 1945.⁴

A preocupação com as causas sociais e com as condições de vida dos mais pobres o levou a ingressar no Partido Comunista, onde outro aspecto marcante de sua personalidade se fez presente, a sua completa falta de afeição a amarras intelectuais e imposições de pensamento. Manuel Correia de Andrade ficou no Partido Comunista por apenas sete meses, mas esse curto espaço de tempo não representou um distanciamento das causas sociais.

2 Manuel Correia de Andrade nasceu no Engenho Jundiá, localizado em Vicência, Zona da Mata, Norte de Pernambuco.

3 “Eu ficava chocado porque aqueles meninos da minha idade não iriam ter oportunidades na vida, e eu, filho de um senhor de engenho, iria. Isso me causava um impacto muito grande. Por que uns tinham e outros não tinham direito?” (ANDRADE, 2000).

4 “Eu queria me formar em ciências sociais, mas naquela época era muito difícil porque não havia esse curso em Pernambuco e eu teria de ir para São Paulo. Em 1940 terminei o ginásio, mas houve a queda do preço do açúcar e meu pai não pôde financiar minha ida para São Paulo. Meu pai era bacharel em direito e achei que estudando direito poderia fazer minha sociologia. Quando estava no terceiro ano criaram a Faculdade Particular de Geografia e História, dos Jesuítas. Fiz vestibular e entrei, cursando ao mesmo tempo Geografia e História e Direito. Formei-me nos dois em 1945.” (ANDRADE, 2000).

Como advogado, ele passou a atuar em diversos sindicatos locais, entre eles o dos Ferroviários, o dos Trabalhadores da Indústria de Exploração de Pedras de Jaboatão e o dos Trabalhadores da Indústria de Papel e Papelão.⁵

Em vista de suas preocupações sociais e inquietação cívica, Manuel Correia de Andrade foi um combativo opositor do Estado Novo, participando ativamente de diversas manifestações de rua e de atos de oposição e exercendo papel relevante na luta pela redemocratização, na Cidade de Recife. Por sua atuação, foi processado e preso pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 1944, mas felizmente foi anistiado no ano seguinte, por meio de um decreto presidencial. Entretanto, no dia 02 de março de 1945, participou da passeata que culminaria com a morte do estudante de Direito Demócrito de Sousa Filho e cujo início ocorreu com o ato de rasgar o retrato de Getúlio Vargas no Restaurante Lero-Lero.⁶

Mesmo atuando diretamente na defesa dos Trabalhadores e na luta por um Estado Democrático, o jovem Manuel Correia carrega muitos questionamentos, o que o leva a incrementar seus estudos e leituras e a frequentar assiduamente a Biblioteca Pública do Recife. Gradativamente, o jovem advogado vai cedendo lugar a um intelectual maduro e atento aos problemas do seu tempo e do seu espaço.

5 “Eu fui do PCB por pouco tempo, na década de 40, quando ele entrou na legalidade. Eu era católico muito fervoroso até os 15, 16 anos. E deixei a Igreja quando um missionário me criticou porque eu lia Renan. Aí eu pensei: entre Renan e a Igreja, fico com Renan. E caminhei para a esquerda. Comecei a ler Lenin, Marx etc. Eu era estudante de direito e na faculdade tinha essas obras, que eram proibidas no Estado Novo. Entrei no PC e militei uns seis ou sete meses. Um dia, cheguei numa reunião da célula do PC com o livro de Trotsky, Minha vida, debaixo do braço. Foi um escândalo. Um líder comunista disse: – Você vai deixar esse livro aqui, você não pode carregá-lo. – Posso, eu compreí. – Você é trotskista? – Não, nunca fui. Mas admiro Trotsky, ele escreve muito bem. – Mas ele é inimigo da classe operária. – Eu disse: – Você acha? Mas eu não sou operário! Eu sou da burguesia açucareira. (Havia muita gente da burguesia que era do PC). Aí ele disse: – Então, você tem de escolher entre Trotsky e o PC. – Eu dei a mesma resposta que havia dado entre Renan e a Igreja. – Fico com Trotsky. – E fui embora. Eu era um rebelde!” (ANDRADE, 2000).

6 Em 2 de março de 1945, no restaurante Lero-Lero, ocorreu um ato político que se encerrou com um grupo de estudantes rasgando e pisoteando um retrato de Getúlio Vargas. Tal fato gerou reação imediata da polícia política e culminou com o recrudescimento das autoridades, que passaram a reprimir violentamente os participantes deste ato. Muitos, fugindo da repressão policial, se abrigaram na redação do Jornal Diário de Pernambuco. No dia seguinte, os estudantes promoveram uma passeata de protesto contra a Ditadura Vargas, diante do Prédio do Diário de Pernambuco, na Praça de Independência. Ao reprimir este ato, a polícia abre-fogo contra a multidão e duas pessoas acabam mortas – o estudante Demócrito de Sousa Filho e o operário Manuel Elias Santos, conhecido como Manuel Carvoeiro. Demócrito, assim como Manuel Correia, era aluno da Faculdade de Direito. Representando os concluintes de Direito do ano de 1945, Manuel Correia é um dos oradores em seu enterro.

Em uma de suas leituras e pesquisas, entra em contato com a obra do sociólogo Caio Prado Júnior, pensador ao qual passa a dedicar especial atenção. Em uma de suas viagens ao sul do Brasil, conhece pessoalmente Caio Prado, surgindo daí uma preciosa oportunidade, pois o ilustre pensador estava selecionando especialistas em Geografia nas diversas regiões do país para escrever sobre as questões agrárias, e propõe a Andrade que se encarregue da parte concernente à realidade nordestina. Como fruto desse encontro, nasce a sua obra de maior relevância, *A Terra e o Homem do Nordeste*, livro sobre o qual nos deteremos adiante.⁷

No ano de 1952, Manuel Correia decide se dedicar integralmente ao ensino, abandonando, em definitivo, a carreira de advogado.⁸ Para tanto, assume as disciplinas de Geografia e História do Brasil, nos Colégios Vera Cruz, Padre Félix e Americano Batista, de Geografia geral, no Colégio Estadual de Pernambuco, de Geografia física, na Faculdade de Filosofia do Recife, e de Geografia econômica, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nesta última instituição, sua viva presença entre os docentes foi de extrema importância, pois foi um dos principais responsáveis pela criação dos mestrados de Economia (1970) e Geografia (1976), além de ministrar aulas nos cursos de mestrado em Sociologia e Desenvolvimento Urbano.

Como professor, Manuel Correia teve a oportunidade de conhecer profundamente o Brasil e outras realidades nacionais. Foi professor visitante das Universidades de São Paulo (1986-87), Santa Catarina (1988) e Buenos Aires (1997). Proferiu palestras e conferências em diversas regiões do Brasil e em diversos países. Sua presença, no entanto, não foi limitada ao saber

7 “Recebi uma influência marcante de Caio Prado Júnior, com quem convivi muito, apesar de ele viver em São Paulo e eu em Recife. Foi ele quem me aconselhou a escrever ‘A terra e o homem no Nordeste’ – que é o meu livro mais conhecido –, que ele publicou e prefaciou. E isso permitiu que eu entrasse no mercado editorial paulista. Porque se eu tivesse publicado o livro em Pernambuco, ninguém teria tomado conhecimento. Mas como foi publicado pela Brasiliense, que era uma editora de muito prestígio em 1963, com prefácio de Caio Prado Júnior... Aliás, eu escrevi o livro porque o Caio tinha um projeto de contratar cinco geógrafos, cada um para escrever sobre uma região. Então, me entregou o Nordeste. Não sei a quem ele entregou as outras”. (ANDRADE, 2000).

8 A sua formação acadêmica prosseguiu no Curso de Altos Estudos Geográficos, na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1956, e no Curso Técnico do Meio Natural da América Latina, no Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris (1964-65). Em 1966, obteve o título de Doutor em Economia com a Tese ‘A pecuária no Agreste de Pernambuco’, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco.

em sala de aula, ele também assumiu funções executivas em diferentes instituições. Em 1964, coordenou o Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEPA), no primeiro governo Miguel Arraes.⁹ Em 1968, durante o governo Nilo Coelho, foi presidente do Grupo de Trabalho para elaboração de sugestões para o processo de reforma agrária, e em 1984, assumiu a Diretoria do Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade (CEHIBRA), da Fundação Joaquim Nabuco, cargo que ocupou de 1984 a 2003. Também foi presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1961-1962) e vice-presidente (1970-1972).

Em sua trajetória, recebeu diversas homenagens e títulos, com destaque para os títulos de Doutor Honoris Causa por três Universidades Federais, a do Rio Grande do Norte (1995), a de Alagoas (1994) e a de Sergipe (1995), e uma privada, a Universidade Católica de Pernambuco (1978); de Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco (1990); de Pesquisador Emérito da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (1989). Recebeu, ainda, como reconhecimento de sua contribuição para a ciência brasileira, as medalhas Capes 50 anos, em 2001, e a da Ordem do Mérito Científico, em 2002, ano em que foi eleito membro da Academia Pernambucana de Letras.

Em determinados casos, a descrição de títulos, honrarias e funções exercidas, como as realizadas anteriormente, mais elevam do que espelham o homenageado. Todavia, não é este o caso do Professor Manuel Correia de Andrade. De acordo com sua trajetória de vida, pode-se afirmar que a sua presença entre os homenageados e a assunção de determinados cargos dignificaram os mesmos, pois estamos diante de um pensador incomum, que se preocupava em compreender o mundo com um olhar singular e que, desde a sua infância, carregava a preocupação com as camadas mais empobrecidas de nossa sociedade.

Em vista do que foi dito o momento, podemos afirmar que sua vida e obra são referências para quem busca a construção de um mundo melhor. A seguir, procuraremos traçar algumas de suas principais contribuições para a construção da Geografia brasileira.

9 Sua presença na coordenação do GEPA lhe rendeu uma nova prisão e seu consequente exílio, em vista do Golpe Militar de 1964.

é muito difícil fazer uma análise sucinta da questão da propriedade da terra no Brasil e da luta travada entre os beneficiários na sua apropriação e os excluídos de participação nos frutos da produção. Isto sem falar que, em geral, são os excluídos os que trabalham a terra e a beneficiam nas mais cruéis condições de remuneração.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE, 2004, p. 77

Manuel Correia de Andrade é, sem dúvida, um autor que marcou a Geografia brasileira, destacando-se como uma referência nacional. O volume de sua produção científica foge aos padrões e limites de muitos pensadores brasileiros, fato que decorre, sobretudo, do seu vigor intelectual. Foram mais de cem livros e cerca de duzentos e cinquenta artigos publicados em diversos idiomas, sobre diversas temáticas. Sua maior preocupação residia em estudar o Nordeste, frequentemente presente em muitas de suas análises. Porém, não existia um limite para a sua obra; sua natureza inquieta e contestatória o impedia de ser provinciano, limitando-se ao regionalismo. Pelo contrário, seu pensamento era cosmopolita, abrangente, criativo e atento aos problemas do seu tempo. Assim, podem ser encontrados em suas produções discussões e estudos sobre temas variados, tais como o Brasil, a América Latina, as relações entre o Brasil e a África e a chamada Globalização.¹⁰

Este aspecto, inato à sua personalidade, também pode ser vislumbrado no que diz respeito à sua filiação acadêmica, pois, apesar de sua obra ser centrada na Geografia, são encontradas importantes contribuições para a História, a Economia e outras áreas do conhecimento. Tal fato, de um ponto de vista mais abrangente, se associa a uma necessidade de não se prender ou se limitar a doutrinas ou a uma rigidez metodológica.¹¹ De um ponto de vista mais específico, Manuel Correia de Andrade é um pensador com uma formação na qual os cursos de Geografia e História estavam mesclados, o que o leva a utilizar um modelo histórico-estrutural

¹⁰ Como podemos observar na relação de obras disponibilizada ao final deste artigo.

¹¹ “La Geografía es una ciencia eminentemente social y al estudiar la producción y la reproducción del espacio tiene que encarar la relación entre la sociedad y la naturaleza, la especialización, en el nivel en que está exigido, puede perjudicar al geógrafo como cientista y como profesional de la Geografía, haciendo que adopte una visión falsa, distorsionada de la realidad con la que actúa.” (GALLERO, 2009, p. 16).

rico e abrangente, que utiliza diversos saberes para construir uma Geografia de cunho social.¹²

Sua preocupação com o Nordeste se inscreve em uma de suas principais influências, a abordagem Regional de Vidal de La Blache. Para Manuel Correia, as principais tarefas dos geógrafos seriam delimitar, descrever e explicar as parcelas do espaço, evidenciando as diversidades regionais. A Região representaria o conceito mais importante da Ciência Geográfica, uma vez que seu estudo evidenciaria os elementos constitutivos da natureza e da sociedade. Se Andrade centrava seus estudos em uma Geografia de cunho regionalista, não se pode delimitar seu pensamento a esta visão; é notório o seu pioneirismo e audácia em produzir, no início dos anos 1960, uma Geografia que ao mesmo tempo carregava um viés regional e histórico-crítico, fato evidenciado pela denúncia do “atraso nordestino” e na “falta de dinamismo” de suas atividades.¹³

Como pensador de seu país, preocupado em interpretar os problemas estruturais brasileiros, Manuel Correia de Andrade apresentou uma identidade intelectual com o pensamento de Caio Prado Júnior, Josué de Castro e Nelson Werneck Sodré.¹⁴ No entanto, sua formação apresenta influência de pensadores oriundos de diversas áreas do conhecimento e com diferentes matrizes políticas, como no caso de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Manoel Bonfim, no que diz respeito ao Brasil, e Rosa Luxemburgo, Trotski e Lenin, no que diz respeito ao mundo e às questões sociais.¹⁵

12 “Manuel Correia de Andrade (...) não compartilha da visão setorialista segundo a qual teríamos uma geografia fatiada, inclusive, ele não adota esta visão positivista para os vários ramos da ciência. Para ele, há uma só ciência que, por conveniência e por influência de determinadas correntes de pensamento, a ciência se viu levada a romper com uma visão integradora, como era própria dos grandes sábios do passado em favor de campos específicos de questionamento.” (EVANGELISTA, 2010, p. 94-95).

13 “(...) para ele, principalmente durante os anos 1960-80, a região era uma realidade histórica e administrativa, com polos de crescimento e determinados recursos naturais. Aos poucos, na França, no Brasil e noutros países, ganham centralidade os elementos humanos e históricos diante dos naturais compreendidos em determinadas áreas. Neste processo de renovação, Manuel Correia de Andrade se destaca tanto pelo pioneirismo como pela audácia de produzir, já nos anos 1960, uma geografia regional histórico-crítica centrada na denúncia da problemática do desenvolvimento desigual brasileiro, sobretudo das desigualdades internas, como ele afirmaria, da região Nordeste.” (SAQUET, 2010, p. 5).

14 “Eu recebi uma influência muito forte do Nelson Werneck Sodré, embora tivesse uma certa divergência com ele, porque o acho muito mecanicista. Recebi uma influência muito grande de Josué de Castro e também de um professor francês, Pierre Monbeig, que foi meu diretor de estudos na Universidade de Paris.” (ANDRADE, 2000).

15 “Eu li muito Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Manoel Bonfim, que faz uma excelente interpretação do Brasil. Sou muito influenciado pelas obras de Marx, Engels, Kautski, com a

Para Andrade, a maior parte dos problemas sociais brasileiros teria raízes nos primeiros anos do Brasil Colonial, especialmente nos processos de formação de uma sociedade com uma hierarquia excludente e autoritária. Para ele, muitos desses aspectos permaneceram inalterados e acarretam muitas mazelas em nossa sociedade. Este seria o caso, por exemplo, da questão agrária e do latifúndio, que seriam marcas do processo colonial e constituiriam uma das maiores mazelas do Brasil atual.¹⁶ Manuel Correia sempre foi enfático ao afirmar que a questão agrária era um problema fundamental no Brasil. No entanto, de maneira brilhante, ele afirmava que o Brasil não necessitaria de uma reforma agrária, mas de diversas “reformas agrárias”, pois as necessidades dos trabalhadores rurais não seriam uniformes e não deveriam ser pautadas apenas pelo acesso à terra.

Segundo sua concepção, a reforma agrária deve voltar-se tanto para a democratização do acesso à terra, garantindo a propriedade para o trabalhador rural, como pela orientação do que produzir, de como produzir e do destino que deve ser dado à produção. Ela deve atingir tanto as formas quanto as funções da produção. Neste caso, ele acredita que seria fundamental a tomada de posição por parte do poder público em favor da reforma agrária, e que o latifúndio e, por consequência, os latifundiários, deveriam ser vistos como agentes desestabilizadores da economia e da sociedade brasileira, pois acentuam o processo de crescimento da miséria e de acumulação de capital, empobrecendo parcelas significativas da população.

O passado colonial, aliado a uma estrutura de classes derivada de um passado escravista e latifundiário, que resultaram em formas de governo oligárquicas, baseadas em um sistema excludente e concentrador dos meios produtivos, teriam determinado as condições de subdesenvolvimento não

questão agrária, Rosa Luxemburgo, Trotski, Lenin. Na minha adolescência, tinha verdadeiro embevecimento com a obra de Trotski.” (ANDRADE, 2000).

16 “O Brasil deveria ter realizado uma série de reformas estruturais que já eram defendidas no século passado e que até hoje não foram concretizadas. A principal delas é a reforma agrária. Joaquim Nabuco, em 1884, defendeu a sua necessidade. Depois, o imperador, feita a abolição, ainda quando o gabinete era chefiado por João Alfredo, propôs que se estudasse a possibilidade de desapropriação de terras situadas às margens dos rios navegáveis e das estradas de ferro, para instalação de colonos. Com a República e o crescimento da população, se fez a marcha para o Oeste, ocupando a Amazônia. Mas se transferiu para a área as instituições fundiárias existentes no resto do país. Não houve mudança. Nos Estados Unidos, quando houve a expansão para o Oeste, foi feita uma real distribuição de terra. No Brasil nunca se fez isso, e é provável que uma das causas do desenvolvimento dos EUA tenha sido esta. Eles produziram cidadãos, e nós não.” (ANDRADE, 2000).

apenas no Nordeste, mas em todo o Brasil. A superação das disparidades regionais, assim, para Andrade, representaria a superação do subdesenvolvimento para o país.

Manuel Correia de Andrade foi um pensador comprometido com o seu tempo e com o seu espaço. Nordestino, conviveu com as agruras de uma sociedade desigual, alicerçada em valores coloniais e excludentes. Como brasileiro, percebeu as profundas relações entre o latifúndio e a pobreza vivenciada em diversas regiões do Brasil. Como cidadão do mundo, vislumbrou que tais relações não se limitavam ao “seu nordeste ou ao seu Brasil”, sendo dialeticamente compartilhadas em diversas partes do globo.

Seu maior legado para a Geografia reside em suas preocupações com as problemáticas do campo, uma vez que, de maneira incipiente, contribuiu para a construção de uma Geografia agrária. Não obstante, sua obra deve ser encarada como uma das principais contribuições para a construção do pensamento agrário brasileiro, o que não se limita à Geografia, e o coloca como um dos maiores intérpretes do Brasil.

Como espero ter demonstrado, a reforma agrária foi uma de suas maiores “paixões teóricas”, e constituiria, para ele, uma demanda social que deveria ser executada à luz de uma profunda reflexão teórica. Preocupação que, como veremos adiante, fica evidente em sua obra de maior relevância.

A TERRA E O HOMEM DO NORDESTE POR UM HOMEM DO NORDESTE

*Estudar o Nordeste brasileiro é impossível sem conhecer
“A Terra e o Homem no Nordeste”, de 1963.*

WAGNER RIBEIRO e PAULO SOARES, 2009, p. 4

Em 1963, Manuel Correia de Andrade publica sua obra de maior relevância, *A Terra e o Homem do Nordeste*, livro que procurava esclarecer políticos e estudiosos não apenas sobre a necessidade de realização de uma reforma agrária, mas também sobre o caminho a percorrer para realizá-la. O livro, de forte apelo político, foi censurado e apreendido após a sua publicação, uma vez que o Governo Militar, iniciado em 1964, considerava-o como um material de cunho subversivo.

Nessa obra, Andrade destaca como conceito principal a Região, considerando-a como a instância espacial capaz de integrar os elementos da natureza e da sociedade, evidenciando características fundamentais do

Nordeste no uso da terra, na ocupação e nas relações de trabalho existentes.¹⁷ Para tanto, ele utiliza como elemento norteador de suas análises as diferenças climáticas, que, a seu ver, teriam uma grande influência nas formas de exploração da terra.¹⁸

Manuel Correia de Andrade divide o território nordestino em três sub-regiões, a saber: Mata e Litoral Ocidental, Agreste e Sertão e Litoral Setentrional. Tendo por base essa divisão, Manuel Correia realiza a dispersão das atividades econômicas e suas inter-relações. Para ele, a economia da cana prevalecia em todas as sub-regiões, o que poderia ser observado pela complementaridade das diversas fazendas aos canaviais. Além disso, a figura do Senhor de Engenho gozava de um prestígio em todo o Nordeste, o que explicitaria a existência de uma influência do latifúndio para além da propriedade da terra.¹⁹

Para muitos estudiosos, *A Terra e o Homem do Nordeste* representa uma das principais contribuições acadêmicas para o entendimento do Brasil e um marco fundamental para os estudos agrários do Nordeste.²⁰ Isso se dá, principalmente, por trazer para o debate aspectos que até esse momento não eram encarados como essenciais, como, por exemplo, as diversas condições de vida do trabalhador rural e sua relação com a terra. Nas palavras de Medeiros (2010), nessa obra a questão agrária brasileira é despida de suas vestes falsas para ser vista de forma clara e transparente.²¹

Para Saquet (2010), é importante salientar o pioneirismo dessa obra, pois precede o movimento da Geografia crítica no Brasil, em meados dos

17 “(...) para os que se preocupavam em entender a realidade social e econômica do Nordeste, a regionalização contida no livro de Manuel Correia fornecia um painel que ao mesmo tempo mostrava a heterogeneidade da sociedade nordestina e agrupava realidades com características e problemas comuns, notadamente da perspectiva das condições de vida, das relações de trabalho e da problemática agrária. Além disso, na sua descrição ela jamais deixou de considerar a diversidade e heterogeneidade que estavam não só presentes, mas em processo de transformação em cada uma das unidades espaciais consideradas.” (NETO, 2010, p. 142).

18 ANDRADE, 1963, p. 12.

19 “Em toda a região estruturou-se, nesse período, uma sociedade aristocrática dividida em classes. No ápice aparecia a figura do senhor-de-engenho, com um prestígio e poder que eram tanto maiores quanto maior fosse a extensão de suas terras, a produção dos seus canaviais ou o número de escravos que possuísse.(...)” (ANDRADE, 1963, p. 74).

20 Como salientado pela Prof^a Maria Adelia. “Esse livro é uma obra prima da Geografia brasileira. Em termos de requinte intelectual e de demonstração das condições de vida do povo nordestino, ele representa para o Nordeste aquilo que Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa, representa para Minas Gerais”. FAPESP, 2007.

21 MEDEIROS, 2010, p. 195.

anos de 1970. Assim, sua publicação antecede o movimento de inserção do pensamento marxista na Geografia.²² *A Terra e o Homem do Nordeste* caracterizaria uma Geografia de transição, caminhando, temporalmente, de uma Geografia nova para abordagens consideradas mais radicais, com um caráter político muito forte, que caracterizam a chamada Geografia crítica.²³

Mesmo com seu reconhecimento e relevância, no período de sua publicação, e ainda hoje, esta importante obra é objeto de muitas críticas. Para alguns estudiosos, seu caráter político-militante torna(va) esse livro uma obra não-científica, em decorrência, principalmente, de não seguir os rigores do meio acadêmico. Tal fato, curiosamente, foi confirmado pelo próprio autor, que não considerava a obra como acadêmica. Para Manuel Correia, *A Terra e o Homem do Nordeste* constituiria uma obra de militância, uma “denúncia científica” das mazelas do campo brasileiro, uma obra engajada na luta por uma reforma agrária.²⁴ Segundo o autor, esse livro lhe deu cargos importantes e elogios mas também lhe rendeu prisões.

Não obstante as críticas e discordâncias, esse estudo merece destaque no conjunto da obra de Manuel Correia de Andrade, por mostrar a capacidade intelectual deste pensador em articular diversos campos de estudo, antecipando um saber transdisciplinar engajado e com forte preocupação social. Essa obra revela muito de um aspecto que sempre o acompanhou, uma vez que para ele é impossível conhecer uma situação econômica, uma realidade social, sem estar a par de um quadro natural no qual a população está inserida.²⁵ Neste sentido, a seguir relacionarei alguns pontos que fazem

22 “A ‘Terra e o Homem no Nordeste’ imprime na Geografia agrária brasileira o início de uma fonte de análise para estudos posteriores: a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo. Importante salientar que esta obra antecede o movimento da Geografia crítica no Brasil, marcado pelo grande acontecimento geográfico nacional: o Encontro Nacional de Geógrafos – a segunda maior reunião científica nacional –, ocorrido em Fortaleza em 1978. Assim, a publicação da obra citada antecede a inserção maior do pensamento marxista na Geografia.” RIBEIRO; SOARES, 2009, p. 7.

23 A Chamada Geografia nova, também conhecida como Geografia pragmática, vigorou no Brasil entre os anos de 1950 e 1960 e foi marcada pela produção de dados voltados para os interesses estatais.

24 “Procurei parâmetros que indicassem a relação entre o meio natural e a ação do homem. Não fui rígido em metodologia porque acho que, se você for muito rígido em metodologia, pode matar o ponto central de um livro [...] Eu queria servir à necessidade da reforma agrária.” ANDRADE, 1963, p. 24.

25 “Esta obra revela muito de um aspecto que sempre o acompanhou, a saber, é impossível conhecer uma situação econômica, uma realidade social enfim, sem estar a par do quadro natural no qual a população está inserida e muito particularmente em que termos se dá esta relação. Relação esta que de forma alguma é determinística, ou seja, é o social que determina,

essa obra singular e fundamental para quem busca estudar o Nordeste e a questão agrária no Brasil.

Diferentemente do que prevalecia na época em que os saberes eram estanques e ocorriam poucos diálogos entre diferentes campos da ciência, Manuel Correia de Andrade utiliza seu vasto conhecimento histórico, geográfico, econômico, social, político e empírico para evidenciar e traçar um quadro analítico dos elementos constitutivos do espaço regional nordestino.²⁶ Fica evidente nesse processo um traço marcante de sua personalidade acadêmica, o reduzido compromisso com as delimitações científicas, uma vez que para ele existiria apenas uma ciência social.

Outro aspecto marcante dessa obra é a superação do empirismo das ciências naturais e das heranças do determinismo geográfico presente nas análises regionais. Para tanto, Manuel Correia de Andrade aponta as relações entre a sociedade e a produção e expõe, de forma clara, suas posições políticas em defesa dos movimentos sociais, principalmente no que diz respeito às Ligas Camponesas. Além disso, Andrade demonstra a indissociabilidade do rural e do urbano, apontando que as políticas implementadas no espaço rural atingiriam também o espaço urbano, sendo responsáveis pela melhoria no fornecimento de alimentos para os centros urbanos.²⁷

Por último, vale destacar o seu pioneirismo em relação a uma das maiores preocupações do mundo atual, a sustentabilidade ambiental. Para ele, era fundamental o desenvolvimento de uma tecnologia para a agricultura minimamente comprometida com o ambiente natural.²⁸

Mesmo que tais pontos tenham sido elencados a partir de uma de suas obras, podemos afirmar que esses aspectos permeiam toda a vasta produção

é o ambiental que determina. A sua reflexão enseja o desafio aos economistas, aos sociólogos, e também aos geógrafos, de ter sempre em conta que o meio ambiente é um nervo básico do fato social. A rigor, ele procurava conhecer o meio ambiente para melhor entender a população que dele dependia”. (EVANGELISTA, 2010, p. 98).

26 “(...) um paciente e exaustivo trabalho de campo, que se complementa de larga informação de conhecimentos geográficos, econômicos e sociológicos gerais [...]. E agora podemos dizer que pela primeira vez nos é apresentada a análise de conjunto da economia agrária nordestina, numa síntese de alto valor científico.” (PRADO JÚNIOR, In: ANDRADE, 1963, p. 14).

27 “Um sistema cooperativista com apoio oficial poderia melhorar as culturas e as condições de vida dos agricultores, contribuindo assim com a elevação do nível de vida e da capacidade de consumo dos mesmos, assim como para melhorar o abastecimento dos centros urbanos.” (ANDRADE, 1963, p. 76).

28 “Tanto quanto a reforma de uma estrutura, torna-se premente a reforma de uma mentalidade, é preciso dar educação ao povo para que aprenda a tratar a terra de forma mais adequada, permitindo que ela produza o máximo com o mínimo desgaste.” (ANDRADE, 1963, p. 45).

de Manuel Correia de Andrade, dando-lhe individualidade e relevância no conjunto das Ciências Humanas e, sobretudo, na Geografia brasileira. O pioneirismo de Andrade, como espero ter demonstrado, foge de matrizes de pensamento. Mesmo que ele carregasse uma forte influência de pensadores clássicos e de cunho marxista, não se limitava a amarras, realizando uma Geografia transversal, incipiente e visionária. Disso decorre o seu maior legado.

CONCLUSÃO

Um professor nunca é o dono da verdade: é um guia, um indicador da verdade que cada estudante deve encontrar por si mesmo. Um bom professor é apenas um catalisador.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE, 2000

Manuel Correia de Andrade dedicou sua vida a entender a Geografia humana, a História e as relações de poder no Nordeste brasileiro. Foi um intelectual nordestino cuja preocupação não se limitou ao Nordeste, mas nunca o deixou de lado. Um geógrafo que não se limitou à Geografia ou a nenhuma estrutura rígida de pensamento. Foi sensível às mudanças metodológicas, mas nunca ficou refém de nenhuma delas. Fica-nos o exemplo de uma vida dedicada à ciência. Mais do que isso, fica-nos o testemunho de um intelectual que construiu uma vasta e respeitada obra científica em defesa da justiça e da igualdade social.

Em sua vida sempre esteve ao lado das iniciativas progressistas, em defesa da equidade na distribuição de terras e de renda no campo e em toda a sociedade brasileira. Foi um dos grandes pensadores da questão agrária no Nordeste brasileiro, um intelectual comprometido com o povo e que manteve, ao longo de seus 84 anos de vida, coerência entre seu pensamento e seus ideais.

Sua simplicidade transparece ao afirmar sua falta de rigidez em seguir manuais metodológicos, pois, no seu entender, a metodologia representava um meio, e não um fim em si mesmo. Seu compromisso com a vida se expressou em servir as causas sociais e seu sonho se cristalizou na crença de que a reforma agrária no Brasil seria possível.

Manuel Correia de Andrade foi um exemplo ao perseguir seus ideais por meio de uma produção consistente e engajada. Deixa um profundo legado para quem, como ele, está disposto a alterar o curso do país e do mundo. Foi, sem dúvida, um pensador do mundo e um cidadão do Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- _____. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- EVANGELISTA, Hélio de Araújo. Manuel Correia de Andrade e a perspectiva ambiental de seu pensamento econômico. *Economia política do desenvolvimento*. Maceió, v. 3, p. 91-10, Edição Especial, ago. 2010.
- GOETTERT, Jones Dari. Manuel Correia de Andrade, Correinha: (Terra e) Homem do Nordeste. *Revista Terra Livre*. Presidente Prudente, Ano 23, v. 1, n. 28, p. 15-26, jan./jun. 2007.
- LIMA, Marcos Costa. Homenagem a Manuel Correia de Andrade: a geografia e a política do nordeste brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 5-7, 2007.
- MARTINS, César Augusto Ávila. Geografia, economia e planejamento na obra de Manuel Correia de Andrade. *GEOSUL*, Florianópolis, v. 26, n. 51, p. 9-37, jan./jun. 2011.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária brasileira. *Economia política do desenvolvimento*. Maceió, v. 3, p. 191-203, edição especial, ago. 2010.
- MOREIRA, Emília, et al. Manuel Correia de Oliveira Andrade: uma vida de trabalho em defesa de uma ciência geográfica socialmente comprometida. *Revista OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa, DGEOC/CCEN/UFPB, v. 1, n. 1, p. 1-152, 2007.
- NETO, Leonardo Guimarães. Repercussões iniciais de “A terra e o homem no Nordeste”. *Economia política do desenvolvimento*. Maceió, v. 3, edição especial, p. 137-152, ago. 2010.
- RIBEIRO, Wagner da Costa; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Cidadania e reforma agrária no Brasil: a herança de Manoel Correia de Andrade. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 abr. 2009, v. XIII, n. 288. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-288.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.
- O HOMEM DO NORDESTE. Entrevista com Manuel Correia de Andrade. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, n. 45. jul./set. 2000.
- AGÊNCIA FAPESP. *Morre Manuel Correia de Andrade aos 84 anos*. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/7338>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

Principais obras do autor

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Vale do Siriji: um estudo de geografia regional*. Recife: F. Figueiredo, 1958, 119 p.
- _____. *Serra de Ororoba: contribuição ao estudo dos níveis de erosão do Planalto da Borborema*. S.l., S.n, [195-], 19 p.
- _____. *Os rios Coruripe e São Miguel*. Recife: Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1959, 96 p. (Os rios-do-açúcar do nordeste oriental, n. 4).
- _____. *Aspectos geográficos da região de Ubá*. São Paulo: AGB, 1961. 77 p. (Associação dos Geógrafos Brasileiros n. 1).
- _____. *Economia pernambucana no século XVI*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962, 118 p.
- _____. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. Recife: Centro Reg. Ad. Municipal, 1967, 150 p.
- _____. *Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina*. São Paulo: Atlas, 1970, 177 p.
- _____. *Nordeste: espaço e tempo*. Petrópolis: Vozes, 1970, 182 p. (Coleção Caminhos Brasileiros, n. 5).
- _____. *Geografia: região e desenvolvimento; introdução ao estudo do "aménagement du territoire"*. São Paulo: Brasiliense, 1971, 95 p.
- _____. *Movimentos nativistas em Pernambuco setembrizada e novembrada*. Recife: Ed. UFPB, 1971, 133 p.
- _____. *Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973, 183 p.
- _____. *Paisagens e problemas do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973, 277 p.
- _____. *Cidade e campo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974, 223 p.
- _____. MUSEU DO AÇÚCAR. *História social da agroindústria canavieira: curso sobre a história social da agroindústria canavieira*. Recife: Inst. do Açúcar e do Alcool, 1974, 127 p. Conferencistas: Manuel Correia de Andrade, Amaro Quintas, Tadeu Rocha, Nilo Pereira, Nelson Saldanha, Gilberto Freyre e Vamireh Chacon.
- _____. *Planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: HUCITEC. 1976, 180 p. (Série Estudos Brasileiros, n. 4).
- _____. *História econômica e administrativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1976, 193 p.
- _____. *Paisagens e problemas do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977, 1 v.
- _____. *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979, 115 p.
- _____. *Processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: SUDENE, 1979, 67 p. (Estudos Regionais, n. 1).

- _____. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, 115 p. (Coleção História e Sociedade).
- _____. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 101 p.
- _____. *Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?* Recife: Guararapes, 1981, 119 p. (Cadernos Guararapes, v. 2).
- _____. *Divisão de política espacial. Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas Gerais*. Recife: SUDENE, 1982, 496 p. (Estudos Regionais, n. 7).
- _____. *Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, 114 p.
- _____. *Sertão Sul*. Recife: SUDENE, 1984. 674 p. (Estudos Regionais n. 11).
- _____. *Poder político e produção de espaço*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1984. 129 p. (Estudos e Pesquisas / FUNDAJ, n. 30).
- _____. *Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1985, 237 p. (Temas Brasileiros, v. 7).
- _____. *Classes sociais e agricultura no Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1985. 105 p. (Estudos e Pesquisas, n. 39).
- _____. *Elisee Reclus: Geografia*. São Paulo: Ática, 1985, 200p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 49).
- _____. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986, 64 p.
- _____. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987, 143 p.
- _____. *Área do sistema canavieiro: planejamento global*. Recife: SUDENE, 1988, 686 p. (Estudos Regionais, n. 18).
- _____. *Brasil e a África*. Rio de Janeiro: Laboratório Prod. Mineral, 1989, 80 p.
- _____. *Brasil e a América Latina*. Rio de Janeiro: Laboratório Prod. Mineral, 1989, 79 p.
- _____. *Caminhos e descaminhos da Geografia*. Campinas: Papyrus, 1989, 85 p. (Série Educando).
- _____. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989, 64 p. (Série Princípios, n. 165).
- _____. *Histórias das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Fundação Nabuco; Massangana, 1989, 114 p. (República, v. 1).
- _____. *Abolição e reforma agrária*. São Paulo: Ática, 1991, 86 p. (Série Princípios, n. 109).
- _____. *Povo e o poder*. Belo Horizonte: Oficina Livros, 1991, 100 p.
- _____. *Nordeste brasileiro e a Revolução Francesa*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1992, 131 p. (Cursos e Conferências, n. 50).

- _____. *Usinas e destilarias nas Alagoas*. [Mossoró]: Fundação Guimarães Duque, 1992, 105 p. (Mossoroense, Série C; v. 779).
- _____. *O Nordeste e a questão regional*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993. (Série Princípios, n. 156).
- _____. *Geopolítica do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993. (Série Princípios, n. 165).
- _____. *Uma geografia para o século XXI*. Recife: Cia Ed. Pernambuco, 1993, 114 p.
- _____. *Desafio ecológico: utopia e realidade*. São Paulo: HUCITEC, 1994, 108 p.
- _____. *Sentido da colonização*. Recife: 20-20 Comunicações e Editora, 1994, 102 p.
- _____. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira, seu impacto ecológico e social*. São Paulo: UNESP, 1994, 250 p.
- _____. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: HUCITEC; Recife: Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas, 1995, 135 p. (Série Geografia: Teoria e Realidade, n. 29).
- _____. *Globalização e Geografia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996, 127 p.
- _____. *Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. Maceió: EDUFAL, 1997, 134 p.
- _____. *A terra e o homem do Nordeste*. 6 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998, 305 p.
- _____. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp ; Bauru: EDUSC, 1999, 189 p.
- _____. *Joaquim Nabuco: A abolição e a República*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, 102 p. (Série Coleção Nordestina n. 1).
- ANDRADE, Manuel Correia de; LASER, Walter; SACHS, Ignacy et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento*. São Paulo: HUCITEC, 1975.
- ANDRADE, Manuel Correia de; POTENGI, Giselia Franco (Coords.); SUDENE. Departamentos de Recursos Humanos. *Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória*. Recife: SUDENE, 1980. 4 v.



As metamorfoses de um geógrafo: da evolução urbana à Geografia histórica do Rio de Janeiro

Angela N. Damasceno Gomes¹

Em seu processo de desenvolvimento, a Geografia privilegiou determinadas temáticas e ramos da disciplina, deixando outros em segundo plano ou com relativo obscurantismo. Particularmente no Brasil, a Geografia histórica nunca teve expressão, ao considerar-se – e muitos ainda o fazem – que a disciplina deveria se debruçar sobre o presente. Desafiando esta “regra” um pesquisador ousou remar contra a maré, dedicando-se a desvendar a geografia de um determinado lugar do passado. Este trabalho tem como objetivo fazer algumas inferências da trajetória de Mauricio de Almeida Abreu, através da análise de suas principais obras, revelando um processo gradativo na direção da construção e consolidação deste ramo da Geografia.

Desenvolvendo seu trabalho na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mauricio Abreu foi tecendo sua pesquisa num constante diálogo com a História. Em um primeiro momento a incorporação do tempo em suas análises tinha o objetivo de entender e explicar o presente. No entanto, à medida que se via envolvido pelas questões ainda pouco explicadas do passado da cidade do Rio de Janeiro, relativizou absolutos e rompeu as amarras que escravizam a disciplina ao estudo do presente.

Seu objetivo era entender um lugar, a cidade do Rio de Janeiro, tornando-se não apenas um geógrafo interessado em conhecer uma cidade que não existe mais, mas também um historiador e urbanista por opção. Deste modo, o eixo de sua produção consolida e modela os estudos e debates em história e política urbanas, revelando a clara opção do autor pelo estudo das cidades. Suas investigações fogem da tendência dos estudos de Geografia histórica de dedicarem-se às análises morfológicas urbanas puras

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Colégio Pedro II. (angela.damasceno@uol.com.br)

e simples, para preocupar-se também com os processos que dão conteúdo a essa morfologia. As obras do autor dedicadas à cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XVI e XIX constituem referências, não apenas para a Geografia, mas também para a História, a Sociologia e a Antropologia.

Neste artigo são oferecidas informações sobre a vida de Mauricio de Almeida Abreu, associando-as à sua produção intelectual, publicada em livros de sua autoria ou por ele organizados, buscando apresentar o processo de construção e consolidação de sua linha de pesquisa e suas opções teórico-metodológicas. As obras aqui analisadas são: *A evolução urbana do Rio de Janeiro* (1987); *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro* (2005); *Rio de Janeiro: formas, movimento, representações, estudo de Geografia histórica carioca* (2005); e *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, vols. 1 e 2 (2010). Apesar da expressiva produção do autor encontrada em artigos e capítulos de livros organizados por outros pesquisadores, optou-se por centrar a análise nestas obras, consideradas significativas para atender aos objetivos deste trabalho.²

Conforme será demonstrado, Mauricio Abreu consolidou no Brasil uma importante corrente epistemológica em Geografia histórica. Os impactos de seus trabalhos atingem não apenas a Geografia, mas também outras áreas do conhecimento ligadas às ciências sociais. Desta forma, o propósito aqui é tentar desvendar, a partir de suas obras, os caminhos trilhados pelo autor em sua trajetória de construção deste ramo da Geografia brasileira.

EVOLUÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO: O INÍCIO DA TRAJETÓRIA

Mauricio de Almeida Abreu (1948-2011) teve sua trajetória na Geografia iniciada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, percorrendo, em sua carreira, as três últimas grandes fases da Geografia – a Geografia tradicional, a neopositivista ou Nova Geografia e a Geografia crítica de cunho marxista –, chamando a atenção pela qualidade de seus trabalhos em todas as fases por ele vivenciadas. Sua produção científica tem a marca visível da influência de sua trajetória acadêmica, em especial sua produção após o mestrado e doutorado na Universidade de Ohio, nos Estados Unidos da América.

² Este trabalho é parte de uma pesquisa sobre o pesquisador orientada pela professora Dra. Mônica Sampaio Machado, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, voltada para a obtenção do doutorado em Geografia.

O livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* é considerado um clássico dos estudos sobre a cidade e a metrópole carioca, tido como referência para os vários cursos ligados às ciências humanas que se debruçam sobre o urbano, particularmente sobre a urbe carioca. Ao escrever sobre os processos que transformaram a cidade do Rio de Janeiro ao longo do tempo, o autor não tinha em mente trilhar os caminhos da Geografia histórica propriamente dita, assim como não havia integrado o tempo à análise geográfica, a não ser numa dimensão de processos que buscam explicar o presente.³ Sua intenção era desvendar, empírica e teoricamente, os processos de segregação que consolidaram o alto grau de estratificação social do espaço metropolitano da cidade, por meio da análise da distribuição da população de baixa renda, relacionando-a com as políticas públicas implementadas de maneira seletiva pelas diferentes áreas da cidade.⁴ A obra foi subproduto de uma pesquisa realizada no final da década de 1970, quando o autor ainda estava vinculado ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), em parceria com Olga Bronstein, tendo o mesmo ficado responsável pela busca de fatores históricos que embasassem a discussão da atual estrutura urbana da cidade.⁵ A constatação maior foi a de que os processos de segregação e de investimentos em áreas diferenciadas da cidade, privilegiando umas em detrimento de outras, eram processos que não estavam restritos ao presente, mas que remetiam ao próprio processo de estruturação da urbe carioca.

Sendo considerado um trabalho que resgata o olhar dos geógrafos sobre os estudos intraurbanos,⁶ tem, dentre os muitos méritos, o de realizar uma reflexão ampla sobre os agentes de construção e transformação do espaço metropolitano carioca. Para tanto, deu especial atenção ao papel do Estado na configuração de uma estrutura espacial segregada, que atende aos interesses do capital, numa época em que esse tipo de abordagem estava sendo ainda integrada à Geografia. Buscando fugir do empirismo puro e simples, que não ultrapassa os limites da descrição, preocupou-se em relacionar as transformações por que passava a cidade com o processo de evo-

3 ABREU, Maurício. Entrevista concedida à Laurent Vidal. Da evolução urbana à geografia histórica do Rio de Janeiro: O itinerário de um geógrafo. *Revista Cidades*, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 569, jul./dez. 2011.

4 ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987, p. 11.

5 Entrevista concedida a João da Rua para a Revista *GEOUERJ*, v. 1, n. 15-16, jun, 2004.

6 VASCONCELOS, Pedro de Almeida. "ABREU, Maurício de. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987, 147 p. Resenha". *RUA*. Salvador, 1 (1) : p. 161-163, 1988.

lução da formação social, articulando assim padrão e processo, forma e função, espaço e tempo.⁷

O trabalho possui referencial teórico-conceitual assentado nas contribuições de David Harvey e de Manuel Castells apresentadas respectivamente nos livros *Social Justice and the City* e *La Cuéestion Urbana*,⁸ que oferecem bases marxistas às análises do autor, além de incorporar as ideias de Milton Santos, recém-chegado ao Brasil. Era o caminho para a superação das abordagens neopositivistas que haviam marcado sua passagem pela Universidade de Ohio nos Estados Unidos.

Mas esse não foi o único marco do livro. Acreditando que poderia “explicar o presente através do passado histórico que lhe deu forma e conteúdo” (ABREU, 1987, p. 11), o autor recuperou muito dos trabalhos sobre a cidade do Rio de Janeiro produzidos por Lysia Bernardes e Maria Therezinha de Segadas Soares,⁹ que se debruçaram sobre a evolução urbana da cidade sob a ótica da Geografia tradicional.

Desta forma, em termos teóricos o trabalho tinha vínculos com a Geografia crítica, utilizando categorias como a de formação social, preocupando-se em ir além de uma descrição da morfologia da cidade e de suas transformações ao longo do tempo, mas também recuperava a contribuição da Geografia tradicional com análises descritivas, porém com enorme contribuição quanto aos processos de transformação do espaço, neste caso o espaço urbano carioca. Segundo as suas próprias palavras:

Sem perceber, acabei fazendo nesse trabalho um pouco do que tinha aprendido na graduação, ou seja, que cabia ao geógrafo fazer sínteses das regiões (ou cidades) que estuda. A partir daí, voltei a valorizar essa dimensão da pesquisa geográfica. Fazer sínteses não é a única contribuição que um geógrafo pode dar ao avanço do conhecimento, como pensavam muitos dos clássicos, mas é, certamente, uma de suas contribuições importantes.¹⁰

7 ABREU, Mauricio de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987, p. 30-32.

8 HARVEY, David. *Social Justice and the City*. Londres: Edward Arnold, 1973; CASTELLS, Manuel. *La question urbaine*. Paris: F. Maspero, 1972; SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

9 SEGADAS SOARES, Maria Therezinha. Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. 27 (3), 1965, p.355 e BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. A Expansão do Espaço Urbano no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. 23 (3), 1961, p. 510-511.

10 Mauricio Abreu, entrevista concedida para revista Geosul, Florianópolis, v.21, n. 41, p. 13, jan./jun. 2006.

É nesse contexto que surge o livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, um trabalho que oferece contribuição significativa a todos os que se interessam pelos estudos urbanos, em especial os estudos da urbe carioca, ainda que a hipótese inicial do trabalho tenha se mostrado falsa, pois reconheceria depois que a relação sociedade-espço é muito mais complexa do que a que está retratada na obra, pois é permeada por inúmeros agentes que interagem na sua estruturação.¹¹ Mauricio, desta forma, reconhece as limitações da lógica formal para a análise e explicação da realidade.

É a partir desse trabalho que o interesse de Mauricio Abreu se volta para os estudos de Geografia histórica. Desejando aprofundar o trabalho que se baseara em fontes secundárias e com a necessidade de apresentar um projeto de pesquisa por ocasião de sua contratação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, acreditou ser a oportunidade que esperava.¹²

OS PRIMEIROS FRUTOS NA TRAJETÓRIA DA TRANSFORMAÇÃO

A entrada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na década de 1980, e depois nas outras instituições que guardam a memória da cidade revelou um mundo a ser descoberto e vasculhado, com uma enorme riqueza de informações. A cada planta descoberta, a cada códice lido um enorme quebra-cabeça se revelava, pedindo para ser montado. De modo que aquele geógrafo que fizera mestrado e doutorado em uma Universidade americana ia mudando sua trajetória acadêmica e resgatando heranças que, mesmo inconscientemente, haviam marcado sua história de vida. Pelo fato de Mauricio de Abreu ter nascido numa família de professores, vivenciando o clima de uma cidade histórica do litoral sul do estado de São Paulo e sendo influenciado diretamente por seu avô, historiador e funcionário de um Arquivo Público do Estado de São Paulo, pode-se afirmar que nesse momento suas raízes familiares vêm à tona com toda a força, redirecionando, ou melhor, retomando uma trajetória de vida que fora gestada ainda na infância. Além disso, os 23 anos vividos no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, e o registro cotidiano das transformações por que passou o bairro

11 ABREU, Mauricio de A. *Vivendo muitos tempos: minha trajetória por uma Geografia em constante transformação*. Memorial apresentado no concurso para provimento do cargo de professor titular do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997, p. 68.

12 Mauricio Abreu, entrevista concedida para a revista *GeoUerj*, 2004, p. 22.

carioca, certamente influenciaram na escolha da temática da pesquisa a que dedicou grande parte de sua vida.

A presença na Universidade, a necessidade de formação de um projeto de pesquisa e a dedicação aos estudos sobre a cidade, acabaram por promover a formação de um grupo de pesquisa que, sob a orientação do professor Mauricio de Abreu, deu origem tanto ao banco de dados sobre a cidade do Rio de Janeiro, quanto a um grupo de pesquisadores que, orientados por ele, se dedicavam de igual forma a desenvolver projetos de monografia, mestrado e doutorado tendo como foco a metrópole carioca. Inicialmente o grupo era denominado de *Grupo de Pesquisa sobre a Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, tendo adotado outros nomes até assumir definitivamente o nome de *Geografia histórica do Rio de Janeiro*. As temáticas eram bastante variadas, como eram variadas as informações coletadas nos arquivos e bibliotecas da cidade.

Além dos artigos publicados em periódicos e das apresentações em congressos, um dos primeiros produtos do grupo de pesquisa foi o livro *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*,¹³ organizado por Mauricio Abreu, atendendo a um convite feito pelo Conselho Editorial da Coleção Biblioteca Carioca para organizar um livro em homenagem à Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Dedicado à questão ambiental, o livro conta com a participação de dez especialistas que escrevem sobre a relação homem/natureza na cidade do Rio de Janeiro, sob diferentes abordagens, como a geomorfologia, climatologia, geologia, agricultura, meio ambiente intraurbano e questões ambientais mais amplas, abordadas em um contexto histórico. Neste sentido o livro chama a atenção pela variação temática que destoa do claro predomínio dos estudos urbanos empreendidos pelo organizador. Na verdade, o trabalho foi um resgate da temática ambiental de que o autor havia se aproximado ainda no IBAM.¹⁴

A participação do grupo de pesquisa no livro se faz através de dois artigos. O primeiro, elaborado pelo próprio organizador, tinha como objeto de estudo as interações históricas entre a cidade e o maciço da Tijuca,¹⁵ importante

13 ABREU, Mauricio de A. (Org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992. Coleção Biblioteca Carioca, vol. 21.

14 ABREU, M. de A. *Sistema Urbano de Conservação do Ambiente*. Rio de Janeiro: IBAM, 1971. 36 p.

15 ABREU, M. de A. A cidade, a montanha e a floresta, In: ABREU, M. de A. (Org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992. p. 54-103.

objeto da natureza que influenciou decisivamente o crescimento da Cidade do Rio de Janeiro, assumindo diferentes significados ao longo do tempo.

Nesse trabalho Mauricio de Abreu apresenta resultados dos investimentos feitos na formação do grupo de pesquisa quando de sua entrada na Universidade Federal do Rio de Janeiro.¹⁶ O aprofundamento dos estudos sobre a metrópole carioca se fez sentir por meio da riqueza dos dados primários apresentados, cuja fonte documental estava presente em jornais e revistas, códices e relatórios governamentais que ofereciam, além de informações a serem analisadas, fotos, gravuras e mapas, num surpreendente acúmulo de dados que já se formava sobre a Cidade do Rio de Janeiro no século XIX. As citações proporcionavam maior aproximação da realidade, dando maior concretude às análises feitas e permitindo que uma nova cidade emergisse da coleta e análise dos dados encontrados. Ele realmente estava alcançando o objetivo a que se tinha proposto ao criar o grupo de pesquisa.

O livro também apresentou um capítulo redigido por um dos orientandos de Mauricio Abreu. Jorge Luiz Barbosa¹⁷ havia defendido sua tese de mestrado dois anos antes, tendo como temática o nascente movimento operário no Rio de Janeiro do século XIX. Como subproduto de seus estudos, é produzido o capítulo do livro agora em questão, tratando dos ambientes pouco salubres da capital da República. Desta forma, já se configura o grupo de pesquisa que apresenta seus primeiros frutos não apenas na produção do seu idealizador, mas também por meio de teses e trabalhos dos que são por ele orientados.

Ainda neste livro chama a atenção o resgate de trabalhos ligados à Geografia tradicional e então republicados. Como forma de homenagear os geógrafos Lysia¹⁸ e Nilo Bernardes,¹⁹ Mauricio resgata dois artigos desses autores sobre a Geografia carioca com viés ambiental. Com isso se reforçam

16 Este trabalho não foi propriamente o primeiro produto do grupo de pesquisa, pois três outros artigos o precederam. No entanto, este foi o primeiro a ter um artigo do autor e outro de um dos membros do mesmo grupo de pesquisa, apontando para a formação de uma linha de pesquisa.

17 BARBOSA, Jorge Luiz. *Modernização Urbana e Movimento Operário*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRJ, 1990.

18 BERNARDES, Lysia M. C. "Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX". In: ABREU, Mauricio de A. (Org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 21. p. 37-53).

19 BERNARDES, Nilo. "Notas sobre a ocupação humana da montanha no estado da Guanabara". In: ABREU, Mauricio de A. (Org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 21. p. 259-284).

os vínculos do autor com esta fase da Geografia que tanto o influenciou, marcando sua prática de pesquisador e estudioso da urbe carioca.

A continuidade das pesquisas do grupo e a contribuição das várias teses de mestrado e doutorado que foram defendidas no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro deram origem ao livro *Rio de Janeiro: formas, movimentos e representações*, agora assumidamente em seu subtítulo, estudos de Geografia histórica carioca. O livro, lançado em 2005, quando a linha de pesquisa já se consolidara, apresenta um panorama da produção acadêmica do grupo. Lançando um olhar sobre as temáticas dos autores, têm-se uma clara visão da diversidade temática, tendo como ponto de convergência as análises centradas na Cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de desvendar o que foi a urbe carioca no passado.

As metodologias são variadas, obedecendo à especificidade de cada análise. No entanto, cabe ressaltar que, com exceção dos dois primeiros estudos, que focam suas análises na geopolítica colonial, todos os outros se dedicam a analisar diferentes aspectos do espaço intraurbano, revelando de forma contundente o foco central do grupo de pesquisa liderado por Mauricio de Abreu.

Chama a atenção a diversidade de formação dos autores, que, mesmo sendo predominantemente geógrafos, como seria natural, é composto por uma socióloga, um arquiteto-urbanista e um pesquisador formado em Artes Cênicas, trazendo à tona outra faceta do grupo: o seu caráter multidisciplinar. Este perfil revela a importância dada ao diálogo com as outras ciências sociais, caráter esse que seria gradativamente aprofundado à medida que o grupo se fortalecia e ganhava projeção no meio, atraindo aqueles que refletiam sobre a cidade do Rio de Janeiro.

O LEGADO: A GEOGRAFIA HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO

Ao se propor discutir de maneira crítica o processo histórico de produção do espaço carioca, o pesquisador fez escola quando muito pouco se falava acerca dessa vertente da Geografia. Além dele, podemos citar o professor Pedro de Almeida Vasconcelos, que formou grupo de pesquisa semelhante na Universidade Federal da Bahia. Agora, no entanto, muitos outros enveredam por este caminho, revelando a importância que essa vertente da Geografia começa a ter e o seu reconhecimento como segmento relevante no conjunto de estudos geográficos.

O último livro de Mauricio de Abreu foi a culminância de um trabalho de mais de quinze anos nesse adormecido e pouco explorado campo da Geografia. Ao percorrer os caminhos da Geografia histórica pelos arquivos e bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro, o autor enveredou por um campo científico que foi por ele desbravado, a despeito das enormes dificuldades enfrentadas na reconstituição de uma cidade que, nas suas palavras, não existe mais.²⁰ Adotando uma metodologia inovadora para a Geografia, mergulhando em arquivos e bibliotecas que guardam a memória do país e, particularmente, da cidade do Rio de Janeiro, o pesquisador baseou suas pesquisas em fontes primárias, muitas delas ainda pouco exploradas até pelos historiadores.

O passeio pelas bibliotecas e arquivos em busca de fontes documentais no Brasil, na França, em Portugal e na Espanha lhe permitiu montar o quebra-cabeça da história da cidade do Rio de Janeiro, possibilitando a formação de um enorme acervo acumulado ao longo de anos de pesquisa nessas instituições, produzindo obras de referência como o Catálogo de Mapas e Plantas da cidade do Rio de Janeiro, já colocado à disposição dos pesquisadores.²¹

O projeto inicial era escrever sobre o Rio de Janeiro do século XIX durante o pós-doutorado na Europa. As leituras feitas em Geografia urbana, Geografia histórica, metodologia de pesquisa em geohistória, além do contato com pesquisadores dessas áreas, promoveram mudanças no projeto original, ampliando-o consideravelmente.²² O objetivo passou a ser a recuperação do processo de evolução da cidade do Rio de Janeiro desde o século XVI, o que acabou por interferir também no título da obra, que passou a se denominar *Geografia histórica do Rio de Janeiro*.²³

A coleta de dados sobre o período colonial revelou-se bem mais complexa do que se poderia imaginar. O levantamento baseava-se primordialmente na leitura das escrituras de transferência de propriedade registradas nos cartórios dos ofícios de notas, exigindo o aprendizado da leitura

20 ABREU, Mauricio de A. *Geografia histórica da cidade do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2010, p. 15.

21 O recém-criado site <<http://www.mauricioabreu.com.br>> disponibilizou parte do material coletado pelo grupo de pesquisa liderado pelo autor.

22 ABREU, M. de A. *Vivendo muitos tempos: minha trajetória por uma geografia em constante transformação*. Memorial apresentado no concurso para provimento do cargo de professor titular do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p. 94.

23 Idem, *ibidem*.

paleográfica dos documentos, a grande maioria deles em péssimo estado de conservação. Toda uma equipe de pesquisadores foi contratada e treinada para esse levantamento, que exigia paciência, persistência e acuidade dos envolvidos. No entanto, a partir desse material foi possível resgatar o processo de retalhamento de terras, da expansão urbana da cidade e dos diversos indivíduos e instituições ligados à posse da terra.

Foi a partir do material coletado, que agora focava os séculos XVI, XVII e XVIII, que se organizou o livro. Ainda que o ramo da Geografia histórica não seja recente na Geografia,²⁴ a realidade é que o livro traz contribuições significativas não só por desvendar o que foi a *geografia do passado carioca*, mas por introduzir inovações metodológicas de enorme riqueza para a Geografia. Isso não significa que os geógrafos pesquisadores estejam se tornando historiadores, já que estes, quando se debruçam sobre o passado, o fazem levantando questionamentos qualitativamente diferentes dos geógrafos.²⁵

Ao defender sua posição de que a Geografia não deve se limitar ao estudo do presente, o autor enfatiza que a principal distinção entre esta disciplina e as outras são as questões “que ela apresenta para o entendimento da sociedade e não suas durações” (ABREU, 2010, p. 18). Nesse sentido, as orientações teórico-metodológicas que apresenta abrem novos campos para a disciplina e a libertam de amarras que a limitam em suas análises restritas ao presente. Periodização, região e lugar são categorias fundamentais na Geografia histórica, sendo necessário desvendar os processos de construção de um determinado lugar em determinado tempo, obedecendo a determinações em diferentes escalas de atuação. Ao utilizar os conceitos de espaço, território e lugar, além de incorporar muitos dos pressupostos teóricos apresentados por Milton Santos, Mauricio de Abreu busca comprovar sua visão de que os conceitos desenvolvidos hoje podem ser aplicados na análise da geografia do passado, com os devidos cuidados e adaptações.

Nesse sentido, considera-se fundamental uma investigação mais profunda da contribuição desse autor para a Geografia brasileira, levantando, analisando e classificando sua produção, trazendo à tona suas ideias,

24 O crescimento da Geografia histórica pode ser medido concretamente por meio da abertura dada nos encontros a este ramo da disciplina, com a formação de grupos de trabalho e mesas redondas versando sobre o tema nos encontros da ANPEGE, da Associação de Geógrafos Brasileiros e nos encontros de Geografia urbana, como o XIII SIMPURB.

25 ABREU, Mauricio de A. Entrevista concedida à Laurent Vidal. Da Evolução Urbana à Geografia histórica do Rio de Janeiro: o itinerário de um geógrafo. *Revista Cidades*, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 571, jul./dez. 2011.

metodologias, personagens que o influenciaram, conceitos trabalhados e contextos históricos estruturantes que balizaram seu trabalho²⁶. Sua importância, ainda que reconhecida, está para ser analisada e esmiuçada. O refletir sobre sua obra possibilita a realização de estudos, ainda pouco desenvolvidos, de historiografia e metodologia da Geografia, assim como o repensar do próprio processo de construção da Geografia brasileira e de seu contexto formador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi traçar um panorama da trajetória de Mauricio de Almeida Abreu através de alguns de seus trabalhos publicados em livros que estiveram diretamente ligados aos seus estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, foi feita uma associação entre sua produção acadêmica e as influências que teve ao longo de sua vida, sejam elas acadêmicas ou não. Neste sentido, foram apresentadas breves informações biográficas, com o objetivo de melhor contextualizar as características de sua abordagem.

É flagrante o papel que teve o primeiro trabalho aqui analisado, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, em sua trajetória de desbravar um campo da Geografia na época obscuro inclusive para o pesquisador. Incorporando novas abordagens, como o papel do Estado na formação de espaços segregados e a recuperação da importância dos estudos intraurbanos, o autor foi tecendo uma teia de relações socioespaciais que se desenrolavam na urbe carioca que, acabaram enredando-o no despertar de um interesse cada vez maior pelo estudo de um lugar, o Rio de Janeiro.

Elemento marcante de seus trabalhos foi a importância dada às raízes de sua formação. Prova disso foi o reconhecimento da influência de seu avô no interesse pelos documentos guardados nos arquivos e bibliotecas, e de sua relevância como fonte de informações para sua pesquisa. Desta forma, não lhe foi tão estranho ou incabível a decisão de mergulhar neles para sanar os reconhecidos hiatos desse seu trabalho. Por outro lado, o resgate sistemático dos trabalhos basilares da Geografia tradicional, que abordavam o processo de estruturação da metrópole carioca em seus livros, revelava uma preocupação de não negar suas origens, mas de também revalorizá-las.

²⁶ Este trabalho é parte de um projeto de doutorado em andamento orientado pela professora Dra. Mônica Sampaio Machado, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que versa sobre esse autor.

Tendo a preocupação de utilizar prioritariamente fontes primárias guardadas em diferentes arquivos no Brasil e no exterior, deixou vir à tona seu lado historiador, fazendo escola através do grande número de teses e dissertações que orientou, as quais trabalhavam com as mais variadas fontes de informações, como relatórios governamentais, documentos oficiais, jornais, revistas e, por último, as escrituras dos cartórios de notas. A estes legou o cuidado acurado no levantamento e tratamento da informação, a preocupação metodológica e o rigor conceitual, utilizando-se de conceitos de espaço, paisagem, território e lugar e das preciosas contribuições de Milton Santos.

Seus trabalhos dedicaram-se prioritariamente ao intraurbano, marcadamente aberto ao diálogo com outras disciplinas, bebendo nas fontes da história, da Sociologia, e da Arquitetura, das quais se utilizou, mas também sendo amplamente utilizado por elas.

Produziu uma Geografia histórica que foi amadurecendo ao longo do tempo, a qual foi se impondo também gradativamente, até assumir plenamente que seu grupo de pesquisa possuía o nome de Geografia histórica do Rio de Janeiro, nome este que atribuiu ao seu maior trabalho. Preocupado com um lugar, neste caso, a cidade do Rio de Janeiro, em sua dimensão espacial, conseguiu articular processos sociais que ocorreram em diferentes momentos do tempo e em diferentes escalas espaciais, de modo que, para cada momento do tempo, havia uma geografia a ser descoberta e desvendada.

Seu legado, deixado não apenas em suas obras, mas na extensa fonte documental que foi reunida ao longo dos anos dedicados à coleta de informações, foi colocado à disposição daqueles que se interessam por estudar a cidade do Rio de Janeiro, e ainda está para ser desvendado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio de A. *Sistema urbano de conservação do ambiente*. Rio de Janeiro: IBAM, 1971.
- _____. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.
- _____. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 21).
- _____. A cidade, a montanha e a floresta, In: ABREU, Mauricio de A. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992, p. 54-103.

- _____. Mauricio de A. *Vivendo muitos tempos: minha trajetória por uma geografia em constante transformação*. Memorial apresentado no concurso para provimento do cargo de professor titular do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- _____. Entrevista concedida à Revista GeoUerj em março de 2004 com a participação de João Rua. Construindo uma boa relação com a história. *GeoUERJ*, v. 1, n. 15-16, jun, 2004. Disponível em: <http://www.mauricioabreu.com.br/uploads/multimedia/Entrevista_GEOUERJ_%20marc2004.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- _____. *Rio de Janeiro: formas, movimento, representações, estudo de Geografia histórica carioca*. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005.
- _____. *Geografia histórica da cidade do Rio de Janeiro (1502-1700)*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2010.
- _____. Entrevista concedida à Laurent Vidal. Da evolução urbana à Geografia histórica do Rio de Janeiro: o itinerário de um geógrafo. *Revista Cidades*, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 569-587, jul./dez. 2011.
- _____. Entrevista concedida a Revista Geosul em 29 set. 2005 com participação de Luiz Fernando Scheibe, Ewerton Vieira Machado, Sandra M. de A. Furtado e Maria Dolores Buss. *GEOSUL*, Florianópolis, v. 21, n. 41, p. 193-225, jan./jun. 2006.
- BARBOSA, Jorge Luiz. *Modernização urbana e Movimento operário*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRJ, 1990.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. A expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. 23 (3), p. 510-511, 1961.
- _____. “Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX”. In: ABREU, M. de A. (org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992 (Coleção Biblioteca Carioca, v. 21, p. 37-53).
- BERNARDES, Nilo. “Notas sobre a ocupação humana da montanha no estado da Guanabara”. In: ABREU, Mauricio de A. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 21, p. 259-284).
- CASTELLS, Manuel. *La question urbaine*. Paris: F. Maspero, 1972.
- HARVEY, David. *Social justice and the city*. Londres: Edward Arnold, 1973.
- SEGADAS SOARES, Maria Therezinha. Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 27 (3), 1965, p. 355.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “ABREU, Mauricio de. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987, 147 p. Resenha”. *RUA*. Salvador, 1 (1), p. 161-163, 1988.



A força do lugar na obra de Milton Santos

Mônica Sampaio Machado¹

Diferentes interpretações podem ser realizadas quando se pretende analisar a vida e a obra de pensadores. Aqui está sendo proposta uma. Longe da defesa de um novo determinismo geográfico, ou do seu retorno, a ideia que orienta este artigo sustenta-se na força do lugar como chave explicativa da vida e obra de Milton Santos. A partir das observações entre a trajetória espacial do autor e a publicação de suas obras, evidencia-se a associação entre sua produção intelectual e seus percursos espaciais. São apresentadas a proposta do trabalho, a obra de Milton Santos e a classificação estabelecida. Em seguida, é explorada a primeira fase do seu pensamento, entre 1948 e 1960, vivida predominantemente na Bahia, onde se destacam sua biografia e o cenário político baiano. Por último, a obra *Zona do Cacau* é analisada a partir da hipótese e da metodologia de trabalho desenvolvidas.

A minha primeira viagem para a França foi a descoberta de que (...) os jornais não retratavam o mundo. (...). Quer dizer, um jornal podia ser correto, não ser desonesto, mas era a porta de entrada das agências estrangeiras. (...). E eu chego na França e abro um jornal chamado *Le Monde* e me pergunto: “mas o mundo é aquele que eu escrevo ou este outro?” Foi esse o meu primeiro grande choque, a primeira grande mudança na minha visão de mundo e, por conseguinte, na minha visão política. Depois, me recordo de ter visto, por exemplo, em Dakar, no Senegal, os sujeitos que ao meio-dia paravam tudo o que estivessem fazendo para se ajoelhar e virar para Meca. Tive que me perguntar: “Mas eles gostam de Deus? (...) Isso não é da igreja católica”. Aí eu comecei, intelectualmente, a fazer a crítica do preconceito. Acho que as viagens me ajudaram a reduzir a carga de preconceito com que somos formados. E outra lição foi a descoberta da cultura brasileira. Negro ou não, na África eu era mesmo brasileiro. (MILTON SANTOS, 2000, p. 99-100).

1 Doutora em Geografia humana pela Universidade de São Paulo. Professora Associada do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq-2. Bolsista do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado JCNE (FAPERJ). (monica.sampaio@pq.cnpq.br)

O objetivo central deste texto é apresentar algumas reflexões sobre a obra de Milton Santos, demonstrando a existência de estreita associação entre a trajetória espacial do autor e seu pensamento. Tem-se como hipótese que os lugares onde vivemos e por onde passamos, a geografia material cotidiana e visitada, explicam, condicionam e direcionam nossa interpretação, compreensão e atuação no mundo. Os lugares resultam do conjunto de formas e objetos espaciais com temporalidades diferentes, pelas quais, e entre as quais, os homens se movimentam. Possibilitam encontros e estabelecimentos de redes sociais de natureza diversa, políticas, econômicas, intelectuais, de trabalho e de amizade, que se alimentam reciprocamente. Independentemente do período temporal, quanto mais central e global for o lugar, não apenas maior quantidade de informação, cultura e agenciamentos políticos e econômicos nele se dará, condição que estará associada à sua capacidade técnica, como também maior será o alcance espacial dessas relações.²

Assim, a geografia como materialidade, o ambiente global da reprodução social, isto é, o espaço geográfico como caracterizado por Milton Santos (1996), as paisagens mais a vida que as anima (o que inclui também instituições, normas políticas e culturais, a estética dos lugares, etc.), desempenha papel relevante na produção das ideias e nos projetos políticos e intelectuais.³ No caso em tela, a produção intelectual de Milton Santos, ela será marcada, inicialmente, por sua trajetória espacial, que tem origens na Bahia, entre Brotas de Macaúbas, Ubaitaba, Alcobaca, Salvador e Ilhéus. Aqui se torna

2 Uma observação pode ser feita sobre a opção metodológica da pesquisa que sustenta este trabalho. O pensamento de Edward Said, principalmente nos livros *Reflexões sobre o Exílio* (2003), *Fora do lugar: memórias* (2004), *Representações do Intelectual* (2005) e *The World, the Text and the Critic* (1984), assim como as ideias de Chris Philo no artigo *Geografia e o mistério ainda maior da Geografia histórica* (1984), constituíram a estrutura teórica da investigação realizada. Ambos, de forma diferenciada, procuram assinalar a geografia e o senso espacial como fundamentais na análise histórica e, sob esse aspecto, Antonio Gramsci e Michel Foucault são filósofos de referência. Cabe ainda mencionar duas obras de Franco Moretti (2003), desenvolvidas na área de literatura, que apresentam grande preocupação com a dimensão espacial, *Atlas do Romance Europeu, 1800-1900* (2003) e *A literatura vista de longe* (2008).

3 “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. (...) A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos.” (Milton Santos, 1996, p. 83-84).

correspondente da Zona do Cacau para o jornal *A Tarde*, em Salvador, e escreve o livro *Zona do Cacau, introdução ao estudo geográfico*, uma referência empírica para a análise das transformações advindas da economia cacaueteira, e também metodológica, principalmente para o estudo de rede urbana. É no espaço geográfico do Estado da Bahia, entre interior e capital, que Milton Santos vive seus primeiros 24 anos, até aproximadamente o começo da década de 1950. Suas obras iniciais, aqui classificadas como pertencentes ao primeiro período do autor, *Primeira sessão Bahia*, produzidas e publicadas entre 1948 e 1960, não apenas refletem temas e realidades espaciais da Bahia, a partir da ótica urbano-regional, como também o espaço geográfico regional e sua problemática política. É o Milton Santos regionalista, baiano, político e jornalista.⁴

Ainda em finais da década de 1940, Milton Santos passaria a ir com frequência ao Rio de Janeiro e São Paulo, onde participava de cursos livres organizados pelo então grupo de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, e de reuniões organizadas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, a AGB, que naquele momento se constituía como um apêndice do próprio Instituto. No Rio e em São Paulo, centros mais importantes de produção geográfica brasileira do período, Milton Santos toma contato não apenas com uma moderna literatura geográfica como também com geógrafos e intelectuais de expressão brasileiros e estrangeiros, principalmente franceses. Contato que vai se tornar mais efetivo em 1956, quando é realizado no Rio, então capital federal, o XVIII Congresso Internacional de Geografia. Em 1956 Milton Santos vai estudar na França; conhece Portugal, Espanha, viaja para a África e retorna ao Brasil, para Salvador.

4 A Primeira Sessão – *Bahia, 1948-1960: um Milton Santos regionalista, baiano, político e jornalista* – é caracterizada pelas seguintes obras do autor: 1) *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas*. Imprensa Oficial da Bahia, 1948, 105 p.; 2) *Estudos sobre geografia*, Tipografia Manú, Salvador/BA, 1953; 3) *Os estudos regionais e o futuro da geografia*. Tese (livre docência). Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1953, 98p; 4) *Ubaitaba: estudo de geografia urbana*. Salvador: [s.n], 1954. 15 p.; 5) *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, Artes Gráficas, 1955, 110 p.; 6) *Problemas de geografia urbana na zona cacaueteira bahiana* (em coautoria com Tricart e outros), Bahia: S.N., 1956, 25p; 7) O papel metropolitano da cidade de Salvador. Bahia, Conferência no Instituto Brasileiro de Geografia (Secção da Bahia), 25 de abril de 1956; 8) *Estudos de geografia da Bahia: geografia e planejamento*. Salvador: Universidade da Bahia, 1958. 243 p.; 9) *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Progresso, 1958; 10) *Rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial, 1959; 11) *A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade*, Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959, 28 p.; 12) *Marianne em preto e branco*. Salvador: Progresso, 1960, 112 p.

A partir do começo da década de 1950, inicia-se, então, uma nova fase na vida do autor, novos cenários, ambientes, espaços geográficos, pessoas; enfim, novas geografias somam-se ao cotidiano e à movimentação na vida de Milton Santos. Os novos lugares lhe proporcionam condições para uma mudança de rumo de seu trabalho intelectual que irá se refletir claramente nas obras que publica cerca de quinze anos depois, a partir de 1965. É interessante observar que essa segunda fase na sua formação e nas suas redes de relações políticas e de trabalho vai sendo construída em novas geografias e a partir delas, com “paisagens mais pessoas”, de diferentes complexidades e sentidos. Essas novas geografias, ao mesmo tempo, vão lhe proporcionando ampliação e refinamento interpretativos da sociedade, evidentes em suas obras a partir de 1965, quando, já no exílio, na França, convive intensamente com intelectuais e líderes vinculados à esquerda política da época.

No exílio Milton Santos se aproximou dos marxistas por meio de Jean Tricart, com quem estudou a dialética socioespacial, que nos anos de 1970 Milton Santos reinventou e que na década de 1990 seria novamente recriada por Edward Soja. Conviveu também com grandes mestres da Geografia como Josué de Castro, Pierre George, outro marxista, e Michel Rochefort. Conforme o depoimento do autor, as experiências europeia e africana do exílio muito contribuíram para sua formação intelectual e mudança política. “O meu contato sistemático com Marx data da minha ida para a Europa, para trabalhar lá. Sobretudo na África, na época do estruturalismo, em relação ao qual Sartre impediu de me entregar completamente.” (SANTOS, 2000, p. 94).

Assim, um segundo período da produção intelectual do autor pode ser identificado entre 1965 e 1987. Aqui se evidencia um conjunto de trabalhos com unidade e interpretação diversas da primeira fase, agora refletindo temas como subdesenvolvimento, modernização e desigualdades socioespaciais, pobreza urbana, economia urbana, urbanização latino-americana, renovação da ciência geográfica pelo marxismo, construção e defesa do espaço geográfico como instância e construção social e dialética socioespacial. É o Milton Santos de esquerda, internacional, metropolitano e cosmopolita, que caracteriza uma segunda fase da vida do autor, muito marcada pela sua ida para a França. Esta fase compõe a *Segunda sessão, o exílio, o Mundo, entre 1965-1987: um Milton Santos metropolitano, cosmopolita e próximo dos comunistas*. A publicação do livro *A cidade nos países subdesenvolvidos*, em 1965, pela Civilização Brasileira, editora na época sob o comando de Caio Prado Júnior, pode ser considerada como o marco desse

novo período. O último livro dessa fase é *O espaço do cidadão*, publicado em 1987, às vésperas da Constituinte de 1988.⁵

Milton Santos retorna ao Brasil em 1977, após treze anos no exterior, com 51 anos. Em função de não mais dispor de apoio político em Salvador e do convite recebido de Maria Adélia de Souza para trabalhar na área de planejamento de São Paulo, Milton Santos vai para a capital paulista e aí reside por um ano (Santos, 2000 e 2004). Em 1978, sem emprego, se transfere para o Rio de Janeiro, aceitando o convite de Bertha Becker para lecionar Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Machado, 2009), aqui ficando até 1983, quando retorna para São Paulo e ingressa na Universidade de São Paulo (USP), como professor titular. Fixando residência na capital paulista e com estabilidade material proporcionada pela USP, Milton Santos começaria, então, a elaborar não apenas sua interpretação sobre o Brasil, um país que muito havia mudado desde sua ida para a França, mas também sua concepção de “Geografia como filosofia da técnica”.

Assim, com uma intensa agenda de estudos e pesquisas, iniciada no país em finais da década de 1970 e intensificada na década de 1980, Milton Santos começava a preparar sua grande teoria geográfica, que culminaria na interpretação do Brasil, a partir do território e de sua relação com o mundo. É daquele período também a origem da sua construção conceitual de *meio-técnico-científico-informacional*, *tecnosfera*, *psicosfera* e

5 Composto a Segunda Sessão – *O exílio, o Mundo, 1965-1987: um Milton Santos metropolitano, cosmopolita e próximo dos comunistas* – estão as seguintes bibliografias: 1) *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Série: Perspectivas do homem, 1965, 175 p.; 2) *Aspects de la géographie et de l'économie urbaines des pays sous-développés*. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1969; 3) *Dix essais sur les villes des pays sous-développés*. Paris, Les Procédés Dores, 1970, 121 p.; 4) *Les villes du Tiers Monde*. Paris, M-Th. Génin, 1971; 5) *Modernisations et «espaces dérivés»* (colaboração Georges Coutinas e outros), 1971; 6) *Le métier de géographe en pays sous-développé: un essai méthodologique*. Paris: Ophrys, 1971, 119p (Coleção Lysia e Nilo Bernardes (PGG)); 7) *Dimension temporelle et systèmes spatiaux dans les pays du Tiers Monde*. Tiers Monde, v. 13, n. 50, avr./jun, 1972; 8) *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados*. Barcelona: Oikos-Tau, 1973; 9) *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978; 10) *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978, 157 p.; 11) *Espaço e dominação*. São Paulo: AGB, 1978; 12) *Trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978, 113 p.; 13) *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978, 119 p.; 14) *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979, 156 p.; 15) *Espaço dividido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979; 16) *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979, 167 p.; 17) *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1980, 125 p.; 18) *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981; 19) *Pensando o espaço do homem*; São Paulo: Hucitec, 1982, 58p.; 20) *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982, 194 p.; 21) *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985, 88 p.; 22) *O espaço do cidadão*. São Paulo, SP: Nobel, 1987, 142 p.

globalização, apresentada em formato final na obra que pode ser considerada a síntese teórica de seu pensamento, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, publicada em 1996 e posteriormente aplicada ao Brasil, no último livro publicado em 2001, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*.

Desse modo, o terceiro período da produção intelectual do autor, aqui denominado de *Terceira Sessão São Paulo, a Geografia como filosofia da técnica e o Brasil na Globalização, 1988-2001: um Milton Santos cidadão do mundo*, tem início em 1988, cerca de onze anos após sua volta ao Brasil, com a publicação de *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*, uma de suas primeiras exposições teóricas sobre o debate da globalização e suas repercussões espaciais.⁶ Embora durante as décadas de 1980 e 1990 Milton Santos tenha se ausentado em várias ocasiões de São Paulo e do país, em função dos convites recebidos pelo seu reconhecimento intelectual, é interessante notar que essa terceira fase da produção do autor tem predominantemente a cidade de São Paulo como cenário. É a partir de São Paulo que Milton Santos não apenas desenvolve sua síntese teórica como também compreende o novo Brasil, agora majoritariamente urbano, e percebe a centralidade de São Paulo no comando do território nacional.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza os resultados da pesquisa e apresenta a classificação da obra de Milton Santos, estabelecida em sessões.

6 A Terceira Sessão – São Paulo, a Geografia como filosofia da técnica e o Brasil na Globalização, 1988-2001: um Milton Santos cidadão do mundo – é caracterizada pelas seguintes obras: 1) *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988, 12 p.; 2) *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Nobel, 1990, 117 p.; 3) *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993, 157 p.; 4) *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993; 5) *O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993; 6) *O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano* (coautoria Maria Adélia de Souza, entre outros). São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993; 7) *Território, globalização e fragmentação* (coautoria Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira). São Paulo: Hucitec, 1994; 8) *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, EDUC, 1994, 145 p.; 9) *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*, São Paulo: Hucitec, 1994; 10) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.; 11) *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.; 12) *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (coautoria Maria Laura Silveira). Rio de Janeiro: Record, 2001, 471 p.

QUADRO 1: AS OBRAS DE MILTON SANTOS, POR ORDEM
CRONOLÓGICA DE PUBLICAÇÃO, E AS SESSÕES

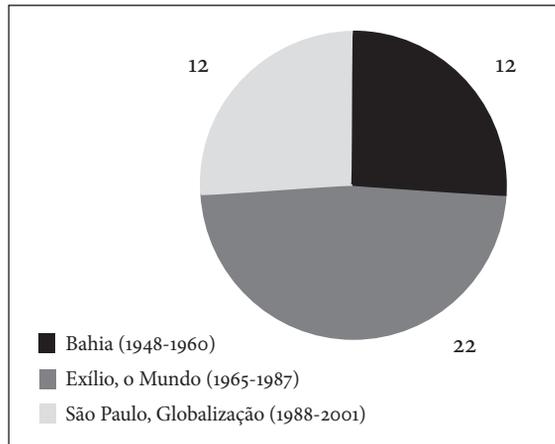
Ano da 1ª edição	TÍTULO	FASE/SESSÃO
1948	O povoamento da Bahia: suas causas econômicas	<p>PRIMEIRA SESSÃO 1948-1960</p> <p>Bahia Milton Santos regionalista, baiano, político e jornalista</p>
1953	Estudos sobre Geografia	
1953	Os estudos regionais e o futuro da Geografia (tese livre docência)	
1954	Ubaitaba: estudo de Geografia urbana	
1955	Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico	
1956	Problemas de Geografia urbana na zona cacauzeira bahiana	
1956	O papel metropolitano da cidade de Salvador	
1958	Estudos de geografia da Bahia: geografia e planejamento	
1958	O centro da cidade de Salvador: estudo de Geografia urbana (tese de doutorado)	
1959	Rede Urbana do Recôncavo	
1959	A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade	
1960	Marianne em preto e branco	

Ano da 1ª edição	TÍTULO	FASE/SESSÃO
1965	A cidade nos países subdesenvolvidos	SEGUNDA SESSÃO 1965-1987 O exílio, o Mundo Milton Santos metropolitano, cosmopolita e próximo dos comunistas
1969	Aspects de la géographie et de l'économie urbaines des pays sous-développés	
1970	Dix essais sur les villes des pays sous-développés	
1971	Les villes du Tiers Monde /Milton Santos. Paris, M-Th. Génin	
1971	Modernisations et “espaces dérivés”	
1971	Le métier de géographe en pays sous-développé: un essai méthodologique	
1972	Dimension temporelle et systèmes spatiaux dans les pays du Tiers Monde	
1973	Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados	
1978	O trabalho do geógrafo no terceiro mundo	
1978	Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica	
1978	Espaço e Dominação	
1978	Trabalho do geógrafo no terceiro mundo	
1978	Pobreza Urbana	
1979	Espaço e Sociedade	
1979	Espaço Dividido	
1979	Economia espacial: críticas e alternativas	
1980	A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos	
1981	Manual de Geografia urbana	
1982	Pensando o espaço do homem	
1982	Ensaio sobre a urbanização latino-americana	
1985	Espaço e Método	
1987	O espaço do cidadão	

Ano da 1ª edição	TÍTULO	FASE/SESSÃO
1988	Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia	TERCEIRA SESSÃO 1988-2001 São Paulo- Globalização Geografia como filosofia da técnica e o Brasil na Globalização
1990	Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo	
1993	A Urbanização Brasileira	
1993	O Novo mapa do mundo: fim de Século e Globalização	
1993	O Novo mapa do mundo: Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica	
1993	O Novo mapa do mundo: Globalização e espaço latino-americano	
1994	Território, Globalização e Fragmentação	
1994	Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo	
1994	Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional	
1996	A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção	
2000	Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal	
2001	O Brasil: território e sociedade no início do século XXI	

Elaboração: GeoBrasil, Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política (UERJ).

FIGURA 1: AS OBRAS DE MILTON SANTOS,
POR NÚMERO E FASES/SESSÕES⁷



Elaboração: GeoBrasil, Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política (UERJ)

A classificação das obras de Milton Santos nas três sessões acima estabelecidas – respectivamente (1) *Sessão Bahia, 1948-1960*: um Milton Santos regionalista, baiano, político e jornalista; (2) *Sessão o exílio, o Mundo, 1965-1987*: um Milton Santos metropolitano, cosmopolita e próximo dos comunistas, e (3) *Sessão São Paulo, a Geografia como filosofia da técnica e o Brasil na Globalização, 1988-2001*: um Milton Santos cidadão do mundo – foi realizada a partir de um estudo detalhado de suas obras, que demonstrou extraordinária sintonia entre o pensamento do autor e o espaço geográfico por ele percorrido.⁸

Em função da importância e da singularidade das obras iniciais de Milton Santos e do pouco conhecimento que se tem sobre elas, este trabalho se dedica exclusivamente a apresentar e discutir a *Primeira Sessão*. A obra do autor é aqui articulada à sua biografia, vinculada predominantemente à Bahia, naquele período. Buscando conhecer o sentido do seu pensamento, particular atenção é dada ao cenário político partidário baiano, bastante marcado naquele momento pela atuação dos “udenistas”, indivíduos

7 É interessante observar que Milton Santos, em um período de 53 anos, publicou 46 obras. Na primeira sessão, entre 1948 e 1960, 12 anos, foram 12 livros; na segunda sessão, entre 1965 e 1987, 22 anos, foram 22 livros, e na terceira sessão, 1988 e 2001, 12 anos, foram 12 livros publicados.

8 Dentre as classificações desenvolvidas sobre a obra do autor, cabe destaque a elaborada por Denise Elias, 2002.

simpatizantes ou filiados ao antigo partido político brasileiro denominado “União Democrática Nacional” (UDN).

A PRIMEIRA SESSÃO, BAHIA, 1948-1960:
UM MILTON SANTOS REGIONALISTA, BAIANO

Milton Almeida dos Santos, filho de Francisco Irineu dos Santos e Adalgisa Umbelina de Almeida Santos, nasceu em Brotas de Macaúbas, a 590 km da capital baiana, Chapada Diamantina, interior da Bahia, em três de maio de 1926.⁹ Egressos de Salvador, seus pais haviam se mudado para Brotas de Macaúbas, onde morava o irmão mais velho de sua mãe, então advogado, para ensinar como professores primários.¹⁰

No início do ano de 1927, a família Santos sai de Brotas e vai residir em uma cidade próxima a Ilhéus, na então denominada cidade de Itapira, a 369 km ao sul de Salvador, Zona do Cacau, que posteriormente passaria ao nome de Ubaitaba, por decisão do IBGE, uma vez que havia uma cidade em São Paulo com a mesma denominação.¹¹ Quando Milton Santos tinha três anos de idade, provavelmente em 1929, seus pais mudam-se para Alcobaça, cidade da zona do Extremo Sul da Bahia, porção que é também enquadrada por Milton Santos (1948, p. 11-15) como participante da zona cacauzeira, ou, como prefere denominar, região cacauzeira, onde ficará até os dez anos.¹²

9 Brotas de Macaúbas, terras exploradas em final do século XVIII. Região dos primeiros diamantes da então província da Bahia. Seus habitantes eram garimpeiros e pessoas que trabalhavam na extração e comercialização de diamantes. Na segunda década do século XX, Brotas e localidades vizinhas foram cenários de disputas violentas entre coronéis e seus jagunços. A economia da cidade, outrora próspera pela extração de diamante e ouro, no início do século XX era movimentada pela criação de gado, em grandes latifúndios.

10 Maria Auxiliadora da Silva (2002) e Milton Santos (2000).

11 Situada ao norte de Ilhéus, Ubaitaba formou-se à margem do Rio das Contas, numa planície entre as colinas e o rio, em função do desenvolvimento da Capitania de São José dos Ilhéus, ficando sua identidade muito associada ao litoral sul da Bahia. Sua origem relaciona-se à criação do Arraial de Faisqueira (1783), área então destinada à extração de madeira, à cultura da cana de açúcar, dos cereais e do cacau, hoje um dos três distritos de Ubaitaba. Com o tempo, surgiram estradas para conduzir os trabalhadores às roças e escoar os produtos das lavouras. No início do século XX, Ubaitaba fazia parte da área central da Zona do Cacau.

12 Alcobaça tem origem em uma vila criada em finais do século XVIII, situada às margens do Rio Itanhém, ao sul da Capitania de Porto Seguro (extremo sul da Bahia, hoje fazendo parte da região conhecida como Costa das Baleias). No decorrer do século XIX, Alcobaça floresceu com suas fazendas imponentes de cacau, que tiveram seu auge no final do século XIX e início do XX, sob o comando dos coronéis. A cultura do cacau no Brasil é concentradora de posse de terra, principalmente na Bahia. A vocação turística de Alcobaça fica mais forte no decorrer do século XX.

Aqui faz o primário com os pais, que lhe ensinam também o francês. Seus dois irmãos nascem em Alcobaça.

Aos dez anos, possivelmente em 1936, é enviado pelos pais para Salvador, para estudar interno no Instituto Baiano de Ensino, colégio tradicional na época, dirigido pelo Professor Hugo Baltazar da Silveira, destacado professor em Salvador.¹³ O Instituto era um colégio privado e leigo para onde iam judeus, espanhóis e uma certa “classe média”, e onde o pai de Milton Santos havia lecionado antes de ir para o interior da Bahia. Morando em Salvador, Milton Santos, de dois em dois anos, visitava os pais em Alcobaça, e em anos alternados os pais iam para a capital, situação que vai perdurar até 1940, quando seus pais voltam a residir em Salvador.¹⁴

Como era comum na formação da elite culta brasileira do período dispor de excelentes professores lecionando um amplo leque de disciplinas, como filosofia, ciências e arte, a formação de Milton Santos não foge à regra. Em Salvador, no ginásio e no curso preparatório para o ensino superior, estuda várias áreas de conhecimento, como Literatura, Física, Química, Matemática, História Natural, Filosofia, Geografia etc. O livro *Geografia humana*, de Josué de Castro, um compêndio didático publicado em 1939, destinado ao ensino médio, era adotado pelo Instituto Baiano de Ensino, e não só fez parte de sua formação como o influenciou.¹⁵ Com

13 A cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, a mais antiga das cidades brasileiras, foi construída para ser a capital do país e, durante três séculos, foi a mais importante aglomeração urbana. Apesar de o eixo da economia nacional ter se deslocado para o sul e a capital baiana ter vivido entre os anos de 1920 e 1940 um período de quase estagnação, em 1940 sua população era de aproximadamente 290 mil habitantes, a quarta cidade mais populosa do Brasil naquela década, ficando atrás do Rio Janeiro, São Paulo e Recife. A metrópole baiana ofereceu a Milton Santos um ambiente de reprodução social fundamental para sua formação política e intelectual. Como importante centro político e cultural regional, bem diferente das capitais paulista e carioca, uma vez que, conforme o próprio depoimento de Milton Santos (2000, p. 77), coexistia em Salvador uma cultura que misturava o peso do mundo agrícola, do comércio e do cartório, em que os jornais e os bancos estavam nas mãos de poucas famílias e, de certa forma, a universidade também, a cultura clássica tinha um certo peso e representava a produção do futuro, e o espaço geográfico da cidade ofereceu ao autor as condições para a construção desse futuro. Salvador torna-se, mais tarde, tema de sua tese de doutorado, defendida em 1958, na Faculdade de Letras da Universidade de Strasbourg, sob orientação de Jean Tricart e Etienne Juillard, publicada no Brasil em 1959 sob o título *O centro da cidade de Salvador: estudo de Geografia urbana*. Com este estudo Milton Santos passaria a ser reconhecido pela comunidade geográfica francesa.

14 Maria Auxiliadora da Silva (2002) e Milton Santos (2000).

15 Até 1939 Josué de Castro havia publicado vários livros que já demonstravam grande erudição. Articulavam seus estudos e pesquisas em Literatura, Medicina, Fisiologia, Endocrinologia, Nutrição, Antropologia, Psicanálise e Geografia, como: *Condições de vida das classes operárias*

quinze anos, isto é, no quinto ano de ginásio, Milton Santos se formou em bacharel em Ciências e Letras, em 1941. O diploma de bacharel representava o reconhecimento do aluno que estudasse no ginásio e também um passo na produção do homem de elite. Nos dois anos seguintes cursou o preparatório pré-jurídico no Colégio da Bahia, para ingressar no ensino superior, na Faculdade de Direito (SILVA, 2002; SANTOS, 2000).

Segundo depoimento do próprio Milton Santos, o mundo do ginásio e do curso suplementar era um mundo à parte. Um mundo que preparava os jovens intelectualmente para desempenhar cargos de comando, notadamente na esfera político-institucional, principalmente na Bahia, uma vez que a antiga elite via no serviço público fonte de poder e de segurança, uma forma de manutenção dos prestígios familiares dos séculos passados, sustentados na propriedade de terra, açúcar e gado.¹⁶

(...) éramos ensinados a não gostar de futebol, sobretudo gente como eu, que tinha origem visivelmente inferior, e que as famílias preparavam para as funções de mando. A educação que me foi dada não foi a de obedecer, foi para me preparar para fazer parte dos que iam mandar. Como é que iria gostar de futebol? Não podia. (...). Todas as atividades ditas populares eram desaconselhadas (...) na produção do homem de elite, do bacharel. E o que é o bacharel? É um sujeito que pode ser advogado, promotor, juiz, jornalista, político, diretor de hospital. (...). E que aprende a falar, o que era uma característica do mando e da política, saber fazer frases, saber amarrar uma idéia com a outra. E como não tinha televisão, a minha geração se reunia para conversar, para ouvir poesia, para ouvir o que o outro escreveu, elaborar jornais manuscritos (...). Havia um apreço à história da cultura, porque se considerava que a cultura abria as portas, e o pior é que abria mesmo. Em São Paulo havia o industrialismo e o peso do dinheiro, uma outra escala de valores. Na Bahia não havia o tipo de

do Recife e O problema fisiológico da alimentação no Brasil, em 1932; A questão do salário mínimo e alimentação e raça, em 1935; Alimentação brasileira à luz da Geografia humana, em 1937; Documentário do Nordeste, Geografia humana: estudo da paisagem cultural do mundo e ensaios de Geografia humana, em 1939. Além desta literatura, Josué de Castro, nos anos 20, já havia publicado artigos e crônicas sobre vários temas, ligados à ciência, literatura, pintura e cinema, em periódicos como Revista de Pernambuco, Diário da Manhã e Revista de Antropofagia. (<<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro>>, Manuel Correia de Andrade, 1997).

16 Embora o compadrio não tenha sido exclusividade baiana, na Bahia era muito forte e aparente. Conforme Israel O. Pinheiro (1999, p. 59), na Bahia os concursos públicos selecionavam integrantes das famílias conhecidas; feita a nomeação, a elite se perpetuava no poder. O depoimento de Milton Santos é, nesse sentido, exemplar. Perguntado sobre sua perspectiva profissional, respondeu: “Meu desejo era ser professor de Teoria Geral do Estado (...) mas havia um professor dessa área, um homem jovem, um grande nome, Nestor Duarte. E ele tinha um filho. Logo descobri que eu não ia jamais chegar lá, porque o lugar era para o filho.” (SANTOS, 2004, p. 51).

riqueza que havia aqui. Enfim, pode ser uma interpretação baiana da história brasileira, ou uma vontade de contrastar a origem baiana à origem, digamos paulista.” (SANTOS, 2000).

Ainda no ginásio, Milton Santos passou a lecionar Geografia humana. Então, quando ingressou na Faculdade de Direito, em 1944, em Salvador, já trabalhava como professor (de Geografia) e seu salário contribuía para uma parte de suas despesas. Pertencendo à elite culta baiana, Milton Santos participou da vida política regional de Salvador. No início da década de 1940, fundou com amigos a Associação de Estudantes Secundaristas Brasileiros, uma associação nordestina que incluía Pernambuco, Sergipe e Paraíba, dissidente da União Nacional dos Estudantes. Milton Santos assumiu a presidência da Associação, embora tenha tido problemas com o Partido Comunista, que não o apoiou inicialmente para o cargo por considerar difícil o relacionamento de um negro com autoridades. Esse evento interferiu na sua relação com os comunistas, e o problema só foi resolvido posteriormente, quando vai à França realizar seu doutorado com o geógrafo comunista Jean Tricart, em 1956 (SANTOS, 2000).¹⁷

É interessante observar que a entrada de Milton Santos na política não vai ocorrer pela esquerda, mas pela oposição ao Governo Vargas, com grande expressão no regionalismo baiano. A inserção de Milton Santos, então, no mundo político e intelectual desse período, só pode ser entendida ao se considerar as condições oferecidas pelo espaço geográfico da Bahia, evidentes nas obras da primeira Sessão, *Sessão Bahia, 1948-1960: um Milton Santos regionalista, baiano*.

Chega, então, o empurrão da Faculdade de Direito. E a confusão, naquele período, que se repetiria de novo no Brasil dos anos 80, entre a oposição e a esquerda. Nós éramos oposição à ditadura. Muitas pessoas ainda não se curaram dessa confusão entre oposição e esquerda. Porque estavam todos juntos na luta para derrubar a ditadura. A faculdade de Direito é o lugar da elite e as minhas relações pessoais, meus amigos, as pessoas com quem eu me dava

¹⁷ Em 1956 Jean Tricart estava no Brasil para participar do XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional (UGI), realizado no Rio de Janeiro. Esse evento foi de extrema importância para a Geografia brasileira, consolidando ainda mais o campo de atuação da Geografia científica, à época uma disciplina muito prestigiosa. Participaram de sua realização a Universidade do Brasil, o IBGE e a Universidade de São Paulo. O Congresso abriu as portas dos geógrafos brasileiros para o mundo, e grandes nomes da Geografia aqui estiveram. Milton Santos vem ao Rio para participar desse Congresso e estabelece relações estreitas com geógrafos franceses, sobretudo Tricart. (Mônica S. Machado, 2009). O Rio foi, então, sua porta para o mundo.

bem, eram de famílias importantes. De outro lado, tinha esse choque pessoal com a turma do Partidão, um ressentimento que eu guardava (...). Chego à faculdade em 1944, em plena abertura para a democracia. Estávamos todos juntos pedindo a entrada do Brasil na Segunda Guerra (...).”

“Esse pano de fundo é importante para entender por que a minha ida para a esquerda foi lenta e intelectual, não foi resultado de uma militância, foi resultado de um aprendizado, é parte de uma redescoberta do mundo que eu fiz na Europa. (SANTOS, 2000, p. 80-81).

Em função de certa estagnação econômica do Recôncavo e da Bahia, na década de 1940 fortalecia-se na elite política e intelectual baiana um regionalismo não apenas fruto de uma herança cultural ou “geográfica”, mas uma forma de alcançar o progresso dentro da nação, cada vez mais identificado com o desenvolvimento industrial, já naquele momento com força em São Paulo. Esta era a ideia comum entre as correntes políticas progressistas da direita e da esquerda e do partido comunista: a indústria resolve (SANTOS, 2000, p. 78-79). Esse regionalismo se expressava, na década de 1940, em clara oposição ao Rio de Janeiro, na época capital federal, e, sobretudo, ao Governo Vargas. Assim, a atuação política de Milton Santos na década de 1940 e, posteriormente, na de 1950, esteve diretamente associada a esse movimento regional, que tinha dentre os representantes os então “udenistas” Juracy Magalhães,¹⁸ João Mangabeira e Otávio Mangabeira,¹⁹ os

18 Juracy Magalhães, cearense, segue a carreira militar e, juntamente com Juarez Távora, apoia a Revolução de 30. Em 1931 é nomeado interventor federal da Bahia, construindo um novo pacto político no Estado ao criar o PSD da Bahia, assegurando apoio a Vargas contra o movimento Constitucionalista de 1932, deflagrado em São Paulo com o apoio da Bahia. Em 1935-1937 é eleito governador do Estado. Em 1937 se opõe a Getúlio e reassume suas atividades no Exército, regressando à política em 1945 por meio da UDN, fazendo parte da comissão executiva nacional, chegando a ser seu presidente entre 1957 e 1959. No período 1959-1963 assume novamente o governo da Bahia pela legenda da UDN. Disputa com Jânio Quadros a indicação para a candidatura da UDN à presidência da República, em 1960, mas é derrotado na Convenção. Passa o governo para Antônio Lomanto Júnior em 1963. Apoia o Golpe de Estado Militar de 1964. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas).

19 Os irmãos João Mangabeira, advogado e político, e Otávio Mangabeira, engenheiro, político e intelectual, ambos baianos de Salvador, integravam uma importante corrente política baiana denominada de “concentração autonomista”. Em luta permanente contra o getulismo, essa corrente havia sido formada em 1932 e tinha também como líderes Ernesto Simões Filho, fundador do jornal *A Tarde*, e Nestor Duarte, prestigioso mestre do Direito, político e escritor, autor de importantes romances da literatura baiana e fundador do *Jornal da Bahia*. “O autonomismo surgiu em 1932 com o nome de Liga de Ação Social e Política. Denominou-se de “liga” porque os partidos políticos haviam sido banidos pelo Estado Novo. Os autonomistas (...) se contrapunham aos “invasores” ou “holandeses” (...), ou seja, eram contrários a Juracy Magalhães e ao seu grupo político, vindos de fora e levados ao governo do Estado pela interventoria.” (GOMES, João Carlos Teixeira, 2001). João Mangabeira manifesta-se a favor da

dois últimos da Esquerda Democrática, grupo, como mesmo caracterizava Milton Santos, de “vocação para a esquerda e amarras na direita” (SANTOS, 2000, p. 79) e que atuava no interior da União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição a Getúlio, criado em 1945 e extinto em 1964 pelo AI-2. Embora compusessem o mesmo partido, grandes eram as rivalidades entre Juracy Magalhães e o grupo de Otávio Mangabeira.

O CENÁRIO POLÍTICO-ESPACIAL DA PRIMEIRA FASE DE MILTON SANTOS: A UDN E O MOVIMENTO REGIONALISTA BAIANO (1940-1950)

Com o fim do primeiro Governo Vargas, em 1945, após anos de ilegalidade, os partidos políticos retornavam ao cenário nacional. É nesse contexto que surgia a UDN. Não se pode esquecer que na década de 1940 o Brasil refletia, à sua maneira, o conflito internacional, dividindo-se em dois grandes grupos, os integralistas e os comunistas. Desde que os Estados Unidos entraram diretamente na Guerra, em 1941, e posteriormente toda a América, com exceção do Canadá, que já havia entrado em 1939, o Brasil mudou de lado e aliou-se aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha contra a Alemanha, passando a desenvolver um visível impulso democrático. À medida que se espalhava a democracia na Europa, aumentava-se no país, então, a defesa pela democracia e enfraquecia-se o poder repressivo da ditadura de Vargas no Estado Novo.²⁰ Assim, em 1945, com o fim da Guerra, foram aprovadas

Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932 e em 1936 é preso por acusação de envolvimento com os comunistas que influenciavam a Aliança Nacional Libertadora (ANL) contra a Ação Integralista Brasileira (AIB). Ingressa na Esquerda Democrática em 1945, inicialmente vinculada à UDN, e posteriormente, em 1947, no Partido Socialista Brasileiro (PSB), tornando-se seu presidente. Otávio Mangabeira foi exilado em 1930 e em 1938. Em 1945 ingressa na UDN e assume sua direção nacional até 1947. Defende posteriormente a aproximação da UDN com Eurico Dutra, do PSD, objetivando uma possível coligação dos dois partidos para a eleição presidencial de 1950. Mas a oposição dentro da UDN consegue passar o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, que perde as eleições para Getúlio Vargas. Em 1954 participa da campanha contra Vargas e em 1959 elege-se senador pelo Estado da Bahia. (Vamireh Chacon, 1998, p. 152); (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/asp/idx_monta_login.asp>.

²⁰ Getúlio Vargas governou o Brasil por duas vezes, entre 1930 e 1945 e entre 1951 e 1954, ano de sua morte. Presidente do Brasil de maior influência na história nacional, Vargas foi chefe do Governo provisório (1930-1934), presidente da República eleito pela Constituinte (1934-1937), ditador do Estado Novo (1937-1945), presidente da República eleito com o apoio das massas (1951-1954). Sobre o governo Getúlio Vargas há uma extensa literatura que apresenta diferentes contribuições e análises, como as de Otávio Ianni (1979), Boris Fausto (1970), Pedro Fonseca (1989), Simon Schwartzmann (1983), Maria Celina D’Araújo (1999), Ângela de Castro Gomes (2000) e Dulce Pandolfi (1999). Com relação à história brasileira, economia e cultura,

medidas, pelo próprio Estado, que admitiam a formação e a legalização de partidos políticos e a obrigatoriedade de seu âmbito nacional (FRANCO, 1980). É nesse momento que a UDN é formada.

A UDN, na realidade, expressava uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista e as representações de Getúlio Vargas, tendo por isso eleito vários governadores, especialmente no Nordeste. É importante lembrar que a vida partidária brasileira entre 1945 e 1965, apesar de ao final deste período contar com treze partidos, esteve polarizada. De um lado havia os partidos aliados de Getúlio Vargas, os getulistas, o PSD e o PTB, e de outro, o principal partido antigetulista, a UDN. O Partido Comunista, apesar de ter sido legalizado em 1945, teve seu registro cancelado em 1947 e, no ano seguinte, seus parlamentares foram cassados, no Governo Eurico Gaspar Dutra. O PSD aglutinava as correntes mais conservadoras a favor de Getúlio, formada por proprietários rurais e por altos funcionários estatais. O PTB, inspirado no Partido Trabalhista do Reino Unido, aglutinava as lideranças sindicais e os operários fabris em geral (CHACON, 1998).

A UDN era, desse modo, o partido rival, liberal e antipopulista, composto pela alta burguesia e a classe média urbana, defensora do capital estrangeiro e da iniciativa privada, tendo sido a principal promotora das impugnações das vitórias eleitorais da coligação PSD-PTB nos cinco primeiros anos da década de 50 e a maior instigadora das tentativas de golpes não apenas contra Getúlio Vargas, mas também contra Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Essa forma de atuar do partido expressava, de certa maneira, suas desavenças internas. Assim, embora em todos os Estados a UDN rivalizasse com o PSD, internamente as disputas entre os grupos eram grandes, às vezes mais agudas do que a oposição ao partido adversário. Isso explica as coligações eleitorais aparentemente estranhas, geralmente com os adversários no plano nacional, PSD e PTB, ou com o partido do paulista Ademar de Barros.²¹

sugere-se consultar Boris Fausto (2008), e à história intelectual e a política brasileira, sugere-se Daniel Pécaut (1990).

21 Em 1945 Ademar de Barros se filiava à UDN; porém em 1946 cria o Partido Republicano Progressista (PRP), que pouco depois se fundiria com o Partido Popular Sindicalista e com o Partido Agrário Nacional, formando o Partido Social Progressista (PSP), que se tornou o maior partido político de São Paulo do período de 1946 a 1964, com diretórios em todos os municípios do Estado de São Paulo. Foi governador de São Paulo entre 1947 e 1951, prefeito de São Paulo entre 1957 e 1961. Após a renúncia de Jânio, foi um grande adversário político, e em 1962, durante a fase parlamentarista, o partido de Ademar (PSP) aliou-se à UDN no combate

As divergências internas da UDN podem ser agrupadas em três tendências: 1) *os oligarcas destituídos politicamente em 1930* (aqui estavam os autonomistas baianos, que defendiam posições próprias, independentes do Governo Federal, como Otávio Mangabeira); 2) *os tenentistas militares e civis* (aqui estava Juracy Magalhães); 3) *os liberais convencionais*. Assim, até sua extinção em 1964, a UDN se estabelecia como uma autêntica Arca de Noé, mas com o rumo sempre apontado para a centro-direita (CHACON, 1998, p. 15).

Essa Arca de Noé, ao se firmar inicialmente pela expressiva oposição liberal a Getúlio, foi forte principalmente em Minas Gerais, Guanabara, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. Secundária, porém com força relativa constante, no Estado do Rio, Pernambuco, Alagoas, Mato Grosso, Piauí, Santa Catarina, Sergipe e Ceará. No Estado do Rio, em virtude da hegemonia do PSD, de Ernâni Amaral Peixoto, a UDN eventualmente se aliava ao PTB. Era muito heterogênea, reunindo bacharéis, no velho estilo liberal, ao lado de conservadores mais “linha dura” e líderes populistas como Tenório Cavalcanti. Já a UDN carioca era ativíssima, com apoio na imprensa, em setores das forças armadas (os brigadeiristas tradicionais e os lacerdistas) e na igreja católica.²² Na Bahia a UDN havia resultado da fusão de basicamente duas correntes adversárias até 1937, que se aproximaram na luta contra o Estado Novo: os “juracistas” (vinculados a Juracy Magalhães, antigo “tenente” favorável à revolução de 1930), e os “autonomistas” (vinculados ao político da República Velha, Otávio Mangabeira). Em São Paulo a UDN era derrotada não apenas pelo Partido Social Democrata (PSD, também fraco no Estado), mas pelos populismos de Ademar de Barros e Jânio Quadros (FRANCO, 1980).²³

Do ponto de vista institucional, o partido era um só, apresentando um sentimento de identidade sustentado na devoção aos heróis comuns e à aversão aos inimigos comuns (a polarização antigetulista), na crença nos mesmos

ao retorno do presidencialismo, desejado pelos partidários de Goulart. Assumiu o governo de São Paulo em 1963, apoiando o golpe militar e a indicação do general Castelo Branco, entretanto foi cassado em 1966. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC – Fundação Getúlio Vargas).

22 Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC – Fundação Getúlio Vargas.

23 “Contradições e cisões acompanharam a trajetória udenista. Coexistiram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo (1953) e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1947) é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia, denuncia a “infiltração comunista” na vida pública e contesta os resultados quando perde as eleições”. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas).

princípios (antiestatismo, anticomunismo) e no estilo de entender a política pelo elitismo do “sentido de excelência”, por um lado, e pelo moralismo conservador, por outro. Assim, apesar dos conflitos e divisões internas, do ponto de vista global, a história da UDN pode ser resumida em três fases distintas. A primeira de oposição sistemática a Getúlio Vargas, principalmente quanto à política social e à intervenção do Estado na economia, predominante até o fim do segundo governo Vargas, em 1954. A segunda de denúncias de corrupção administrativa, principalmente contra a aliança governista PSD-PTB (Juscelino e Jango), que explica em parte a aproximação com o moralismo de “janista” (de Jânio Quadros), embora essa aproximação não tenha se dado com o apoio da maioria “udenista”, dividida entre Jânio e Juracy. A última fase da UDN é a do anticomunismo radical, de reaproximação com o paulista Ademar de Barros, culminando no apoio ao golpe militar e na participação ativa na deposição de João Goulart, em 1964.²⁴

Especificamente no espaço geográfico em tela, a Bahia, embora a UDN fosse muito forte e exercesse pressão em bloco na política nacional, o conflito interno entre os “juracistas” e “autonomistas” fazia com que ela se apresentasse literalmente dividida. Na realidade os “juracistas” representavam os interesses da oligarquia rural baiana, do interior, fortalecida principalmente com a interventoria de Juracy Magalhães, em 1930, que se estabeleceu buscando apoio no interior, uma vez que a oligarquia local era totalmente avessa à interferência do governo Federal. Já os “autonomistas” representavam os interesses da tradicional oligarquia, a oligarquia urbana, os coronéis urbanos, principalmente de Salvador e Ilhéus, contrários às mudanças impostas pelo centralismo de Vargas (PINHEIRO, 1999, p. 66-68). É dentro desse contexto que se movimentou a elite política e intelectual baiana até meados do século XX.

No final dos anos de 1950 uma grande aliança foi estabelecida na Bahia entre a UDN juracista e seus históricos adversários, oriundos do velho autonomismo, herdeiros de Otávio Mangabeira e Ernesto Simões Filho, em

24 Após a extinção dos partidos em 1964, a maior parte dos políticos da UDN migrou para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Carlos Lacerda e Kubitschek criam um movimento de redemocratização do país, denominado *Frente Ampla*, com apoio de João Goulart. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas; Fábio Koifman (Org.), 2002). “Dois partidos surgiram com a dissolução dos treze partidos anteriores: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A primeira reunindo basicamente udenistas e pessedistas (filiados ao PSB), com adesistas dos mais variados tipos, e o segundo unindo os discordantes do golpe-revolução de 1964, sobretudo petebistas (filiados ao PTB), com alguns pessedistas e raros udenistas e demais.” (CHACON, 1998, p. 191)

torno da implantação de um projeto industrializante no Estado. Assim, em 1958 a UDN se torna hegemônica e Juracy Magalhães é eleito governador. Em 1960, em função da disputa entre Juracy Magalhães e Jânio Quadros pela indicação do candidato da UDN para a presidência da República, acirram-se as rivalidades dentro do partido. No plano nacional a UDN ficava dividida entre os que apoiavam Juracy, candidato também de Juscelino Kubitschek (PDS), e os que defendiam Jânio, candidato do Partido Democrata Cristão (PDC) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB), apoiado por um dos principais líderes da UDN, Carlos Lacerda, à época governador da Guanabara e posteriormente um dos instigadores da renúncia do próprio Jânio. Essa divisão vai movimentar também a UDN baiana, promovendo novas articulações. Em 1963 Antônio Lomanto Júnior, do grupo dos autonomistas aliado a Otávio Mangabeira, sucede Juracy no governo da Bahia, que na época contava também com sustentação do PTB “janguista” (de João Goulart).²⁵ Logo após as eleições cresceram as tensões entre posições nacionais que haviam apoiado Lomanto Júnior, alinhadas a Jango, e as alianças locais da UDN, anticomunistas, juracistas e autonomistas. Até o golpe de 1964 aumentam as influências de Juracy Magalhães no governo da Bahia, que já naquele momento acompanhava a posição nacional “udenista” a favor da intervenção dos militares para afastar João Goulart. Assim, com apoio de Antônio Carlos Magalhães, na época presidindo a UDN baiana, o governo da Bahia, sob o comando de Lomanto Júnior, apoia o golpe militar e a deposição de João Goulart.

MILTON SANTOS E SUAS OBRAS (1948-1960)

Com o quadro descrito acima é possível agora retornar à biografia de Milton Santos e melhor contextualizar a atuação e movimentação do autor no mundo político e intelectual do período, assim como suas opções profissionais até 1964. É possível igualmente avaliar com mais acuidade não apenas as obras que produziu no primeiro período, mas sua extensa e diversificada produção intelectual, uma vez que os lugares não apenas oferecem potencialidades de reprodução social como também são internalizados,

25 Antônio Lomanto Júnior (baiano) elege-se por duas vezes prefeito de Jequié e deputado estadual, antes de assumir o governador da Bahia, entre 1963 e 1967. Apoiou o regime militar em 1964, tornando-se uma das lideranças da ARENA sob o comando de Antônio Carlos Magalhães. (CHACON, 1998, p. 191).

compondo matrizes interpretativas. Assim, apesar de, ao longo do tempo, Milton Santos ter se afastado do regionalismo baiano, sua rede de relações, seu pensamento como um todo e sua forma de interpretação de mundo podem ser mais bem entendidos se não forem desconsiderados os condicionantes geográficos da Bahia. É a partir da Bahia que ele se lança no Brasil e no mundo, passando a percorrer outros contextos geográficos que vão sendo associados ao contexto baiano, renovando-os e ampliando-os. Isso não significa, contudo, a defesa de um determinismo histórico-espacial como orientação de análise, mas sim a tentativa de demonstrar que os lugares são dimensões fundamentais para a apreensão do sentido do pensamento, de sua raiz e essência.

Milton Santos, conforme visto, tem sua vida profissional e intelectual iniciada dentro desse contexto baiano. Após concluir o curso de Direito em Salvador, em 1948, passou a morar também em Ilhéus e a vir com frequência ao Rio para participar do curso de férias do IBGE e das reuniões da AGB, que aglutinava naquele momento os geógrafos do eixo Rio-São Paulo para a realização de pesquisas de campo, discussões e apresentações de trabalhos, reuniões com políticos para avaliação de estratégias de planejamento etc. Assim, durante o início dos anos de 1950, morando em Salvador e Ilhéus e visitando o Rio de Janeiro, Milton Santos dividia seu tempo, principalmente, com a política, com as aulas e pesquisas em Geografia humana e com as atividades jornalísticas, ele mesmo um jornalista profissional. Em Ilhéus, inicialmente, leciona no Colégio Municipal de Ilhéus e advoga Direito Penal e Direito Comercial Marítimo. Posteriormente torna-se correspondente da Zona do Cacau para o importante jornal de Salvador *A Tarde*, de propriedade de Ernesto Simões Filho, do então grupo autonomista baiano, o que possibilita a redação do seu livro *Zona do Cacau*, publicado em 1955 (SANTOS, 2000, 2004). Ainda em Ilhéus conhece Jandira Rocha, com quem tem seu primeiro filho, Milton Santos Filho.

Escrevendo com regularidade para esse jornal, Milton Santos deixa Ilhéus e vai morar apenas em Salvador, entre 1955 e 1956. Em finais dos anos de 1950 torna-se redator do jornal *A Tarde* e, posteriormente, um dos responsáveis pelo seu editorial, expressando, desse modo, a opinião institucional do jornal. Também é em finais dos anos de 1950 que assume a direção da Imprensa Oficial do Estado da Bahia, no segundo mandato do udenista Juracy Magalhães (SANTOS, 2000, 2004). É interessante observar que Milton Santos não apenas trabalhou, mas sobretudo assumiu cargos de

comando tanto no setor privado – no jornal *A Tarde*, de expressão da oligarquia urbana baiana, dos udenistas autonomistas – quanto na administração pública, na Imprensa Oficial da Bahia, onde são divulgados os atos, normas e programas de governo, no mandato de Juracy Magalhães, representante da oligarquia rural baiana, naquele momento aliado aos adversários autonomistas.

Em finais da década de 40 e início da década de 50, Milton Santos passaria, então, a sair da Bahia e vir com frequência para o Rio e posteriormente para São Paulo, ampliando e diversificando sua rede de relações. Nas capitais carioca e paulista estabeleceu contatos mais estreitos com os geógrafos, políticos e intelectuais franceses e de todo o território brasileiro. Em 1956 vem ao Rio para participar do XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional (UGI), estreitando contato com o geógrafo francês Tricart, que o convidou para fazer o doutorado na França, convite prontamente aceito.

Assim, em 1958 Milton Santos defendia sua tese na Universidade de Strasbourg, sob orientação de Tricart e Etienne Juillard. Em 1959, sob o título *O centro da cidade de Salvador: estudo de Geografia urbana*, a tese foi publicada no Brasil, pelo programa editorial da Universidade da Bahia.²⁶ Antes de retornar ao país, Milton Santos viajou para Portugal, Espanha e África. Com apoio do governo francês, conseguido por Tricart em 1958, Milton Santos teve a oportunidade de conhecer diversos países africanos, que na época deixavam de ser colônias francesas. A África seria novamente por ele visitada, primeiramente no governo Jango, quando foi enviado em missão política para conversar com diversos presidentes, e posteriormente no período do exílio (SANTOS, 2000, 2004; SILVA, 2002). As experiências europeia e africana foram fundamentais para o autor e podem ser claramente percebidas no último livro dessa primeira fase, publicado em 1960, *Marianne em preto e branco*.

Após seu retorno do doutorado na França, conhece o então reitor da Universidade Federal da Bahia, Edgard Santos, que o encarrega de organizar um grupo de pesquisa, em cujo nome, entretanto, não deveria constar a palavra Geografia, uma vez que a direção não seria dos professores da Universidade. Assim, com o apoio do reitor e de Tricart, que estava naquela

²⁶ Esta tese foi também incluída entre as publicações do Instituto de Altos Estudos da América Latina, da Universidade de Paris, por Pierre Monbeig, diretor do Instituto naquele momento, que escreveu o prefácio da edição francesa (ver Milton Santos, 1959).

oportunidade em Salvador representando a Cooperação Técnica Francesa, Milton Santos criou o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, em 1959. Nesse mesmo ano organizou o IV Colóquio Internacional Luso-Brasileiro, com o patrocínio da Universidade da Bahia e da UNESCO, que reuniu professores de várias partes do mundo no campo da Geografia e das Ciências Sociais (SILVA, 2002). Assim, ampliou sua rede de relações e passou a realizar pesquisas, publicar livros, convidar colegas, estrangeiros, principalmente franceses, e brasileiros, com destaque para os paulistas, como Aroldo de Azevedo, Araújo Filho, Aziz Ab'Saber etc. Entre 1956 e 1960, esteve vinculado à Universidade Católica da Bahia, lecionando Geografia humana, e nos anos 1960-1961, à Universidade Federal da Bahia, também como professor de Geografia humana (SANTOS, 2000, 2004, SILVA, 2002).

Com o doutoramento, a criação do Laboratório e, sobretudo, suas “experiências geográficas” no Rio, São Paulo, Europa e África, Milton Santos passou a ter presença marcante na vida acadêmica e nas atividades jornalísticas e políticas de Salvador. De modo que, no início dos anos 60, já se destacava na sociedade baiana, com articulações estabelecidas no importante jornal da cidade, *A Tarde*, no governo do Estado, na Imprensa Oficial e agora na Universidade Federal como catedrático. Por meio dessas atividades começava também a ser reconhecido nacionalmente. Durante os primeiros anos da década de 1960, a partir da Bahia, Milton Santos preparou, então, sua inserção no cenário político e intelectual brasileiro e internacional.

Em maio de 1960, na campanha para a sucessão presidencial, acompanha Jânio Quadros a Cuba, para a comemoração do primeiro aniversário da Revolução. Naquele momento crescia no país o eleitorado do PTB e o peso da classe média, que via em Jânio uma saída para o combate à inflação e à corrupção, uma vez que construía sua imagem como um político austero e moralista. No ano seguinte, em 1961, com Jânio já na presidência, Milton Santos é nomeado por ele seu representante na Bahia. Conforme depoimento do próprio Milton Santos, ele era o representante pessoal de Jânio, era a pessoa que Jânio consultava para tomar decisões, inclusive para nomear reitor (SANTOS, 2004, p. 57).²⁷

27 Conforme documento depositado no CPDOC, FGV, no Rio de Janeiro, em 1961, Milton Santos era chefe de Gabinete Civil da Bahia. Correspondência entre Clemente Mariani (então ministro da Fazenda), Milton Santos e Juracy Magalhães Júnior (então chefe do Gabinete Civil da

É verdade que todos os jornalistas que foram com ele naquela viagem foram contemplados (...). Rubem Braga foi nomeado adido cultural e eu fui nomeado representante do presidente na Bahia. Eu deveria ter sido nomeado embaixador em Gana, só que no início do governo estava na França (...). Ele queria nomear um negro (...) então nomeou outro negro, Raymundo de Souza Dantas, pra embaixador em Gana. Quando eu cheguei, ele me disse: 'A imprensa está dando que nomeei um embaixador negro em Gana e que isso é pouco. Você vai ser embaixador na Suécia, mas por enquanto fique na Bahia.' Mas não deu tempo de ir para a Suécia, porque ele renunciou. (SANTOS, 2000, p. 84).

Nesse momento ele já estava cercado pelo Partido Comunista, que produzia ideias e discursos (SANTOS, 2000, 2004). É possível, então, afirmar que é nesse período que ocorreu a ida de Milton Santos para a esquerda. Não só sua visita a Cuba, mas também sua aproximação com os comunistas brasileiros e franceses começaram a afastar Milton Santos de suas bases políticas originárias da UDN, que agora vivia sua fase de anticomunismo radical.

Com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, Milton Santos, apoiado por amigos ligados a Jango, se afasta do mundo universitário e se dedica às atividades políticas e de planejamento. Com uma missão diplomática, viajou novamente para a África e passou a se relacionar com vários políticos vinculados aos movimentos de descolonização. Em 1962, assumiu a presidência nacional da AGB em Penedo, Alagoas, com o apoio de Caio Prado Júnior, na época editor da *Brasiliense* e frequentador das reuniões da AGB, um espaço intelectual muito importante. No ano seguinte, em 1963, é nomeado chefe da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia, no governo Antônio Lomanto Júnior, que havia sido seu colega de colégio e naquele momento contava com o apoio dos comunistas de João Goulart. Um grande grupo do Partido Comunista trabalhava diretamente com Milton Santos na Comissão. Segundo seu depoimento, também nesse período vinha com frequência ao Rio e visitava Guerreiro Ramos e Josué de Castro, na época deputados pelo PTB. (SANTOS, 2000, 2004).

Logo após as eleições para governador, em 1963, cresceram na Bahia tensões entre posições nacionais que haviam apoiado a candidatura de Lomanto Júnior, alinhadas a Jango, e alianças locais da UDN, anticomunistas,

Presidência da República), sobre a criação da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e repercussão das normas implantadas na comercialização do cacau, ilustra a atividade de Milton Santos no cenário político baiano da época (Manuscrito; Classificação: CMa F c 1961.02.22/2; Série: F – Ministro da Fazenda; Subsérie: c – Correspondência; Data de produção: 22/2/1961 a 21/7/1961. Arquivo: Clemente Mariani (Cma).

juracistas e autonomistas. Até o golpe de 1964 aumentam as influências de Juracy Magalhães no governo da Bahia, que já naquele momento acompanhava a posição nacional “udenista” a favor da intervenção dos militares para afastar João Goulart. Assim, com o apoio de Antônio Carlos Magalhães, na época presidindo a UDN baiana, o governo da Bahia, sob o comando de Lomanto Júnior, apoia o golpe militar e a deposição de João Goulart, em 1964. Contra o governo Goulart unificaram-se proprietários de terras, interesses norte-americanos, a maioria das forças armadas, a UDN, parte do Partido de Ademar de Barros e outros menores, além de várias entidades civis, ocorrendo crescentes adesões de elementos militares e civis, que temiam “imminente perigo comunista”.

Milton Santos, naquele momento muito envolvido com o governo Goulart e presidindo a Comissão de Planejamento Econômico da Bahia, no governo Antônio Lomanto Júnior, acabou sendo preso juntamente com seus assessores comunistas. Após cem dias na prisão, foi liberado e submetido à chamada ‘prisão domiciliar’, quando, com problemas cardíacos e auxiliado pelo banqueiro Miguel Calmon, deixou o país, aos 38 anos de idade. A turma dos alunos do geógrafo francês Pierre George, juntamente com Tricart e Jaqueline Beaujeu-Garnier, articulou sua ida para a França, a fim de lecionar (SANTOS, 2000, 2004).²⁸ Seu irmão Nailton Santos, que em 1964 era diretor da SUDENE junto com Celso Furtado, também vai para a França, ajudado por Otavio Ianni. Com o episódio do exílio, Milton Santos iniciaria uma segunda fase de sua vida e obra, simbolizada pela publicação, em 1965, do livro *A cidade nos países subdesenvolvidos*, também pela Civilização Brasileira. Um Milton Santos diferente, que deixava para trás a Bahia, o Brasil, sua antiga visão de mundo e conseqüentemente sua antiga visão política, fazendo também “a crítica do preconceito”, conforme suas próprias palavras, transcritas na epígrafe deste texto.

OBSERVAÇÕES SOBRE A “ZONA DO CACAU: INTRODUÇÃO AO ESTUDO GEOGRÁFICO”

Das obras de Milton Santos nessa primeira sessão, merece atenção e destaque a obra *Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico* (1955), por

28 Milton Santos lecionou primeiro em Toulouse, Bordeaux, onde conheceu Marie-Hélène, geógrafa que se tornaria sua companheira e com quem teria o filho Rafael, em Paris. Após sete anos na França, foi para os Estados Unidos, Canadá, Venezuela, Peru e Tanzânia, retornando ao Brasil em 1977.

apresentar não apenas o envolvimento do autor com a temática regional como também a essência de seu pensamento no período. Um pensamento geográfico, rico, inovador, mas ainda muito amarrado ao cenário político-espacial baiano de meados da década de 1950, visão preconceituosa que vai sendo transformada à medida que o autor amplia seu percurso espacial, que realiza suas viagens fora do Estado, principalmente para grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, e para o mundo.

Esta obra apresenta uma caracterização da zona cacauífera da Bahia na década de 1950, que, naquela época, representava 95% da produção do cacau nacional, ocupando o 2º lugar na estatística mundial. Conforme o próprio autor, o cacau era a base da economia baiana, e bem mais da metade do orçamento do Estado advinha da cultura do cacau. Assinalando a ignorância da Bahia sobre a importância do cacau, Milton Santos resolve escrever sobre a Zona do Cacau baiana a partir de uma visão de conjunto, mostrando que a produção do cacau envolve uma ampla rede de relações econômicas, sociais e psicossociais. Na realidade, Milton Santos operava com a Geografia regional funcionalista francesa, com conceitos de região e de gênero de vida, produto da relação do homem com a terra, e identificava a Zona do Cacau com um todo vivo, harmônico e dinâmico. E, de maneira espetacular e inovadora, apresentava um rico quadro sobre a dinâmica econômica, política e social da Bahia.

Milton Santos organiza o livro em 12 partes. I) A Zona do Cacau: região e zona; II) O cacau e o quadro natural; III) A cultura do cacau; IV) Povoamento e População; V) O habitat rural; VI) Problemas de Geografia urbana: evolução dos transportes e classificação funcional das aglomerações; VII) Os transportes; VIII) O comércio do cacau: internacional e local; IX) A industrialização do cacau; X) Alimentação na zona cacauífera; XI) Tipos humanos: fazendeiro, explorador, banqueiro, trabalhador; XII) Dados estatísticos.

O autor inicia a obra com sua classificação para a Zona do Cacau, que se diferenciava da classificação do IBGE; inclui alguns municípios e exclui outros, justificando sua delimitação (uma referência a Josué de Castro). Apresenta em seguida uma descrição da localização e do quadro natural da Zona do Cacau, o clima, a floresta, o solo etc., assim como a relação entre os elementos naturais desse quadro natural e a reação do cacau nesse cenário. Aqui, além de detalhes das características físicas, são também traçadas ricas paisagens da Zona do Cacau, onde as formas, cores e odores saltam do texto.

Para traçar a cultura do cacau, Milton Santos apresenta em detalhes as práticas mais comuns do plantio, para depois explorar e exemplificar a dinâmica da cultura cacauzeira, por meio de um estudo de caso. Assim, um estudo de caso sobre uma importante fazenda de cacau, na época, explora e extrai exemplos da produção, da cultura, das técnicas, dos trabalhadores, da comercialização, da alimentação etc.

Voltando à escala zonal, Milton Santos traça um quadro do povoamento, da população, das habitações, associando-o ao papel econômico e cultural do cacau. Grande destaque é dado à história do território do cacau, remontando aos primórdios da formação do Estado, a partir das capitânicas hereditárias, São Jorge de Ilhéus e Porto Seguro. Nessa leitura histórica, sustentado em Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), o visconde de Porto Seguro, militar, diplomata, historiador e importante intelectual do Império, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, filho de uma portuguesa e um alemão, Milton Santos apresenta um interpretação do povoamento das capitânicas, em que são ressaltadas as bravuras do bandeirantismo, o esforço do colonizador português, as ações de Mem de Sá, a atuação dos “jagunços” como responsáveis pelo desbravamento das matas e o desenvolvimento de lavouras do cacau. Segundo Milton Santos, todos, de forma diferenciada, foram importantes no combate aos indígenas, considerados pelo autor como um grande entrave à penetração do povoamento e ao aproveitamento dos recursos econômicos da região.²⁹

29 Apenas para ilustrar o pensamento conservador e preconceituoso de Milton Santos nessa primeira fase, serão extraídas partes do livro *Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico*, edição revista pelo autor, 1957. Contudo, cabe uma observação: naquele momento, diante das realidades intelectuais, políticas e espaciais da Bahia, cenário prioritário de formação, desenvolvimento e trabalho de Milton Santos até 1955, era muito pouco provável que a elite intelectual baiana, à qual o autor pertencia, apresentasse uma visão diferenciada.

“Por outro lado, os índios eram implacáveis nos seus ódios contra os portugueses e levantaram-se, a cada instante, contra estes, destruindo o que encontravam pela sua frente e desencorajando os povoadores” (p. 41).

“Deu nesta terra esta praga dos Aimorés, a feição que não há aí já mais que 6 engenhos, e estes não fazem açúcar, não há morador que ou se plantar canas, porque em indo os escravos ou homens ao campo não escapam a estes alardes.... e tem a terra quase despovoada, a qual se despovoará de todo, se Sua Majestade com muito instância não lhe valer” (Citação de um cronista a respeito da regressão do povoamento da Capitania de Ilhéus, por Milton Santos, p. 41).

“Puderam, todavia, os moradores, durante algum tempo, trabalhar com algum sossego e produzir a sua mercadoria, graças à intervenção salvadora do governador geral Mem de Sá, que expulsou, por algum tempo essa calma essa paz. Voltaram os índios a exercer a sua pernicioso influência e somente nos fins do século XVII (...) é que recomeçará, de maneira seguida, o povoamento de tão importante e rica região” (p. 41-42).

A partir de então, inicia a discussão sobre a dinâmica urbana na Zona do Cacau, que denomina de “problemas de Geografia urbana”. São tratadas a evolução dos transportes e as consequentes mudanças de hierarquia das cidades. É interessante observar que a entrada interpretativa do autor para o estudo da urbanização e da rede de cidades da Zona do Cacau é realizada a partir do estudo das técnicas, traço marcante em suas análises geográficas. O autor apresenta um quadro da Zona do Cacau antes do transporte mecânico, a chegada da ferrovia, o papel das rodovias e as cidades nesses contextos, em busca de uma classificação e hierarquia das cidades a partir do desenvolvimento econômico do cacau. De fato, pode ser observada em sua interpretação uma associação da abordagem mais naturalista e da síntese predominante no período, advinda da Geografia regional francesa, com a perspectiva funcionalista, voltada para os estudos econômicos e funcionais dos centros urbanos, ainda muito incipiente e inovadora nos estudos geográficos naquele momento.

Em seguida, para indicar a dinâmica e o impacto resultante do cacau na região, o autor apresenta os objetos técnicos, como os meios de transportes, os portos, as rodovias, as ferrovias, os aeroportos, o comércio internacional, o comércio local e a industrialização do cacau. Em seguida, dedica-se à alimentação dos trabalhadores da zona cacauzeira, buscando identificar não apenas comportamentos culturais como também carências nutricionais. Referências são feitas às obras de Josué de Castro *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*, publicadas respectivamente em 1946 e 1951. Por último identifica os tipos humanos (uma forma de identificação das classes sociais) que caracterizavam e sintetizavam a dinâmica social da então Zona do Cacau, o fazendeiro, o exportador, o banqueiro e o trabalhador.

“Em Porto Seguro, como de resto em todo o sul do Estado, era a praga do gentio o principal empeco ao progresso e desenvolvimento da colonização. Pero do Campo viu-se, pro várias vezes atrapalhado com os Tupiniquins, que lhe matavam muita gente, destruíam-lhe as lavouras, destroçando o trabalho de meses seguidos, até que pazes duradouras foram, com os índios, em boa hora concertadas. Valeu-se desta aliança, por outro lado, a inimizade dos Aimorés, com quem travariam terríveis e sangrentas lutas.” (p. 43).

“... os jagunços, apesar de proscritos pela justiça, e assalariados por aventureiros, sequiosos de fortuna fácil, foram, também, responsáveis pelo desbravamento das matas do cacau, exterminando os indígenas que, desde os primeiros séculos, constituíram um entrave à penetração do povoamento e aproveitamento dos inesgotáveis recursos econômicos da ubérrima região.” (Menção a João Batista Alves de Macedo, um jovem estudioso da evolução social e econômica do sul da Bahia no período. Citação de um cronista a respeito da regressão do povoamento da Capitania de Ilhéus, por Milton Santos, p. 45).

Com essa obra, Milton Santos não apenas expressa seu conhecimento e envolvimento no contexto político-econômico e geográfico baiano como também entra de forma efetiva no campo científico da Geografia brasileira, pela qualidade de seus dados, informações e interpretação espacial. Uma interpretação que já demonstrava um cruzamento de influências entre a Geografia regional francesa e os estudos geográficos funcionalistas do período, fruto de sua dedicação à Geografia, principalmente de suas atividades docentes na Bahia, dos estudos realizados no Rio de Janeiro, nos cursos oferecidos pelo IBGE, e das relações profissionais que passavam a estar cada vez mais estreitadas entre geógrafos franceses, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em seguida, em 1958, sua tese de doutorado é publicada na Universidade de Strasbourg, sob orientação de Tricart e Etienne Juillard, um estudo sobre o centro de Salvador, agora voltado para a dinâmica interna da cidade. Trata-se de um Milton cada vez mais urbano e prestes a perceber seu pertencimento à cultura brasileira. É justamente quando viaja para a Europa e, posteriormente, para a África, escrevendo, ao retornar ao Brasil, *Marianne em Preto e Branco*, em 1960, publicação que retrata notas colhidas nas excursões realizadas na Europa e África, em 1957-1958, em formato de diário de viagem, na qual definitivamente o autor toma consciência de que “Negro ou não, na África eu era mesmo brasileiro”. (SANTOS, 2000, p. 99-100).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O senso geográfico foi o guia interpretativo deste artigo. Sustentando-se em Edward Said (2003) e Chris Philo (1996), que de forma diferenciada defendem que a relação entre história e cultura é mediada e influenciada pelo senso espacial, procurou-se reconstituir o território da vida e obra de Milton Santos, o ambiente do autor, como cenários interpretativos de seus pensamentos e contribuições. O espaço geográfico foi aqui entendido como um conjunto de formas e objetos espaciais com temporalidades diferentes, pelas quais, e entre as quais, os homens se movimentam, possibilitam encontros e estabelecimentos de redes sociais de natureza diversa, políticas, econômicas, intelectuais, de trabalho e de amizade, que se alimentam reciprocamente. Assim, a Geografia como materialidade, o ambiente global da reprodução social, isto é, o espaço geográfico, foi aqui caracterizado como sugere Milton Santos (1996), as paisagens mais a vida que as anima (o que inclui também instituições, normas políticas e culturais, a estética dos lugares etc.).

Para sustentar essa entrada analítica, logo na primeira parte deste artigo foi apresentado um relato de Milton Santos, demonstrando a importância das viagens em seu pensamento. Em seguida foram levantadas as obras do autor e estabelecida uma classificação, não em área temática dos campos científicos, como tem sido mais comumente realizada. Esta classificação foi estabelecida justamente pelas relações que as obras apresentam entre os lugares de vida de Milton Santos e a estrutura de pensamento predominante em cada período. Podem ser percebidas três grandes fases ou sessões em sua produção intelectual, a *Bahia* (1948-1960), o *Exílio – o Mundo* (1965-1987) e *São Paulo – Globalização* (1965-1987).

O artigo ora desenvolvido se limitou a discutir e apresentar a primeira fase (1948-1960), que caracteriza um Milton Santos regionalista, baiano e muito marcado por um pensamento político conservador da elite baiana do período. O cenário político da Bahia traçado teve a intenção de auxiliar o entendimento da produção intelectual do autor, assim como o seu percurso espacial no período, retratado no mapa da Figura 1. Para ilustrar e demonstrar a hipótese e a metodologia de trabalho desenvolvida, foi comentada a obra *Zona do Cacau*, importante por apresentar não apenas o envolvimento do autor com a temática regional como também a essência de seu pensamento no período. Um pensamento geográfico rico, inovador, mas ainda muito amarrado ao cenário político-espacial baiano de meados da década de 1950, visão preconceituosa que vai sendo transformada à medida que o autor amplia seu percurso espacial, que realiza suas viagens fora do Estado, principalmente para grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, e para o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos avançados* [online], v. 11, n. 29, p. 169-194, 1997 [cited 2011-10-03]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40141997000100009&lng=en&nrm=iso>).
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora UNB, 3ª edição ampliada e atualizada, 1998.
- CPDOC/FGV. Manuscrito; Classificação: CMa mf c 1961.02.22/2; Série: mf – Ministro da Fazenda; Subsérie: c – Correspondência; Data de produção: 22/2/1961 a 21/7/1961. Arquivo: Clemente Mariani (CMA).

- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>, [30 de março de 2011].
- ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. VI, n. 124, set. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124g.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2014.
- DARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970, 207 p.
- FAUSTO, Boris. *História da civilização brasileira, o Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*, Tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 718 p.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, 276 p.
- GOMES, João Carlos Teixeira. *Memórias das trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- KOIFMAN, Fábio (org.). *Presidentes do Brasil*. Departamento de pesquisa da Universidade Estácio de Sá. São Paulo: Cultura, 2002.
- MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri-Faperj, 2009.
- MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu, 1800-1900*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *A literatura vista de longe*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.
- PANDOLFII, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, 348 p.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, 335 p.
- PHILO, Chris. “História, Geografia e o ‘mistério ainda maior’ da Geografia histórica”. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 269-298.
- PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: atraso e personalismo. *Revista Ideação*, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, 1999.
- RIBEIRO, W. C. Milton Santos: aspectos de sua vida e obra. El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona,

- vol. VI, n. 124, set. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124a.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2014.
- SAID, Edward. *The World, the Text and the Critic*. Londres: Faber and Faber, 1983.
- _____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 349 p.
- _____. *Fora do lugar: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 127 p.
- SANTOS, Milton. *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas*. Imprensa Oficial da Bahia, 1948, 105 p.
- _____. *Estudos sobre geografia*. Salvador: Tipografia Manú, 1953.
- _____. *Os estudos regionais e o futuro da geografia*. Tese (livre docência). Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1953, 98 p.
- _____. *Ubaitaba: estudo de Geografia urbana*. Salvador: [s.n.], 1954, 15 p.
- _____. *Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, Artes Gráficas, 1955, 110 p.
- _____. *O papel metropolitano da cidade de Salvador*. Bahia, Conferência no Instituto Brasileiro de Geografia (Secção da Bahia), 25 abr. 1956, 19 p.
- _____. *Estudos de geografia da Bahia: geografia e planejamento*. Salvador: Universidade da Bahia, 1958, 243 p.
- _____. *O centro da cidade de Salvador: estudo de Geografia urbana*. Salvador: Progresso, 1958.
- _____. *Rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial, 1959.
- _____. *A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959, 28p.
- _____. *O centro da cidade de Salvador: estudo de Geografia urbana*. Publicações da Universidade da Bahia, 1959, 196 p.
- _____. *Marianne em preto e branco*. Salvador: Progresso, 1960, 112 p.
- _____. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Série: Perspectivas do homem, 1965, 175 p.
- _____. *Aspects de la géographie et de l'économie urbaines des pays sous-développés*. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1969.
- _____. *Dix essais sur les villes des pays sous-développés*. Paris: Les Procédés Dores, 1970, 121 p.
- _____. *Les villes du Tiers Monde*. Paris: M-Th. Génin, 1971.
- _____. *Modernisations et "espaces dérivés"*. Colaboração Georges Coutsinas e outros, mimeo, 1971.
- _____. *Le métier de géographe en pays sous-développé: un essai méthodologique*. Paris: Ophrys, 1971, 119 p. (Coleção Lysia e Nilo Bernardes (PGG)).

- _____. Dimension temporelle et systèmes spatiaux dans les pays du Tiers Monde. *Tiers Monde*, v. 13, n. 50, p. 247-268, abr./jun, 1972.
- _____. *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados*. Barcelona: Oikos-Tau, 1973.
- _____. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978, 157 p.
- _____. *Espaço e dominação*. São Paulo: AGB, 1978.
- _____. *Trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978, 113 p.
- _____. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978, 119 p.
- _____. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: RATTNER, Henrique (Org). *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 143-161.
- _____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979, 156 p.
- _____. *Espaço dividido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979, 167 p.
- _____. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1980, 125 p.
- _____. *Manual de Geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982, 58 p.
- _____. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982, 194 p.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985, 88 p.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987, 142 p.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988, 12 p.
- _____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Nobel, 1990, 117 p.
- _____. Depoimento concedido a Armen Mamigonian, Ewerton Vieira Machado, Maria Dolores Buss e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira. *Revista Geosul*. Santa Catarina: UFSC, n.12/13, ano VI, 1º semestre, 1992, p. 170-201.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993, 157 p.
- _____. *O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.
- _____. *O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano* (coautoria Maria Adélia de Souza, entre outros). São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.
- _____. *Território, globalização e fragmentação* (coautoria Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira). São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, EDUC, 1994, 145 p.

- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.
- _____. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos (entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, 127 p.
- _____. Testamento intelectual/Milton Santos; entrevistado por Jesus de Paula Assis, colaboração Maria Encarnação Spósito. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- SANTOS, Milton; TRICART, Jean et. al. *Problemas de Geografia urbana na zona cacauzeira bahiana*. Bahia: s/n., 1956, 25 p.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. et. al. *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001, 471 p.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo: um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema), CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983, 620 p.
- SILVA, Maria Auxiliadora da. Milton Santos: a trajetória de um mestre. El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, set., v. VI, n. 124. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124f.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

Moacir Silva e a Geografia dos transportes no Brasil

Adriana de Melo Simas¹

Monica Sampaio Machado²

O objetivo central deste trabalho é apresentar e discutir a contribuição de Moacir Malheiros Fernandes Silva para a Geografia brasileira. Apesar de formado em Engenharia, Moacir Silva, durante sua vida profissional, esteve muito envolvido com os estudos geográficos, prestando grande tributo à Geografia dos transportes no Brasil. Pouco conhecido pela nova geração de geógrafos, o autor desenvolveu trabalhos ricos e importantes não apenas do ponto de vista histórico da Geografia e do Brasil, mas sobretudo do ponto de vista metodológico para a Geografia dos transportes.

Sua contribuição para o estudo dos transportes é significativa, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, quando a questão da integração territorial nacional recebeu um grande destaque.³ Suas observações e propostas para o Brasil buscavam, assim, integrar o País a partir da implantação e desenvolvimento de uma malha ferroviária e rodoviária interna adaptada às diferentes realidades regionais. Conforme será visto, para apresentar e discutir os transportes, Moacir Silva partia de um amplo e rico levantamento e descrição do espaço geográfico. Esta descrição merece destaque não apenas pela qualidade dos dados apresentados e do seu valor histórico,

1 Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ). Pesquisadora do GeoBrasil. (adrianams@gmail.com)

2 Doutora em Geografia humana pela Universidade de São Paulo. Professora Associada do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq-2. Bolsista do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado JCNE (FAPERJ). monica.sampaio@pq.cnpq.br)

3 Vale mencionar, contudo, que a primeira produção importante de Moacir data de 1925, *Hythergraphos do Brasil*, tese apresentada à colenda congregação do internato do Colégio Pedro II. Outras produções também merecem menção como: *Kilometro Zero: caminhos antigos, estradas modernas, rodovias cariocas, irradiação rodoviária do Rio de Janeiro*, 1934; e *Pneu Versus Trilho*, 1937. Da década de 1940 em diante, além dos artigos publicados pelo IBGE, Moacir Silva publica também os livros: *Roda e Asa*, 1941; *Geografia dos transportes no Brasil*, 1949; *Geografia dos preços*, 1957; *Estradas de ferro do Brasil*, 1963.

mas sobretudo pela interface que o autor estabelece entre a perspectiva geográfica, histórica e geopolítica.

Neste artigo será dada prioridade à apresentação e análise dos estudos de Moacir Silva veiculados na Revista Brasileira de Geografia (RBG), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 1939 e 1947. Antes, contudo, breves considerações biográficas sobre o autor serão oferecidas, assim como observações sobre as transformações econômico-espaciais experimentadas pelo Brasil no período, que contextualizam a dedicação do autor à temática da integração nacional.

MOACIR SILVA, BREVES NOTAS BIOGRÁFICAS

Moacir Malheiros Fernandes Silva, filho de João José Fernandes Silva e Margarida Malheiros, nasceu no Rio de Janeiro em 1891. Estudou no Colégio Pedro II e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se formou em Engenharia Civil, em 1919.⁴ Exerceu vários cargos públicos importantes, construindo uma extensa carreira na administração pública, sendo reconhecido como um dos principais especialistas na área dos transportes da primeira metade do século XX.

Foi engenheiro do Serviço de Controle de Secas, em 1919, da Estação Meteorológica do Ministério da Agricultura, entre 1921 e 1922, e do Departamento de Estradas e Rodagens Federais, entre 1926 e 1931. Em 1931, foi nomeado técnico consultor da Viação pelo então Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, tornando-se membro da Comissão que elaborou o Plano Geral de Viação Nacional de 1934. Nesse Ministério participou da equipe que executou o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, que “correspondeu ao quinto censo da população; ao segundo censo da agricultura e da indústria e ao primeiro levantamento do comércio, dos transportes e comunicações, bem como dos serviços”.⁵

Em 1937, integrou o quadro permanente do Conselho Nacional de Geografia (Conselho que formaria em 1939 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE), como Consultor Técnico da 36ª seção, Geografia

4 HILTON, Ronald. *Who's Who in Latin America: Part VI. Brazil*: Stanford University Press, 1948, p. 234. CORREIO DA MANHÃ, quarta-feira, 25 fev. 1931. (Acervo Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pagfis=6025&pesq=hythergraphos>. Acesso em: 9 abr. 2014.

5 <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>>.

dos transportes. Foi também professor no Colégio Pedro II e Inspetor Geral do Sistema Elétrico de Iluminação do Rio de Janeiro entre 1944 e 1945.⁶

A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA E OS ESTUDOS DE MOACIR SILVA

Nas décadas entre 1930 e 1950, o Brasil passava por grandes transformações econômico-espaciais, advindas do processo de modernização e industrialização estabelecido no primeiro Governo Vargas, 1930-1945. Uma das inúmeras metas do Governo era criar e consolidar o mercado nacional, estabelecendo condições para a circulação dos fluxos de matéria-prima, da força de trabalho e dos bens industriais.

Portanto, para a viabilização desse modelo industrializante, o desenvolvimento viário era imprescindível. Assim, entre 1930 e 1945 os estudos de viabilidade e implantação do sistema de transporte e comunicação, mesmo que parcial, eram fundamentais, uma vez que forneciam as bases do processo de integração nacional, criando a interdependência entre as economias regionais e a ligação do Brasil com o mundo. Assim, trabalhos e realizações sobre acessibilidade e integração das regiões, infraestrutura de transportes e comunicações e diminuição das desigualdades regionais constituíam grandes preocupações para o planejamento nacional no período.

Várias intervenções de impacto na malha viária brasileira foram efetivadas entre 1930 e 1945, como: 1) A eletrificação das ferrovias do trecho Rio-São Paulo, em 1937; 2) A abertura de cerca de quatro mil quilômetros, para servir a Zona da Seca no Nordeste (Plano Rodoviário Nacional); 3) Iniciada a rodovia Rio-Bahia, a Via Anchieta, que ligaria São Paulo a Santos (Plano Rodoviário Nacional); 4) A Via Anhangüera, de São Paulo a Campinas, seguindo em direção a Goiás (Plano Rodoviário Nacional); 4) O prolongamento da Rio-São Paulo até Curitiba e Porto Alegre (Plano Rodoviário Nacional); 5) A expansão obtida no setor aéreo com a criação da VASP e da Cruzeiro do Sul (além da VARIG, já existente), gerando a multiplicação de pequenos aeroportos que facilitaram a comunicação entre as diversas capitais e distâncias do País.⁷

Nesse sentido, o período compreendido entre os anos de 1930 e 1945 preparou o País, com estudos, pesquisas e descobertas para sua futura

6 HILTON, 1948, p. 234.

7 HOLLANDA, Sérgio Buarque de. História do Brasil – Da Independência aos nossos dias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

integração territorial. Apesar da maior parte dos planos não ter sido concretizada naquele momento, os quinze anos do Governo Vargas foram fundamentais para o planejamento espacial brasileiro. Dentre os autores que se dedicaram ao estudo do território, associando-o ao planejamento econômico-espacial nacional, Moacir Silva merece destaque. Sua produção é bastante expressiva e voltada principalmente para a problemática da comunicação no Brasil e para a Geografia dos transportes. Naquele período, só na Revista Brasileira de Geografia do IBGE, conforme será demonstrado mais adiante, o autor publica 13 artigos dedicados à temática dos transportes no Brasil: três em 1939, quatro em 1940, quatro em 1941 e dois em 1942.

Para melhor contextualizar a atuação e os estudos de Moacir Silva, não temos como deixar de salientar seu trabalho no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

MOACIR SILVA E O IBGE

O envolvimento de Moacir Silva com a Geografia brasileira tem expressão maior quando ele passa a desenvolver atividades no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além de ter trabalhado no Conselho Nacional de Geografia, Moacir Silva foi vice-presidente do IBGE durante os mandatos de Jurandyr de Castro Pires Ferreira (1956-1958 e 1958-1961) e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

Como o objetivo do Conselho Nacional de Geografia (CNG) era o reconhecimento do território brasileiro, foram reunidos e coordenados estudos geográficos do Brasil. Estes se realizavam a partir de descrições sistemáticas dos limites dos seus municípios e distritos, de mapeamentos e elaboração cartográfica do território nacional e de uma série de estudos referentes à revisão do quadro territorial e estudos de cartografia.⁸ Para tanto, era fundamental dispor de um quadro de profissionais qualificados, capazes de exercer funções pertinentes às atividades. Assim, passaram a fazer parte do quadro funcional do CNG diversos profissionais, professores e personalidades especializadas em assuntos geográficos; dentre eles, Moacir Silva.⁹

8 SCHARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um Auto-Retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 169.

9 A seguir pode ser observada uma listagem com os profissionais que compuseram o CNG em 1939: Metodologia Geográfica: Prof. Sílvio Fróis Abreu; Metodologia do ensino da Geografia: Prof. F. A. Raja Gabaglia; Bibliografia geográfica: Dr. Rodolfo Garcia; Documentação cartográfica: Dr. Henrique Pinheiro Vasconcelos; Nomenclatura geográfica: Min. Bernardino José de Souza;

Os resultados dos estudos realizados sob a responsabilidade do Conselho eram veiculados no Boletim Geográfico, periódico dedicado ao ensino da Geografia e à atuação do professor da ciência geográfica, com orientações e temáticas para as aulas de ensino médio e superior, e na Revista Brasileira de Geografia (RBG), que tinha como objetivo promover a divulgação do território brasileiro e a difusão da metodologia geográfica moderna.¹⁰ Assim, os profissionais que trabalhavam no IBGE divulgavam o resultado de seus estudos em ambos os periódicos.

Moacir Silva tem sua produção veiculada tanto no Boletim Geográfico quanto na RBG. No Boletim seus estudos foram publicados entre 1944 e 1957 e tratam tanto das realidades territoriais quanto dos transportes.¹¹ Na RBG grande foco é dado aos estudos realizados pelo autor sobre a temática dos transportes, como se pode observar a seguir.

Entre 1939 e 1941, são publicados onze capítulos da extensa monografia *A Geografia dos transportes no Brasil*. Aqui são apontadas proposições para a realização da interligação nacional. Em 1942, é publicado *Transportes na Amazônia*, abordando os transportes rodoviários, aéreos e ferroviários e as

Topografia e Tonologia: Eng. Luiz Cantanhede e Almeida; Geodésia: Cte. Radler de Aquino; Astronomia de Campo: Eng. Sebastião Sodré da Gama; Fotogrametria: General Alípio di Primio; Cartografia: Eng. Alírio Huguenei de Matos; Geografia histórica: Dr. Afonso d'Escrag-nolle Taunay; História da Geografia: Dr. Max Fleiuss; Geologia: Eng. Rui Maurício de Lima e Silva; Paleogeografia: Eng. Matias Gonçalves de Oliveira Roxo; Geomorfologia: Eng. Luciano Jaques de Moraes; Geofísica: Eng. Irnack do Amaral; Geografia pedológica e agrológica: Dr. Mário Saraiva; Orografia: Eng. Alvaro da Silveira; Potamografia: Eng. Maurício Joppert da Silva; Linografia: Eng. Antônio José Alves de Souza; Oceanografia: Almirante Raul Tavares; Climatologia: Eng. J. Sampaio Ferraz; Fitogeografia: Prof. Alberto J. Sampaio; Zoogeografia: Prof. C. de Melo Leitão; Geografia humana: Prof. E. Roquete Pinto; Etnografia: General Cândido Mariano Rondon; Geografia das calamidades: Eng. João Felipe Pereira; Geopolítica: Ministro Hildebrando Acioli; Limites: Coronel Renato Rodrigues Pereira; Divisão Territorial: General José Maria Moreira Guimarães; Localidades: Prof. Bazilio de Magalhães; Povoamento: Dr. José Francisco de Oliveira Viana; Geografia da produção: Dr. Artur Torres Filho; Geografia dos transportes: Eng. Moacir Fernandes Silva; Geografia das comunicações: Cte. Brás Dias de Aguiar; Geografia regional: Major José Lima Figueiredo; Geografia do litoral: Eng. Everardo Backheuser; Turismo: Dr. Lourival Fontes; Geografia urbana: Dr. Gilberto Freire; Geografia linguística: Cte. Eugênio de Castro. (Relatório do Secretário Geral. Segunda Sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 1, n. 2, p. 122, 1939).

10 MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/APICURI, 2009.

11 Seis foram os artigos publicados por Moacir Silva no Boletim Geográfico: *Os gentílicos dos novos territórios*, set./43, ano 1, n. 6; *Os territórios federais*, jan./44, ano 1, n. 6; *As duas grandes ligações terrestres entre Rio de Janeiro e Bahia*, nov./49, ano 7, n. 80; *Transportes Fluviais e Lacustres (no Brasil)*, mai.-jun./57, ano 15, v. 138; *Transportes Fluviais e Lacustres (no Brasil)*, jul.-ago./57; ano 15, v. 139; *Introdução à Geografia dos transportes Aéreos*, nov.-dez./57, ano 15, v. 141.

linhas de navegação na Amazônia. Em 1947, como fruto de uma conferência realizada em 1946 na sede do Conselho Nacional de Geografia, é publicado *Expansão dos transportes Interiores*, apresentando os diversos planos de viação de transportes terrestres para o Brasil, com algumas poucas referências às vias de navegação interior.

Além dos trabalhos de Moacir Silva, também são publicados na RBG artigos sobre fronteiras, *Geografia das fronteiras no Brasil*, 1942, sobre iluminação pública, *Como se distribui a iluminação pública do Rio de Janeiro*, 1945, e sobre as cidades brasileiras, *Tentativa de classificação das cidades brasileiras*, 1946.

Com o intuito de dar uma pequena contribuição à história, memória e metodologia da Geografia brasileira e de buscar reacender a temática dos transportes no debate geográfico atual, assunto ainda secundarizado pela sua comunidade científica na atualidade, a seguir serão exploradas e apresentadas breves resenhas críticas sobre os artigos de Moacir Silva veiculados na RBG.

MOACIR SILVA E A GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL

Em seu clássico trabalho, *A Geografia dos transportes no Brasil*, publicado entre 1939 e 1941, Moacir Silva apresenta um panorama histórico-territorial dos transportes no País até a década de 1940, destacando sua distribuição, suas limitações e as consequências socioeconômicas de sua organização. Ao longo desse estudo, o autor aponta tanto problemas como proposições para a realização da interligação nacional, fornecendo soluções viáveis e criativas. Toda sua argumentação é sustentada por um minucioso trabalho de recolhimento, descrição e análise de dados, juntamente com mapas e um material fotográfico e documental sobre os mais diferentes povoamentos do Brasil. Além de uma sólida base empírica, Moacir Silva dialoga com autores importantes, como Delgado de Carvalho, Fábio Macedo Soares Guimarães, Mário Travassos, André Rebouças, Vidal de La Blache, Jean Brunhes, dentre muitos outros.¹²

Outra qualidade desse trabalho é sua característica integradora. São descrições e análises geográficas ricas, que apresentam diferentes fatores, tanto físicos quanto humanos, em integração, explicando o território brasileiro e condicionando usos e soluções. Essas descrições articulam

12 SIMAS, Adriana M.; DONOVAN, Paula, 2004.

condições históricas, econômicas e políticas e realidades físico-ambientais, como clima, geologia, hidrografia e vegetação. A intenção de Moacir Silva é apresentar o território brasileiro focalizando as possibilidades e as dificuldades dos transportes e comunicações no Brasil.

No primeiro capítulo, *O Meio*, o autor explora as características do meio físico e sua influência na circulação de pessoas e mercadorias. Expõe as facilidades, os obstáculos e as exposições do meio físico natural brasileiro frente à circulação.¹³ Para o autor, as formas irregulares do País, largo ao Norte e afunilando para o Sul, influíam na desigualdade do seu desenvolvimento econômico. A floresta amazônica também era considerada como obstáculo a ser vencido. Contudo, Moacir Silva opunha-se à implantação de transportes fluviais na região em função das dificuldades apresentadas pelas inúmeras corredeiras e quedas dos rios, e pelas extensas planícies e pântanos.

Ainda nesse capítulo, Moacir Silva procura soluções para o transporte brasileiro, associando-as às realidades naturais geográfico-econômicas, como a grande extensão e diversidade territorial do País e a dificuldade de interligação regional. Para estudar essas soluções, parte da divisão regional proposta por Delgado de Carvalho, em 1913, em cinco regiões (*Brasil Setentrional ou Amazônico*: Pará, Amazonas e Acre; *Brasil Norte-Oriental*: do Maranhão a Alagoas; *Brasil Oriental*: Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal; *Brasil Meridional*: de São Paulo ao Rio Grande do Sul; *Brasil Central*: Mato Grosso e Goiás).

É ainda interessante observar aqui o envolvimento e o posicionamento do autor com relação à discussão, em voga na época, sobre a localização da nova capital do Brasil. Associando diferentes fatores geográficos, Moacir Silva afirmava que o Planalto Central tinha os pré-requisitos ideais para abrigá-la. Para o autor, a nova capital deveria se localizar em uma área central do País, uma vez que possibilitaria o desenvolvimento territorial do centro para as pontas e, portanto, uma melhor integração que, por sua vez, só era possível em função das condições físico-territoriais da região. O Planalto Central apresentava um extraordinário potencial fluvial, área de nascente das águas, uma das regiões brasileiras onde nasciam os mais importantes rios do País. Tais características serão detalhadas mais adiante, no oitavo capítulo de seu estudo, *Circulação Interna Atual*.

13 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: O Meio. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 1, n. 2, 1939.

No segundo capítulo, *Penetração*, Moacir Silva desenvolve sua análise a partir da perspectiva histórica, chamando a atenção para a relação entre a distribuição geográfica dos transportes e o povoamento brasileiro.¹⁴ Desde o período colonial, o transporte no Brasil esteve intimamente ligado à trajetória do seu povoamento, ou seja, à penetração de seu território, realizada essencialmente por brasileiros. O desbravamento dos sertões, por exemplo, foi obra dos nacionais, principalmente dos paulistas, devido ao desejo de conhecer a terra e à ambição de descobrir riquezas fáceis, de apropriação imediata. Os portugueses ficaram limitados ao litoral, descobriram o litoral do Brasil e realizaram somente ligeira penetração e descrição do território.

No levantamento dos meios de transportes utilizados nas regiões brasileiras, à época, Moacir Silva reconhece que não há diferenças significativas entre o transporte utilizado para cargas e para pessoas. Para o autor, em função da navegabilidade do Rio São Francisco, era fundamental sua exploração e adequação para o transporte fluvial, transformando-o em uma importante hidrovia. O autor enxergava no Rio São Francisco, excluindo o mar, o grande caminho da civilização brasileira, uma vez que em suas cabeceiras expandiam-se as minas e no seu curso médio e inferior, as criações de animais, os dois máximos fatores do povoamento naquele período.

Interiorização é o terceiro capítulo da monografia.¹⁵ Aqui são demonstrados a importância, as características e os processos das Entradas e Bandeiras na interiorização do País. O quarto capítulo, *Produção*, fornece um panorama histórico-geográfico dos ciclos econômicos brasileiros.¹⁶ Moacir Silva descreve a geografia dos produtos vinculados à alimentação e utiliza o trabalho de Josué de Castro, principalmente sua definição dos cinco regimes-alimentares-padrão, associando-os aos transportes. Para Moacir Silva, a adoção dos regimes alimentares convenientes só seria possível se todas as zonas possuíssem os transportes necessários à rápida e ampla distribuição dos vários gêneros alimentícios.

14 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: Penetração. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 1, n. 3, p. 60-72, 1939.

15 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: Interiorização. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 1, n. 4, 1939.

16 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: Produção. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 2, n. 1, p. 35-52, 1940.

O quinto artigo, *Circulação Interna Primitiva*, é dedicado especificamente aos transportes.¹⁷ Assim, é a partir desse capítulo que Moacir Silva passa a focalizar exclusivamente os transportes e as comunicações no Brasil. Objetivando maior detalhamento dos diferentes meios e infraestrutura de transportes do País, o autor dedica, para cada capítulo posterior, um meio de transporte específico. Assim, as ferrovias, hidrovias, rodovias e rotas aéreas são cuidadosamente detalhadas em artigos separados.

Iniciando o detalhamento dos transportes com o capítulo cinco, *Circulação Interna Primitiva*, o autor classifica e detalha os diferentes transportes e vias de acesso existentes até o final da década de 1930. Menciona as vias de transporte anteriores ao advento das ferrovias, alguns caminhos antigos, as principais estradas carroçáveis, os meios de transporte primitivos e a duração das viagens e marchas, que poderiam durar meses e até anos, variando conforme o meio de transporte utilizado.

O sexto capítulo, *Circulação Interna Atual*, traz considerações sobre as estradas de ferro no Brasil, associando traçado, classificação e distribuição às características do território brasileiro.¹⁸ Aqui são classificadas as redes ferroviárias em três tipos: 1) *ferrovias penetrantes ou extensivas*, em regiões pouco desenvolvidas, com traçados progressivos. São linhas de penetração, expansão ou captantes; 2) *ferrovias irradiantes ou intensivas*, em regiões de grande desenvolvimento econômico e alta densidade demográfica. Aparecem com traçados regressivos, inicialmente com o centro maior, irradiante, atraindo os centros menores, que se encontravam reunidos ao seu redor. Posteriormente, formam-se ramais de ligação desses centros menores entre si; 3) *ferrovias divagantes ou dispersivas*. Recebem essa denominação pela inviabilidade econômica de multiplicidade de portos. Essas ferrovias, dispersivamente, poderiam transportar os produtos do interior para o litoral. Conforme Moacir Silva, as formas que assumem os traçados ferroviários dependiam do estado evolutivo da região atravessada, das facilidades oferecidas pelo terreno, das possibilidades econômicas e da localização dos núcleos populosos a interligar.

Em seguida, Moacir Silva apresenta a distribuição das ferrovias pelas regiões geoeconômicas, utilizando a divisão do Brasil em oito regiões

17 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: Circulação Interna Primitiva. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 2. n. 2, p. 216-239, 1940.

18 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: Circulação Interna Atual. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 2. n. 3, p. 407-439, 1940.

(Amazônia; Meio-Norte; Nordeste; Meio-Sudeste; Este; Meio-Sul; Sul; Centro). O autor chama a atenção para a concentração das vias férreas e observa sua desigual distribuição entre regiões e estados brasileiros. Para apontar essa desigualdade, reproduz as palavras do então engenheiro Eugênio de Sousa Brandão: “Mais da metade (55,5%) do comprimento das estradas de ferro que serpream pelo solo brasileiro está distribuída por Minas, São Paulo e Rio Grande do sul; a soma das áreas desses estados é inferior à área do Pará.”¹⁹

O sétimo capítulo, também intitulado *Circulação Interna Atual*, é dedicado ao estudo das rodovias nacionais.²⁰ São descritas as rodovias tronco necessárias para interligar o País e a extensão quilométrica das rodovias no Brasil. Para o autor, seria de grande utilidade a implantação de um serviço de observação pluviométrica em alguns pontos ao longo das rodovias. Isso porque as antigas estradas carroçáveis, como os velhos caminhos, em terra não melhorada, transformavam-se em atoleiros intransponíveis quando chovia.

Nesse mesmo capítulo, Moacir Silva menciona ainda o plano rodoviário nacional, proposto em 1938 pelo Ministro das Comunicações, o engenheiro Yeddo Fiúza. Neste plano estava prevista a construção, em um prazo de vinte anos, de sete grandes linhas-tronco e 39 ramais: *Tronco Sul*: Rio-Porto Alegre; *Tronco Nordeste*: Rio-Fortaleza; *Tronco Litorâneo Nordeste*: Salvador-Fortaleza; *Tronco Nordeste-Norte*: Salvador-Belém; *Tronco Sul-Noroeste*: Santos-Cuiabá; *Tronco Leste-Oeste*: Salvador-Cuiabá; e *Tronco Central*: Rio-Goiás. Para o autor faltava também a implantação de um importante segmento: Rio-Salvador. Esta ligação era de interesse nacional e fundamental para a articulação das forças coordenadoras do Brasil longitudinal, possibilitando a ligação das redes de comunicações terrestres do Sul e do Centro com as do Norte.

A rede fluvial brasileira, os conceitos de bacias hidrográficas e bacias navegáveis, suas divisões e extensões navegáveis, são temas tratados no oitavo capítulo, *Circulação Interna Atual*.²¹ Para Moacir Silva a junção de bacias navegáveis por meio de canais construídos permitiria a continuidade da navegação de uma bacia para outra, facilitando a circulação de bens materiais e promovendo desenvolvimento econômico. O autor assinala

19 SILVA, Moacir, v. 2. n. 3, 1940, p. 431.

20 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: Circulação Interna Atual. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 2. n. 4, p. 500-586, 1940.

21 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: Circulação Interna Atual. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 3. n. 1, 1941.

que, apesar de a navegação interior ter marcado a fase do progresso do País, nunca lhe havia sido dada muita importância, tanto no Império quanto na Primeira República. Mais do que as vias terrestres percorridas pelos sertanistas, foram os rios responsáveis pela penetração do território. Mesmo que pouco aproveitados, a complexa e vastíssima rede fluvial brasileira era uma riqueza nacional extraordinária.

Circulação Periférica, nome do nono capítulo da monografia, trata da costa brasileira, características, extensão e iluminação.²² Descreve também a navegação nacional, os portos, sua classificação e os respectivos volumes nas regiões geoeconômicas. Apresenta alguns aspectos de interesse da navegação e pesca, como maré, vagas, ventos, nevoeiros, previsão do tempo, salinidade, temperatura da água à superfície, recifes e dunas. A partir da divisão em cinco regiões geoeconômicas estabelecidas por Getúlio Vargas e mencionadas anteriormente, Moacir Silva apresenta o movimento de exportação de cabotagem em seus portos, em 1938, e demonstra a importância da então Região Sul.²³

O capítulo *Circulação Superior* trata da evolução dos transportes aéreos no Brasil, reportando-se às rotas aéreas comerciais, nacionais e internacionais, e apresentando alguns dados estatísticos dos anos de 1927 a 1939.²⁴ Para o estabelecimento das rotas aéreas, Moacir Silva afirma, a partir de A. Albitreccia no seu estudo *Ce qu'il faut connaître des Grands Moyens de Transpor* (Paris, 1931), que devem ser levadas em consideração as condições naturais, meteorológicas e climáticas, as condições de terreno, a repartição dos rios e dos lagos, a disposição das costas e a vegetação. Às condições naturais, o autor acrescenta também condições humanas, econômicas, comerciais e aquelas relativas às técnicas e infraestrutura dos transportes aéreos (distribuição de aeródromos, sinalização diurna, faróis, etc.).

Sobre os investimentos no setor, Moacir Silva defende o estabelecimento das aerovias apenas entre pontos distantes, para que o tempo ganho e a distância percorrida possam compensar as despesas realizadas, uma

22 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: Circulação Periférica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 3. n. 2, p. 150-176, abr./jun., 1941.

23 Dados apresentados por Moacir Silva sobre a exportação de cabotagem nas cinco Regiões Geoeconômicas, em 1938 – Região Norte: portos/toneladas 211.142; 8,27%; Região Nordeste: portos/toneladas 703.945; 27,78%; Região Centro: portos/toneladas 1.423; 0,05%; Região Sudeste: portos/toneladas 591.918; 23,21%.

24 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: Circulação Superior. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 3. n. 3, p. 97-112, jul./set., 1941.

vez que naquele momento os transportes aéreos interiores, nos limites de cada Estado, atingiam rapidamente a saturação. Porém, escapavam a essas restrições os transportes aéreos no Brasil, os quais, com desenvolvimento incipiente, estavam longe de saturação.

Conforme o autor, o Brasil desfrutava de uma situação privilegiada em relação ao tráfego aéreo entre a América do Sul e o hemisfério norte. Além disso, o País havia concedido permissão às linhas estrangeiras para sobrevoarem o seu território, determinando-lhes as rotas e reservando para as linhas nacionais as rotas do interior e o serviço de cabotagem. À época, o Brasil contava com cinco empresas de transportes aéreos, o *Sindicato Condor Limitada*, a *Panair do Brasil*, a *VARIG*, o *Aerolóide Iguassú* e a *VASP*. O interior era cruzado em quase todas as direções pelo correio aéreo militar, que realizava voos semanais de ida e volta em todas as suas rotas. Para o desenvolvimento dos serviços da aviação comercial, Moacir Silva afirmava, ainda, que eram necessárias a conclusão, ampliação e melhoria dos aeroportos e campos de pouso e a construção de novos, perfazendo uns e outros 938 instalações de infraestrutura.

No último artigo da série, *Densidade dos Transportes*, são feitas considerações acerca da relação entre distribuição dos transportes, área territorial e população.²⁵ Segundo Moacir Silva, como o caráter geográfico de um fenômeno é a sua distribuição pela superfície terrestre, a Geografia dos transportes deveria medir a densidade dos mesmos, isto é, a distribuição dos transportes pela área territorial e a população. Complementando o estudo da densidade dos transportes, o autor chama a atenção para sua intensidade; considera que, para apreciar a importância econômica de uma região, não basta dizer que ela é atravessada por determinados quilômetros de rodovias ou ferrovias, ou que é servida por linhas de navegação marítima, fluvial ou aérea. É fundamental conhecer tanto a densidade dos transportes na região como sua intensidade, uma vez que é a intensidade que melhor exprime a atividade comercial de uma dada região. A intensidade dos transportes exprime a frequência dos transportes nos dois sentidos (exportação e importação), ou seja, o número de viagens, a tonelagem de mercadorias movimentadas, o número de passageiros, os percursos feitos, etc.

Em seguida, o autor expõe dados sobre os transportes no Brasil na década de 1930. São apresentadas as extensões ferroviárias e rodoviárias por

25 SILVA, Moacir. A Geografia dos transportes no Brasil: Densidade dos Transportes. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 3. n. 4, p. 57-76, out./dez., 1941.

estados e regiões, a densidade dos transportes terrestres, a densidade das rodovias veiculares, a densidade estática das aquavias, a densidade estática da aviação comercial do Brasil, a intensidade dos transportes ferroviários, em 1939, e a intensidade da navegação, em 1936. Moacir Silva demonstra, assim, que a distribuição dos transportes no Brasil era muito irregular, com grandes áreas totalmente inacessíveis e afastadas das vias existentes, condição que impedia o avanço brasileiro. Segundo o autor, o pleno desenvolvimento do País só seria possível por meio de mais transportes e de uma nova distribuição. Questões ainda não resolvidas na atualidade.

MOACIR SILVA E OS TRANSPORTES NA AMAZÔNIA

No artigo *Transportes na Amazônia*, publicado em 1942, Moacir Silva levanta e analisa os transportes na região amazônica, desenvolvendo considerações acerca dos transportes urbanos.²⁶ Como a região é possuidora de inúmeros rios, vias naturais de comunicação, o autor assinala que os meios de transporte aquáticos na Amazônia são naturalmente impostos pelas condições geográficas locais. A vasta bacia hidrográfica amazônica também facilitou o estabelecimento de linhas aéreas praticadas por hidroaviões. Por outro lado, a ausência, naquela década, de caminhos terrestres e a quantidade e distribuição insuficientes de rodovias e ferrovias impediam elos importantes e ramificações subsidiárias, indispensáveis para um sistema integral de transportes e comunicações em toda a Amazônia.

Em seguida, Moacir Silva descreve as linhas de navegação existentes, o tipo e a quantidade das embarcações dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAAPP), uma entidade federal autônoma que substituiu as antigas companhias inglesas “The Amazon River Steam Navigation Company Limited” e “Porto of Pará”. A SNAAPP possuía 52 unidades flutuantes para todos os seus serviços, tanto de transporte de passageiros quanto de carga dos portos principais dos estados do Pará, Amazonas, do então Território Federal, do Acre, de algumas repúblicas sul-americanas (Bolívia, Peru, Colômbia) e das Guianas Francesa e Holandesa. O autor também levanta e descreve as distâncias entre portos de escalas das diversas linhas de navegação da Amazônia, os principais portos e movimentos de embarcações (entrada/saída) de empresas nacionais e estrangeiras.

26 SILVA, Moacir. Transportes na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 4. n. 3, p. 83-110, out./dez., 1942.

Com relação às aerovias, Moacir Silva aponta três eixos de interligação da Amazônia: Belém-Manaus, Manaus-Porto Velho e as linhas para o Acre, serviços realizados pela então *Panair do Brasil*, S.A. Indica, ainda, a pobreza de estradas de ferro na região, com apenas três ferrovias, sendo duas no estado do Pará (E.F. Bragança e a E.F. Tocantins) e uma iniciando no Amazonas e passando ao norte de Mato Grosso (E.F. Madeira-Mamoré). A extensão rodoviária na região também era muito pequena, só existindo estradas de rodagem em torno das duas maiores capitais, Belém e Manaus, e alguns caminhos pequenos ao redor das cidades mais importantes. Também são apresentados dados sobre a extensão rodoviária na Amazônia, em 1939, e o número de veículos em circulação. Com relação à circulação intra-urbana, o autor relata que nas capitais Manaus e Belém existiam serviços de bondes elétricos. Levanta, ainda, outras formas de comunicação presentes na Amazônia naquele período, como o telégrafo, o rádio e cabo submarino e subfluvial.

Os meios de transportes e comunicação da Amazônia estabeleciam a conexão da região com o Centro e o Sul do Brasil e com o exterior e eram realizados da seguinte forma: 1) *Para o Centro e o Sul do Brasil*: pela navegação marítima costeira, Belém, Manaus, etc.; pela navegação dos rios Mamoré-Guaporé e outros da margem direita da bacia amazônica; pelas rotas aéreas Belém-Rio (a do litoral e a do interior); pela rota mato-grossense da *Condor*: Corumbá-Porto Velho, etc.; e pelas linhas do *Correio Aéreo Militar*. Porém, ainda não existiam entre a Amazônia e o Centro e o Sul do Brasil e pelo interior do País comunicações terrestres (ferrovias e rodovias), nem mesmo comunicações mistas (terrestres-fluviais) regulares, isto é, articuladas umas às outras de modo contínuo e permitindo tráfego normal, ininterrupto e de caráter comercial (transporte de pessoas e de mercadorias, com segurança, conforto e rapidez). 2) *Para o exterior do País*: pela navegação transatlântica Belém-Manaus e outros portos menores; pela navegação fluvial dos altos rios, atingindo Bolívia, Peru e Colômbia.

MOACIR SILVA E A EXPANSÃO DOS TRANSPORTES INTERIORES

Resultado de uma conferência proferida na sede do Conselho Nacional de Geografia (IBGE), em 1946, um ano depois Moacir Silva publica um amplo e rico artigo apresentando e avaliando os planos oficiais de transportes e suas proposições para a interiorização do Brasil, *Expansão dos Transportes*

Interiores.²⁷ Aqui descreve e analisa, a partir da perspectiva geográfica e histórica, os diversos planos de viação de transportes terrestres (ferrovias e rodovias) que precederam o Plano Rodoviário Nacional (1944): Plano Ramos de Queiroz (1874); Plano Rebouças (1874); Plano Bicalho (1881); Plano Bulhões (1882); Plano de Viação da Primeira República (1890); Plano Ferroviário Sousa Brandão (1932); e Plano Geral da Viação Nacional (1934). Para cada plano, além da apresentação e avaliação do autor, são oferecidos ricos mapas, que especializam suas propostas de interiorização.

Vamos nos limitar aqui a apresentar algumas considerações tecidas por Moacir Silva a respeito de dois planos: o Plano Geral da Viação Nacional e o Plano Rodoviário Nacional.

No Plano Geral da Viação Nacional (1934), de cuja comissão que o elaborou Moacir Silva fez parte, o autor destaca que em suas diretrizes constam as seguintes metas: 1) Ligar a Capital Federal, na época o Rio de Janeiro, a uma ou mais capitais das diversas unidades da Federação; 2) Ligar as vias de comunicação da rede federal a qualquer ponto da fronteira com os países vizinhos; 3) Implantar vias de transporte ao longo da fronteira, ou com pelo menos 200 quilômetros de distância; 4) Ligar dois ou mais troncos de interesse geral, com o objetivo de estabelecer pelo caminho mais curto comunicações entre duas ou mais unidades da federação; 5) Atender as exigências e demandas de ordem militar.

O autor destaca, ainda, que esse plano considerou o oceano como principal tronco da viação brasileira no período, nunca apontado nos planos anteriores. A partir desse tronco, foram considerados eixos de ligações em dois sentidos, meridianos e paralelos, resultando um misto de sistema quadricular e radial. Em seguida, apresenta a atualização realizada no Plano Geral da Viação Nacional para o período de 1934 a 1945. Vale salientar que, na realidade, os artigos dedicados à Geografia dos transportes de Moacir Silva associam condições geográficas e históricas territoriais à geopolítica nacional, com importantes referências aos projetos oficiais e aos intelectuais e técnicos, civis e militares, que dedicaram estudos sobre a integração territorial do País.

Com relação ao Plano Rodoviário Nacional, Moacir Silva destaca que é a opção rodoviária brasileira, iniciada pelo então estado de São Paulo e expandindo-se pelos demais estados apenas a partir da década de 1920.

27 SILVA, Moacir. Expansão dos Transportes Interiores. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 9. n. 3, p. 57-102, out./dez., 1947.

Na realidade, antes do Plano Rodoviário Nacional de 1944, não havia no País muitos planos oficiais gerais rodoviários. Os planos que o precederam foram: Plano Catrambi (1926), Plano Schnoor (1927), Plano da Comissão de Estradas de Rodagem Federais, CERF (1928), e o Plano do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER (1937). Moacir Silva apresenta e analisa cada um desses planos.

Muitas observações são realizadas por Moacir Silva sobre os planos oficiais e os sistemas de transportes no Brasil. Não vamos aqui apresentar nem aprofundar essas análises. Apenas gostaríamos de salientar que, nos estudos e avaliações desenvolvidos pelo autor, grande relevância é dada à influência das condições geográficas do território brasileiro nos sistemas de transportes implantados no Brasil.

Segundo Moacir Silva, os sistemas de transportes no Brasil propostos pelos planos oficiais de viação foram, desde a colonização, condicionados por razões históricas e geográficas. Assim, desde os tempos coloniais, os transportes no Brasil haviam sido marcados por um duplo sistema entre os pontos mais importantes da orla atlântica, um marítimo, bordeando a costa, seguindo o arco litorâneo, comunicando pontos e cidades em arcos convexos, e outro interior, cortando o país territorialmente, estabelecendo as ligações entre pontos e cidades por via terrestre, em forma de cordas.

Evidentemente, as diretrizes de um e outro desses grandes planos oficiais, no obedecer a imposições econômicas, administrativas e técnicas, tiveram, do mesmo passo, que obedecer, sob maior força inelutável, a imposições de ordem geográfica, como decorre dos próprios documentos (relatórios justificativos e descritivos; e desenhos esquemáticos) que fundamentaram esses planos.²⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Moacir Malheiros Fernandes Silva, engenheiro de formação, foi um grande geógrafo brasileiro. Suas atividades intelectuais e políticas, desempenhadas em importantes instituições geográficas e de planejamento, principalmente entre as décadas de 1930 e 1950, associadas à qualidade dos seus vários estudos geográficos, incluem-no de forma efetiva no campo científico da Geografia brasileira. Embora tenha deixado um importante legado aos estudos da Geografia dos transportes no Brasil, sua contribuição aparece em várias ocasiões e direções, como, por exemplo, nos textos publicados no Boletim

²⁸ SILVA, Moacir. Expansão dos Transportes Interiores. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 9. n. 3, p. 58, out./dez., 1947, p. 368.

Geográfico, em 1943 e 1944, sobre Geografia e Estética e sobre a nação e o território brasileiro.²⁹

Moacir Silva, assim, não só vivência, mas também participa e contribui com o processo de institucionalização da Geografia brasileira, estabelecida por São Paulo e Rio de Janeiro na década de 1930, com a criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos cursos universitários de Geografia na Universidade de São Paulo e nas universidades do Distrito Federal e da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Sua atuação nos órgãos de planejamento territorial e na formação do profissional em Geografia foi evidente, principalmente pela veiculação de seus estudos em periódicos de extrema importância no período, como a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico, ambos do IBGE. Nesse sentido, sua prática profissional contribuiu tanto para a implantação da ciência geográfica moderna como serviu de base para estudos e projetos territoriais elaborados no governo Vargas.

Tendo participado de importantes comissões de elaboração de planos de transportes para o Brasil e como consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia do IBGE, Moacir Silva publicou artigos dedicados aos transportes na Revista Brasileira de Geografia (RBG). Dos 16 artigos aí publicados, 13 foram sobre os transportes, conforme já demonstrado e detalhado. Nesses artigos, Moacir Silva traça um panorama completo da situação dos transportes no Brasil ao longo do tempo, relatando como o meio físico ofereceu facilidades e entraves para a circulação de mercadorias, pessoas e informações e como as formas irregulares do território brasileiro influenciaram a desigualdade do seu desenvolvimento. O autor defendia a integração nacional e a diminuição das desigualdades regionais a partir da implantação de fluxos mais eficazes. Chamava a atenção não apenas para a exploração dos recursos naturais do País, como seu potencial fluvial para a navegação, mas também para a necessidade de implantação e desenvolvimento de um sistema de transporte integrado com o fortalecimento das ferrovias e do sistema aéreo, condição fundamental para o desenvolvimento de um país de grande extensão territorial como o Brasil.

Frente à irregularidade da distribuição dos transportes no País, Moacir Silva defendia a necessidade de se estabelecer a ligação entre sertão e litoral,

29 SILVA, Moacir. A Geografia e a Estética. Boletim Geográfico, CNG/IBGE ano 1, n. 12, mar. 1944, p. 5-7; Os Gentílicos dos Novos Territórios, Boletim Geográfico, CNG/IBGE, ano 1, n. 6, set., 1943. Os Territórios Federais. Boletim Geográfico, CNG/IBGE ano 1, n. 10. jan. 1944.

nas fronteiras entre os países, principalmente a oeste do território, a partir da implantação dos sistemas de transporte e comunicação possibilitados no período, como estradas de ferro e de rodagem, linhas de navegação e linhas aéreas. A finalidade deste modelo de expansão viária, além a de permitir a penetração e ocupação territorial, era interligar o País para o escoamento da produção, possibilitando a modernização idealizada no primeiro Governo Vargas.

Assim, o trabalho de Moacir Silva é uma importante referência para os estudos dos transportes no Brasil e, especificamente, uma contribuição singular à Geografia dos transportes, principalmente na atualidade, uma vez que o sistema de comunicação e transporte no Brasil constitui ainda parte de gargalos infraestruturais que precisam ser solucionados para o desenvolvimento do País; agora, em tempos de Globalização.

REFERÊNCIAS

- CORREIODA MANHÃ, quarta-feira, 25 fev. 1931 (Acervo Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pagfis=6025&pesq=hythergraphos>.
- HILTON, Ronald. *Who's who in Latin America: Part VI, Brazil*. Stanford University Press, 1948, p. 234.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História do Brasil – da independência aos nossos dias*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- IBGE. Reproduzido de: “sínteses históricas – históricos dos censos – censos demográficos”. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>>. Acesso em: 25 out. 2013.
- MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/APICURI, 2009.
- RELATÓRIO DO SECRETÁRIO GERAL. Segunda Sessão da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, 1939, v. 1, n. 2, p. 122.
- SCHARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 169.
- SILVA, Moacir M. F. A Geografia dos transportes no Brasil: o meio. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, 1939.
- _____. A Geografia dos transportes no Brasil: penetração. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 3, p. 60-72, 1939.
- _____. A Geografia dos transportes no Brasil: interiorização. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 4, 1939.

- _____. A Geografia dos transportes no Brasil: produção. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 1, p. 35-52, 1940.
- _____. A Geografia dos transportes no Brasil: circulação interna primitiva. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 2, p. 216-239, 1940.
- _____. A Geografia dos transportes no Brasil: circulação interna atual. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 3, p. 407-439, 1940.
- _____. A Geografia dos transportes no Brasil: circulação interna atual. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 4, p. 500-586, 1940.
- _____. A Geografia dos transportes no Brasil: circulação interna atual. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 1, 1941.
- _____. A Geografia dos transportes no Brasil: circulação periférica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 150-176, abr./jun., 1941.
- _____. A Geografia dos transportes no Brasil: circulação superior. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 3, p. 97-112, jul./set., 1941.
- _____. A Geografia dos transportes no Brasil: último capítulo. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 4, p. 57-76, out./dez., 1941.
- _____. Transportes na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 3, p. 83-110, out./dez., 1942.
- _____. Geografia das fronteiras no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 4, p. 43-64, out./dez., 1942.
- _____. Como se distribui a iluminação pública do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 4, p. 3-28, out./dez., 1945.
- _____. Tentativa de classificação das cidades brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 3, p. 3-36, out./dez., 1946.
- _____. Expansão dos transportes interiores. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, n. 3, p. 57-102, out./dez., 1947.
- _____. *Hythergraphos do Brasil*. Tese apresentada à colenda congregação do internato do Colégio Pedro II, 1925.
- _____. *Kilometro zero: caminhos antigos, estradas modernas, rodovias cariocas, irradiação rodoviária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficina tipográfica São Benedicto, 1934, 390 p.
- _____. *Pneu versus trilho*. Rio de Janeiro: Editor Léo Reiter, 1937, 75 p.
- _____. *Roda e asa*. Minas Gerais: Alba, 1941, 208 p.
- _____. *Geografia dos transportes no Brasil*. Serviço Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949, 270 p.
- _____. *Geografia dos preços*. Séries Coleção Teixeira de Freitas, IBGE, n. 4, 1957.
- _____. *Estradas de ferro do Brasil*. *Revista Ferroviária*, 1963.
- RELATÓRIO DO SECRETÁRIO GERAL. Segunda sessão da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 1, n. 2, 1939, p. 122.

- SIMAS, Adriana de Melo. *A Revista Brasileira de Geografia em foco: um panorama político-territorial do Brasil, 1939 a 1945*. 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.
- SIMAS, Adriana de Melo; DONOVAN, Paula. *A contribuição de Moacir Silva à Geografia brasileira: uma releitura da Geografia dos transportes: considerações iniciais*. Congresso Brasileiro de Geografia. Goiás, 2004.

Originalidade e atualidade da Geografia de Pedro Geiger

*Mônica Sampaio Machado*¹

Henrique Garcia Pinto

*Camila Gomes Alves*²

Ao buscar a investigação da historiografia da Geografia brasileira, múltiplos caminhos se apresentam à apreciação da pesquisa. Na trajetória da Geografia institucionalizada no Brasil merece destaque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não apenas pelo pioneirismo e a difusão das pesquisas geográficas como também pela sua atuação na formação de geógrafos e professores de Geografia, principalmente entre as décadas de 1930 e 1980.³

Vários geógrafos não só participaram da formação do IBGE como também contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento geográfico brasileiro, deixando um importante legado às novas gerações. Dentre eles destaca-se Pedro Pinchas Geiger. Um dos primeiros geógrafos a ser contratado pelo IBGE, Geiger trabalhou nessa instituição durante 42 anos, entre 1942 e 1984.

Sua entrada no campo científico geográfico, entretanto, antecede a sua admissão no IBGE. Data de 1939, quando ainda muito jovem iniciou o curso universitário de Geografia e História na Faculdade Nacional de Filosofia, da então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Na Faculdade, Pedro

1 Doutora em Geografia humana pela Universidade de São Paulo. Professora Associada do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq-2. Bolsista do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado JCNE (FAPERJ). (monica.sampaio@pq.cnpq.br)

2 Henrique Garcia Pinto (geo.henrique@hotmail.com) e Camila Gomes Alves (camilagomes_alves@yahoo.com.br) são graduandos em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsistas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e estagiários do GeoBrasil (Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política).

3 Sobre o papel e importância do IBGE na história da Geografia brasileira e no planejamento, sugere-se sugerem-se os trabalhos de Eli Alves Penha (1993), Roberto Schmidt de Almeida (2000) e Lia Osório Machado (2000).

Geiger foi incentivado por importantes intelectuais, como Delgado de Carvalho, Artur Ramos, Josué de Castro e Francis Ruellan. Foi justamente Ruellan quem o indicou para o IBGE. Após 1984, ao se aposentar do IBGE, passou a exercer atividades em órgãos de planejamento e em várias universidades brasileiras e estrangeiras. Atualmente, com 91 anos, é professor visitante do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, o envolvimento e dedicação de Pedro Geiger à ciência geográfica remontam a 75 anos. Conforme será visto, a experiência do IBGE foi central na sua formação e atividade intelectual. Durante o IBGE, Geiger elaborou importantes estudos geográficos sobre o País que constituem referências interpretativas fundamentais, ainda na atualidade. As repercussões desses trabalhos foram intensas e de grande expressão nacional e internacional, extrapolando inclusive o campo científico da Geografia. Entretanto, a riqueza do pensamento do autor não é resultado exclusivo do exercício profissional naquele instituto. Foi possibilitada pela sua ampla e movimentada formação cultural e pela sua capacidade intelectual de se envolver em diversos campos de conhecimento, como ciência, arte e filosofia. Neste artigo, serão apresentadas considerações sobre a biografia do autor associadas às suas produções intelectuais. Particular destaque será dado aos estudos desenvolvidos pelo autor no período *ibgeano*, 1942-1984.

PEDRO GEIGER, SEUS PRIMEIROS 20 ANOS⁴

Filho de pais imigrantes judeus da antiga Palestina, Pedro Pinchas Geiger nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1923.⁵ Seus pais chegaram ao Brasil logo após a Primeira Guerra Mundial, em 1920, movimentados pela ideia de fazer a América e subir de status social, ideia preponderante desde o fim do século XIX. Muitas famílias buscaram os Estados Unidos, mas, por questões de parentesco, os pais de Geiger vieram para o Brasil.

Sua infância e juventude foram passadas no bairro carioca de Vila Isabel, onde pôde observar o cotidiano da classe operária dos trabalhadores das fábricas existentes, à época, na sua vizinhança. Por ajudar seu pai no trabalho de prestamista, sempre teve de se locomover muito pela cidade do Rio

4 A maior parte das informações biográficas aqui apresentadas foi retirada da entrevista concedida por Pedro Geiger à Monica Machado, 2002, e do texto “Notas autobiográficas e reflexões”, de Pedro Geiger, 1994.

5 Por motivações religiosas, seu pai, israelita, o registrou como nascido em 1º de março de 1923.

de Janeiro, fato que muito contribuiu para conhecer os diversos bairros da cidade.⁶ Além disso, a composição da comunidade judaica da cidade, comunidade com que convivia, o auxiliou a compreender as variáveis espaciais na geografia social do Rio de Janeiro, assim como as diferenças entre as estruturas que compunham os diversos bairros da cidade. As experiências de sua família advindas da migração e dos deslocamentos territoriais suscitaram em Geiger, desde muito jovem, um interesse especial pela Geografia e História.

Cursa o ensino fundamental e médio no Colégio Pedro II, onde sofre influência de alguns professores como José Oiticica, Delgado de Carvalho, Hugo Segadas Viana e Fernando Antônio Raja Gabaglia. Com pretensões de se tornar médico, porém sem condições financeiras para seu custeio, em 1939, logo após sair do Pedro II, Geiger ingressou na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, no curso de Geografia e História, objetivando dar aulas para poder custear os estudos de Medicina.⁷ Sua turma foi uma das primeiras do Curso de Geografia e História da Universidade do Brasil. Na Universidade estudou com Fany Davidovich, Regina Pinheiro Guimarães Spíndola e Regina Rochefort, colegas que se tornaram importantes referências para a Geografia brasileira.

PEDRO GEIGER E O IBGE, 1942-1984:

ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PRODUÇÃO INTELECTUAL⁸

Tanto as atividades profissionais quanto as obras produzidas pelo autor durante suas atividades no IBGE, podem ser classificadas em três fases. A primeira englobou os anos de 1942 a 1950, a segunda, a década de 60, e a última se estendeu de 1970 a 1984.

Conforme será visto, na primeira fase a produção intelectual de Pedro Geiger teve origem nas expedições pelo Brasil realizadas a serviço de IBGE. As descrições geográficas oriundas dessas expedições foram precursoras de

6 Seu pai, apesar de conhecedor de outros ofícios, como de tipógrafo, só pôde exercer no Brasil o ofício de prestamista (GEIGER, 2012).

7 Nessa época, após concluírem o ginásio, os alunos que desejassem seguir seus estudos deveriam fazer cursos complementares em algumas das três áreas que desejassem seguir: ciências exatas, ciências humanas ou ciências biológicas. Assim, Pedro Geiger viveu um período em que frequentava a Faculdade de Filosofia e o curso complementar de ciências biológicas simultaneamente.

8 A maior parte das informações biográficas aqui apresentadas foi retirada da entrevista concedida por Pedro Geiger à Monica Machado, 2002, e do texto “Notas autobiográficas e reflexões”, de Pedro Geiger, 1994.

uma nova forma de interpretação espacial, na qual a economia política se constituía como peça-chave. Na segunda fase, a década de 1960, uma Geografia funcionalista parece dominar interpretações geográficas do autor, principalmente pela influência recebida pelos estudos de Pierre George e Michel Rochefort. O último período é claramente marcado por uma Geografia lógico-formal e quantitativa, fortemente conectada com as demandas institucionais e com os objetivos dos planos nacionais de desenvolvimento econômico da década de 1970.

A primeira fase, de 1942 a 1950: as expedições pelo Brasil e as descrições geográficas influenciadas pela economia política

Seu contato na Universidade com o geógrafo francês Francis Ruellan o levou a ingressar no Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1942.⁹ Assim, um ano antes de concluir sua graduação, com 19 anos, foi contratado pelo IBGE, encerrando suas antigas pretensões de seguir a carreira médica. Passou, então, a trabalhar com importantes geógrafos, como Orlando Valverde, Fábio de Macedo Soares Guimarães e Miguel Alves de Lima.

Logo que ingressou no IBGE, Pedro Geiger integrou várias equipes para realizações de expedições pelo Brasil, visando ao levantamento de dados e elaboração de mapas. Essas expedições, naquele período verdadeiras aventuras, foram fundamentais tanto para sua formação profissional quanto para estudos que realizou posteriormente, como os de hierarquia urbana. Sua primeira expedição foi para a região do Jalapão, a fim de terminar o mapa do Brasil de 1:1.000.000. Então, em 1943, por intervenção de Ruellan, Geiger é enviado em uma missão de seis meses para a região. Essa era a primeira vez que um geógrafo participava de uma expedição pelo IBGE. Naquela época as expedições eram realizadas apenas por engenheiros, geodestas e cartógrafos.

9 Francis Ruellan (1894-1975) trabalhou no Rio de Janeiro entre 1940 e 1956, formando a segunda geração de geógrafos. Desenvolveu o ensino e a pesquisa em Geografia, principalmente na área de Geomorfologia (MACHADO, 2009). Na página do IBGE, no acesso Biblioteca (<http://biblioteca.ibge.gov.br>), é possível encontrar vários documentos importantes. Sugere-se, especialmente, consultar a fotografia da cerimônia pública nos primeiros anos de existência do CNG. Nessa fotografia estão Francis Ruellan (responsável pela entrada de Geiger no IBGE), Cristóvão Leite de Castro (primeiro dirigente do Conselho) e Fábio de Macedo Soares Guimarães http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=429692.

Conforme o depoimento do autor, a viagem ao Jalapão foi fundamental, pois aqui realizou sua primeira classificação da hierarquia urbana no Brasil, pautada pela economia política e pelo conceito de classe social. Definiu as cidades pela estrutura social de classes, interpretação revolucionária para a época.

Quando eu cheguei ao Jalapão e fiz uma classificação de cidades, que eu considero a melhor que eu já fiz até hoje, em 1943, eu estava com 20 anos de idade. O que é que tem essa classificação? Eu peguei a cidade principal da região, que é a confluência do Rio Grande (um afluente do São Francisco) com o Rio São Francisco, que drena toda aquela área do oeste e noroeste da Bahia. Na foz do Rio Grande tinha uma cidade chamada Barra do Rio Grande, até hoje ainda existe essa cidade. Então eu disse que a Barra do Rio Grande era a cidade da primeira hierarquia da região, porque o grupo social que dominava a cidade era o atacadista. Os comerciantes atacadistas que dominavam a economia da cidade. A cidade comprava os produtos da região, algodão, ceras, peles, para exportar e abastecia o comércio do interior, dos varejistas, com produtos que eram trazidos de Salvador e também importava produtos. Para mim, era a cidade mais importante, porque a classe dominante era a classe dos comerciantes atacadistas que, para ganhar *status*, comprava fazendas e também criava gado. Essa classe era mais importante do que a classe dominante do interior, que era só de criadores de gado. A classe dos atacadistas tinha se sobreposto a classe de criadores de gado. O segundo nível de cidades era das cidades do interior, como Rio Preto e Formosa, onde prevaleciam os comerciantes varejistas, distribuidores de produtos e atacadistas, compradores de produtos para a região, produtos que enviavam para os comerciantes da região. Só que esses varejistas, na sua maioria, era de imigrantes sírios, libaneses, que para ganhar *status* social também compravam fazendas e eram ótimos criadores de gado. Então, esse era o segundo nível, uma outra classe de cidades. Havia o terceiro grupo de cidades, como Corrente no sul do Piauí, que eram cidades tradicionais, onde a classe dominante era composta por antigos fazendeiros de gado e não de comerciantes. Eram cidades de outro tipo, onde a classe dominante eram criadores de gado e não comerciantes. Eu fiz uma classificação de cidades apoiada na classe social dominante das cidades e acho que foi a melhor divisão que eu fiz até hoje.¹⁰

Em 1944 e 1945, Geiger participou, ainda, da primeira divisão regional do Brasil feita pelo IBGE, sendo responsável pela divisão regional do estado de São Paulo. Ao propor um zoneamento do estado diferente do tradicional modelo utilizado à época, segundo os eixos das vias férreas, e estabelecer uma zona “fisiográfica” industrial entre a metrópole, Campinas e Sorocaba,

¹⁰ GEIGER, P. Depoimento concedido à Monica Machado, 2002.

soufreu uma grande oposição dos geógrafos paulistas. A despeito do conteúdo da proposta apresentada por Geiger, a representação do IBGE no estado de São Paulo era bastante simbólica para os paulistas, estado ainda cioso de maior autonomia estadual, no contexto da Era Vargas. O geógrafo Aroldo de Azevedo, liderança na Universidade de São Paulo, tinha fortes ligações com a elite agrária de São Paulo, principalmente cafeicultora. A proposta de Pedro Geiger a partir de uma perspectiva urbano-industrial pôs em evidência a oposição entre o IBGE, representando o governo federal e o estado de São Paulo. Perceber a influência da conjuntura política no papel do IBGE, ainda em seus primeiros anos, foi essencial, posteriormente, para Pedro Geiger ao longo de sua carreira.¹¹

Ainda na década de 1940, por intermédio de Francis Ruellan e Michel Rochefort, Geiger compunha um grupo de cinco geógrafos brasileiros enviados para estudar na França: Miguel Alves de Lima foi para Paris, Elza Keller para Montpellier, Myriam Mesquita para Lyon, Heldio Xavier Lenz Cesar para Estrasburgo e Pedro Geiger para a Université Joseph Fourier, em Grenoble.

Na década de 1950, após a realização de alguns trabalhos que envolviam temas econômicos e geomorfológicos publicados em outros veículos, como o Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, Pedro Geiger publicou quatro artigos na Revista Brasileira de Geografia (RBG), sendo os três últimos especificamente sobre o estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal.¹²

O primeiro artigo, *Alguns problemas geográficos na Região entre Teófico Otôni (Minas Gerais) e Colatina (Espírito Santo)*, publicado em 1951, foi elaborado a partir da viagem organizada pelo Conselho Nacional de Geografia à Bahia, com os geógrafos Gottfried Pfeifer, Leo Waibel e Walter Egler.¹³

O segundo artigo, *Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense*, foi publicado em 1954 em parceria com Ruth Lyra Santos. Aqui são levantadas as mudanças decorrentes da modernização nas

11 GEIGER, P. Depoimento concedido à Monica Machado, 2002.

12 GEIGER, P.; SCHAEFFER, R. P. G. E. *Notas sobre a evolução econômica da Baixada Fluminense*. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, n. 4, 1951. p. 93-103.

13 O geógrafo alemão e discípulo de Leo Waibel, prof. Pfeifer, estava no Brasil para ministrar cursos de aperfeiçoamento e extensão do Departamento de Geografia da Universidade do Brasil (EVANGELISTA, 2004). Walter Alberto Egler, ex-funcionário do IBGE, faleceu em 1961, após um acidente no rio Jari, entre o Pará e o Amapá, durante um levantamento florístico da região (ALMEIDA, 2000).

estruturas econômicas das cidades, relacionadas à manutenção das estruturas arcaicas e rudimentares no campo, identificadas pelas paisagens da Baixada Fluminense da década de 1950. Associaram quadro natural e processos espaciais derivados da ocupação econômica e estabeleceram uma nova regionalização, uma regionalização inovadora.

A contribuição inovadora dos autores se faz destacar também pela correlação entre industrialização, urbanização e modernização dos transportes e comunicação, indicando a tendência à concentração nas cidades. Com a indústria se desenvolvendo e gerando cada vez mais riquezas, a população urbana também cresceu. Os transportes mais eficientes promoveram um movimento migratório diário, mas em distâncias relativamente grandes, ou seja, um movimento pendular de ida e volta do trabalho em um mesmo dia. Assim, na década de 50, os autores já chamavam a atenção para o aparecimento de cidades-dormitórios, centros residenciais e industriais simultaneamente, na periferia do Distrito Federal.

A região setentrional da Baixada Fluminense, artigo publicado em 1956, faz parte de uma série de trabalhos realizados pelo autor para a Comissão de Solos do Centro Nacional do Ensino e Pesquisas Agrônomicas. A Comissão tinha por objetivo a elaboração de um mapa de solos do estado do Rio de Janeiro, e o autor foi responsável pelos estudos geográficos. Geiger estuda a região setentrional da Baixada Fluminense, atual região norte e noroeste fluminense, destacando seus aspectos físicos, geológicos e geomorfológicos e associando-os aos aspectos sociais e econômicos de sua ocupação. Destaca o perfil dos trabalhadores da região, os lugares de produção e seus efeitos na população e nas relações de trabalho. O autor apresenta considerações sobre a economia local, mencionando a pecuária, o cultivo de café, a mandioca e a extração de lenha. Demonstra, sobretudo, a dependência econômica da região da agricultura e indústria açucareira. Ao final, o autor estabelece oito regiões com características semelhantes, classificando-as como zonas. Cada zona apresentava, assim, características distintas umas das outras.

O quarto artigo, *Urbanização e Industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara*, também publicado em 1956, apresenta o processo de urbanização e a industrialização de áreas rurais localizadas próximo ao Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, na região compreendida pelos municípios de Niterói e São Gonçalo. Geiger procura explicar a ocupação interurbana de Niterói e São Gonçalo associando condicionantes geográficos e processo de urbanização e industrialização, demonstrando sua estreita

vinculação à vida política e econômica do Rio de Janeiro. Assim, nesse estudo são associados fatores geográficos e economia política na explicação das transformações espaciais ocorridas naquele período em Niterói e São Gonçalo. Como já assinalou Eli Penha (1993), essa abordagem, um pouco mais afastada da concepção naturalista dominante na Geografia e mais próxima de uma corrente de Economia Política, encontrava bastante resistência junto aos técnicos do CNG e nas universidades.

A segunda fase, a década de 1960: a influência da Escola de Pierre George e o funcionalismo de Rochefort

A Geografia brasileira na década de 1960 foi marcada pela influência da Escola de Pierre George. A tomada de conhecimento desta Escola foi promovida no Rio de Janeiro, no IBGE, por Regina Rochefort, e encontrou a acolhida inicial entre geógrafos adeptos do pensamento marxista, como Orlando Valverde, Myriam Mesquita, Pedro Geiger, Lysia Bernardes, Terezinha Segadas, Roberto Lobato, Aluísio Capdeville Duarte e Fany Davidovich.¹⁴

Sob essa influência, em 1960 e em 1961 Geiger publica dois artigos na Revista Brasileira de Geografia, *Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro* e *Aspectos do fato urbano no Brasil*, este último em parceria com Fany Davidovich. Conforme Roberto S. Almeida (1994), essa Escola de pensamento ganhou expressão no IBGE, que vivia uma época de ouro, uma vez que os dois grandes cursos de Geografia na USP e na UFRJ, que respectivamente estavam sob a liderança de Aroldo Azevedo e Hilgard Sternberg, fecharam as portas às influências esquerdistas dos geógrafos franceses.

Assim, influenciado por essa Escola, em 1963 Pedro Geiger publica o livro *A Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Nesta obra, o autor classifica as cidades brasileiras, caracterizando as metrópoles nacionais e delimitando as hierarquias urbanas e as redes de cidades. Aqui são estabelecidas correlações entre o processo de industrialização e urbanização de finais dos anos 1950 e início dos anos 60. Constituindo um clássico no campo da Geografia urbana, como já assinalava Milton Santos (1993), o livro surpreende ainda hoje, por apresentar de forma tão acabada e completa as dinâmicas urbano-industriais que naquele momento ainda começavam a se difundir no território brasileiro.

¹⁴ GEIGER, P. Depoimento concedido à Monica Machado, 2002.

Data também da década de 1960, mais precisamente a partir de 1964, a elaboração da divisão regional brasileira proposta por Pedro Geiger. Publicado na Revista Brasileira de Geografia, em 1969, o artigo *Regionalização* apresentava a proposição do autor para o entendimento do Brasil, articulando forma de organização do território e desenvolvimento do país. Rompia, assim, com o modelo anterior de região natural e defendia que a regionalização deveria estar atrelada ao desenvolvimento industrial do Brasil. Geiger identificava três macrorregiões geoeconômicas, baseadas em três grandes complexos geoeconômicos: o Centro-Sul (reunião do Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste), o Nordeste (formado pelos estados nordestinos, com forte herança do passado) e a Amazônia (a grande fronteira de recursos a ser explorada). Essa regionalização não só foi bastante utilizada por geógrafos brasileiros como também se tornou popular na Geografia escolar brasileira. Sua atualidade surpreende.

Em 1967, ao participar do congresso da União Geográfica no México, Pedro Geiger teve contato com o geógrafo britânico John P. Cole, que assistiu à apresentação de seu trabalho sobre as ligações e relações entre as cidades e usos do solo rural, com base nos estudos funcionalistas de Michel Rochefort. Cole chama a atenção do autor para os estudos quantitativos desenvolvidos por Brian Berry.¹⁵

Em 1969, Geiger lecionou como professor visitante na Columbia University, nos Estados Unidos, estreitando relações com John Cole. Na época, o geógrafo Speridião Faissol estava na liderança da Geografia do IBGE e, por intermédio de Geiger, convidou Cole para ministrar cursos de Geografia quantitativa.

A terceira fase, de 1970 a 1984: a Geografia quantitativa

Com a entrada da Geografia quantitativa no IBGE, os geógrafos da instituição passaram a se debruçar sob a linguagem matemática como forma interpretativa espacial. Geiger não ficará alheio, não só porque a Geografia quantitativa indicava uma valorização teórica da ciência geográfica como também pelas novas possibilidades que se abriam para o desenvolvimento dos seus estudos. O autor publica, assim, vários artigos sob a perspectiva neopositivista.¹⁶

¹⁵ ALMEIDA (2000), GEIGER (1994).

¹⁶ Os geógrafos do IBGE se envolveram com a Geografia quantitativa sob a liderança do geógrafo Speridião Faissol e por influência do geógrafo estadunidense Brian Berry e do inglês

O primeiro artigo fora publicado em 1970 na Revista Brasileira de Geografia, *Cidades do Nordeste. Aplicação de 'factory analysis' no estudo de cidades nordestinas*. Aqui a influência de John Cole e de sua temporada como professor visitante na Columbia University fica claramente evidenciada. Aqui seleciona 23 cidades nordestinas e estabelece 19 variáveis, como matrículas escolares, depósitos bancários, percentagem de pessoal ocupado, etc. Em seguida utiliza softwares e várias técnicas estatísticas, principalmente a análise fatorial, e estabelece uma classificação dessas cidades.

Através do cruzamento de diversos dados que o autor apresenta em tabelas comparativas, obtém um gráfico com os pontos obtidos pelas cidades nas variáveis. Por exemplo, Salvador obteve mais pontos no cruzamento de dados de “arrecadação de impostos” e “aumento de estabelecimentos industriais”. Por meio desse método de análise, o autor pôde estabelecer as hierarquias urbanas. Assim, por exemplo, confirmava que a verdadeira metrópole do Nordeste era Recife. Ao final, ressaltou a importância dessa Geografia para o planejamento regional, principalmente para a então Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE.

Motivado pela expansão do sistema urbano no mundo e pela consequente multiplicação de trabalhos sobre a temática urbana em geral, em 1973 o autor escreve um novo artigo para a Revista Brasileira de Geografia, *Diretrizes e prioridades em pesquisas urbanas*. Na realidade, era um manual para as pesquisas urbanas a partir da perspectiva teórico-quantitativa. Nesse artigo, podem também ser encontrados um panorama da pesquisa urbana da época e os principais problemas enfrentados, assim como propostas para a ampliação dos estudos urbanos no IBGE. Vale mencionar que Geiger exercia, nesse período, cargos importantes no IBGE, que lhe permitiam direcionar e ampliar áreas de estudos e pesquisas.

Na década de 1970, Geiger leciona na Universidade de Paris, na França, e na Universidade de Toronto, no Canadá.

Outro artigo do autor que apresenta influência da Geografia quantitativa e que vale mencionar é *Fluxos interestaduais de vazamento de renda e pobreza urbana*, publicado em 1982, na Revista Brasileira de Geografia. O autor apresenta dados financeiros de cada estado e os associa aos dados de rendimentos, renda interna, renda *per capita*, rendimento esperado e saldo na balança

John P. Cole. Além de Geiger, Roberto Lobato Corrêa, Olga Maria de Lima, Hilda da Silva, Marilourdes Ferreira e Evangelina Xavier Oliveira foram alguns dos que mais se debruçaram sobre as novas técnicas e metodologias da corrente Quantitativa da Geografia.

comercial. Ao analisar os estados indica a evasão ou inserção de rendimentos, estabelecendo uma classificação dos estados brasileiros de acordo com a renda e os rendimentos. Buscava, assim, evidenciar as desigualdades regionais.

ARTIGOS PUBLICADOS POR PEDRO GEIGER
NA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (IBGE)

Ano	Vol.	Nº	Autor	Artigo
1951	13	3	Pedro Geiger	Alguns problemas geográficos na região entre Teófilo Otôni (Minas Gerais) e Colatina (Espírito Santo)
1954	16	3	Pedro Geiger, Ruth Lyra Santos	Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense
1956	18	1	Pedro Geiger	A região setentrional da Baixada Fluminense
1956	18	4	Pedro Geiger	Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara
1960	22	1	Pedro Geiger	Ensaio para a estrutura urbana do RJ
1961	23	2	Pedro Geiger, Fany Davidovich	Aspectos do fato urbano no Brasil
1969	31	1	Pedro Geiger	Regionalização
1970	32	2	Pedro Geiger	Divisão regional e o problema regional
1970	32	4	Pedro Geiger	Cidades do Nordeste. Aplicação de “factory analysis” no estudo de cidades nordestinas
1973	35	1	Pedro Geiger	Diretrizes e prioridades em pesquisas urbanas
1974	36	3	Pedro Geiger, Fany Davidovich	Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização
1974	36	4	Pedro Geiger et al	Distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole de São Paulo

Ano	Vol.	Nº	Autor	Artigo
1980	42	2	Pedro Geiger et al	Questões da concentração geográfica dos estabelecimentos industriais
1980	42	3	Pedro Geiger	Fluxos interestaduais de vazamento de renda e pobreza urbana
1982	44	2	Pedro Geiger et al	Contribuição aos estudos da estrutura espacial do sistema industrial no Brasil (a criação de um sistema de dados)

Elaboração: GeoBrasil, Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política (UERJ).

PEDRO GEIGER APÓS 1984: ATUAÇÃO ACADÊMICA E RECONHECIMENTO

Após diversas mudanças no IBGE, Pedro Geiger se aposentou em 1984, aos 61 anos, e passou a atuar em órgãos de planejamento municipal e estadual e a ministrar cursos em universidades. Entre 1984 e 1985, esteve nos Estados Unidos trabalhando como professor visitante na University of Texas System. Em 1988, lecionou cursos na Universidade de São Paulo. A partir de 1989 passou a colaborar com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não apenas ministrando disciplinas, mas também participando do Laboratório de Gestão do Território (LAGET), criado por Bertha Becker com apoio de Cláudio Egler. Atuou também na Sociedade de Geografia Brasileira e como membro do Conselho Empresarial de Políticas Econômicas da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Atualmente, com 91 anos, leciona no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A partir da década de 1980, como reconhecimento de sua contribuição intelectual e atuação profissional, recebeu vários prêmios e homenagens, tanto de instituições brasileiras quanto estrangeiras, como do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1980 e 2008), da Societe de Geographie de Paris (1983), Conference of Latin Americanist Geographers (2002), Prêmio Crea (2004) do IBGE (2006), Preston E. James Eminent Latin Americanist Career Award, Conference of Latin Americanist Geographers (CLAG) e do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (2013).

Com relação à sua produção intelectual, grande foi a dedicação de Pedro Geiger aos estudos filosóficos, principalmente às obras de Martin

Heidegger, resultando em artigos sobre filosofia e teoria da Geografia. Nesse período, passou também a se dedicar aos assuntos internacionais e à inserção do Brasil na economia globalizada e ao debate geográfico cultural, tratando de temas sobre religião, arte e estética de maneira muito original. Para ilustrar essa nova fase, vale mencionar alguns artigos: *War and Peace Conjunctures: an Eessay* (2013); *Current Social and Political Role of Religions: the Particular Case of Judaism and of Candomble* (2013); *O que as Geografias da Globalização Ensinam* (2012); *Globalization Geographies* (2012); *Tópicos da Economia Política da Globalização* (2012); *Espaço e Sociedade no Brasil: Globalização e Projeto Nacional* (2011); *A Bossa Nova e a Cidade do Rio de Janeiro* (2011); *Capitalism, Internationalism and Socialism in a Time of Globalization* (2010); *Modos Geográficos: Visualização Preliminar* (2008); *O Urbano e a Estética. Cidades* (2005); *Redes, o Global e o Local* (1999); *Mapa do Mundo Pós-Moderno* (1993). Outra produção do autor que merece destaque é o livro publicado em 2003, *As formas do Espaço Brasileiro*. Aqui ele apresenta o Brasil a partir do modo geográfico de pensar, articulando economia, política, cultura e espaço geográfico.

Embora a produção intelectual do autor nessa fase tenha se diversificado, não apenas pelo enorme conhecimento adquirido ao longo do tempo, mas também em função da liberdade intelectual proporcionada pela sua atuação nas universidades, Geiger não deixou os temas tradicionais da Geografia. Estes ficam evidentes tanto em suas palestras e observações em eventos e em bancas de defesa de trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação, quanto em vários artigos publicados, como, por exemplo, *A Cidade do Rio de Janeiro e as Reestruturações Geográficas do seu Estado* (2003); *Regiões e Cidades e Cidades nas Regiões* (2003); *Urbanização e Planejamento Regional no Brasil* (2003); *Migrações Internacionais e Transnacionalismo na Atualidade* (2000); *Urbanização Moderna nos Novos Contextos Contemporâneos* (1995).

Na realidade, Pedro Geiger é um grande intelectual da Geografia brasileira, portador de uma cultura e uma memória invejável, que não se limitam ao campo científico geográfico. Para isso contribuiu o rico ambiente cultural e intelectual proveniente do seu cotidiano familiar; a sua aproximação com o partido comunista brasileiro, quando era ainda muito jovem, nas décadas de 1930 e 1940, o que lhe proporcionou um conhecimento de economia e política; e os seus estudos e vivência no campo científico, artístico e cultura, no Brasil e no exterior.

Vale ainda mencionar que Pedro Geiger domina o inglês, o alemão, o francês e o hebraico, tendo viajado e residido em muitos países e participado de círculos de debates com intelectuais de diversas nacionalidades e áreas de conhecimento, englobando não apenas geógrafos e economistas, mas também artistas e filósofos. Sempre atualizado e disposto a debater temas diversificados, Pedro Geiger tem um cotidiano intenso no sentido cultural. Acompanha cotidianamente as notícias nacionais e internacionais, participa de debates com grandes nomes e representantes das artes, assiste a muitos filmes e peças de teatro, sempre discutindo o conteúdo dessas obras e levando tanto para a sala de aula quanto para a sua produção intelectual toda essa enorme formação e experiência cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pedro Pinchas Geiger não foi somente testemunho da consolidação da Geografia científica moderna brasileira, mas também um personagem muito importante de sua história. Desde a implantação no Brasil das novas instituições geográficas, como o IBGE e a Geografia universitária, nas décadas de 1930 e 1940, até a atualidade, Geiger destaca-se como uma grande referência para a Geografia brasileira. Sua rica formação cultural e sua experiência profissional associadas ao modo com que seu pensamento se articula legaram à Geografia estudos e obras de grande originalidade. Um exemplo disso é que, ainda muito jovem, em 1943, propõe uma nova divisão regional para o estado de São Paulo, baseada não mais em zonas fisiográficas, de matriz lablachina, proposição dominante à época, mas sim nas atividades econômicas e industriais, que então sobressaiam no estado. Uma verdadeira revolução à época. O mesmo impacto pode ser observado quando, em 1954, publica pelo IBGE com Ruth Santos um estudo sobre a ocupação da Baixada Fluminense, que posteriormente, em 1956, toma formato final com seu texto *Urbanização e Industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara*, onde substitui definitivamente a interpretação lablachiana pela ciência política e econômica.

Poderiam ser citados muitos outros exemplos sobre a qualidade e a originalidade da produção do autor, em outros momentos da ciência geográfica, como sua proposição de regionalização do país a partir de regiões geoeconômicas, nos anos 60, um marco para o planejamento nacional e ensino de Geografia do Brasil. Ou sua contribuição ao debate cultural

geográfico nos anos 90 e início de 2000, tratando de temas como a religião, a arte e a estética em Geografia de maneira muito original.

Neste trabalho, procuramos apresentar um pouco da trajetória e da produção desse grande intelectual da Geografia brasileira, que não só representa a memória viva da moderna ciência geográfica no Brasil mas também uma referência para os estudos desse campo científico na atualidade. Nesse sentido, vale lembrar as palavras do autor no seu recente discurso, por ocasião do recebimento da homenagem do III SIMPURB, em novembro de 2013, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pedro Geiger agradece e se emociona com a homenagem recebida, entretanto ressalta que ela se refere ao passado, ao que ele já fez, mas na realidade seu desejo é continuar no presente e estar sempre aberto aos temas e desafios da atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. S. de. O IBGE e a evolução da ideia de desenvolvimento no Brasil. *Revista Geográfica*. Instituto Pan-americano de Geografia e História. n. 120. Jul./dez., 1994, p. 5-26.
- _____. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998: uma relação entre documento e memória*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. Regionalização do Estado do Rio de Janeiro: das regiões dos anos 40 aos arranjos produtivos locais do início do século XXI. In: COELHO, Olinio G.; FERNANDES, Neusa. *História e geografia fluminense*. Rio de Janeiro: CREA-RJ e IGHRJ, 2008.
- ANDRADE, M. C. de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, jun. 1977, p. 5-28.
- EVANGELISTA, H. O XVIII Congresso da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956). *Revista Geo-paisagem*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, jan./jun. 2004.
- _____. Conselho Nacional de Geografia. *Revista Geo-paisagem*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 21, jan./jun. 2012.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_oitica. Acesso em: 30 mai. 2012.
- GEIGER, Pedro P. Alguns problemas geográficos na região entre Teófilo Ottoni (Minas Gerais) e Colatina (Espírito Santo). *Revista Brasileira de Geografia*, v. 13, n. 3. 1951.
- _____. A região setentrional da Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 18, n. 1, 1956.

- _____. Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 18, n. 4, 1956.
- _____. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 22, n. 1, 1960.
- _____. Cidades do Nordeste. Aplicação de “factory analysis” no estudo de cidades nordestinas. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 32, n. 4, 1970.
- _____. Diretrizes e prioridades em pesquisas urbanas. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 35, n. 1, 1973.
- _____. Evolução do pensamento geográfico brasileiro, perspectivas. *Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos*, AGB, 1981.
- _____. Industrialização e urbanização no Brasil. Conhecimento e atuação da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 50 (especial), tomo 2, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1988.
- _____. Mapa do mundo pós-moderno. In: SANTOS, Milton e outros (org.). *Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.
- _____. Notas autobiográficas e reflexões. *GEOSUL*, v. 9, n. 17, p. 124-150, 1994.
- _____. A urbanização moderna nos novos contextos contemporâneos. In: Gonçalves, Flora (org.). *O novo Brasil urbano – impasses e dilemas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p. 23-40.
- _____. Redes, o global e o local. In: CASTRO, Iná Elias de.; MIRANDA, Marina; EGLER, Cláudio (org.). *Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, v. 1, p. 381-389.
- _____. Migrações internacionais e transnacionalismo na atualidade. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 213-216, 2000.
- _____. Depoimento concedido à Monica Machado. A Geografia universitária carioca e o campo científico-disciplinar da Geografia brasileira. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- _____. *As formas do espaço brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. A cidade do Rio de Janeiro e as reestruturações geográficas do seu Estado. *Rio Urbano 2*. Revista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 1, 2003, p. 22-27.
- _____. Regiões e cidades e cidades nas regiões. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (Anpur), Salvador, v. 5, n. 1, 2003, p. 81-84.
- _____. O urbano e a estética. *Cidades* (Presidente Prudente), v. 2, 2005, p. 63-88.
- _____. Modos Geográficos: visualização preliminar. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de.; COELHO, Maria Célia Nunes; CORREA, Aureanice de Mello (org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo, espacialidades contemporâneas*. *Lamparina*, Anpege/Faperj, Rio de Janeiro, v. 1, 2008, p. 66-76.
- _____. Capitalism, internationalism and socialism in a time of globalization. *Comparative Civilizations Review*, 2010, p. 75-90.

- _____. Espaço e sociedade no Brasil: globalização e projeto nacional. *GeoUERJ*, v. 2, p. 272-289, 2011.
- GEIGER, Pedro P. Tópicos da economia política da globalização. In: PACHECO, Susana Mara Miranda; MACHADO, Mônica Sampaio (org.). *Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p. 203-221.
- _____. Globalization Geographies. *The Global Studies Journal*, v. 1, 2012.
- _____. O que as Geografias da globalização ensinam. *GeoUERJ*, v. 2, 2012, p. 509-523.
- _____. War and peace conjunctures. An essay. *Comparative Civilization Review*, v. 68, 2013, p. 74-84.
- _____. Current social and political role of religions: the particular case of Judaism and of Candomblé. In: TARGOWSKI, Andrew; CELINSKI, Marek J. (org.). *Spirituality and civilization sustainability in the 21st century*. 1ed. New York: Nova Publishers, 2013, p. 185-194.
- GEIGER, Pedro P.; SCHAEFFER, R. P. G. E. Notas sobre a evolução econômica da Baixada Fluminense. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, n. 4, p. 93-103, 1951.
- GEIGER, Pedro P.; SANTOS, Ruth. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 16, n. 3. 1954.
- GEIGER, Pedro P.; DAVIDOVICH, F. R. Aspectos do fato urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 23, n. 2. 1961.
- GEIGER, P.; MELLO, J. B. F. de. A Bossa Nova e a cidade do Rio de Janeiro. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul. 2011.
- MACHADO, L. O. As ideias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. *Terra Brasilis*, v. 2, p. 11-31, 2000.
- MACHADO, Mônica Sampaio. A Geografia universitária carioca e o campo científico-disciplinar da Geografia brasileira. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.
- _____. *A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri/FAPERJ, 2009.
- PENHA, E. A. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1993.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SOARES, J. C. M. Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n. 1, p. 3-6, 1939.



Therezinha de Castro e a projeção geopolítica do Brasil no Atlântico Sul

*Eli Alves Penha*¹

*Há pessoas que se identificam com a História pelo desempenho extraordinário de sua missão, nas exigências de cada época. Therezinha de Castro foi uma delas.*²

Eu me sinto duplamente honrado em participar deste livro. Em primeiro lugar, por conta da proposta de conhecer o pensamento geográfico brasileiro através dos seus principais autores, o que pode contribuir não só para consolidá-lo, como também apontar diretrizes para a sua renovação crítica. Em segundo lugar, escrever sobre a Professora Therezinha de Castro é, para mim, a oportunidade de homenagear uma grande geógrafa, ou melhor, uma “geopolitóloga”, como ela mesma gostava de se autodenominar. Convivi com a Professora Therezinha ao longo da década de 90, e alguns aspectos de sua biografia e de suas ideias mencionados aqui foram obtidos em entrevistas e conversas que tivemos sobre temas geopolíticos e afins.

A Professora Therezinha era apaixonada pela Geopolítica e isso contagiava as pessoas que com ela conviviam. Quando decidi desenvolver minha pesquisa doutoral na UFRJ, encontrei na obra da Professora Therezinha de Castro uma grande fonte de pesquisa sobre os estudos geopolíticos do Atlântico Sul. Oceano que, segundo ela, articulava as três massas terrestres nas quais o Brasil tinha interesse estratégico: Antártica, África e América do Sul.

Considerada um dos três maiores expoentes do pensamento geopolítico brasileiro, ao lado de Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos, Therezinha de Castro teve um especial destaque no que se refere ao desenvolvimento de uma geopolítica mais preocupada com os aspectos marítimos

1 Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (elialvespenha@hotmail.com)

2 Cambeses, Cel. Manoel. (IBGE, 2009, p. 16).

(CHILD, 1978, p. 58). O General Meira Mattos (cf. 1977), por sua vez, considerava Therezinha de Castro a grande responsável pela identificação do Atlântico Sul como área de interesse estratégico nacional ao apregoar a necessidade de uma aliança no Cone Sul e de intensificação das relações com a África Ocidental e Austral. Foi também graças à sua tese, intitulada “Antártica: Teoria da Defrontação”, que o governo brasileiro se motivou a efetivar e legitimar a presença do país na Antártica.

Neste texto, pretendo analisar alguns aspectos da vida, obras e proposições de Therezinha de Castro que contribuíram para o conhecimento e o desenvolvimento dos estudos geográficos e geopolíticos no Brasil. Como método de exposição, pretendo analisar suas obras considerando diferentes enquadramentos metodológicos, segundo os campos de estudos em que atuou: História e Geografia; Geografia política e geopolítica. Ao longo de sua carreira, Therezinha de Castro deixou uma vasta bibliografia que mereceria um estudo aprofundado e rigoroso. Como isso não será possível aqui, neste texto vou me deter unicamente nos seus estudos sobre o Atlântico Sul, englobando a Antártica e a África.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA

A Professora Therezinha de Castro nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1930. Filha do General Fábio de Castro e da Sra. Nedyr de Castro, viajava constantemente pelo Brasil com a família, por conta das atividades militares de seu pai. Segundo me contou, ela se sentiu inclinada a estudar Geografia quando participou com o pai de um evento cívico nacional na cidade de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Naquele contexto histórico da segunda Guerra Mundial, o Brasil havia se inclinado ao lado dos Estados Unidos e vivia uma forte rivalidade geopolítica com a Argentina, que se mantivera aliada da Alemanha. O sentimento de estar do “lado certo” da fronteira motivou a futura geógrafa a cultivar o nacionalismo e, ao mesmo tempo, defender os valores ocidentais que, posteriormente, impregnariam toda a sua produção científica e sua postura ideológica.

No final da década de 1940, Therezinha ingressa na Faculdade de História e Geografia da Universidade do Brasil (atual UFRJ), sendo contemporânea de grandes nomes da Geografia brasileira, como Berta Becker, Fanny Davidovich, Pedro Geiger, Lísia e Nilo Bernardes e Maria do Carmo Galvão, entre outros. Na Faculdade, foi aluna do Professor Carlos Delgado de

Carvalho, que, apesar de ser um consagrado estudioso de Geografia regional e geopolítica, lecionava disciplinas de História (Machado, 2009, p. 122). Sobre esse aspecto, é interessante observar que não havia, na grade curricular da Faculdade, nem Geografia política nem geopolítica (idem, p. 111). Contudo, quando entrou para os quadros do IBGE, em 1952, a jovem geógrafa pôde desenvolver sua vocação para os estudos da Geopolítica, ao lado de Carlos Delgado de Carvalho, que representava o Ministério da Educação junto ao Conselho Nacional de Geografia.

Nesse sentido, pode-se dizer que o pensamento de Therezinha de Castro teve dupla influência em seu trabalho: de seu pai, militar, e de Delgado de Carvalho, historiador e geógrafo. A influência paterna determinou sua vocação para o ensino da Geografia e da Geopolítica nos cursos das Forças Armadas: Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica; Escola de Guerra Naval; Escola de Estado-Maior do Exército; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAr); Escola Superior de Guerra (ESG) e delegacias da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Delgado de Carvalho, por sua vez, influenciou-a intelectualmente nos estudos de História e, sobretudo, Geopolítica, campo no qual se destacaria como uma das mais proeminentes “geopolitólogas” brasileiras. As primeiras obras de Therezinha de Castro serão feitas em coautoria, com destaque para o artigo “Geografia Política e Geopolítica”, publicado no Boletim Geográfico em 1956. Em seguida, menciona-se o artigo “Rumo à Antártica”, também publicado no Boletim Geográfico em 1956, e o “Atlas de Relações Internacionais”, publicado pelo IBGE em 1960, que vai consolidar a sua predileção pela Geopolítica.

GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

O artigo “Geografia Política e Geopolítica” expressou a preocupação metodológica dos autores em definir o campo de estudo em que atuavam. Neste artigo, perceberam que a evolução do conceito de Geografia política havia se diversificado na mesma proporção em que se intensificaram os estudos sobre relações entre os grupos sociais e o espaço que ocupam. Nesta evolução, a Geopolítica ultrapassou o âmbito da Geografia propriamente dita, confundindo-se, no seu desenvolvimento, com a Ciência política:

Esta ciência política, a princípio teórica, passou a visar à prática e necessitou para isso de aplicação. Por isso reivindicou uma base no espaço, isto é, território, áreas regionais, numa palavra, Geografia. Assim, a Geografia, avançando sobre o terreno da política e a política avançando sobre o da Geografia, tivemos a Geopolítica (CASTRO; DELGADO DE CARVALHO, 1956, p. 383)

Com base nesse raciocínio, os autores procuraram mostrar que a anterior vinculação da Geografia política com a Ciência política, centrada na teoria do Estado, não avançou metodologicamente, pois houve um descompasso entre a evolução da segunda em detrimento da primeira. O mesmo não ocorreu com a Geopolítica, que, segundo eles, avançou na mesma proporção da Ciência política, desvinculando-se ambas do temário geral da Geografia.

A partir dessas considerações, definem a Geopolítica como uma ciência do Estado para o Estado e pelo Estado, abrangendo, por conseguinte, um estudo profundo de tudo o que se “enquadre numa área cercada de fronteiras por todos os lados”.

A valorização dos estudos da Geopolítica do Brasil por Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro ocorria num contexto de crescente interdependência conjuntural e estrutural do sistema internacional, cuja dinâmica tinha ampla repercussão nas decisões dos rumos internos:

Olhando-se um planisfério avulta-se logo a importância da Geopolítica para o Brasil (...). A importância estratégica do Brasil com relação ao Atlântico Sul é inegável e a história da Segunda Guerra Mundial nos afirma isso, com a instalação da base aérea americana em Natal, que tornou o nosso Nordeste geopoliticamente pertencente aos Estados Unidos. Ao lado disso, a extensão de nosso território vai nos proporcionar quilômetros de fronteiras. Argumentos primordiais como estes, atestam a importância da Geopolítica para nós brasileiros. (CASTRO; DELGADO DE CARVALHO, 1956, p. 391).

O interesse dos autores pela Geopolítica e Relações Internacionais vai se prolongando na medida em que, dada a experiência de Delgado de Carvalho em assuntos diplomáticos e suas vinculações cada vez mais estreitas com o pensamento geopolítico brasileiro, preocupam-se em explicar a posição do Brasil no quadro geoestratégico mundial.

A articulação da Geopolítica com as relações internacionais, na concepção dos autores, passava pelos fatores espaço, posição, capacidade de desenvolvimento das potencialidades nacionais e projeção externa do poder nacional. Essas ideias encontraram ressonância no IBGE, onde se criou, no ano de 1960, o Setor de Geografia Internacional, sob a gestão de Jurandyr

Pires Ferreira. A justificativa para a criação deste Setor devia-se ao fato de que não havia no IBGE um setor de estudos internacionais.

Anteriormente, já se instalara informalmente no Instituto um setor de estudos geopolíticos, sob a inspiração do Tenente-Coronel Deoclésio de Paranhos Antunes (1955-58) e do Tenente-General Waldyr Godolphim, que estimularam a publicação de artigos relativos a este campo de estudos em periódicos do IBGE, mais particularmente no Boletim Geográfico, onde se formalizou a seção *Contribuição à Geopolítica*. Esses artigos, em geral, eram transcritos de publicações militares tais como a Revista *Defesa Nacional*, assinados por autores como Everardo Backheuser e o General Carlos de Meira Mattos.

Contudo, a grande obra que vai justificar a relevância do Setor é o “Atlas de Relações Internacionais”, publicado no ano de 1960, redigido por Delgado de Carvalho em coautoria com Therezinha de Castro. No prefácio, assinado pelo Presidente do IBGE Jurandir Pires Ferreira, procurava-se, dentro do regime democrático então instalado, trazer para o âmbito civil as análises sobre a geopolítica do Brasil:

O Atlas que ora se apresenta tem um valor muito expressivo para o IBGE e, por que não dizer, para o Brasil. É ele a primeira grande publicação de Geopolítica realizada no Setor de Geografia Internacional, recentemente criado no Conselho Nacional de Geografia. Depois das obras de relevo, no setor nacional, como a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a Carta ao Milionésimo, o Atlas e a Geografia do Brasil, destacou-se a necessidade, em face do progresso impressionante do país, de enveredarmos pelos estudos que extravasem os limites de nossas fronteiras (...)

A publicação do *Atlas de Relações Internacionais* ocorreu num contexto histórico caracterizado por uma crise do Sistema Internacional com amplos reflexos no Brasil, em face da interdependência que se criou com a bipolaridade política e ideológica opondo os EUA à URSS e com ela o clima reinante da Guerra Fria.

As posições divergentes existentes no meio intelectual nacional quanto à política de alinhamento do Brasil, foram consideradas por Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro como resultados de contextos transitórios da política mundial. Procuraram, nesse sentido, mapear as manifestações dos conflitos internacionais decorrentes da Guerra Fria bem como as reais possibilidades de inserção do Brasil no sistema bipolar, que, segundo eles se justificava pelo lado do bloco ocidental:

Na orientação da política mundial é ainda muito limitado o papel que pode desempenhar o Brasil, mas tudo se encaminha para que breve tenhamos de assumir maiores responsabilidades mesmo fora do hemisfério ocidental. A fase de Guerra Fria que atravessamos é caracterizada pela instabilidade e pelo descontentamento geral que revelam, ao mesmo tempo, a necessidade de escolher uma orientação definitiva e a urgência desta solução. O despertar da OPA por iniciativa do Brasil foi um dos passos mais acertados no sentido de uma nova orientação. O problema que o Presidente Kubitschek colocou perante o mundo americano é exatamente o que se impõe às democracias ocidentais apegadas às instituições liberais.

Na parte conclusiva da apresentação do Atlas, Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro deixam claro a preocupação com a situação do Brasil ao considerar a Guerra Fria apenas uma transitória “guerra de classes”, à espera de que, com “osmose mais perfeita entre classes econômicas venha a desaparecer do mundo o “subdesenvolvimento”.

Vencer o “subdesenvolvimento” e projetar o Brasil como nação influente nos centros decisórios mundiais adviriam da consciência geopolítica do estado brasileiro, considerando os seus fatores geográficos de “espaço” e “posição”. Este último objetivo ficou transparente no resultado final do *Atlas de Relações Internacionais*, que apresentou em destaque a teoria da defrontação sobre o território antártico, utilizando como parâmetro geográfico os meridianos longitudinais.

A TEORIA DA DEFRONTAÇÃO SOBRE A ANTÁRTICA

A teoria da defrontação foi inicialmente divulgada no artigo “Rumo à Antártica”, publicado em abril/junho de 1956 na Revista do Clube Militar e transcrita pelo Boletim Geográfico em sua seção “Contribuição à Geopolítica”, em novembro/dezembro do mesmo ano. Neste artigo, Therezinha de Castro (em coautoria com Delgado de Carvalho) chamava a atenção para a importância político-estratégica do “continente gelado” sobre o qual o Brasil estava em condições de reivindicar direitos em relação à área que lhe caberia, segundo os critérios da defrontação.

Dentro de um cronograma de negociações, caberia ao Brasil a iniciativa diplomática de discutir, junto aos países do Hemisfério Sul, o chamado “direito de defrontação”. Resolvida essa primeira etapa, estaria o Brasil em condições de negociar com as potências setentrionais, por ocasião da realização da Conferência Geofísica Internacional, em 1957, a “partilha da

Antártica. Segundo Therezinha de Castro, três razões de ordem estratégica deveriam impelir as negociações brasileiras:

1. O estreito de Drake ocupa posição estratégica importante, pois, uma vez fechado o estreito de Magalhães, somente por lá poderiam passar os navios porta-aviões que o canal do Panamá não comporta;
2. Na idade dos transportes supersônicos e dos bombardeiros dirigidos, é de capital interesse possuir bases de controle dos ares em terra firme, e uma língua de terra da Antártica faz parte também da possível localização de tais bases;
3. Se no futuro houver meios científicos de controlar os climas, a Antártica será útil ao Brasil. Isso porque é nas áreas de baixa pressão da região antártica, onde se formam as massas de ar que se deslocam em direção à todo o Hemisfério Sul.

A conclusão, sob essa ótica, é que o Brasil deveria levar em consideração esses fatores de ordem estratégica e, à semelhança de outros países, realizar missões científicas e estabelecer o quanto antes bases navais e de pesquisa no continente austral para poder justificar sua presença na Conferência Geofísica (CASTRO; DELGADO DE CARVALHO, 1956, p. 505-506).

A tese da defrontação sofreu inúmeras críticas por parte dos geopolíticos argentinos, principalmente porque a área estabelecida para o Brasil se sobrepunha ao trecho reivindicado pela Argentina. Na perspectiva dos argentinos, essa teoria foi entendida como a expressão de uma política com claros desígnios antiargentinos. Segundo o capitão de fragata da marinha argentina Bernardo N. Rodriguez, a Teoria da Defrontação é uma interpretação “larga” do Principio do Setor, enunciado pela primeira vez no Parlamento do Canadá em 20.02.1907 pelo então Senador Pascal Poirier, relativo à sua aplicação no Ártico. Em sua concepção original para o Ártico, indicava somente que os territórios nacionais que confinassem com ele teriam direitos a todas as terras banhadas pelas águas, situadas entre as linhas traçadas, desde o Polo até os dois pontos extremos de seu território, a leste e a oeste. Como na Antártica os países que se defrontam com ela se encontram muito distantes, não podem invocar os argumentos de continuidade ou contiguidade, como era o caso do Brasil.

Para contrapor este critério, Therezinha de Castro incluía a reivindicação brasileira como parte de sua teoria denominada “diretrizes geopolíticas difundentes”, em que o país poderia projetar sua ação geopolítica para áreas mais afastadas do ponto de vista geográfico. Sob esta ótica, este fato

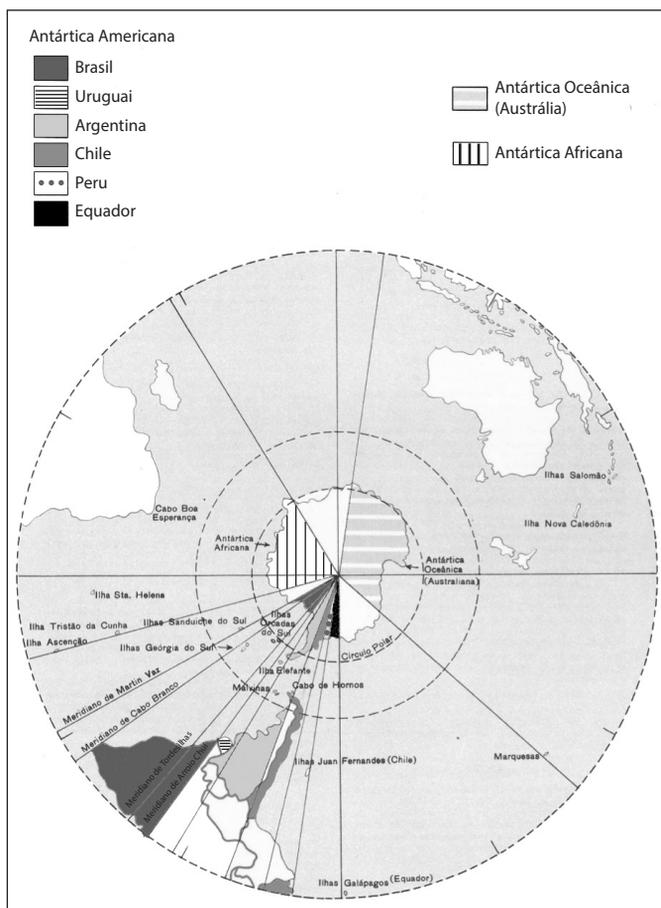
se justificaria, por um lado, pela falta de uma estratégia ocidental e de uma aliança militar específica para defender a região e, por outro, pela importância do controle antártico para o domínio do Atlântico Sul.

Em 30 de junho de 1958, o governo brasileiro notificou ao Departamento de Estado dos EUA suas pretensões relativas ao setor localizado entre o meridiano 28° (Ilha Martim Vaz) e o meridiano 53° (Arroio Chuí), mas o país foi excluído de participar da elaboração do Tratado da Antártica, apesar da Marinha do Brasil ter realizado inúmeras pesquisas oceanográficas e meteorológicas, como parte do Ano Geofísico Internacional. Segundo a alegação dos norte-americanos, o país não havia desenvolvido nenhuma atividade científica na região até o período em que ocorreu a convocação para a reunião em Washington.

Os esforços da Professora Therezinha de Castro em projetar o Brasil na Antártica encontrou apoio junto a parlamentares como o Deputado Eurípides de Menezes, que passou a defender a sua proposta relativa à “Teoria da Defrontação”. Também passou a divulgá-la para os estudantes e sociedade em geral, através de obras como o “Atlas de Relações Internacionais” e o “Atlas Histórico Escolar” do MEC, ambos de 1960. A apresentação do mapa foi acompanhada de um texto em que se lê: “No caso em que ela [a Teoria da Defrontação] seja posta em prática no continente do Polo Sul, o Brasil seria beneficiado junto com outros países da América do Sul”, mas ressalva a oposição norte-americana, para quem “os Estados Unidos não aceitam a reivindicação dos setores, estimando-os como contrários ao princípio da liberdade dos mares”.

Os interesses brasileiros na Antártica manifestaram-se oficialmente somente a partir de 1973, quando a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou um projeto de lei que autorizava o Executivo à concessão de apoio logístico à projetada expedição brasileira a Antártica. Em 1975 o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica, e em 28 de outubro de 1976 foi aprovada, pelo governo brasileiro, as diretrizes gerais para a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), como forma de preparar o país para atuar junto aos fóruns especializados em questões antárticas. Em 1983 o Brasil foi aceito como membro consultivo do Tratado, ao enviar sua primeira expedição científica à Antártica, em janeiro daquele ano, a bordo do navio “Barão de Teffé”. A inclusão do Brasil no corpo consultivo do Tratado credenciou o país a participar dos trabalhos de revisão do Tratado, em 1991.

MAPA DA TEORIA DA DEFRONTAÇÃO



Fonte: Arquivo pessoal doado pela família de Therezinha de Castro ao autor.

Com o propósito de coordenar as atividades antárticas, o governo brasileiro estabeleceu o Programa Antártico (PROANTAR) sob coordenação do Ministério da Marinha, tendo como atribuições: organizar expedições científicas – também denominadas “Operação Antártica” – envolvendo a Marinha, órgãos governamentais, universidades e institutos de pesquisas; construção e manutenção da Estação Comandante Ferraz, localizada na Baía do Almirantado – Ilha do Rei Jorge; desenvolver atividades científicas relacionadas a pesquisas meteorológicas, biológicas, geológicas, geofísicas e oceanográficas (MARINHA DO BRASIL, 1997, p. 34).

Ainda relacionando as suas formulações geopolíticas sobre o Atlântico Sul, emerge o continente africano, tema sobre o qual a autora havia se debruçado desde os primeiros movimentos de independência do continente. Dentre os artigos elaborados, cabe citar “Gana Independente”, publicado no Boletim Geográfico em 1958. Nos encartes de relações internacionais da Revista Brasileira de Geografia, produzidos ao longo da década de 60, também aparecem vários artigos sobre os movimentos de emancipação da África. Nesses artigos, deixava claro seu temor de que o comunismo se alastrasse pelas jovens nações africanas e, por esse motivo, apoiava o colonialismo português.

Em 1981, Therezinha de Castro publica pela Bibliex “África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais”, que se converteria na primeira obra de geopolítica escrita no Brasil sobre o continente africano. Este livro foi escrito no contexto da “política africana” brasileira, oficializada pelo General Ernesto Geisel em 1975, justamente no ano em que o Brasil reconheceu o governo de orientação marxista-leninista de Agostinho Neto do Movimento Pela Libertação de Angola. Nesse livro, Therezinha de Castro analisa a política africana no contexto do conflito Leste-Oeste, caracterizada pelo “expansionismo soviético” na região da África Austral e pelos erros cometidos pela política externa dos EUA que, na gestão de Jimmy Carter, teria assumido uma posição meramente defensiva e errática ao condenar exageradamente o regime da África do Sul, um importante aliado do Ocidente na região.

A falta de apoio decisivo para Portugal na sua política colonialista também explicaria a “perda” de Angola e Moçambique para o Ocidente, agora ocupados pelo comunismo internacional por meio da presença cubana e a consequente conversão desses dois países a “satélites soviéticos”.

Com presença naval em Angola e Moçambique, a estratégia soviética do “flexamento de rotas” poderia ser articulada rapidamente a partir de suas bases na Antártica, ameaçando duas ligações interoceânicas vitais para o Ocidente: a Rota do Cabo e o Canal de Drake. Nesse sentido, Therezinha de Castro procurava mostrar a importância da posição geoestratégica das Ilhas Malvinas, Shetlands, Orcadas, Georgias, Tristão da Cunha, Ascensão e Santa Helena para controlar o “expansionismo” soviético na região. O expansionismo soviético poderia justificar a constituição da Organização do Tratado do Atlântico Sul, a OTAS, em conjunto com a Argentina, a África

do Sul e os EUA, numa estrutura institucional similar à OTAN. Entretanto essa aliança não se formou, segundo a autora, pela falta de uma consciência oceânica regional.

Também a partir do Atlântico Sul, Therezinha de Castro define um novo conceito geopolítico, denominado por ela de “Oceanopolítica”, que seria a política aplicada aos espaços marítimos na perspectiva do “Poder Mundial”. Inserida dentro da teoria realista das relações internacionais, a “Oceanopolítica” distribui o poder mundial em torno das bacias oceânicas tendo como principais eixos: Brasil (no Atlântico Sul), Índia (Índico), Estados Unidos (Atlântico Norte e Pacífico Norte), China (Pacífico Norte) e Rússia (Ártico). Essa nova regionalização do espaço mundial, permite deduzir que os grandes países da ordem multipolar (Brasil, Rússia, Índia, China e Estados Unidos) se projetam mais a partir do mar do que pelos continentes (PENHA, 2011, p. 198). Nesse caso, mais uma vez, a professora Therezinha de Castro nos deixou uma grande contribuição teórica, graças às suas reflexões sobre a Oceanopolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra da Professora Therezinha de Castro é muito extensa e mereceria uma tese só para tratar da sua importância para os estudos historiográficos e geográficos brasileiros. Ela fez jus à sua formação de historiadora e geógrafa, tendo publicado diversos títulos. Dentre seus livros de História citam-se: “História Geral: Antiga e Medieval” (1968); “História Contemporânea” (1977); “História Antiga e Medieval” (1978); “História Geral: Moderna e Contemporânea” (1979); “História Documental do Brasil” (1989); “Estudos de Geohistória” (1982); “História da Civilização Brasileira” (1982); “José Bonifácio e a Unidade Nacional” (1984); “Hipólito da Costa: idéias e ideais” (1985). Além destes, cabe lembrar o livro intitulado “O América na História da Cidade”, publicado em 1990. Escrito em coautoria com Orlando Cunha, num contexto de intensa crise vivida pelo antigo time de futebol carioca, esse livro revelou a paixão da Professora Therezinha pelo América e seu interesse em recuperar o passado glorioso do clube, inserido no processo de evolução da cidade do Rio de Janeiro.

No campo da Geografia e Geopolítica, destacam-se os livros: “Atlas-texto de Geopolítica do Brasil” (1981); “O Brasil no Mundo Atual – Posicionamento e Diretrizes” (1982); “Brasil: da Amazônia ao Prata” (1983);

“Retrato do Brasil” (1986); “Nossa América: Geopolítica comparada” (1994); “Ásia: estudo sobre uma caracterização Geopolítica” (1998); “Rumo à Amazônia” (1998); e a sua obra seminal “Geopolítica: princípios, meios e fins”, escrito em 1999.

Mas a sua maior contribuição para a Geografia brasileira foi a tese da defrontação com a qual reivindicou, para o Brasil, espaço territorial no continente Antártico. Com a implantação da Estação Comandante Ferraz, na ilha Rei Jorge, teve seu sonho realizado, embora não da maneira que idealizou: em abril de 1991 na cidade de Madrid, teve lugar a 11a. Reunião Consultiva, com a participação de 39 países, quando foi deliberado que as riquezas minerais do continente antártico permaneceriam intactas por mais 50 anos. A tese da internacionalização que vigorava até então se opôs ao princípio da defrontação, uma vez que, no primeiro caso, liberou-se o acesso das potências do Hemisfério Norte à Antártida, enquanto que, no segundo caso, seriam os países do Hemisfério Sul que se beneficiariam.

A partir de 1993, a Professora Therezinha de Castro passou a atuar na Divisão de Assuntos Internacionais da ESG. Em cumprimento ao planejamento da Escola e pela motivação devida à sua tese da defrontação, a ESG empreendeu uma viagem de estudo à base brasileira na Antártica com membros do corpo docente e de estagiários, tendo a Professora Therezinha como a principal convidada. Apesar de ter declinado do convite, a professora se sentiu lisonjeada com o reconhecimento dos militares dos seus esforços em fazer o Brasil marcar presença no “continente gelado”.

Inúmeras vezes Therezinha de Castro seria convocada pelos militares para opinar sobre assuntos geopolíticos. Foi assim por ocasião do conflito Equador x Peru, quando o então Estado-Maior das Força Armadas, por necessidade de atuação governamental nessa questão, buscou auxílio da ESG, que a convocou para elucidar a questão. Também por conta do conflito no então Timor Leste, atual Timor Lorosae, outro estudo desenvolvido pela professora Therezinha de Castro serviu como subsídio para as atividades pertinentes ao problema (CÁLVARIO, 2009).

A ESG batizou um de seus prédios como edifício Therezinha de Castro, em homenagem a tão ilustre professora, sempre muito assídua e partícipe das atividades da Escola, onde suas conferências eram prestigiadas por membros do corpo permanente e pelos estagiários, que lhe atribuíam as melhores avaliações. Era sempre a primeira a chegar à Escola e aproveitava o alvorecer para brincar com os gatos que viviam no pátio do estacionamento

(Idem, 2009). A Professora Therezinha de Castro faleceu em fevereiro de 2000 em Portugal, onde participava, como conferencista, de um Simpósio no Instituto de Defesa Nacional português.

Aliás, grande parte de sua trajetória profissional de “geopolitóloga” foi dedicada às instituições militares. Nesse sentido, apesar de escrever para o Brasil, só é lida e prestigiada pelos militares. O resgate da Geopolítica (BECKER, 1989) também passa pelos seus principais autores. E, nesse caso, cabe um destaque especial à Professora Therezinha, cuja obra constitui um legado de grande importância não só para o Estado-Maior das Forças Armadas, mas também para toda o Brasil.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha. A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. especial, t. 2, p. 99-125, 1988.
- CALVÁRIO, Cel. Jorge. Professora Therezinha de Castro. ESG, documento para circulação interna, 2009.
- CAMBESES, Manoel. Therezinha de Castro: uma extraordinária mulher. In: SANTOS, Marco Aurelio Martins (org.). *Geografia e geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 2009.
- CASTRO, Therezinha de. Antártica: o assunto do momento. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 142, p. 42-49, jan./fev. 1958.
- _____. *Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia*. Rio de Janeiro: ESG, LS 826/1997.
- _____. *Antártica*. Rio de Janeiro: ESG, LS 806/1998.
- CASTRO, Therezinha de; DELGADO DE CARVALHO, Carlos. Geografia política e geopolítica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: v. 14, n. 133, p. 382-391, jul./ago. 1956.
- _____. A questão Antártica. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: v. 14, n. 135, p. 502-506, nov./dez. 1956.
- _____. *Atlas de relações internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960, p. xi, prefácio.
- CHILD, Jack. O pensamento geopolítico latino-americano. *Revista “A Defesa Nacional”*, Rio de Janeiro, n. 690, mai./jun. 1978.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex/José Olympio, 1967.
- MARINHA DO BRASIL. *Política de defesa nacional*. Brasília, 1997.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992 (Série repensando a Geografia).
- MEIRA MATTOS, Carlos. Atlântico Sul: sua importância estratégica. In: *A geopolítica e as projeções de poder*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1977.

- MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- PENHA, Eli Alves. Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro: Estudos e Proposições. In: SANTOS, Marco Aurelio Martins (org.). *Geografia e geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 2009.
- _____. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: Edufba, 2011.
- PORTO DA LUZ, Sérgio. *Política e estratégia brasileira: os espaços de interesses e o poder nacional*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1990. Titulação especial, p. 62-63.
- RODRIGUEZ, Bernardo N. Soberania argentina en la Antártida. In: MILLIA, Siewert et alii (orgs.). *La Atlantártida: um espacio geopolítico*. Buenos Aires: Pleamar, 1978.
- SANTOS, Jorge Calvário dos. *Professora Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: ESG, 8 páginas mimeo.



DICIONÁRIO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – VOL. 1
FOI IMPRESSO NA GRÁFICA ROTAPLAN
PARA VIVEIROS DE CASTRO EDITORA
EM JULHO DE 2014.